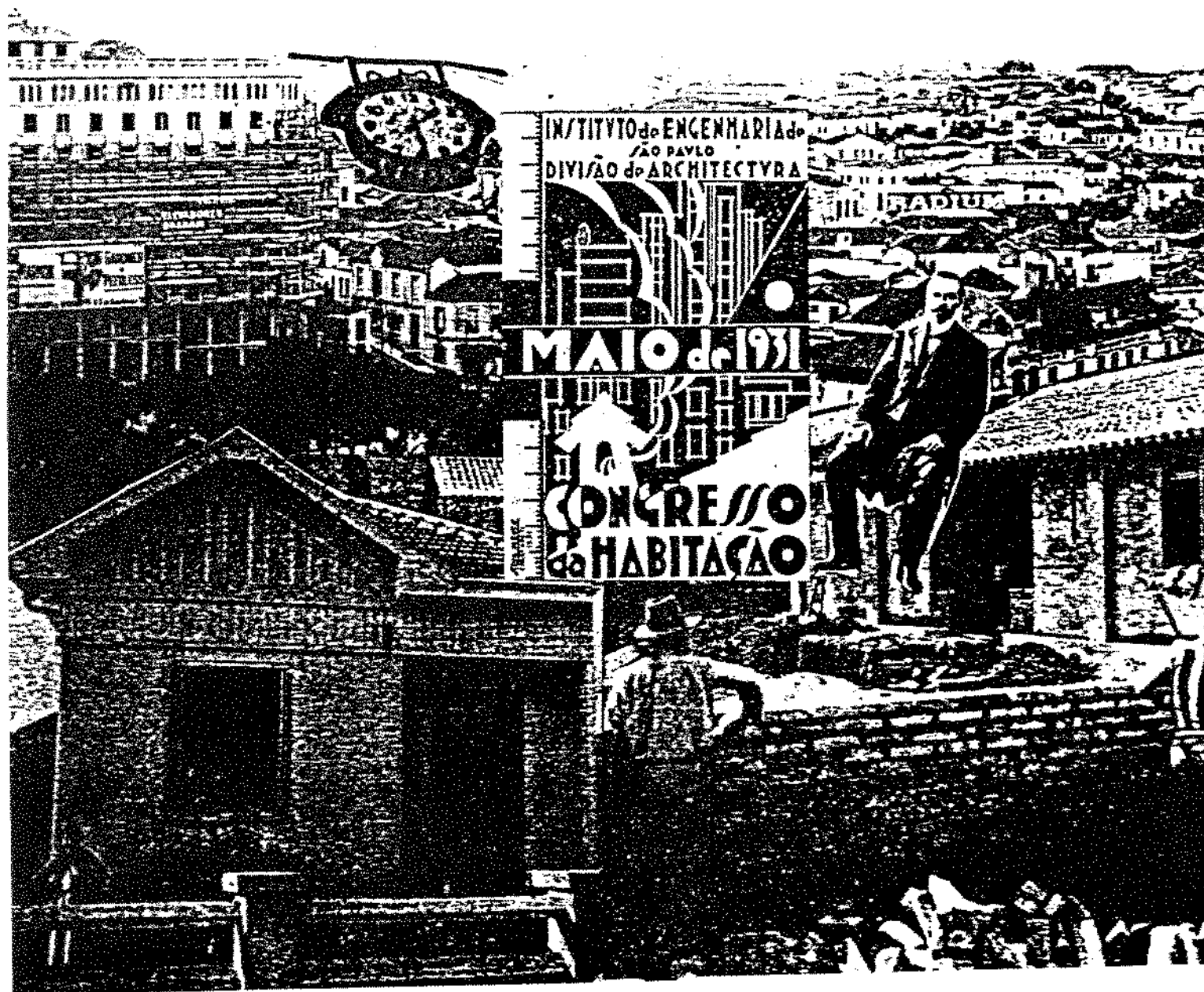


A CONSTRUÇÃO DE UM SONHO



“HABITAÇÃO ECONÔMICA” - PROJETOS E DISCUSSÕES
(SÃO PAULO - 1917 / 1940)

C228c
v.1
13014/BC

Marisa Varanda Teixeira Carpintéro

MARISA VARANDA TEIXEIRA CARPINTÉRO

A CONSTRUÇÃO DE UM SONHO
"HABITAÇÃO ECONÔMICA" - PROJETOS E DISCUSSÕES
(SÃO PAULO - 1917/1940)

*Este exemplar corresponde
à redação final da dissertação
deputada e aprovada pela
Comissão julgadora
06/11/90*

Vol. I

Carpete

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas

Prof^ª Dr^ª Maria Stella M. Bresciani[†]
Orientadora

22/9/00 779

Novembro de 1990

*Para minha mãe e de
modo muito especial, para
Newton, Marcelo, Miguel e
Bruno*

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1 - CONSTRUINDO UM PROBLEMA - A HABITAÇÃO OPERÁRIA.....	16
1 - Londres e Paris no século XIX e as primeiras discussões com relação à moradia operária	17
- A imagem do desconforto.....	27
2 - As primeiras iniciativas públicas: leis, decretos de construção de moradias para a população pobre.....	32
3 - O urbanismo.....	44
- O urbanismo progressista.....	52
- As três funções do urbanismo moderno	59
- A máquina de morar.....	62
- Notas do Capítulo I	68

CAPÍTULO II - OS MÉDICOS DO ESPAÇO E AS CÉLULAS DA CIDADE...	77
1 - Do cortiço, da Vila Operária aos projetos de Habitação Econômica.....	78
- Os cortiços	78
- Os cortiços em São Paulo.....	79
1.1 - Ensaio e erros relativos à solução do problema das casas operárias no Brasil.....	93
1.2 - Uma grande Vila Operária - Uma pequena solução habitacional.....	97
- A escolha dos moradores.....	100
- A organização das vilas operárias.....	103
1.3 - Outras experiências de construção de moradias para operários	108
2 - A Habitação Econômica: uma preocupação do urbanismo moderno.....	114
- O Instituto de Engenharia	114
2.1 - Os críticos da arquitetura moderna.....	117
2.2 - A arquitetura moderna a serviço do urbanismo.....	126
- Os modernistas e arquitetura moderna.....	129
- Os urbanistas na década de 30.....	134
3 - O Plano de Avenidas.....	146
3.1 - As habitações populares no Plano de Avenidas.....	158
- A construção popular.....	161
- Os financiamentos.....	163
- Notas do Capítulo II.....	165

CAPÍTULO III - A TÉCNICA DE CONSTRUIR.....	184
1 - A importância da habitação na política social.....	195
- O Congresso de Habitação.....	185
1.1 - O mínimo de gastos para uma boa construção.....	193
- Os pés-direitos.....	193
- As paredes e os dormitórios.....	201
1.2 - Os materiais de construção.....	207
- A madeira.....	207
- O cimento.....	209
2 - Racionalização da construção.....	217
- A construção em série.....	217
2.1 - Racionalização no movimento da construção.....	222
3 - A família e o lar: a casa individual.....	228
3.1 - A função social da casa.....	233
3.2 - O custo social de uma habitação maisã.....	242
4 - Uma política habitacional nos anos 30.....	251
- Para conseguir um financiamento.....	254
- A prestação da casa própria.....	259
- Notas do Capítulo III.....	275

CAPÍTULO IV - O DIREITO DE HABITAR.....	298
1 - Os operários e a moradia.....	299
1.1 - A Liga dos Inquilinos.....	305
1.2 - A cidade e a moradia.....	312
- A perda de um referencial: os rios.....	316
1.3 - A organização do lazer - a criação de novos espaços..	324
- A formação da periferia urbana.....	335
2 - A imagem da casa própria.....	351
Conclusões	361
Notas do Capítulo IV.....	365

BIBLIOGRAFIA.....	381
-------------------	-----

FONTES.....	407
-------------	-----

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS.....	414
-----------------------------	-----

AGRADECIMENTOS

Como é difícil agradecer aqui a todos aqueles que conviveram comigo nesta longa e maravilhosa "viagem".

Por suas aulas, bagagem indispensável para esta viagem, agradeço a todos os professores do Departamento de História da UNICAMP. Em especial, aos professores: Alcir Lenharo, Edgar De Decca, Isabel Marson, Ítalo Tronca, Maria Clementina e Michael Hall.

Agradeço também aos professores que conheci fora da sala de aula, Margareth, Mara, Vavy e Paulo Miceli, nossas conversas valeram muito, e a nossa amizade muito mais. Pelas palestras e cursos também importantes na busca de novas estradas, muito obrigado Marilena Chauí.

É grande a minha dívida com a professora Arlete e com o professor Marco Aurélio, que apontaram caminhos maravilhosos e deram grande incentivo para que este trabalho fosse realizado.

Aos amigos do mestrado, Betinha, Carolina, Clércia, Inês, Kátia, Liane, Mirza, Rui e Vivi. Um agradecimento especial ao Marcos, sua leitura e sugestões foram, sem dúvida, cruciais na elaboração do projeto de pesquisa.

Anicleide amiga e companheira de viagem: com você as visitas aos arquivos e as bibliotecas foram sempre agradáveis, sua presença é marcante em todas as fases deste trabalho. Agradeço a leitura atenta e paciente da Cristina, suas observações e seus comentários ajudaram muito a dar forma final ao trabalho.

Contei durante muitos anos com a dedicação das funcionárias das Bibliotecas Central (Seção de Obras Raras) e do IFCH e de todo pessoal do Arquivo Edgard Leuenroth.

Ao apoio financeiro da FAPESP 1986/1988, o mesmo agradecimento, em especial para o assessor científico desta instituição que, em cada parecer sobre os relatórios de pesquisa, contribuiu intensamente para a concretização deste trabalho.

Stella, amiga orientadora - a você devo tudo o que sei, com você quero compartilhar, apenas, os melhores frutos desta viagem.

Aos amigos para todos os momentos, Madalena, Oswaldo, Lúcia, Vasco, Miguel, Ester, Nini, Thais e Roberto. Ainda ao Marcelo, Miguel e Bruno por terem me ensinado como fazer para ser mãe e escrever esta dissertação.

Finalmente, agradeço as idéias, ao apoio total e ao amor do meu companheiro Newton, sem ele, com certeza, esta caminhada seria muito difícil.

INTRODUÇÃO

Nossa aventura começa em 1983, ainda no final da graduação em história, com a necessidade de eleição de um tema para a realização de um projeto de pesquisa. Naquele momento já sentíamos um certo fascínio por uma série de leituras que envolvia a problemática da industrialização no Brasil. Assim, não foi difícil e tão pouco demorada a escolha que fizemos, pois desde o início, era nosso desejo estudar as condições de vida do trabalhador urbano no Brasil, mais especificamente a sua habitação.

Ao entrar em contato com as fontes e a bibliografia, inquietávamos com o fato da Habitação Operária ser apontada pelas autoridades governamentais e pelos médicos, engenheiros, cientistas políticos, como um problema crucial para o desenvolvimento industrial. Estas inquietações acentuavam-se, a medida que as mesmas preocupações com a moradia operária, continuavam a frequentar os discursos dos políticos e dos intelectuais de nossa época.

Durante esta longa caminhada, conhecemos vários estudos sobre a Habitacão Operária escritos por arquitetos, cientistas políticos e sociólogos (1). Compreendemos através destes trabalhos, a complexidade de questões que envolveram o problema habitacional no Brasil. Na verdade, estes estudos nos apontaram as particularidades que marcaram a história dos programas habitacionais. Assim como eles, consideramos as particularidades ao decidir acompanhar as primeiras discussões em torno da formulação da política habitacional na década de 30 no Brasil.

Lembramos que até os anos 20, encontramos no Brasil, iniciativas isoladas no campo da construção de moradias para a população de baixa-renda. Tais iniciativas, ficavam sob a responsabilidade dos municípios, ou então, dos empresários e das construtoras particulares. A partir dos anos 30, mudanças ocorrem na história das resoluções dos problemas de edificação de moradias baratas. Isto porque, todas as questões que vinham anteriormente sendo debatidas pelos médicos, políticos e empresários passaram a ser encampadas pelo Estado.

-
- (1) Blay, Eva Alterman, Eu não tenho onde morar, São Paulo, Ed. Nobel, 1985.
Rolnik, Raquel, "Cada um no seu lugar - São Paulo, início da industrialização. Geografia do Poder". Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, s/d.
Valladares, Lícia do Prado, Passa-se uma casa, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
Bonduki, Nabil. "Habitacão popular: contribuição, para o estudo da evolução urbana de São Paulo" in Valladares, (org.) Repensando a habitacão no Brasil, Zahar, 1982.
Kowarick, Lúcio. A espoliação urbana, Paz e Terra, 1979.

Sem dúvida, o recorte cronológico viabilizou a maneira de encaminhar a pesquisa. Contudo, por si só, não conseguiu solucionar um outro problema, talvez o mais complicado: a diversidade de caminhos que poderíamos tomar para abordar o tema escolhido. Neste instante, passamos a nos identificar com um caçador cauteloso, saboreando o prazer da aventura, nas buscas das pistas desejadas.

As pistas foram se apresentando nos próprios documentos, sobretudo no discurso dos políticos e dos intelectuais da época. A partir de então, nosso trabalho passou a diferenciar-se dos demais estudos que realizaram uma análise marxista dos problemas urbanos.⁽²⁾ Contudo, seria imperdoável negar, a importância e a contribuição que recebemos destes estudos. Mesmo porque, sem eles, dificilmente conseguiríamos compreender as significativas questões que nortearam a complexa luta pela apropriação do espaço urbano.

Mais do que um simples abrigo, a habitação apresentava-se, através dos discursos dominantes, como um espaço de formação e moralização do trabalhador nacional. Inúmeros artigos presen-

(2) Villaca, Flávio, O que todo cidadão precisa saber sobre habitação, São Paulo, Global, 1986.

Pereira, Paulo Cesar Xavier, "Espaço, técnica e construção", Dissertação apresentada à área de Ciência Política para a obtenção do título de mestre, USP, 1984.

Blay, Eva Alterman, Eu não tenho onde morar, São Paulo, Ed. Nobel, 1985.

tes no Boletim do Ministério do Trabalho, no decorrer da década de 20 no Brasil, salientaram a importância dos financiamentos da construção popular, como um elemento eficaz, no que se refere ao controle e a disciplinarização do trabalhador fora da fábrica. Tal como nos textos dos políticos, estas preocupações estavam presentes na fala dos intelectuais da época, particularmente, engenheiros e arquitetos.

As semelhanças entre os discursos iam se completando à medida em que, ao lado do caráter moralizador, o problema da moradia popular aparecia inteiramente vinculado ao desenvolvimento das cidades modernas. Neste sentido, intelectuais, professores e ex-alunos da Escola Politécnica de São Paulo e fundadores do Instituto de Engenharia de São Paulo, tentam difundir, no decorrer dos anos 20, uma nova política de gestão para as cidades industriais fazendo uso das possibilidades oferecidas pela técnica.

Com base nos fundamentos do urbanismo moderno, isto é, numa doutrina caracterizada pela valorização positiva da ciência, da técnica e do processo de mecanização das indústrias, estes profissionais empenharam-se em projetar a cidade do trabalho. A circulação e a funcionalidade constituíram-se em elementos primordiais para se compreender esta tendência do pensamento urbanístico que se encontra sistematizado no ano de 1933 na Carta de Atenas, redigida por Le Corbusier no Congresso Internacional dos Arquitetos.

Foi a partir desses pressupostos que o engenheiro Francisco Prestes Maia propõe no final dos anos 20, um Plano de Ave-

nidas para a cidade de São Paulo. Neste Plano, o engenheiro pensa a cidade sob o aspecto funcional, dividindo-a, de forma semelhante a da Carta de Atenas, em quatro funções: habitação, recreação, trabalho e circulação. Assim, que pela primeira vez, a "Habitação Operária" aparece no interior de um projeto urbanístico para a cidade de São Paulo. Cabe aqui destacar que os três planos urbanísticos apresentados em 1911 para aquela cidade tinham suas preocupações voltadas para a solução dos problemas de circulação do centro com os bairros periféricos, mas não se preocuparam em discutir a falta de moradia na cidade. (3)

Contudo, se o "Plano de Avenidas" inaugurava uma nova política de organização do espaço, o mesmo podemos afirmar nas questões concernentes a habitação. A preocupação de Prestes Maia e de outros urbanistas com o problema habitacional, revelava-se sob vários aspectos: na preocupação de relatar todas as experiências que foram realizadas por diversos países na construção de habitação para a população de baixa-renda, nos estudos sobre

(3) Albuquerque, Alexandre de. As novas avenidas de São Paulo. Casa Vanordem, 1910.

Melhoramentos do centro da cidade de São Paulo, apresentado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, Typ. Brazil de Rothchild & Cia, 1911 (Projeto Freire - Guilhem).

O projeto Samuel das Neves foi levado a público pela primeira vez na edição de 23 de janeiro de 1911 no Correio Paulistano.

Neste mesmo ano o prefeito Antonio Prado convida o arquiteto francês Joseph Antonie Bouvard para ajudá-lo a escolher um dos três planos que foram apresentados. Bouvard após analisar os três planos, elabora um relatório contendo sete indicações iniciais e um conjunto de recomendações.

a redução dos padrões técnicos de construção, no processo de fabricação e utilização do material, na técnica de racionalização da construção, e por fim, na redistribuição e organização do espaço interno da casa.

Todos estes aspectos mereceram análises detalhadas no decorrer do Primeiro Congresso de Habitação em São Paulo em 1931. O Instituto de Engenharia e a Prefeitura Municipal de São Paulo foram as principais entidades responsáveis pela organização deste congresso, em que a maior parte dos trabalhos tratava de relacionar o tema da habitação operária com os modernos problemas urbanos. Ao analisar as teses apresentadas em 1931, acompanhamos passo a passo a elaboração dos projetos de "Habitação Operária" ou de "Habitação Econômica" como chamavam os congressistas.

Todavia, junto com estes engenheiros nos preocupamos com os problemas técnicos da construção da moradia operária, por outro lado, tratamos de desconstruí-las, com as ferramentas de seus próprios discursos. Isto porque, em todas as discussões técnicas, encontramos uma acentuada preocupação com a valorização dos preceitos morais e higiênicos, que segundo os urbanistas, constituíam elementos fundamentais para a formação do trabalhador.

Este foi o caminho que escolhemos para acompanhar a formulação da política habitacional nos anos 30 no Brasil, e através dele que procuramos responder a seguinte questão: qual o papel dos técnicos, especificamente dos urbanistas, na formulação da política habitacional na década de 30 no Brasil?

Ao longo desta busca, duas outras questões foram estudadas. A primeira relaciona-se com a elaboração do discurso em prol da casa própria, procurando entender as articulações feitas por técnicos e políticos em torno da "imagem" da "casa própria". Já a segunda questão trata de apontar qual a participação dos trabalhadores e operários no projeto de formulação de uma política habitacional.

Quando identificamos os anos 20 como o momento de gestão de uma nova política urbana, concomitantemente, localizamos nesta política a questão habitacional. Por este motivo torna-se relevante acompanhar a trajetória política e acadêmica destes técnicos, e ao mesmo tempo reconhecer em seus projetos urbanos o espaço destinado à habitação operária. Desse modo, lembramos que o início da trajetória política destes técnicos é o mesmo do ano (1917), de fundação do Instituto de Engenharia em São Paulo. Contudo, não ultrapassamos a década de 40, nem avaliamos os resultados desta política habitacional. Nos restringimos ao trabalho com o campo das intenções, ou melhor, ao mapeamento dos conceitos e das concepções de cidade e moradia.

Importa salientar que embora tratando-se de uma política nacional de habitação, que por princípio deveria atingir a todos os estados, as autoridades nesta época, confiaram aos estudiosos da engenharia e da arquitetura de São Paulo e Rio de Janeiro, a tarefa de solucionar os problemas urbanos, particu-

larmente, o da habitação (4). Todavia, com o intuito de evitar generalizações quanto a história política e social que marcaram as transformações urbanas destas cidades, e com a preocupação de realizar o estudo que acabamos de apresentar, privilegiamos como campo de análise a cidade de São Paulo.

Assim os mapas, as plantas e as fotos dessa cidade, no final dos anos 20 e início dos anos 30, vão permitir acompanhar as transformações e as novas redefinições urbanas, marcadas agora pela circulação dos ônibus, da instalação da energia elétrica nos bairros, da construção de pontes e viadutos, da abertura de ruas e avenidas, das desapropriações ao redor do centro, e do aparecimento dos bairros periféricos. Estes elementos, entre outros, trouxeram novos referenciais para o conjunto da população paulistana. Com relação aos operários, as expectativas não poderiam ser diferentes, dado que os espaços de trabalho e de lazer já estavam comprometidos com a própria dinâmica da cidade moderna.

(4) "Trabalhando em prol da propaganda da construção de casas econômicas, o Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho levou a cabo recentemente, uma interessante campanha de habitação econômica, confiando no Rio e em São Paulo uma série de conferências aos mais destacados nomes entre os estudiosos da engenharia, das ciências econômicas e dos problemas sociais, tanto estão diferentes são os aspectos com que se apresenta a solução do problema: in EMLIC, Seção Notícias e Informações, Rio de Janeiro, nº 90, 1942, pp. 380-390.

Assim, o discurso da "casa própria" foi algo novo mas não exclusivo, da classe dominante. Ele nasce também, nesse final dos anos 20, nos "Bairros Operários", no instante em que seus moradores passam a redefinir suas concepções de cidade e de habitação. Para os setores dominantes, a casa própria significava o elemento eficaz para a moralização e controle do trabalhador urbano: já para os operários, ela representava uma questão de necessidade, sobretudo, de luta pelos direitos de sobrevivência na cidade.

Aos "doutores do espaço", "técnicos do urbanismo", "senhores das réguas e dos esquadros, compassos e pranchetas", reservava-se a tarefa de projetar a cidade do trabalho, desenhar os bairros, as ruas, avenidas, praças, escolas, estádios, hospitais e as casas operárias. Mas, entre estas tarefas, a mais importante, foi a possibilidade de colocar todos os sonhos na "realidade" do papel.

Como já dissemos, algumas imagens de São Paulo, nas décadas de 20 e 30, resgatadas no curso da pesquisa, despertaram nosso interesse para as múltiplas facetas que a problemática da cidade envolve. Estivemos inclinados a elaborar um estudo sobre a história da arquitetura moderna em São Paulo, sobre a evolução urbana de São Paulo, assim como fomos tentados a analisar outros aspectos do "Plano de Avenidas" e acompanhar, nos anos 40, a atuação política de seu autor. Entretanto, a vontade de perseguir uma infinidade de questões, dar conta de uma série de respostas, constitui o limite maior para todo e qualquer trabalho

intelectual. Em nosso caso não poderia ser diferente, aprendemos durante a pesquisa, que este trabalho e as nossas questões são infinitos, portanto, ao invés de concluí-las estamos, na verdade, descerrando outras pistas.

Em vários momentos estivemos próximos dos objetos de estudos e das discussões dos arquitetos, contudo em nenhum momento, esquecemos de trazer estas discussões para o campo da história. Confessamos que foi agradável o relacionamento que mantivemos entre a história e a arquitetura, melhor ainda, foi chegar no final sabendo o quanto falta conhecer.

Esta dissertação de mestrado está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles dedica-se a construir uma problemática em torno da habitação para a população de baixa-renda. Neste capítulo, discutimos de que maneira e, em que momento, a habitação operária passou, através do discurso dominante, a representar um elemento importante para o desenvolvimento industrial.

Para tanto, realizamos uma incursão nas leituras que trataram de focalizar a industrialização no final do século XVIII na Europa, mais especificamente nas cidades de Londres e Paris.⁽⁵⁾ Estes estudos apontaram a presença dos médicos e

(5) Foucault, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Editora Grail, 1980.

Bresciani, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1987.

Bresciani, Maria Stella Martins. "Metrópoles: As faces do monstro urbano - as cidades no século XIX", in: Revista Brasileira de História, vol. 5, nº 8 e 9, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1985.

higienistas, que a partir de suas observações no meio urbano, indicaram os locais considerados "prejudiciais" para o desenvolvimento da cidade industrial. Conforme estes profissionais, os cemitérios, hospitais, matadouros e a moradia da população pobre, representavam os locais infectos da cidade. Com o pressuposto de que o "meio ambiente" é o responsável pela vida, saúde e formação dos indivíduos, estes intelectuais discutiram a importância do espaço da moradia como elemento eficaz para a formação dos hábitos e costumes da população pobre.

Ainda este primeiro capítulo recupera as primeiras leis e decretos que regularizaram a edificação de habitações para a população pobre no final do século XIX na Europa. Acrescentamos a estas discussões as teorias defendidas por arquitetos, filósofos e literatos sobre as cidades modernas. Alguns desses homens chegaram a projetar modelos de cidade, outros trataram apenas de relatar as péssimas condições de vida do trabalhador urbano (6). Entre as diferentes posturas teóricas que nortearam os projetos

(5) (cont.) Béguin François. "Les machineries Anglaises du Confort", in Recherches, nº 29. Fontenay Sous Bois, 1978.

Benévolo. Orígenes del urbanismo moderno. Madrid, Biblioteca Básica de Arquitectura, 1963.

Benévolo. Historia da Arquitetura Moderna. Biblioteca de Arquitectura, 2ª edición, 1974.

Corbin, Alain. Saberes e odores, o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

(6) Ver Françoise Choay em O Urbanismo. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979. Neste livro a autora classifica o pré-urbanismo e o urbanismo. A autora aponta-nos Cabet, Richardson, Morris como verdadeiros utopistas e não deixa de comentar o pré-urbanismo sem modelo de Marx e Engels.

de organização das cidades, enfatizamos o urbanismo progressista, particularmente, aos precursores da arquitetura moderna.(7)

No segundo, realizamos o mesmo percurso do capítulo anterior, porém, desta vez, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no início do século XX, tornaram-se o centro de nossas atenções. Nesta trajetória, incluímos a atuação de alguns engenheiros e arquitetos que, baseados nos fundamentos do urbanismo moderno, tentaram solucionar o problema habitacional na década de 30 no Brasil.(8)

O terceiro capítulo acompanha as discussões no campo da técnica de construção econômica. São estudos preocupados, fundamentalmente, em marcar um novo momento no campo da construção civil, sendo que as questões em torno da racionalização da construção ocuparam posição central. Analisamos os códigos de obras e as alterações técnicas ocorridas na determinação do pé direito, na distribuição das janelas e na presença dos porões, para,

(7) Entre eles destacamos a figura do arquiteto Le Corbusier e de suas obras Os três estabelecimentos humanos, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

Planejamento urbano, São Paulo, 1971.

(8) Ver os Anais do Primeiro Congresso de Habitação em 1931 em São Paulo. Entre as teses apresentadas destacamos os trabalhos dos seguintes engenheiros: Marcelo Taylor Carneiro de Mendonça, Casas Populares, Cidades Jardins; Henrique Doria, Sugestões para a solução do problema das casas operárias, Amador Cintra do Prado Casas rurais adaptadas a casas operárias. Nas discussões entre os projetos em torno dos artigos sobre o urbanismo em São Paulo destacamos os seguintes nomes: Luis de Anhaia Hello e Francisco Prestes Maia.

finalmente, penetrarmos no interior da casa. A fabricação e a utilização dos materiais de construção foram ainda motivos de discussão para este terceiro capítulo.

Após construir, ao lado dos engenheiros e arquitetos, os projetos de habitação econômica, tratamos de apresentar alguns aspectos que marcaram as normas de funcionamento do decreto federal de 1932, que regularizou a aquisição e construção de casas pelas Caixas de Aposentadoria e Pensão.

Finalmente, no quarto e último capítulo, a concepção de cidade e habitação do ponto de vista técnico contrapõe-se à concepção dos trabalhadores urbanos. Devemos então entender este contraponto a partir das "incursões" realizadas através dos Bairros Operários em São Paulo. A partir desta caminhada, novamente comprovamos a presença marcante destes técnicos, na medida em que em seus projetos constava uma preocupação comum a todos os moradores dos bairros operários: o direito de morar, trabalhar e recrear mas, acima de tudo, de viver na "cidade do trabalho".

Se por um lado, este último capítulo responde nossas questões, por outro, ele nos remete para o início do trabalho. Embora existam todos estes "projetos", técnicos, políticos e trabalhadores continuam até hoje a procurar soluções para a ausência de moradias na cidade, ou seja, partem sempre da estaca zero, e, apontam como "nova" uma solução para um problema tão "antigo".

I - CAPÍTULO

CONSTRUINDO UM PROBLEMA: A HABITAÇÃO OPERÁRIA

*"O grande fim da vida urbana
é produzir typos cada vez mais
perfeitos e acabados de civilização
e civilidade
O verdadeiro objetivo da civilização
é construir bellas cidades e viver
nellas em belleza.
Construir cidades é construir homens.
O ambiente urbano é que plasma
o carácter humano, de accôrdo com
a própria feição, para a lealdade
ou para belleza.
Para isso, porém, temos que princi-
piar
pela formação de uma psychologia
urbana e anseio cívico".
'We have to begin with the formation
of tow psychology and civic desire'"
(Lethaby, Town-planner)*

1 - LONDRES E PARIS NO SÉCULO XIX E AS PRIMEIRAS DISCUSSÕES COM RELAÇÃO À MORADIA OPERÁRIA

Durante alguns anos, reunimos uma série de artigos, teses, projetos, fotos e plantas elaborados por políticos e intelectuais, com o intuito de detectar o problema da Habitação Operária no Brasil. O contato com as fontes e a bibliografia revelaram a importância deste estudo nas questões que nortearam os problemas decorrentes da formação da cidade industrial. Tais problemas estavam, diretamente, vinculados ao controle e a disciplina do trabalhador dentro e fora da fábrica. Problemas quanto a imposição, por parte dos setores dominantes, de novos valores e de novos hábitos, vistos como necessários para a formação do trabalhador nacional.

Por outro lado, a habitação apresentava-se, do ponto de vista dos operários, como o espaço necessário para a vida na cidade. Desde o final do século XIX, operários e trabalhadores urbanos, lutavam por melhores condições de vida e nas suas bandeiras de luta ocupavam lugar de destaque as reivindicações em torno da moradia.

Com o objetivo de compreendermos o aparecimento das preocupações com relação ao problema da moradia do trabalhador urbano, procuramos realizar algumas leituras que trataram as questões decorrentes do processo de industrialização. Estas leituras tinham como recorte analítico a Europa do século XIX, e especificamente as cidades de Londres e Paris. (1)

Conforme diz Michael Foucault em "Microfísica do Poder", o medo das aglomerações nos centros das cidades de Londres e Paris no século XVIII, representaram os primeiros sinais de preocupações manifestadas por alguns moradores da cidade, em especial os médicos que, posteriormente, com o auxílio dos higienistas, sanitaristas, autoridades policiais e governamentais, passaram a discutir as possíveis soluções para o problema do crescimento das cidades. Como analisa Foucault, estes homens discutiam a importância do ar e da água para a vida da população urbana, e consequentemente para o desenvolvimento das cidades industriais.

Embuídos de um "novo sentimento" com relação à cidade, o olhar atento destes cientistas indicavam os locais marcados pela ausência destes elementos positivos, isto é, o ar e a água. Os locais insalubres, assim denominados pelo saber médico, representavam o grande perigo de contaminação para a população da cidade. Os cemitérios, matadouros, hospitais e a moradia da população pobre, por exemplo, eram os locais considerados perigosos por estes cientistas, pela falta dos agentes necessários à saúde.

A existência de um pânico urbano em Paris, no decorrer do século XVIII, é retratado por Foucault através do exemplo do cemitério dos inocentes. Conforme este autor,

"... o amontoamento no interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento

de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronavam e os esqueletos se espalharam em suas covas provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente a água apodrecia, etc."(2)

De acôrdo com a teoria dos fluidos que norteava o pensamento médico do século XVIII, o ar e a água eram também portadores de emanções fétidas e pútridas conhecidas como miasmas. A inalação dos miasmas,

"... poderia provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo, obstruindo as vias de circulação do sangue e ocasionando deste modo, o surgimento da doença, de febre pestilencial do escorbuto e da gangrena." (3)

É na França, na segunda metade do século XVIII, que aconteceram as primeiras intervenções da medicina urbana, sendo que os métodos de vigilância de hospitalização adotados nessa época, eram mais um aperfeiçoamento do esquema político médico da quarentena, realizado no final da Idade Média nos séculos XVI e XVII. (4)

Eis aqui os três objetivos essenciais da medicina urbana: primeiramente analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou edêmicos, em segundo lugar, controlar a circulação do ar e da água, e por fim, organizar e distribuir os elementos necessários à vida da cidade, como por exemplo, os esgotos e as fontes de água.(5)

Enquanto o século XVIII, apenas reconhece a existência de uma patologia urbana, através da teoria dos miasmas, o século XIX, a partir dos meios técnicos é mais enfático nas tentativas de erradicar as doenças da insalubridade. Na década de 1870, a partir das descobertas de Pasteur, a teoria do miasma abandona o palco da ciência, porém, é logo substituída pela teoria dos micróbios. Os cientistas deixaram então de acreditar que as doenças contagiosas não se transmitem pela inalação do ar contaminado, mas por germes infecciosos que penetram em toda parte.

"Estas novas descobertas desarmam o antigo temor relativo aos cemitérios. Em 1879, uma comissão conclui pela inocência do local. Os gases que provêm das matérias enterradas e em via de decomposição estão sempre isentos de bactérias,..." (6)

No século XIX uma nova lógica da salubridade impõe-se: o perigo das infecções que são denunciadas pelos médicos que enfatizam a importância terapêutica à circulação dos fluidos. A descoberta de Hawey com relação à circulação sanguínea dos indivíduos é utilizada como exemplo para se pensar o sistema de circulação que se opera no corpo social. (7)

"F.D. Ward reuniu uma imagem que as resume bem as características principais do aparelho de salubridade urbana, sistema cuja base existencial é uma circulação incessante da água. Da água pura que chega a cidade e água usada que, em perpétuo movimento sai da casa e da cidade sem ter engendrado cloacas ou reservatórios que são como já assinalamos formas congênicas de estagnação pestilencial." (8)

O século XIX procurou depositar na técnica todas as expectativas que circundavam a problemática da cidade investindo assim, em grandes aparelhos que obedeciam à nova lógica, a da salubridade.

Os novos esgotos, construídos em Paris no ano de 1824, mereceram o seguinte comentário, de Parênt Duchatelêt:

"como é pequeno o número dos que refletem um pouco sobre as consequências de um tal estabelecimento! Pelo fato de que esse estabelecimento não salta à vista, ignoramos por que meio nossas saúdes são conservadas, de que forma o ar que circunda é respirável, porque milagre um bairro que há pouco tempo era apenas um pântano infecto, encontra-se coberto de palácios e dos mais magníficos teatros, porque a causa de todos esses benefícios está escondida sob a terra, também não pensamos nos infelizes que aí passam suas vidas, porque eles não estão nunca presentes ao nossos olhares, porque não temos com eles nenhuma relação "... enquanto que as fossas estando nas nossas habitações nos sentimos melhor do que ninguém os inconvenientes e as vantagens disso." (9)

Enquanto a instalação dos novos serviços de água e esgoto solucionavam os problemas relacionados com a circulação da água na cidade, por outro lado, estes mesmos serviços trouxeram outras preocupações, com o meio urbano, desta vez relacionadas com a vida e o meio ambiente da população pobre na cidade. De tais preocupações encarregavam-se a medicina social que segundo Foucault surgiu no segundo terço do século XIX, isto é, no momento que a pobreza passou a constituir uma ameaça à ordem social. Primeiramente, porque durante as grandes agitações sociais

do começo do século XIX, a população tornou-se uma força política capaz de se revoltar e, ao mesmo tempo de participar da revolta. Em segundo lugar, a partir do século XIX, com a instalação dos novos serviços de água, esgoto e dos serviços postais os pobres foram perdendo sua função na cidade. Lembramos aqui, que antes da instalação destes serviços, eram os pobres que circulavam na cidade, carregando água ou entregando cartas. Por fim, a cólera de 1832, que iniciou em Paris e acabou propagando-se por toda Europa, cristalizou em torno da população proletária uma série de medos políticos e sanitários.

Após a revolução francesa, a pobreza passa a ser problematizada na França como uma ameaça física e política. A doença contagiosa além de comprometer a saúde da população pobre, carrega consigo os germes da insubordinação e revolta.

"O espectro das multidões incontroláveis dos anos revolucionários faz-se presente a cada momento da vida cotidiana, como força em repouso de uma sociedade que se autoconcebe constituída sobre o marco do acolhimento da pobreza no campo da política." (10)

Já para a sociedade vitoriana, a pobreza constitui uma ameaça física e moral. Além disso, as autoridades inglesas vão procurar contabilizar o custo econômico e social da miséria, demonstrando os prejuízos causados pela doença, tendo em vista que os mesmos refletem na produtividade do trabalhador inglês.

Nas cidades inglesas, o medo das concentrações resultou nas primeiras leis sanitárias coordenadas por Edwin Chadwick, nomeado assistente da comissão dos pobres que fez as primeiras observações sobre as condições de vida da população trabalhadora. Encontramos nestas observações uma relação entre a insalubridade e as más condições de alojamento do pobre, e elas também apontam para questões referentes à moral e à higiene da família trabalhadora:

"Os fatos demostram a importância política e moral destas considerações, a saber que os meios ambientes físicos insalubres deterioram a saúde e o estado físico da população, que eles agem por isso mesmo como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral: que diminuindo a esperança de vida da população operária adulta, interrompem o crescimento das capacidades produtivas e diminuem o capital social e moral da comunidade; que eles substituem a uma população que aumenta e conserva a instrução que se aperfeiçoa corretamente que é jovem ignorante, crédula apaixonada e perigosa devido à sua indignação permanente à degradação física e moral." (11)

Ao verificar estes pronunciamentos médicos constatamos a presença de alguns itens importantes para a compreensão do interesse médico com o meio ambiente da população pobre. Denunciando as péssimas condições de vida da população pobre, estes cientistas demonstravam as vantagens oferecidas pelo conforto sobre o bem estar do corpo do indivíduo. Segundo a tese médica, este conforto possibilita o indivíduo aumentar, progressivamente, a sua produtividade e o seu interesse pelo trabalho contri-

buindo no seu conjunto para o desenvolvimento do sistema capitalista. (12)

O artigo de François Béguin "Les Machineries Anglaises du Confort" (13), discute a importância da introdução do conforto na vida da população pobre. Conforme Béguin, o conforto vem a ser uma disciplina suave, que uma vez oferecida é capaz de produzir mudanças nos hábitos e nos comportamentos da população carente. O mesmo autor, aponta algumas experiências que foram realizadas na Inglaterra e Escócia durante o século XVIII, através das chamadas "Vilas Modélos" que, foram construídas por proprietários, agricultores e industriais, fixavam os seus trabalhadores, oferecendo a eles todos os recursos necessários para sobreviver, isto é, construíram moradias, escolas, farmácias, hospitais, cuidavam da educação dos filhos e ainda criaram um Instituto para a formação do caráter destes trabalhadores.

Estas "experiências" de vilas modélos foram relatadas, segundo Béguin, através das grandes enquêtes realizadas na Inglaterra, no sentido de confirmar a necessidade de uma intervenção no meio ambiente do trabalhador. Béguin revela as conclusões das enquêtes a partir destas experiências

"... essas habitações experimentais funcionaram como verdadeiros laboratórios de psicologia, onde se aprendeu, entre outras coisas, que para controlar o comportamento de um indivíduo, o mais eficaz dos experientes não era necessariamente exterior a esse indivíduo, quer dizer, que a partir do momento em que se exercia um controle sobre certas sequências de seu modo de satisfação corporal, esse indivíduo podia perfeitamente tornar-se vigia de si próprio" (14)

Constatamos por meio da análise de Béguin, que a imagem de uma habitação saudável, higiênica era divulgada pelos setores dominante como um agente eficaz, na formação e no controle do trabalhador urbano.

Esta nova maneira de intervenção no habitat demonstrada por Béguin, indica-nos uma mudança no século XIX, com relação aos problemas decorrentes da pobreza. Encontramos no século XVI-II atitudes isoladas em relação a pobreza, pois tais atitudes estavam a cargo das associações filantrópicas ou de alguma entidade particular. Por outro lado, a partir do século XIX, a pobreza deixa de ser uma simples questão de caridade e passa a representar um problema a ser combatido e eliminado pelo saber científico.

Através do auxílio das "maquinárias do conforto", ou seja, com a instalação das redes de água e esgoto, a cidade passará a ser planejada de tal maneira, que os obstáculos materiais serão superados no sentido de possibilitar a execução dos projetos aprovados. Sendo assim, todos os dados serão levantados estatisticamente, apontando os custos necessários para a implantação dos projetos.

A arquitetura e a engenharia cuidarão dos detalhes da construção priorizando a distribuição e a funcionalidade dos espaços internos, enquanto que a química será responsável pelas análises do solo. Esta nova maneira de intervenção no meio ambiente será, na perspectiva de Béguin o fator principal que diferenciará o século XIX dos momentos anteriores.

Como nós diz este autor,

"... reduzida a dados geológicos e técnicos, a espessura histórica da cidade é curto - circuitado o desvio através dos dados sensíveis é isolado, o urbano banalizado em proveito de novas configuração operatórias". (15)

Presenciamos a partir deste fato, uma nova intervenção na cidade e, paralelamente, a imposição de limites constituídos por interesses técnicos, políticos e econômicos.

Podemos ainda concluir, através das palavras de Béguin que

"... as condições de habitabilidade não serão mais circunscritas pelas características de um lugar, elas não mais serão submetidas as qualidades de um, solo de um clima, nem a uma localização das casas, dos bairros e da cidade em um ambiente qualitativamente diferenciado." (16)

Como na França, Inglaterra e nas demais cidades da Europa, a questão urbana passa a constituir como problema para as cidades das Américas inclusive, no Brasil. Entre estes problemas, a "habitação popular" destaca-se como um dos principais aspectos de discussão dos diferentes programas de intervenção na cidade.

A IMAGEM DO DESCONFORTO

Acompanhamos através da leitura de Béguin, a importância da implantação dos equipamentos coletivos na cidade. Observamos também a sua influência, no que diz respeito, a mudança nos hábitos e costume da população pobre. Enfatizamos a presença da medicina, que paralelamente com a arquitetura, estatística, química e a engenharia, tentaram reduzir a cidade em cálculos puramente técnicos e geológicos.

Em diferentes perspectivas, vários autores trataram de apresentar a preocupação dos cientistas em relatar no final do século XIX, as péssimas condições de vida dos trabalhadores urbanos. (17) Entre estes estudos a autora de Londres e Paris no século XIX (18), aponta-nos a importância destes relatos na construção de uma representação sobre a pobreza.

"... as pesquisas das autoridades administrativas dessa década, transcritas nos famosos Blue Books, são enfáticas no relato das péssimas condições de vida dos operários. Mais imundície piores sofrimentos físicos e desordens morais do que os descritos por Howard em relação aos detentos das prisões, são encontrados entre os trabalhadores que habitam os porões nas cidades de Liverpool" (19)

Esta mesma historiadora demonstra, através dos depoimentos, as mesmas impressões com relação a pobreza em Paris:

"A França caminha para esta miséria: Paris tem 86 mil pobres conhecidos e talvez outro tanto desconhecido. Os trabalhadores franceses são tão miseráveis que nas províncias onde a indústria é maior, os homens nas suas cabanas de terra, não possuem nem mesmo leite". (20)

Novamente enfatizamos as diferenças com relação ao tratamento da pobreza revelado por estas cidades.

"...pois aquilo, que apareceu como contágio moral na Inglaterra, tem na França a qualidade de ameaça política, enquanto entre os ingleses se computa o custo econômico da miséria nos seus variados aspectos (doença, desemprego, demoralização, representam gastos para a sociedade), entre os franceses a preocupação maior fica com os custos políticos da ameaça da miséria às instituições." (21)

Embora existam diferenças, com relação ao tratamento dado a pobreza em Londres e Paris, por outro lado, podemos verificar em ambas cidades, insistentes preocupações concernentes ao problema da moradia do trabalhador pobre e urbano.

Engels, por exemplo, percorre e descreve detalhadamente os bairros operários.

"... massa de casas três a quatro andares, construídas sem planejamento, em ruas estreitas, sinuosas e sujas, abriga parte da população operária. Nas ruas a animação é intensa, um mercado de legumes e frutas de má qualidade se espalha, reduzindo o espaço para os passantes. O cheiro é nauseante. A cena torna-se mais espantosa no interior das moradias, nos pátios e ruelas transversais: não há um meio vidro de janelas

intacto, os muros são leprosos, os batentes das portas e janelas estão quebrados e as portas, quando existem, são feitas de pranchas pregadas." (22)

Assim como Engels, encontramos outros observadores que relataram em seus escritos observações contundentes sobre as péssimas condições de moradia dos trabalhadores na cidade. Em 1849, um observador procurou descrever do alto de Montmartre a cidade de Paris:

"Um amontoado de casas desalinhadas encimado por um céu sempre nebuloso, mesmo nos dias mais belos. Somos tomados de medo súbito, hesitamos em penetrar neste vasto dédalo onde já se acotovelam mais de um milhão de homens, onde o ar viciado de exalações eleva-se formando uma nuvem infecta para obscurecer o sol quase completo." (23)

Na primeira metade do século XIX foram executadas formas de intervenção técnica no meio urbano. Tais posturas centravam-se na necessidade dos sistemas de serviço coletivos, que deveriam canalizar a água e os esgotos, mantendo em movimentos os fluidos necessários para assegurar boas condições de vida na cidade moderna. Os pesquisadores ingleses se pronunciavam da seguinte maneira sobre a importância desses aparelhos para os hábitos dos operários:

"Em Nottingham, a melhoria de limpeza pessoal foi logo muito nítida, constava-se disso de maneira evidente nas ruas. Os médicos relataram que as casas eram melhor cuidadas e que as doenças eram menos frequentes. Uma outra vantagem era a supressão dos amontoamentos

em volta das bombas hidráulicas públicas. Newcastle-On-Tyne, onde existiam fontes públicas e onde as moças são, por isso, levadas a ficar ao lado de qualquer pessoa, resulta desse fato algo absolutamente chocante" (24)

Os mesmos pesquisadores relatam uma série de experiências realizadas por agricultores e industriais ingleses que investiam na construção de habitações para seus empregados. Todas as experiências comprovaram a eficácia do meio sobre seus habitantes. Segundo estes relatórios

"... o caráter é formado para e não pelo indivíduo, e a sociedade dispõe agora de meios e de poder suficiente para formar o caráter de cada um." (25)

Os relatórios elaborados por Emile Muller & Cachéux e divulgados na França, no final do século XIX, apontam uma série de consequências causadas pelas péssimas condições de habitabilidade do trabalhador pobre. Estas pesquisas concluíram que os problemas decorrentes da falta de moral e higiene desencadeavam a mortalidade dos trabalhadores.

"En 1882 Villermé établit que la mortalité par le choléra dans les divers quartiers de Paris était proportionnelle au nombre de gens pauvres que les habitaient. Ces conclusions furent confirmées absolument par les tableaux dressés par Casper, à Berlin, et par Mac d'Epine, à Genève." (26)

Todavia, ao lado das pesquisas que apontavam os perigos causados pelas habitações insalubres, médicos e higienistas

visualizavam a possibilidade de implantar uma nova gestão da vida do trabalhador pobre. Desse modo todas as idéias vinculadas à necessidade de moralização do trabalhador nacional "materializa no espaço de casa". As necessidades físicas e biológicas defendidas pelo saber clínico, com relação ao conforto e bem estar do homem, serviram de base para a formulação de um projeto de organização de vida dos trabalhadores.

A casa higiênica foi projetada pelos técnicos como um bem necessário no combate ao vício e à indisciplina. Segundo Alain Corbin, Môleon relator do Conselho de Salubridade na França conclui que,

"... um povo amigo da limpeza logo se torna amigo da ordem e da disciplina."
(27)

Os médicos e higienistas enfatizavam a necessidade de purificação das cidades no século XIX, e concomitantemente, a purificação da moradia dos pobres, com o intuito de tornar a casa do trabalhador urbano, um espaço desejável longe do alcance ameaçador da rua e dos bares. Aos engenheiros e arquitetos coube a materialização dos projetos de habitação higiênica, isto é, dar uma resposta prática aos problemas colocados pela falta de higiene das habitações operárias.

O relatório apresentado por Émile Muller & Émile Cacheux, indica-nos vários estudos realizados nos países europeus, sobre a importância da composição do solo, os efeitos da altitude, os estudos sobre os materiais de construção e a distribuição

dos serviços de água e esgoto. Estes estudos buscaram soluções técnicas e baratas para a concretização dos projetos de construção higiênica para a população de baixa renda.

Neste instante os engenheiros, arquitetos, sociólogos, literatos transformam a cidade no século XIX em um imenso laboratório, e ao lado do poder público vão procurar implantar as primeiras medidas de higienização na moradia do trabalhador urbano.

2 - AS PRIMEIRAS INICIATIVAS PÚBLICAS: LEIS, DECRETOS DE CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA A POPULAÇÃO POBRE

Lembramos que, em meados do século passado, a Europa se sentiu ameaçada pela epidemia de cólera, o que levou à realização de uma pesquisa efetuada por uma equipe de médicos e coordenadas pelo inglês Edwin Chadwinck. No decorrer da pesquisa, visava analisar as condições propícias ao aparecimento de doenças epidêmicas e a encontrar soluções de combate e de profilaxia da doença. Salientamos, uma vez mais, que estas pesquisas assinalaram uma nova política de intervenção no meio ambiente da população pobre.

"... Chadwick propõe que se elimine todos os obstáculos ao bom e livre andamento das atividades Sociais. Para tanto, demonstra a relação entre a sujeira e a doença, entre a promiscuidade e os comportamentos indesejáveis para a sociedade do trabalho, entre a doença e a diminuição da produção e os aumentos dos gastos com a caridade pública (impostos das Leis dos Pobres) em particular no amparo do doente e de sua família, das viúvas e dos orfãos." (28)

Os relatórios apresentados pela equipe de Chadwick, procuravam demonstrar ao Estado, através de dados estatísticos as vantagens políticas e econômicas oferecidas pela implantação dos sistemas de canalização de água e através da instalação das redes de esgoto na cidade. Estes relatórios, acompanhados pela ameaça de uma nova epidemia de cólera, contribuíram na constituição da primeira lei sanitária e urbana aprovada na Inglaterra em 1848. (29)

Quanto a legislação concernente à constituição da moradia popular, encontramos por volta dos anos de 1866 e de 1871, algumas iniciativas por parte do Estado e de instituições filantrópicas que resultaram poucas modificações em torno das condições de vida da população trabalhadora inglesa. (30) Conforme Benévolo, em 1890 a Inglaterra tem

"... cerca de quarenta associações que colaboram com as administrações, estas liberam as áreas ocupadas pelos slums, enquanto que os particulares constroem novas vivendas" (31)

Benevolo ainda revela, que no final do século XIX o Estado decide, por fim, abordar o problema da construção econômica e nomeia uma comissão real composta pelo príncipe de Gales, o conde Shaftesbury Chamberlain e pelo próprio Chadwick. Esta comissão leva à promulgação da lei de 1890, a Housing of the Workers Class Act que, por sua vez unifica as leis precedentes de 1886 e de 1875 e as disposições das leis Sanitárias. (32)

A primeira finalidade da legislação inglesa de construção popular relaciona-se com a questão da "salubridade". Constatamos, no conjunto de medidas que procuraram organizar a cidade, uma preocupação constante da legislação inglesa em definir o que vem a ser uma habitação insalubre. A mesma legislação nos indica

"... a marcha a seguir para fechar e demolir não só as insalubres como as que tiram ar e luz das vizinhas indicando também os meios de organizar os projetos de reconstrução e bem assim as indenizações aos proprietários." (33)

A segunda finalidade da legislação inglesa aponta os incentivos dos municípios para viabilizar a construção e o financiamento de moradia para a população de baixo poder aquisitivo. No ano de 1899, Backheuser, afirma que, sob o

"... título de 'Small houses acquisition of ownership' votou o parlamento uma lei que autoriza as autoridades locais a emprestar às sociedades e particulares para facilitar a aquisição de pequenas casas, até 4/5 de avaliação, um máximo de 240 libras esterlinas, com o reem-

bolso dentro de 30 annos, no máximo e uma taxa de juro não podendo exceder de um meio acima da taxa do empréstimo."
(34)

Com o objetivo de demonstrar a importância da Housing Act e a participação dos municípios nos programas de construção de habitações para os operários ingleses, o engenheiro Backeuser toma como exemplo, as municipalidades que fizeram uso desta lei, entre elas, Manchester, Aberdeen, Londres, Birmingham, Huddersfield. Segundo a Housing Act as autoridades municipais dessas cidades

"... tem o dever de manter as casas em perfeito estado de salubridade e quando encontrarem proprietários que não queiram ou não possam assegurar esta salubridade, devem ordenar a demolição; seus poderes são bastante para que possam fazer arranjar um grupo de casas e mesmo um quarteirão inteiro" (35)

A legislação inglesa ultrapassava os problemas relacionados com as condições de vida do trabalhador urbano, na medida em que procurava eliminar todos os locais considerados insalubres na cidade. Backeuser reforça o poder de intervenção dos municípios na Inglaterra ao resgatar excerto do relatório de Paul Strauss, onde este afirma que

"... efetuada a demolição o terreno é comprado pelo município que tem a obrigação de fazer construir casas para alojar os moradores das construções demolidas" (36)

No final do século XIX, foram realizados vários congressos em outros países como; Dinamarca, França e Bruxelas, no sentido de discutir a necessidade de intervenção do Estado no tocante à edificação de casas populares. Ao analisarmos as propostas apresentadas no decorrer destes congressos, presenciamos um longo debate em torno da possibilidade de intervenção do Estado, nos programas de construção popular. Destacamos aqui, a opinião diferenciada do congresso de Paris em 1889, no que tange à presença do Estado nos programas de construção de moradias populares. Segundo o relatório apresentado por Backheuser,

"... O congresso de Paris, em 1889, declarou que a intervenção direta dos Estados ou das autoridades locais entrando no mercado, vindo a fazer assim concorrência à indústria privada ou a fixar tarifas para as casas, deve ser afastada, não pode ser admittida senão se trate de meios de comunicação de polícia sanitária ou de perseguição fiscal." (37)

Já o Congresso de Paris, realizado no ano de 1900 coloca de outro modo a importância da intervenção estatal na construção de habitações populares. Segundo o item II deste congresso:

"os poderes públicos tem um claro e considerável dever a desempenhar no melhoramento das habitações populares..." (38)

Entre os deveres assinalados, cabe aos poderes públicos ainda

"...promover a evolução geral para o progresso, elles podem promover e sustentar as tentativas das associações e dos indivíduos, concorrendo de vários modos, especialmente:

a) com inqueritos sobre o estado das habitações populares;

b) com a attenuação fiscal, seja permanente, seja temporária tanto sobre os impostos gerais como taxas locais, estas attenuações devendo ser bastante sensíveis para serem efficazes;..." (39)

Já, os especialistas reunidos nos congressos de Dusseldorf de 1902 e Liège no ano 1905, chegavam a outras conclusões, isto é, salientam-se a necessidade da intervenção do Estado, no tocante a moradia operária. Os congressistas alegavam que

"... o número de casas construídas pelos particulares esta longe de satisfazer às necessidades de casas deste género." (40).

Segundo as resoluções aprovadas nesses congressos, somente o Estado é capaz de fornecer as condições necessárias para a construção de pequenas habitações porque, nesse momento, é o único a dispor de recursos que possibilitem a criação de órgãos com a finalidade de executar os projetos de moradias para a população pobre.

Cabe aqui lembrar as discussões de Foucault sobre o papel do Estado nas decisões tomadas sobre os problemas da cidade. (41) Conforme Foucault, o Estado exerce a função de controlar e administrar os diversos órgãos do aparelho de salubridade, para este autor, torna-se frequente a preocupação de dispor o meio ambiente dos homens, ou seja a relação destes com as coisas

que o cercam:

"Governam-se coisas (...). Estas coisas que o governo deve-se encarregar, são homens, mas em suas relações com coisa que são as riquezas, os recursos, meios de subsistência, o território e suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.: os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc., finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc". (42)

Na perspectiva de Foucault, o Estado passará a ser o agente financiador dos projetos que envolvem as novas formas de salubridade pela capacidade de coordenar estes diversos órgãos, e também, porque ele é capaz de reduzir o custo de financiamento, conseguindo taxas de juro mais baixo. Além disso, dispõe o poder político para impor aos proprietários e aos construtores as "novas formas de salubridade." (43)

Desde o início do século, na Alemanha é marcante a presença do Estado na regulamentação da construção popular. Everardo Backeuser revela que:

"Todo trabalhador alemão, cujo salário não passe de 2.000 marcos é obrigado à contribuição hebdomadaria, que varia de 14 a 30 "pfennigs". O patrão dá uma somma igual. Os segurados teem direito a uma renda a partir de 70 annos ou quando a moléstia lhes não permite ganhar mais o terço do seu salário médio. O direito á renda da velhice se adquire depois de 30 annos de contribuição, e a renda em caso de doença, depois de cinco annos. A primeira é de 106 e 191

marcos; a segunda de 114 a 278 marcos. O império contribue para cada renda com 50 marcos..." (44)

O exemplo acima aponta que o governo alemão ao construir moradias populares adotava medidas concernentes a questão do seguro de vida dos trabalhadores, tais como: seguro obrigatório contra a velhice, a invalidez e as moléstias.

"Essas companhias de seguros assim como as instituições de assistência e outros, emprestam, com o fim de ser o dinheiro emprestado empregado em construções econômicas. Logo depois, o próprio Estado começou a se interessar directamente pela questão fazendo construir casas para seus operários. Mais tarde, foi reconhecido que isto não bastava e que somas avultadas deviam ser postas à disposição das sociedades que contribuissem para a pobreza em geral." (45)

Na Alemanha, o Estado teve um papel importante na regulamentação e na criação de normas e empréstimos que incentivaram a construção popular. Entretanto, importa ressaltar o empenho dos municípios em solucionar os problemas relacionados à moradia.

A preocupação dos municípios com a construção de habitações para a população pobre aparece, através da legislação alemã, como algo recorrente de uma forte centralização de poder, do Estado Alemão, e vem a ser consequência da imposição de regulamentos, montados a partir de um vasto programa proposto pelo Estado aos municípios. Conforme este programa:

"Os municípios podem ainda auxiliar os esforços das sociedades de construção, pondo gratuitamente à sua disposição, os conselhos e a collaboração dos empregados municipaes. As sociedades de construcções operárias teem geralmente um pequeno capital, e seria útil que os municípios encorajassem nas subscrevendo-lhes acções facilitando os empréstimos hypothecários..."(46)

Na França, diferentemente da Alemanha, a legislação que regula a edificação de casas operárias é baseada na lei belga de 1889, conhecida como Lei Siegrfried e promulgada em 30 de novembro de 1904. (47).

O artigo primeiro desta lei, afirma:

"Poderá ser estabelecido em cada departamento um ou vários comitês de habitações baratas. Estes comitês teem por missão encorajar a construcção de casas salubres e baratas, seja por particulares de sociedades, com o fim de alugá-las ou vendel-as a prazo fixo ou por pagamento fraccionados a pessoas que não forem proprietárias de casa alguma, notadamente dos operários ou empregados vivendo, principalmente do seu trabalho ou do seu salário, seja pelos próprios interessados para uso próprio." (48)

Constatamos a descentralização administrativa em torno da construção de habitações baratas na França, a partir da formação dos comitês, instituídos por decreto pelo presidente da República depois do parecer do Conselho Geral e do Conselho Superior das habitações baratas. Ao contrário da Alemanha, a França, procurava através da legislação, depositar aos municípios a

responsabilidade de executar os programas de construção barata. Para tanto, procurava incorporar na formação dos comitês, pessoas ligadas às questões de higiene de construção e de economia social, além de membros vinculados às sociedades mútuas de previdência e sindicatos. Estes comitês, assim constituídos, organizavam o seu regulamento, que, logo após, era submetido ao parecer do prefeito:

Outro fator importante, presente na legislação francesa, diz respeito à ação dos municípios frente aos programas de construção barata. Como já comentamos, movimento semelhante também aconteceu na Inglaterra.

Além da Alemanha, França e Inglaterra, enfatizamos a presença da Itália e Bélgica nos programas de habitação barata. A legislação belga, por exemplo, foi amplamente debatida no Congresso Internacional em Londres no ano de 1906 e tratava, basicamente, de incentivar as sociedades particulares nas construções de habitações baratas, a partir da concessão de empréstimos financiados pelas Caixas Econômicas.

A partir de 1889, a lei belga, permitiu um espaço para a intervenção de construtoras particulares nos programas de construção barata. Este fato, desencadeia em intenso debate frente à demais legislação em torno da descentralização do poder municipal sobre a construção de habitações. Como veremos adiante no Brasil, o Construtor Antonio Jannuzzi em seu livro, Esforço Histórico do Problema da Construção de Casas Populares na cidade do Rio de Janeiro, ressalta a importância da Bélgica nos programas de construção barata. Todos os estadistas da Euro-

pa e da América, referindo-se à municipalização dos programas de construção das casas populares, reduzem os seus argumentos ao seguinte:

"os municípios devem antes de tudo destinar os próprios recursos à realização dos objetivos "de interesse geral", pertencendo aos órgãos executivos da coletividade as redes de, estradas, esgotos, água e os edifícios necessários para as escolas e outros serviços administrativos de todas as espécies." (49)

Na opinião de Jannuzzi, os municípios não devem impedir a atuação das iniciativas particulares e das associações livres nos programas de construção popular. Para este construtor, assinalar os fatores positivos existentes na legislação belga, seria uma maneira de colocar em prática, no Brasil, os benefícios que esta legislação, poderia contribuir em favor das iniciativas particulares.

Antonio Jannuzzi justifica seus argumentos em favor da legislação belga, apresentando os seguintes resultados:

"... logo que foi sancionada a lei de proteção as empresas construtoras de casas operárias, foram entregues de 1889 a 1907, o número de 33.046 casas. Sendo que neste mesmo país, existiam cerca de 511 sociedades que através dos benefícios do governo, dedicavam-se à construção de casas para proletários." (50)

As experiências destas cidades nos programas de habitação barata procuravam solucionar os problemas causados pelas péssimas condições de vida do trabalhador urbano. Como vimos, ainda neste momento, não se cogitava a possibilidade de compra de moradias por parte dos trabalhadores.

O leitor, por certo, já deve saber que nossas atenções estão voltadas para as questões que se referem ao problema da habitação, mais especificamente, da habitação operária. Sendo assim, trataremos agora de indentificar de que maneira a questão da habitação aparece nos discursos dos urbanistas.

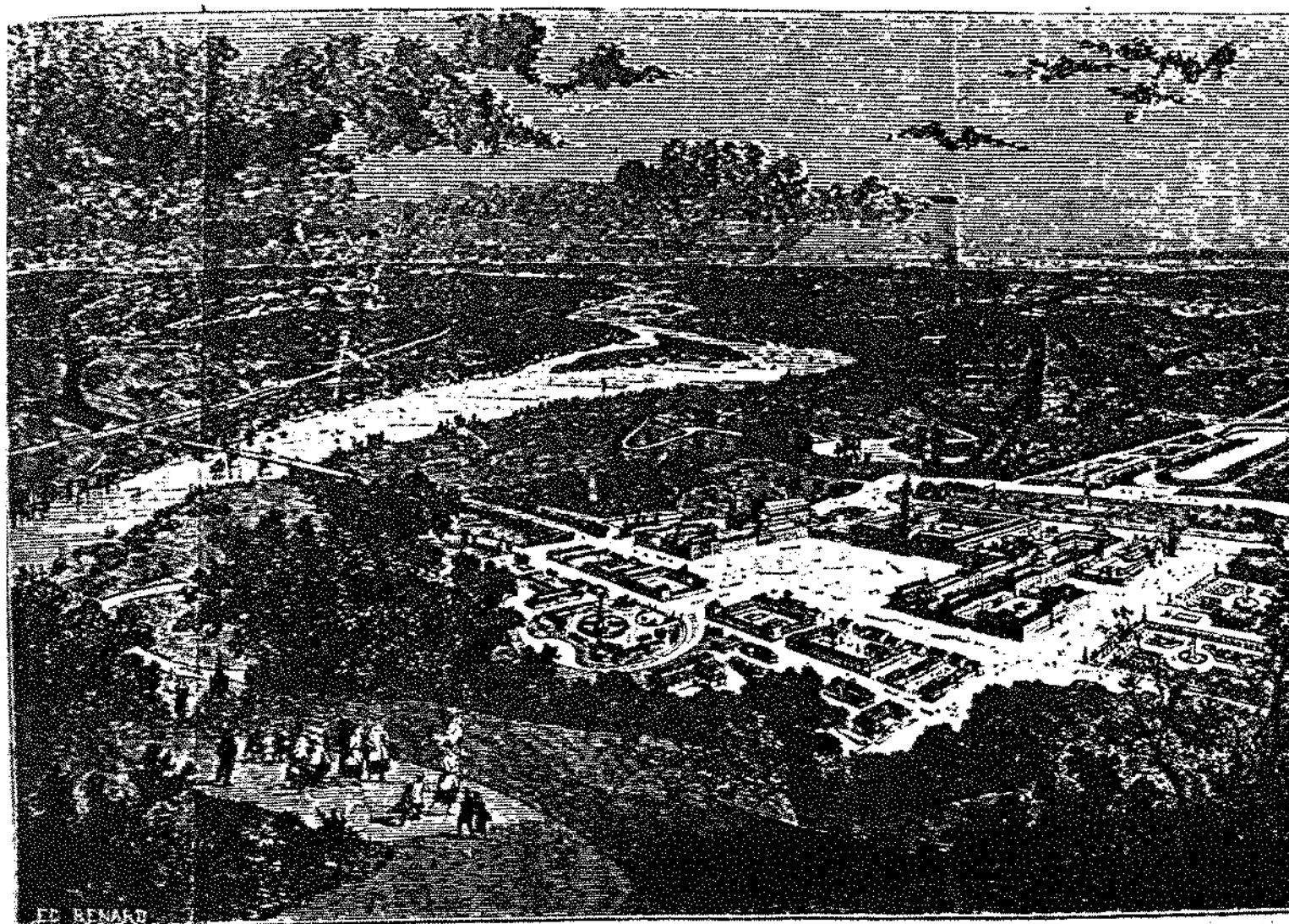
As leis e os decretos de construção popular, acompanhavam as discussões teóricas em torno da cidade, mantidas por arquitetos, engenheiros, filósofos, literatos, que passaram, então, a problematizar os núcleos urbanos. Alguns chegaram mesmo a projetar modelo de cidade, entre eles, destacamos os nomes de Owen, Fourier, Richardson, Cabet, Proudhon, Carlyle, Engels e Marx.

3 - O URBANISMO

Para a historiadora de arquitetura Françoise Choay, Owen, Fourier, Richardson, Cabet e Proudhon foram os precursores do pré-urbanismo e no seu entender os mesmos pertencem à vertente progressista. A mesma autora classifica ainda como pré-urbanismo, sem modelo, as teorias defendidas por Marx e Engels no século XIX na Inglaterra (51). Na opinião desta historiadora, dois aspectos fundamentais diferenciam o pré-urbanismo do urbanismo. Primeiramente, porque o pré-urbanismo era obra de historiadores, economistas ou políticos, enquanto o urbanismo vem a ser obra exclusiva dos arquitetos. Um outro fator que caracteriza estas duas correntes, está no caráter prático que o urbanismo pretende assumir, em contraposição às tendências utópicas do pré-urbanismo do século XIX. (52)

Embora consideremos relevante as argumentações feitas por Choay ao realizar esta classificação, pretendemos abandoná-las, na medida em que, como vimos anteriormente, a partir do trabalho de François Béguin, já podemos identificar como práticas urbanistas as políticas de intervenção realizadas no final do século XIX na Inglaterra. (53).

Contudo, ao voltarmos para estes urbanistas que acabamos de mencionar acima, concordamos com Choay que eles representaram o papel de questionadores das relações sociais, e ao mesmo tempo, criticaram as estruturas políticas e sociais existentes.



Vue générale d'un Phalanstère ou Village organisé d'après la théorie de Fourier.
(Rédaction du grand dessin lithographié par Arnoult.)

PONTE: D. Lewis La Ciudad: Problemas de Diseño y Estructura
Barcelona, Ed. Gustavo Gili, S.A., 1968.

Porém, em contrapartida, apresentaram diferentes propostas de cidade.

Todos estes autores têm em comum uma mesma concepção do homem e da razão, que fica plenamente confirmada em suas propostas para cidade moderna.

"Quando fundam suas críticas da grande cidade industrial no escândalo do indivíduo 'alienado', e quando se propõem como objetivo um homem consumado, isso se dá em nome de uma concepção do indivíduo humano como tipo, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido em necessidades tipos cientificamente dedutíveis. Um certo racionalismo, a ciência, a técnica devem possibilitar resolver os problemas colocados pela relação dos homens com o meio entre si" (54).

Nas palavras de Owen, a sociedade moderna impele os homens a exercerem a sua inteligência. Estes homens se vêem motivados por sentimentos e sensações que os afastam da racionalidade. Com o intuito de levar os homens ao reino da razão, Owen propõe as cidadezinhas modelo;

"Para realizar os princípios que formam a ciência social, seria desejável que o governo estabelecesse vários núcleos de associações modelos, contendo de 500 a 2.000 habitantes alojados em construções apropriadas para produzir uma variedade de produtos, e para dar às crianças uma educação adequada. Cada uma dessas cidadezinhas novas seria um modelo da maneira pela qual ela se sustentaria se governaria a si mesma, criaria e ocuparia todos os seus membros". (55)

Em oposição ao modelo de cidade proposto por Owen, encontramos ainda o urbanismo sem modelo de Marx e Engels. Ao relatar as péssimas condições de vida do trabalhador urbano, estes cientistas consideravam a crise da habitação como algo recorrente da exploração e da opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. Engels não chega a especular sobre o modo como a sociedade futura irá regular a repartição dos alimentos e dos alojamentos, pois considera todo um modelo de sociedade, uma utopia. (56)

Estes autores, embora considerem o problema habitacional como elemento crucial para o desenvolvimento da cidade moderna, poucos elementos introduzem nos estudos sobre a moradia para a população carente. Por outro lado, o urbanismo moderno, ou seja, o modelo chamado por Choay de progressista, ao voltar-se para a industrialização das cidades modernas, dedica-se, essencialmente, à questão da moradia em seus projetos urbanísticos.

Conforme a historiadora da arquitetura, Françoise Choay, o urbanismo pode ser ainda classificado em: progressista, culturalista, naturalista, tecnocracia e antropólise. Neste momento, estamos privilegiando para os nossos estudos, os modelos culturalistas e o progressista. No modelo culturalista, encontramos Camillo Sitte, Ebenezer Howard, e Raymond Unwin. Os princípios ideológicos que permeiam o modelo culturalista diferem, em vários aspectos, do modelo progressista, entre eles, na preocupação com a estética e com a auto projeção cultural.

Justificamos a afirmação acima quando percorremos o modelo culturalista expresso nas obras de Camillo Sitte em Viena. O planejamento da Ringstrasse, em meados do século XIX, centrava-se exclusivamente no embelezamento da imagem da cidade. Segundo, Carl Schorske:

"Os objetivos práticos, que poderiam ser alcançados com o remodelamento da cidade, subordinaram-se sólidamente à função simbólica da representação. O que dominou a Ringstrasse não foi a utilidade, mas a autoprojeção cultural." (57)

Enquanto outras cidades industriais como, Londres, Paris, Berlim, incorporavam aos efeitos estéticos as preocupações com a organização funcional do espaço urbano, Viena de Camillo Sitte valorizava os aspectos culturais como nas antigas cidades. Nesta perspectiva, ficaram totalmente ausentes dos projetos de Sitte na era Ringstrasse, o planejamento social de expansão urbana e, as construções de habitações de baixo custo. (58)

De outro modo, seguindo ainda a linha culturalista, destacamos o projeto de cidades jardins, idealizado por Ebenezer Howard no final do século XIX. Howard recupera as projeções da cidade do futuro dos utopistas da primeira metade do século XIX, como Pier Kropotkin e Owen. Nos projetos de cidades-jardins de Howard, podemos novamente defrontar com as mesmas preocupações que regeram os princípios formulados no final do século XVII, a partir da teoria médica do meio ambiente. Preocupado com a desvinculação do homem com a natureza, Howard acrescenta que as



Figura 10. Reichsratsstrasse.

FONTE:

**SCHORSKE, CARL E. VIENA FIN- DE- SIÈCLE, São Paulo,
Companhia das letras ,1988.**

péssimas condições de vida nas cidade pode levá-los à deteriorização, física, mental e moral.

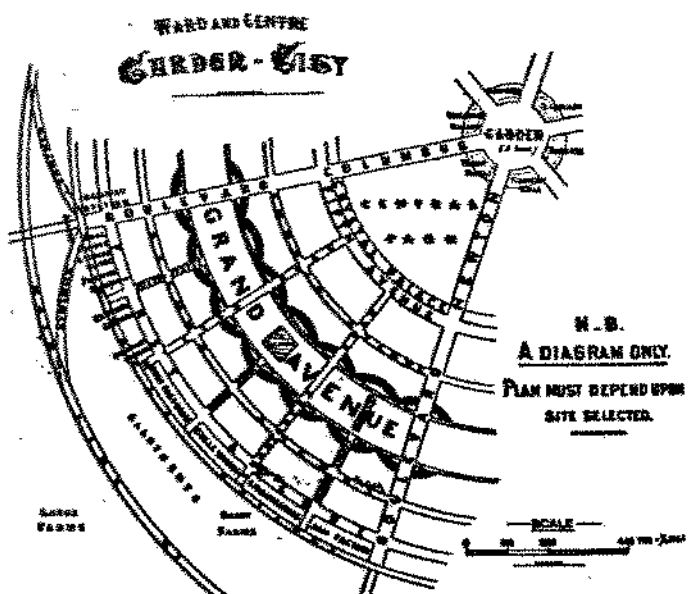
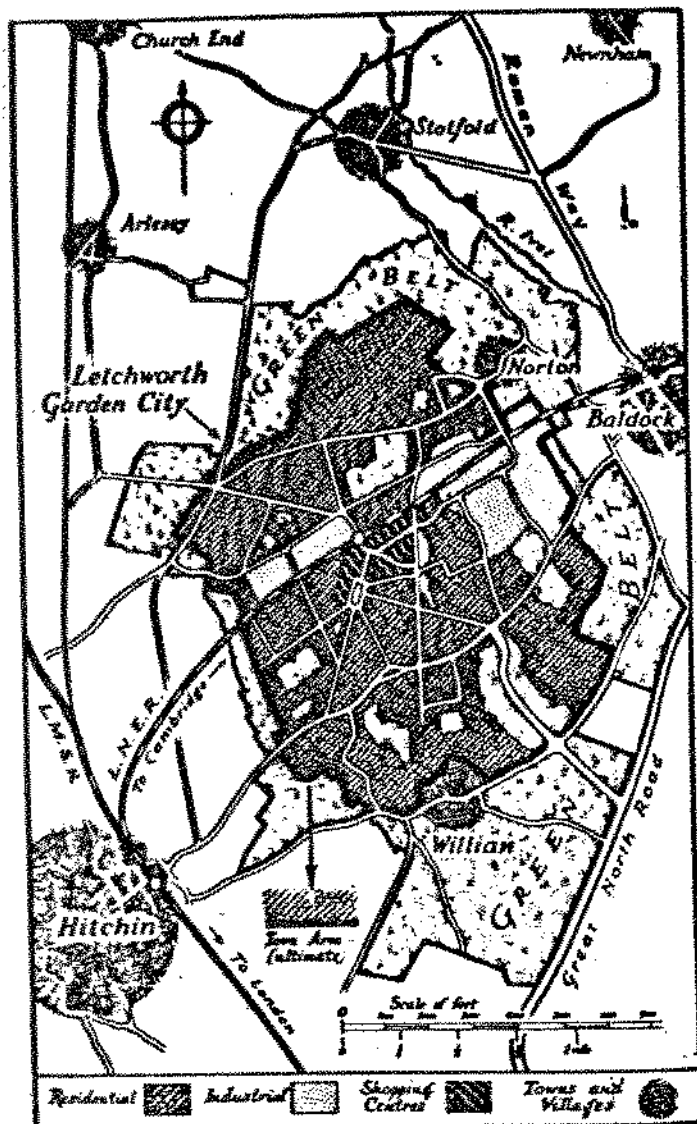
O idealizador das cidades-jardins, na verdade, pretendia, criar uma cidade planejada que não deveria passar de trinta mil ou cinquenta e oito mil habitantes e deveriam reunir as vantagens da cidade, como os serviços públicos e as atividades sociais com as vantagens do campo, como as zonas verdes, a tranquilidade e a salubridade. (59)

Ebenezer Howard teve o mérito, nos diz Leonardo Benévolo,

"...de haver formulado uma teoria coerente, separando estas experiências da arbitrariedade dos contratistas particulares ao mesmo tempo fecha a linha de pensamento dos utópicos separando a parte abstracta e irrealizável da realizável e distinguindo racionalmente que aspectos da vida urbana é indispensável coletivizar e quais se devem deixar à iniciativa privada". (60)

A casa prevista por Howard, incorpora os conceitos de higienização e moralização, divulgadas pela cultura vitoriana como forma de eliminar a promiscuidade da grande cidade.

A seguir, veremos engenheiros e arquitetos interessados em divulgar, nas décadas de 20 e 30 no Brasil, as experiências de cidades-jardins. O urbanista francês Alfred Agache, menciona em 1926 (61), o projeto de Howard na remodelação da cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde em 1931, a cidade jardim de Howard, apresentava-se como tema de discussão do Primeiro Congresso de Habitação em São Paulo. (62)



- 389, 390 — Plantas originais de Letchworth (B. Parker e R. Unwin, 1902) e de Welwyn (L. de Soissons, 1919).
 391 — Esquema teórico da Garden City (de E. Howard, Tomorrow).
 392 — Letchworth, centro comercial.



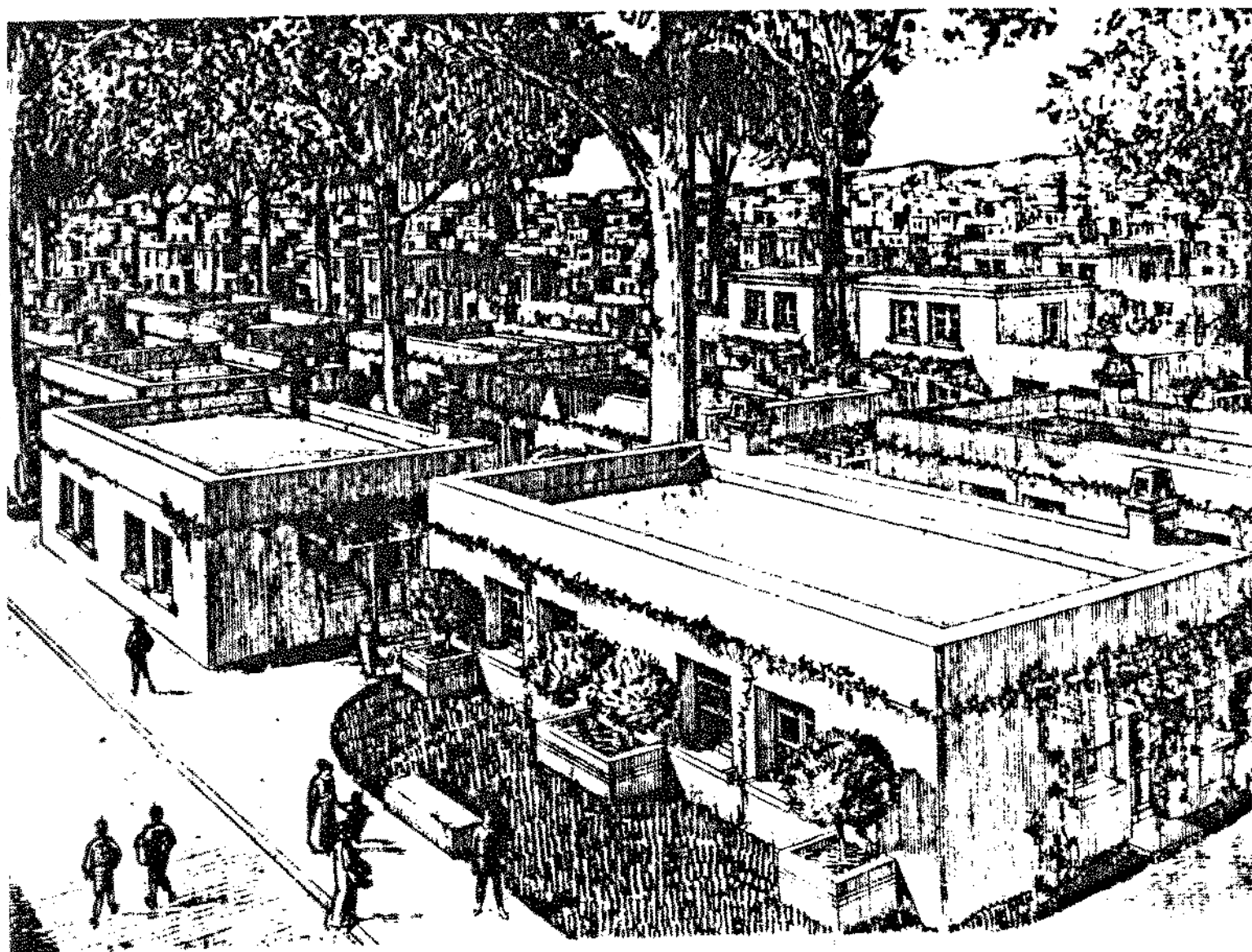
FONTE: Benévolo, Leonardo, HISTÓRIA da ARQUITETURA MODERNA, São Paulo, ED. Perspectiva, 1976.

As experiências de Howard abriram, a partir de então, novos caminhos para pensar e planejar a cidade e a habitação. Contudo, sabemos que somente a partir do século XX, os estudos sobre a habitação operária, tornava-se relevante para os planejadores urbanos.

Todavia, são os urbanistas progressistas, entre eles, Tony Garnier, Le Corbusier e Walter Gropius que se propuseram a divulgar os fundamentos do urbanismo moderno. Estes urbanistas do século XX ocuparam-se em diagnosticar e erradicar os problemas da cidade. Lembramos que tais atividades, no decorrer do século XIX, já estavam destinados aos médicos, higienistas e engenheiros. A estes urbanistas não cabia apenas demonstrar o mal urbano, mas sim apontar os destinos da cidade moderna.

O URBANISMO PROGRESSISTA

Tony Garnier foi o primeiro arquiteto a exprimir estes fundamentos através de sua obra La cité industrielle. (63). Esta obra compreende uma introdução teórica acompanhada de uma série de desenhos que especificam as técnicas a serem utilizadas na construção dos edifícios. De acordo com Choay os materiais empregados na cité industrielle são: o cimento simples para as fundações e as paredes, e o cimento armado para os forros e os tetos. Ao lado das técnicas inovadoras concernentes a fabricação do cimento armado, Tony Garnier apresenta-nos outras questões



INDUSTRIELLE
GARNIER, ARCHITECTE

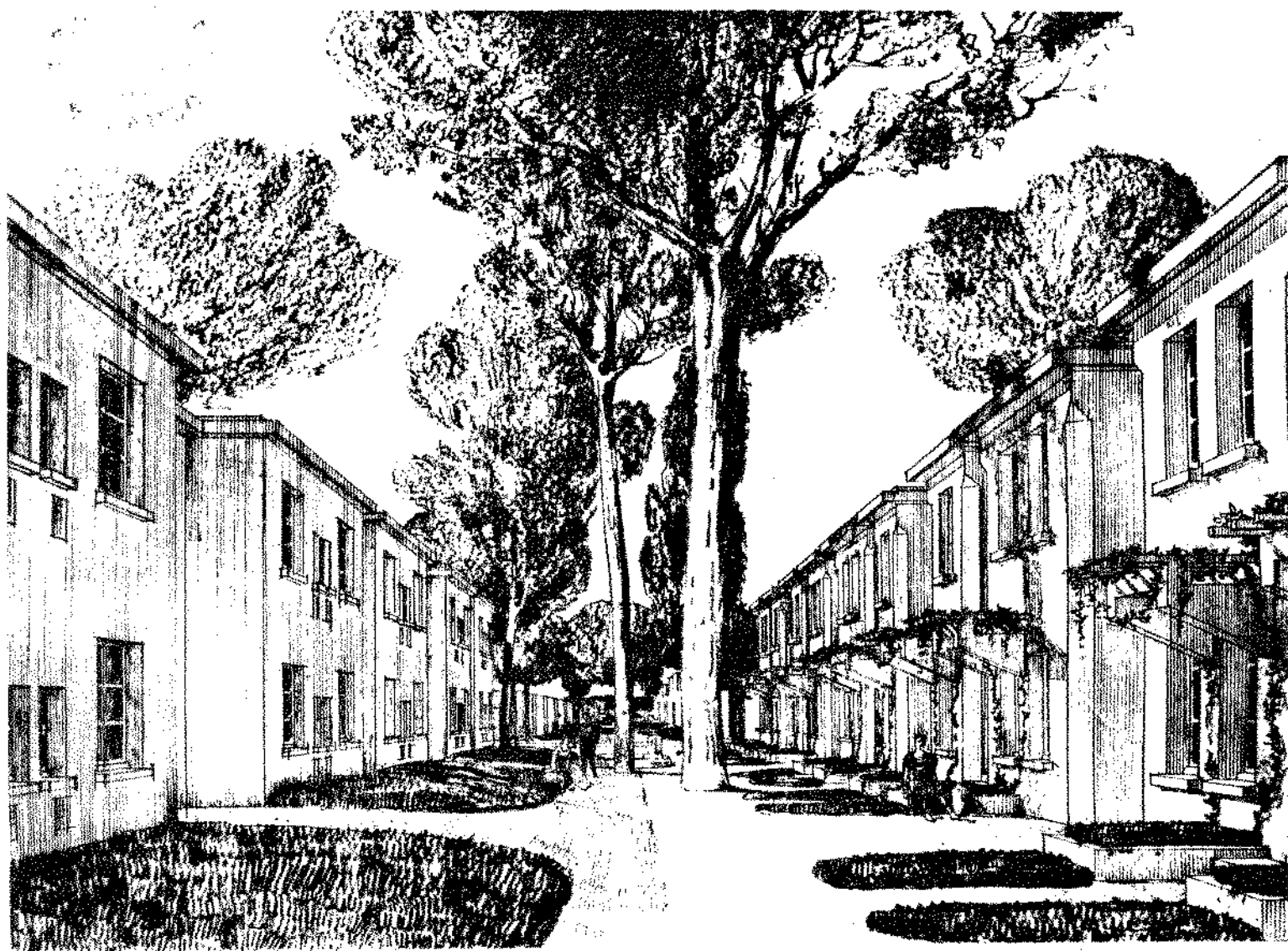
FONTE: GARNIER, TONNY, UNE CITÉ INDUSTRIELLE.

interessantes, como por exemplo, a possibilidade de viabilizar a construção de habitações salubres e baratas, para a população operária, através das técnicas de padronização e da construção em série. Outro aspecto fundamental, característico do urbanismo progressista e ainda presente na obra de Garnier, é a preocupação com a racionalização e a utilização do espaço da casa. As linhas retas e uniformes, que caracterizam o estilo das casas operárias projetadas por Garnier no início do século, são interrompidas pela introdução dos jardins, ou seja, por meio da presença dos espaços verdes que circundavam todo bairro operário.

Seguindo de perto os pressupostos da arquitetura do século XIX, o urbanismo progressista também preocupa-se com garantir a distribuição do ar e da água na vida da população urbana. Da mesma forma, apóia-se nos princípios da teoria médica do meio ambiente, com o intuito de justificar o poder de intervenção no meio urbano.

No modelo culturalista de Camillo Sitte, o planejador urbano é definido como um artista, ou seja, como um regenerador da cultura, (64) já no século XX, o urbanista progressista apresenta-se como o único ser depositário de uma técnica capaz de garantir, através de seus projetos, a vida na cidade moderna.

Os trabalhos do arquiteto, pintor e urbanista, Charles Edward Jeanneret (Le Corbusier), nos ajudará a entender de que maneira a arquitetura progressista se apresenta como a única capaz de solucionar os problemas presentes, e concomitantemente, de delinear o futuro das cidades.



INDUSTRIELLE
GARNIER ARCHITECTE

QUARTIER D'HABITA

FONTE: GARNIER, TOKNY, UNE CITÉ INDUSTRIELLE.

Em seu livro Elanciamiento urbano, Le Corbusier aponta a aproximação existente entre a arquitetura e a biologia. Nesta obra o autor assevera:

"O homem considerado biologia - valor psicofisiológico, o meio explorado de novo em sua essência permanente que será a natureza... Reencontrar a lei da natureza. É levar em consideração o homem e seu meio o homem fundamental e a natureza profunda." (65)

Entendemos, através das palavras de Le Corbusier, que a condição de sobrevivência do homem dependerá do equilíbrio, homem - natureza que, segundo o autor, perdeu-se na sociedade moderna. As condições impostas ao homem, na era da máquina, impossibilitaram que este reencontre no meio, ou ainda na cidade, o mesmo equilíbrio, que em momentos anteriores marcaram esta relação homem e meio.

Porém, o pessimismo, se assim podemos dizer de Le Corbusier se desfaz, na medida em que ele reconhece uma saída para estes problemas. Neste caso, é a arquitetura e o urbanismo a solução para tornar novamente possível, o reencontro entre as obras humanas e as da natureza. De acordo com Le Corbusier,

"... a arquitetura e o urbanismo que são os meios pelos quais os homens fornecem à própria vida sua moldura útil, exprimem exatamente, os valores materiais e morais de uma sociedade." (66)

Ainda na perspectiva de Le Corbusier, a arquitetura é biológica, porque ela constrói o espaço da vida, permitindo, assim, a reprodução e reestabelece o equilíbrio entre o homem e a natureza. Biologia, segundo este autor,

"... que gera plantas e cortes de edifícios, que coordena os volumes, que responde as funções, biologia que dota as circulações de flexibilidade e harmonia" (67)

Em seu outro livro, "Os Três Estabelecimentos Humanos" o autor acima inicia o primeiro capítulo com uma carta de Rilke sobre Paul Cézanne. Nesta carta, Rilke assim escreve:

"... um dia em que se discutia a situação presente da indústria e outro assunto, Cézanne exclamou, com os olhos furiosos! "Vamos mal ... a vida é assustadora... Paul Cézanne era pintor. Via todos os dias as paisagens imaculadas por novos atentados, as cidades explodiam sob um impulso irresistível, com os subúrbios a encerrá-las na feiúra. Sentia que uma crise sacudia o mundo e ia provocar o seu demoramento: paisagens, cidade, bem-estar, hábitos..." (68)

Ao retratar o medo de Cézanne através de Rilke, Le Corbusier revela o seu pavor diante das consequências causadas pela sociedade industrial, pavor que procurou eliminar, através de seus conhecimentos urbanísticos, ou ainda, por meio dos desenhos, projetos, plantas e na organização de novos espaços.

O urbanismo "é uma doutrina, cujo o objetivo central é a disposição dos lugares e dos locais diversos que devem res-

guardar o desenvolvimento da vida material, sentimental e espiritual em toda as manifestações individuais e coletivas. Conforme a Carta de Atenas, o urbanismo não pode ser submetido, exclusivamente, às regras de um esteticismo gratuito. Por sua essência é de ordem funcional. (69)

Foi a partir da Primeira Guerra Mundial, no ano de 1914, que os arquitetos racionalistas passaram a explorar os recursos da técnica e da indústria em suas obras. No entanto, os fundamentos da arquitetura progressista só foram sintetizados no ano de 1928, por meio dos Congressos Internacionais de Arquitetura.

Ao lado dos europeus, participaram nestes congressos, arquitetos representantes dos Estados Unidos, do Japão e do Brasil. Os participantes receberam o nome de grupo do Ciam, e a preocupação central dos congressistas relacionava-se com a discussão sobre os problemas da habitação e do urbanismo.

Em 1933, os arquitetos dos CIAM, sob a orientação de Le Corbusier, elaboraram durante o 4º congresso de arquitetura, a carta de Atenas ou Town Planning Chart. (70). Esta carta constitui uma síntese dos trabalhos publicados por Le Corbusier, sobre os fundamentos básicos do urbanismo moderno.

AS TRÊS FUNÇÕES DO URBANISMO MODERNO

Conforme a Carta de Atenas, a primeira função do urbanismo moderno, vem a ser o habitar; logo em seguida, trabalhar e, por fim, recrear. Os elementos essenciais capazes de assegurar o cumprimento de tais fundamentos são: a ocupação do solo, a organização da circulação e a legislação.

Na primeira parte da Carta de Atenas, encontramos algumas considerações sobre a influência do meio ambiente na formação da cidade. Um dos trechos afirma que:

"A geografia e a topografia representam um papel considerável no destino dos homens." (71)

Acreditamos que, para estes urbanistas, a natureza, além de interferir na formação das cidades, provoca mudanças nos comportamentos e hábitos dos indivíduos. Como exemplo, podemos apontar, a necessidade de um povoado de se instalar no leito de um rio, ou um espaço bloqueado pelas montanhas e ainda as mudanças climáticas, características de cada região. Conforme a Carta de Atenas:

"... A llanuras colinas, montañas, intervienen por igual para modelar una sensibilidad y determinar una mentalidad". (72)

Fig. 1400. Um grupo de unidades de habitação, distanciadas no meio do verde, formam um bairro ou uma cidade; desenho de Le Corbusier para a cidade de Nemours (1934).



FONTE:

YVES, BURAND . ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL
SÃO PAULO ;PERSPECTIVA- 1981.

Ao acompanhar o raciocínio acima, podemos chegar a seguinte conclusão: se, anteriormente, a influência da natureza apresentava-se decisiva na formação do espaço e dos indivíduos, isto nos leva a crer que o espaço técnico e planejado da arquitetura moderna, também deverá, da mesma forma que a natureza, influir na formação dos cidadãos. Novamente, enfatizamos as semelhanças entre a teoria médica do meio ambiente e os pressupostos da Carta de Atenas. O indivíduo, conforme a Carta de Atenas

"... que perde contato com a natureza diminui e paga caro, com a enfermidade e a decadência, uma ruptura que debilita seu corpo e arruína sua sensibilidade corrompida pelos gozos ilusórios da cidade." (73)

Podemos a partir daí concluir que para o grupo do CIAM os "gozos ilusórios da cidade", vem representar momentos ou espaços que não correspondem com suas propostas de cidade. De acordo com as concepções do urbanismo moderno, a cidade deve ser projetada para o trabalho", isto porque, todas as soluções se definem na tentativa de conciliar os conflitos entre o homem e a máquina ou entre o capital e o trabalho. Formar, moralizar e higienizar os indivíduos por meio da habitação, veio a ser a tarefa principal que vários arquitetos, desde o século XIX, empenharam-se em executar, a partir de seus projetos de cidade.

Constatamos semelhanças quanto aos pressupostos teóricos que nortearam o pensamento médico do século XIX e a arquitetura progressista do século XX. Ambas valorizavam a técnica e conferiram ao meio ambiente o caráter de agente transformador dos indivíduos.

Lembramos, aqui que o habitar constitui a primeira função do urbanismo moderno. De acordo com a Carta de Atenas, habitar significa proporcionar aos habitantes a satisfação da necessidade de abrigo e retiro familiar em condições salubres e aprazíveis. Do mesmo modo a "habitação" representa um direito pelo qual muitos trabalhadores, em diferentes épocas, lutaram para que fosse respeitado.

A MÁQUINA DE MORAR

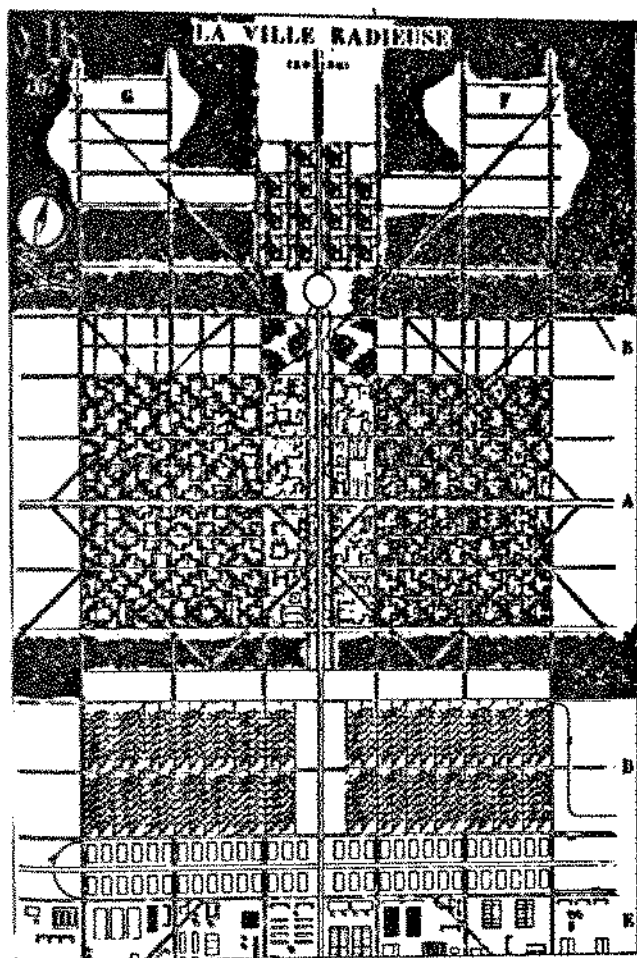
As palavras de Le Corbusier, a seguir, esclarece-nos sobre a importância da Habitação nos planejamentos urbanos.

"Fala-se aqui de aqui de equipamento, de ferramentas de habitação colocadas nas mãos de seres vivos, baseados em constantes psifísicologicos devidamente reconhecidas, inventariadas pessoas por competentes (biólogos, médicos, físicos, químicos, sociólogos e poetas). Estas ferramentas tem como objectivo facilitar as condições da existência, assegurar a saúde moral e física dos habitantes, favorecer a perpetuação da espécie, oferecendo os equipamentos necessários para uma educação perfeita, proporcionar a alegria de viver e fazer surgir e desenvolver sentimentos de sociabilidade capazes de conduzir o civismo o civismo gerado de acção que leva a própria comunidade ao mais elevado grau de consciencia e dignidade." (74)

Para Le Corbusier a Habitação é como uma máquina, uma máquina de morar. Do mesmo modo que as ferramentas e as máquinas fazem parte do prolongamento dos membros humanos, os prolongamentos do alojamento, assim chamados por Le Corbusier, são de duas naturezas: material e espiritual. No prolongamento material, encontram-se o serviço doméstico, o serviço sanitário, a conservação e a melhoria física do corpo; e no prolongamento espiritual a creche, o infantário, a escola e a oficina. Estes pressupostos levaram o mesmo arquiteto a projetar a cidade Radiosa que se assemelha aos falanstérios de Charles Fourier. Uma cidade construída para abrigar 1500 a 2000 pessoas, oferecendo a elas ar, luz e verde, além de apartamentos mínimos, com espaços extremamente determinados. (75)

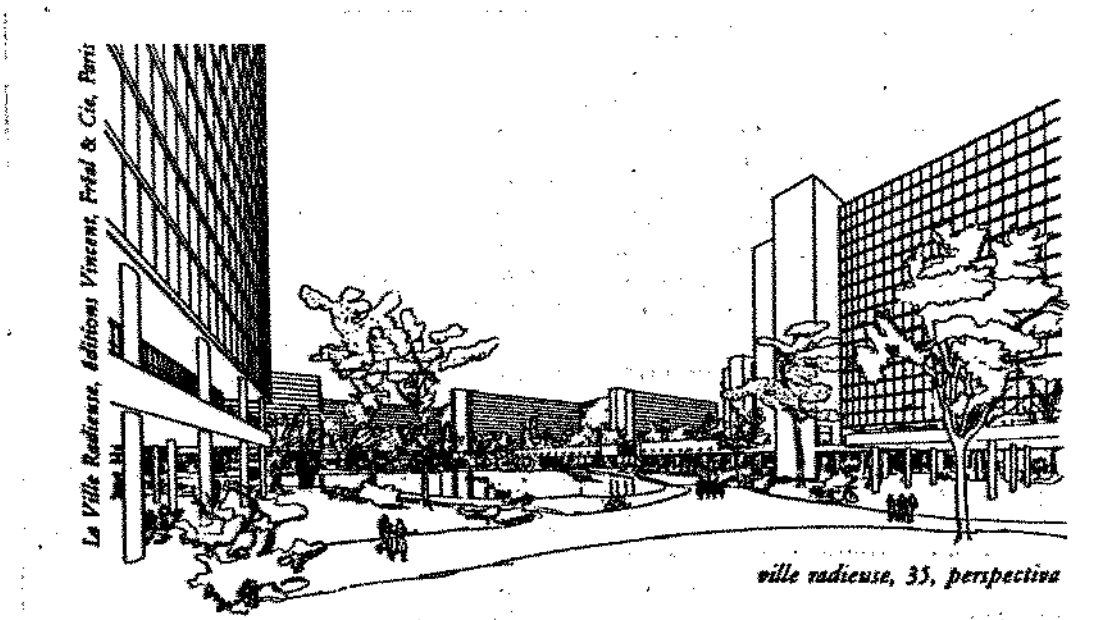
Le Corbusier também recupera os projetos de cidade - jardim de Howard, e ao mesmo tempo, relewa a importância das áreas verdes e realça o contato dos indivíduos com a natureza. Acrescenta ainda ao projeto de cidade jardim, a construção das unidades de habitação. Estas unidades são blocos de 50 metros de altura, rodeadas de sol, localizados dentro de uma enorme área verde. (76)

Logo após da Primeira Guerra Mundial, o mesmo urbanista, preocupado em atender os desabrigados da guerra elabora um outro projeto de habitação Popular, as chamadas casas dominó que representam um projeto simples de habitação, composta por 3 lajes horizontais, sustentados por seis colunas verticais e feitas de concreto armado.



ville radieuse, plano

PONTE: LE CORBUSIER, A HERANÇA DISCUTIDA in ARQUITETURA URBANISMO, São Paulo, PINI Ed. ano 3, nº 14, outubro/novembro 87.



ville radieuse, 33, perspectiva

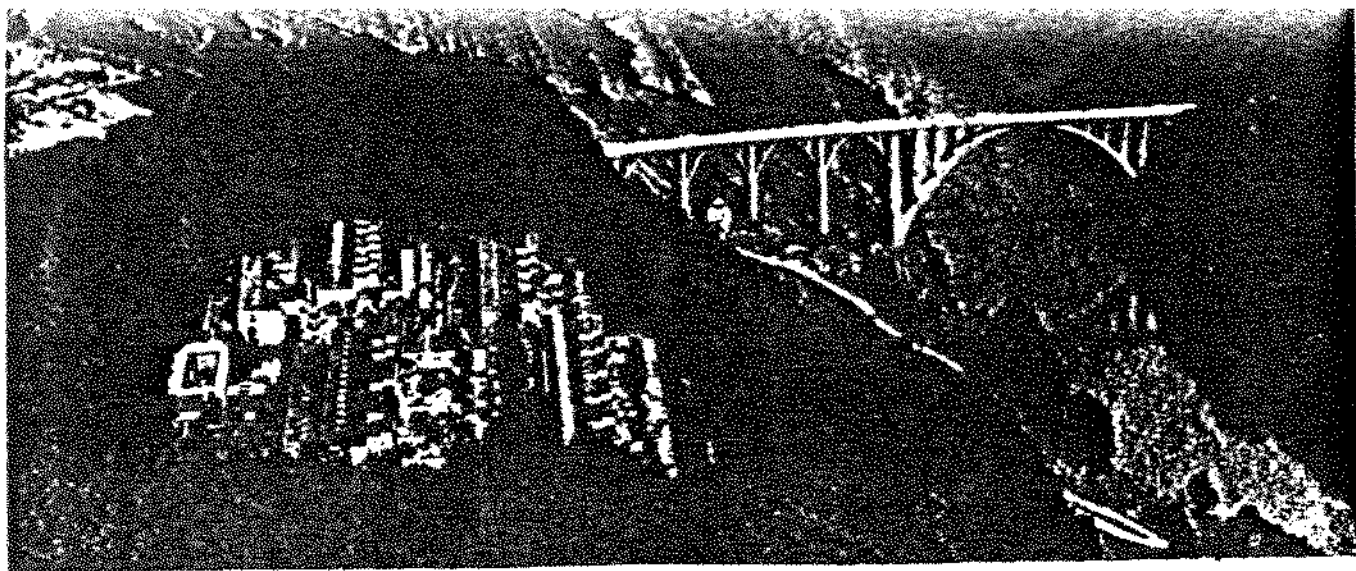
A preocupação de Le Corbusier e de todos os simpatizantes da arquitetura progressista com a habitação popular, está vinculada ao próprio campo conceitual que permeia o urbanismo moderno. A cidade é conceituada como um corpo social cujas funções estão destinadas à atender aos interesses industriais. Neste caso, as Habitações representam as células das cidades, são elas as responsáveis pela unidade estrutural da cidade, ou ainda, responsáveis pela reprodução e o desempenho da força de trabalho.

Na cidade jardim vertical a

"natureza está a sua frente, atrás, dos lados em toda a sua volta, a abóbada celeste é imensa, o terreno aos pés da casa é imenso, feito de parques sem cercas, cortados de caminhos para passeio através dos campos, gramados e bosques, enriquecidos de seus equipamentos de esporte. As estradas de ferro, os ônibus e os metrô são daqui por diante inúteis: as circulações verticais se contentam com o percurso de somente 50 metros" (77).

No urbanismo moderno encontramos duas concepções da cidade: orgânica e a mecânica. A primeira trata o corpo urbano como o corpo humano, isto é, confere a cada espaço da cidade as mesmas funções dos órgãos humanos. A segunda concepção surge no momento que a cidade passa a ser definida em função do trabalho e do desenvolvimento industrial. (78)

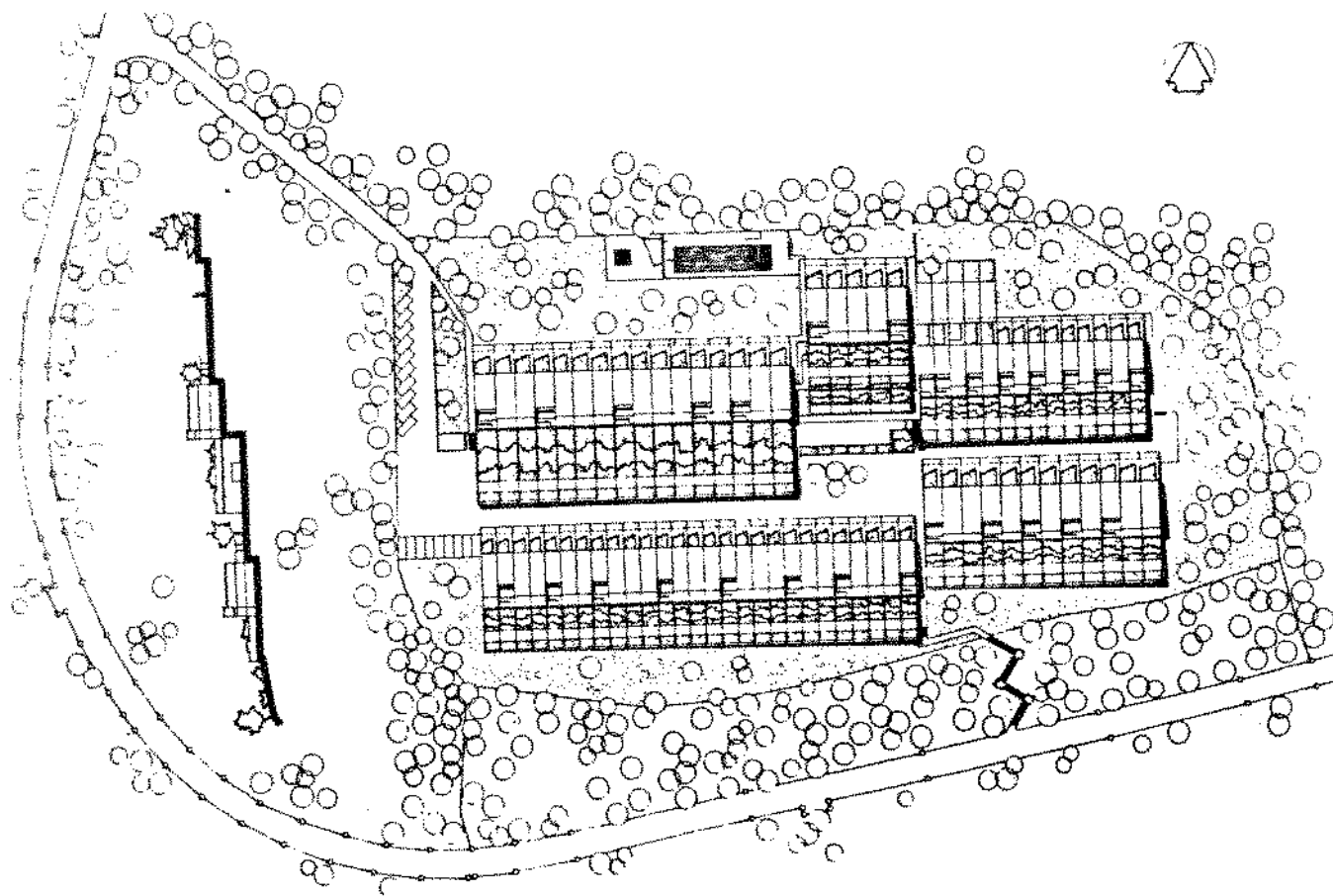
Conciliar estas duas concepções, passou a ser o desafio de Le Corbusier como de vários urbanistas que apresentaram diferentes propostas para os problemas da cidade moderna. Le



**FONTE: BURAND, YVES, ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA
NO BRASIL, 1981.**

LE CORBUSIER

Figs. 1401-1402. Vista aérea e planimetria de uma unidade de habitação horizontal, composta por 74 moradias enfileiradas: a Siedlung Halen, nos arredores de Berna, projetada pelo Atelier 5 em 1963.



Corbusier e os urbanistas precursores da arquitetura progressistas, inauguravam um novo tratamento ao problema da habitação Popular, ao incluírem nas soluções urbanísticas as questões de ordem política e social.

Novamente, a técnica e agora os fundamentos do urbanismo moderno tentarão solucionar os problemas causados pelo crescimento desordenado da cidade. Enfatizamos que esta perspectiva de pensar e tratar os problemas políticos e sociais da cidade, abriram novos caminhos para os países que iniciavam a sua industrialização. Entre estes, destacamos o Brasil.

NOTAS

- (1) Bresciani, Maria Stella Martins, "Lógica e Dissonância, Sociedade de Trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária". Comunicação apresentada na Reunião da ANPUH, julho 1985, Curitiba, PR, mimeo.

----- Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1987.

----- Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX, in Revista Brasileira de História, vol 5, nº 8 e 9, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1985.

Mariani, Ricardo. A cidade moderna: entre a história e a cultura, São Paulo, Col. Nobel, 1986.

Foucault, Michael. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1980.

- (2) Foucault, Michael, op. cit., p. 87.

- (3) Corbin, Alain, Saberes e Odores. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1987, citado por Rago, Margareth, Do Cabaré ao Lar. A Utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 167.

(4) Foucault, Michael, op. cit., p. 89.

(5) Ibid, p. 89.

(6) Corbin, Alain, op. cit., p. 285.

(7) Béguin, François, in "Les Machineries Anglaise du Confort",
Recherches n° 22, Fontenay Sous Bois, 1978.

(8) Ibid, p. 161.

(9) Ibid, p. 160.

(10) Bresciani, Maria Stella Martins, op. cit., p. 109.

(11) Béguin, François, op. cit., p. 157.

(12) Ibid.

(13) Ibid.

(14) Ibid, p. 171.

(15) Ibid, p. 164.

(16) Ibid, p. 163.

(17) Benévolo, Leonardo, História da Arquitetura Moderna. Biblioteca de Arquitectura, 2ª edición, 1974.

----- Orígenes del Urbanismo Moderno. Madrid, Biblioteca Básica de Arquitectura, 1963.

Bresciani, Maria Stella Martins, op. cit.

(18) Bresciani, Maria Stella Martins, op. cit.

(19) Ibid, p. 29.

(20) Chevalier Louis. Classe Laborieuses et classes Dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX^e siècle, Paris, Librairie Générale Française, 1978, citado por Bresciani, Maria Stella, op. cit., p. 51.

(21) Ibid, p. 55.

(22) Engels, Friedrich, A situação da classe trabalhadora, Porto, Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, 1975, citado por Bresciani, Maria Stella Martins, op. cit., p. 25.

(23) Ibid, p. 75 a mesma autora ainda indica outros observadores da cidade de Londres no século XIX, Arthur Morrison e E. Chadwick.

(24) Béguin, François, op. cit., p. 168.

(25) Ibid.

(26) Muller & Cacheux, Les Habitacions Ouvrières, Baudry & C.
Paris Libraries Editeurs, 1889, p. 43.

(27) Corbin, Alain, op. cit., p. 203.

(28) Bresciani, Maria Stella Martins. A questão urbana, cidades,
técnica e política (texto apresentado para discussão do
Grupo de Pesquisa sobre cidades da ANPUH, Núcleo, São Pau-
lo, Sessão de 29/03/1988), mimeo.

(29) Ibid.

(30) Benevolo, Leonardo, op. cit.

(31) Ibid, p. 259.

(32) Ibid, p. 390.

(33) Backheuser, Everardo. Habitações Populares, Relatório apre-
sentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e
Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional,
1906, p. 73.

(34) Ibid.

(35) Ibid, p. 73.

(36) Relatório apresentado por Paul Strauss ao Senado francês na sessão de 23 de maio de 1905, Backheuser, op. cit., p. 74.

(37) Backheuser, op. cit., p. 55.

(38) Ibid.

(39) Ibid.

(40) Ibid, p. 56.

(41) Foucault, Michael, op. cit.

(42) Ibid, p. 282.

(43) Ibid, op. cit.

(44) Backheuser, op. cit., p. 59.

(45) Ibid.

(46) Ibid, p. 63.

(47) Ibid, p. 67.

(48) Ibid, p. 68.

(49) Jannuzzi, Antonio, Esboço Histórico do Problema da Construção de casas populares na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1927, p. 62.

(50) Ibid.

(51) Choay, Françoise, O Urbanismo, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

(52) Ibid, p. 19.

(53) Béguin, François, op. cit.

(54) Choay, Françoise, op. cit., p. 8.

(55) Ibid, p. 63.

(56) Ibid, p. 15.

(57) Shorske, Carl E., Viena Fin-de-Siècle Política e Cultura, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 45.

(58) Ibid.

(59) Benévolo, Leonardo, op. cit., p. 399. Howard, E. Les Cités Jardins de demain; trad. Elziere, Paris, Dunod, 1969.

(60) Ibid.

(61) Agache, Alfred, "Cidade do Rio de Janeiro - Extensão e Embelezamento": 1926. Organizações projectadas pela administração de Antonio Prado Junior. A.M. D.P.L.G.S.F.U. Foyer Brésilien Editor Paris.

"Plano Howard reuniu os efeitos positivos da cidade com os efeitos positivos do campo.

A cidade-jardim é organizada de modo a facilitar a vida sã e a industria, com uma extensão restrita e uma vida social perfeita, delimitada por uma faixa agrícola, sendo a totalidade do terreno propriedade da Collectividade ou a elle reservada." (Agache, op. cit., p. 125).

(62) O engenheiro Marcello Taylor Carneiro de Mendonça apresenta no Congresso de Habitação um projeto de construção de habitações operárias, conforme os modelos de cidades-jardins da Europa. in Annaes do 1º Congresso de Habitação, São Paulo, Impresso nas Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1931, p. 159.

- (63) Garnier, Tony, Une Cité Industrielle - Étude pour la construction des Villes. Architecte A. Lyon, S.D.
- (64) Shorske, Carl E., op. cit.
- (65) Le Corbusier, Planejamento Urbano, São Paulo, Editora Perspectiva, 1971, p. 49.
- (66) Ibid.
- (67) Ibid.
- (68) Le Corbusier, Os Três Estabelecimentos Humanos, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979, p. 11.
- (69) La Carta de Atenas, el urbanismo de los CIAM (Congresos Internacionales de Arquitectura Moderna), Buenos Aires, Colección Documentos del Siglo Veinte, Editorial Contémpera, 1957, p. 20.
- (70) Ibid.
- (71) Ibid, p. 43.
- (72) Ibid.
- (73) Ibid, p. 52 (grifos meus).

(74) Le Corbusier. Maneira de Pensar o Urbanismo, trad. J. Borrego, Lisboa, Europa-América, 1977, p. 63.

(75) Chpoy, Françoise, op. cit., p. 24.

(76) Ibid.

(77) Le Corbusier, op. cit., p. 151.

(78) Encontramos estas duas concepções sistematizadas na Carta de Atenas, op. cit.

SEGUNDO CAPÍTULO

OS MÉDICOS DO ESPAÇO E AS CÉLULAS DA CIDADE

"La arquitectura preside los destinos de la ciudad.

Ordena la estructura de la vivienda, esta célula esencial del tejido urbano, cuya salubridad, alegría y armonía están sometidas a sus decisiones.

Agrupar la viviendas en unidades de habitación cuyo éxito dependerá de la justeza de sus cálculos.

Reserva por anticipado los espacios libres en medio de los cuales se levantarán los volúmenes edificados de proporciones armoniosas.

Dispone las prolongaciones de la vivienda, los lugares de trabajo, los terrenos consagrados a los esparcimientos (...)

...La arquitectura está en la clave de todo".

La Carta de Atenas

1 - DO CORTIÇO, DA VILA OPERÁRIA AOS PROJETOS DE HABITAÇÃO ECONÔMICA

OS CORTIÇOS

"Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhados..."

(Aluísio Azevedo - O Cortiço)

Iniciamos o primeiro capítulo, mostrando algumas imagens das cidades de Londres e Paris no início do século XIX e focalizamos as preocupações dos homens letrados do século XIX, com relação ao meio ambiente da população pobre e as primeiras intervenções feitas na cidade. (1)

Porém, o medo e o fascínio pela cidade moderna não foram sensações exclusivas dos intelectuais londrinos, ou parisienses. Naquele momento, outras cidades também sofriam remodelações. Em Viena, por exemplo, as modificações ocorridas fizeram dela uma cidade moderna. Apesar das diferenças históricas e geográficas, que marcaram a formação de cada uma destas cidades, as sensações, o fascínio e o medo acompanhavam as tentativas de solucionar os problemas urbanos. Do mesmo modo que na Europa, en-

contramos preocupações semelhantes a partir da segunda metade do século XIX, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste capítulo trataremos de resgatar as primeiras discussões em torno da moradia do trabalhador urbano nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Incluiremos, nesta caminhada, algumas tentativas que antecederam a formulação da política habitacional na década de 30 no Brasil.

José Murilo revela que (já no final do século XIX), a população da cidade do Rio de Janeiro

"...quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda que absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século." (2)

Este aumento acentuado da população carioca vinha, por sua vez, trazer novos elementos para as autoridades da cidade, pois com o advento da abolição, o restante da mão-de-obra escrava engrossava os altos índices de desemprego na cidade. Lembremos que nesta época, por ser a capital, a cidade do Rio de Janeiro funcionava como um centro administrativo, comercial, financeiro, cultural e político. E por este motivo, tornava-se um polo de atração de população originária de outras províncias e do exterior.

Assim como nas cidades de Londres e Paris, este aumento populacional, passava a comprometer o desenvolvimento da cidade. O desemprego, a fome, os altos índices de criminalidade, a proliferação dos cortiços, a invasão das doenças, aterrorizavam as autoridades.

As pessoas ao chegarem ao porto do Rio de Janeiro sentiam medo de serem contaminadas pela coléra e pela febre amarela. Sérgio Pechman e Lilian Fritsz, relatam que: economicamente isto era desvantajoso pois, com a sucessão de epidemias em 1872, a Argentina e o Uruguai adotaram medidas rigorosas contra os navios originários do porto do Rio de Janeiro.

"No ano seguinte, por conta da mesma epidemia, o governo enviou 2.068 imigrantes recém-chegados à cidade para a Serra, de modo a evitar a propagação do mal, despendendo elevados recursos, para mantê-los até a sua liberação."(3)

A imagem de uma cidade doente consolidava-se tornando-se necessário um projeto de reforma urbana. As casas insalubres, as ruas estreitas, a sujeira e a pobreza, envergonhavam as autoridades diante da presença de ilustres visitantes estrangeiros. O ano de 1891, por exemplo, foi marcado pelas epidemias de varíola, febre amarela e pela tuberculose, fazendo com que neste ano, a taxa de mortalidade atingi-se

"... seu mais alto nível eliminando 52 pessoas em cada mil habitantes."(4)

Antes de iniciar as campanhas sanitárias lideradas por Osvaldo Cruz, no início do século XX, a remodelação do espaço urbano, sob a direção do Prefeito Pereira Passos, começaria pela expulsão dos pobres do centro da cidade. A demolição dos casebres, cortiços e casas de cômodos, na opinião dos médicos sanitaristas, representava eliminar os locais propícios para conta-

minação e propagação das doenças infecciosas.

Os anseios, pouco escondidos nas primeiras medidas urbanas do prefeito Pereira Passos, apontavam no sentido do embelezamento da cidade, já favorecida pelas paisagens naturais. E isso ocorreria a despeito de que tais medidas viessem por ventura significar sérias atribulações para a grande parte da população carioca.

O prefeito Pereira Passos não esquece de incorporar normas e leis em seu projeto de reforma urbana, com o intuito de interferir nos hábitos da população pobre da cidade ao decretar:

"... proibido que os bandos de vacas percorressem as ruas da cidade, proibido o comércio de bilhetes de loteria; assinado o novo regulamento infrações de posturas e leis municipais; regulada a construção e consertos de prédios; proibido que os mendigos perambulassem pela cidade; criado o serviço de turnos que percorriam as ruas da cidade acompanhados de um ou mais carroções de limpeza pública. Institucionalizou-se as visitas domiciliares a todas as habitações, que removia tudo que fosse encontrado no seu interior julgado prejudicial à saúde para os carroções da limpeza pública."(5)

Novamente deparamos com as preocupações em torno da moradia do trabalhador urbano, só que desta vez através de uma legislação, cujos ideais definem a necessidade de tornar a cidade do Rio de Janeiro, o cartão postal do Brasil.

As preocupações de Pereira Passos em eliminar as habitações insalubres do centro do Rio de Janeiro ocorrem pelo fato da cidade apresentar um número elevado de cortiços. Dos 191.002

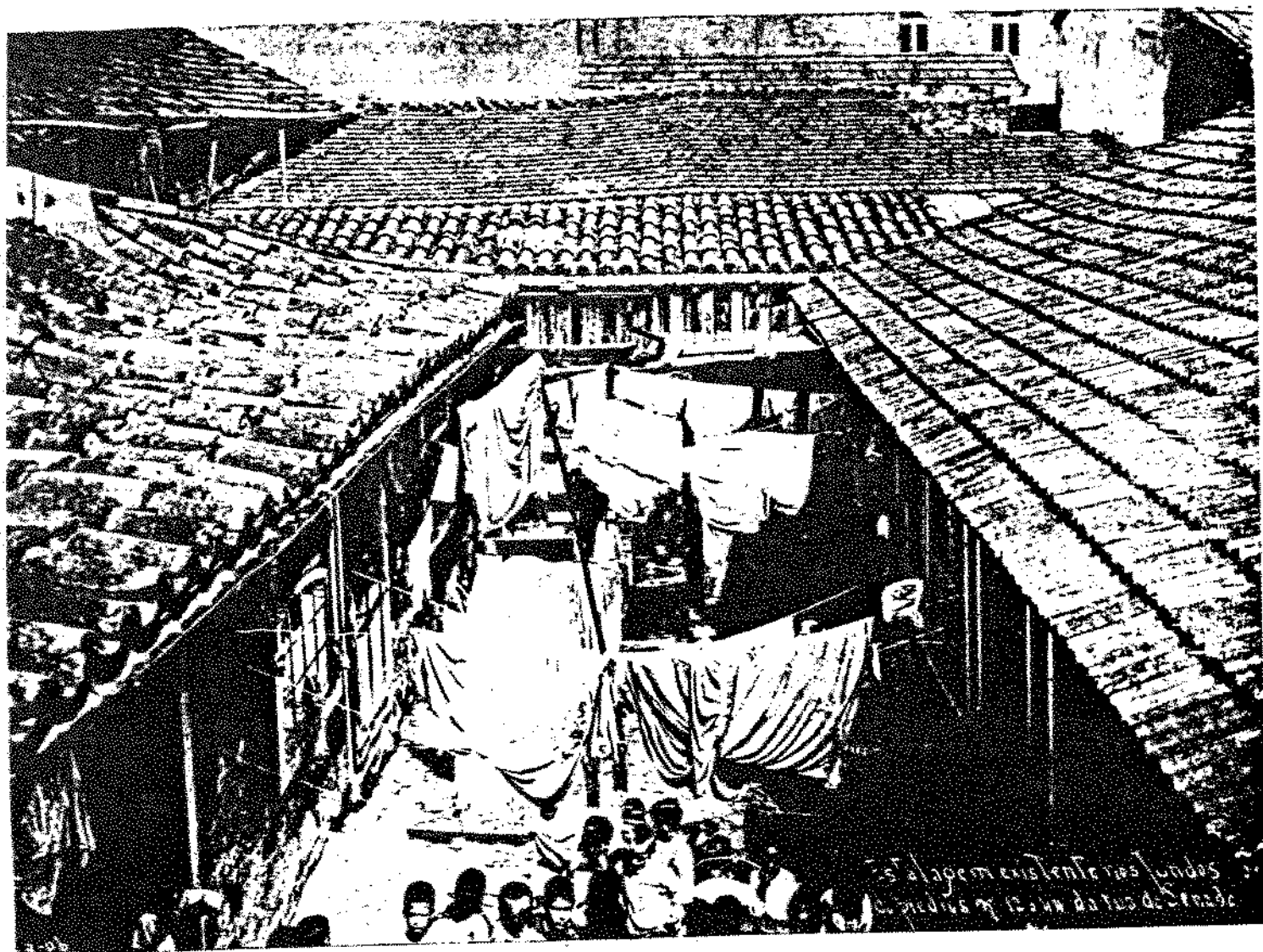
habitantes residentes na cidade do Rio de Janeiro entre 1868, 21.929, ou seja 12%, viviam em cortiços. Em 1888, os cortiços aumentaram para 1.331 e o número de quartos de cortiços para 46.686. (6)

A presença deste tipo de moradia justificava-se pelos custos dos aluguéis e dos terrenos na cidade. Os trabalhadores impossibilitados de construir sua própria moradia e incapacitados de pagar altos aluguéis, encontravam nos cortiços a única alternativa de abrigo na cidade. Sendo assim, estes trabalhadores dividiam, com duas ou mais famílias um aluguel nos antigos casarões, antes ocupados por alguma família importante da cidade. Nestes casarões, transformados agora em cortiços, seus moradores abrigavam-se em minúsculos aposentos e compartilhavam de um único aparelho sanitário e de uma única cozinha e lavanderia.

Além dos cortiços, o serviço sanitário da cidade alertava a população quanto aos perigos causados por outros tipos de habitação como, a estalagem e as casas de cômodos. O engenheiro municipal Everardo Backeuser, define a estalagem como:

"... uma habitação coletiva onde geralmente há um pátio, área ou corredor, maior ou menor, com quartos uni ou bilaterais, divididos em solo e alcova, tendo cozinha externa ou interna, com aparelhos sanitários comuns e lavanderias instaladas nos pátios e quase sempre por meio de tinas." (7)

Já as casas de cômodos, são habitações coletivas instaladas em prédios grandes ou pequenos que, conforme Backeuser, possuem di-



FONTE:

EDMUNDO, LUIS. O RIO de JANEIRO do meu tempo.
vol.3 Imprensa Nacional ,1938.

visões internas de madeira, com aparelhos sanitários insuficientes e quase sempre sem banheiros." (8)

No momento em que aumentava a presença dos cortiços, das estalagens e das casas de cômodos na cidade, a população carioca passava a enfrentar sérios problemas de epidemias e doenças infecciosas. Estas doenças propagaram-se por todos os bairros, incluindo os bairros mais ricos da cidade. Entretanto, nem todos os moradores estavam dispostos a socializar com a população pobre os efeitos causados pelas epidemias, por isso, reivindicavam ao Estado medidas urgentes para combater tais epidemias.

A presença destes cortiços incomodava também outros habitantes da cidade; os médicos, higienistas, sanitaristas, literatos, políticos, empresários, enfim, todos os setores que, por diferentes motivos, procuraram discutir a importância da moradia para os trabalhadores de baixa-renda.

O "cortico", na opinião do saber médico significava o espaço da proliferação e contaminação dos focos infecciosos. Segundo este saber, algumas doenças consideradas mortíferas como, a tuberculose, a febre amarela e a pneumonia eram provenientes dos lugares "úmidos", sujos, pouco iluminados, a que estava sendo submetida a população pobre da cidade, no início do século XX, no Brasil.

Vários casos foram relatados nos boletins médicos. Através das observações realizadas sobre o meio ambiente onde vivia a população pobre, estes relatos associam a casa "insalubre", com a proliferação de algumas doenças infecciosas, como por exemplo, a tuberculose:

"A casa e principalmente a casa insalubre, é uma causa não específica da tuberculose: ela acumula, conserva e facilita o contágio e quando insalubre favorece os efeitos do contágio pela ação deprimente da saúde e, portanto, deprimente das forças defensivas do organismo contra a infecção (...). A tuberculose é quase inteiramente uma doença da domesticidade, cuja transmissão é favorecida ao máximo e torna-se inevitável nos quartos super habitados de ventilação deficiente."(9)

As medidas sanitárias adotadas em 1903, no combate à febre amarela, sob a direção de Oswaldo Cruz, coincidiram com os objetivos de Pereira Passos no plano de remodelação da cidade do Rio de Janeiro. Vejamos então, o motivo de tais coincidências:

"a campanha sanitária contra a febre amarela foi iniciada com a divisão da cidade do Rio de Janeiro em 10 distritos sanitários. Cada distrito tinha a chefia de um delegado de saúde, médico demógrafo, auxiliado por seis a sete médicos inspetores sanitários e por vários acadêmicos de medicina. Os inspetores sanitários estavam incumbidos de receber notificações de doenças, proceder à vacinação antivaricólica, aplicar vacinas contra outras doenças epidêmicas, entregar intimações, multas, interditar ou fechar moradias, etc." (10)

E ainda, nas casas visitadas, o inspetor sanitário elaborava um documento denominado Boletim de Visita Domiciliar, no qual indicava as condições higiênicas encontradas e faziam recomendações por escrito. Eram medidas destinadas, exclusivamente, a atender os locais onde habitava a população pobre da cidade.

Com a perspectiva de sanear e embelezar a cidade do Rio de Janeiro, o sanitarista Oswaldo Cruz e o então prefeito da cidade, o engenheiro Pereira Passos, passaram a demolir e a fechar os cortiços e as casas insalubres da área central da cidade. Na esperança de ver um Rio de Janeiro bonito e saneado, eles procuraram substituir os degradantes cortiços por novas ruas, praças e avenidas bem traçadas.

"Para modernizar a cidade a abertura de avenidas, de praças, de ruas, teve de demolir mais de mil prédios. A avenida Passos, a Rio Branco, a Beira-mar e a Mem de Sá são obras suas. Alargou a rua da Assembleia, a da Carioca, a Frei Caneca, a Floriano Peixoto, a Camerino. Remodelou calçamentos e arborizou logradouros públicos e, do perímetro urbano, baniu os estábulos."(11)

Por outro lado, a remodelação e o saneamento da cidade vieram acentuar os problemas de sobrevivência da população desfavorecida. Além disto, nas reformas de Pereira Passos estavam ausentes soluções de moradias para aqueles que habitavam os cortiços, o que levou várias autoridades a pronunciarem contra as medidas intervencionistas do prefeito Pereira Passos. O engenheiro municipal Everardo Backheuser, entre outros, enfatiza em seu relatório apresentado ao ministro da justiça no ano de 1905, a ausência de preocupações e o descaso do prefeito para com a população pobre da cidade.(12)

Após realizar uma visita aos cortiços, Backheuser relata uma situação que considera aflitiva da população pobre:

"Onde moram os pobres -- Hoje que a administração pública, deixando o campo theorico dos relatórios espalhafatosos, envereda afinal no terreno pratico da execução dos melhoramentos, hoje que se vae remodelando a velha metrópole rasgada por avenidas em todos os sentidos, demolindo-se e reconstruindo-se soffre-gamente, hoje se sente, graças a isso a esperança de se ver um Rio de Janeiro formoso e hygiênico, é hoje também occasião de se voltarem as vistas para lugares moradas onde vegeta a população indigente da cidade.

Mesmo para isso já olhou o energico administrador municipal, apesar de ter a sua attenção solicitada por uma diversidade grande de assumptos, incluindo na lei de obras disposições terminantes para acabar com as habitações infectas, não o fazendo, porém, de chofre, não atirando, pois, os moradores a uma vida nômade, agglomerando-os em outros antros, como só pode querer fazer uma má orientação hygienica mas lentamente por um trabalho persistente e ininterrupto."(13)

As críticas de Backheuser à administração de Pereira Passos e a atuação de Oswaldo Cruz não paravam por aí, pois na sua opinião, de nada adiantava demolir ou proibir o concerto e as reformas dos cortiços sem investir em um programa de edificação de habitação para a população pobre. Além disto, na opinião de Backheuser, tais medidas, só contribuíram para a proliferação de novos cortiços e de habitações insalubres em outros pontos da cidade.

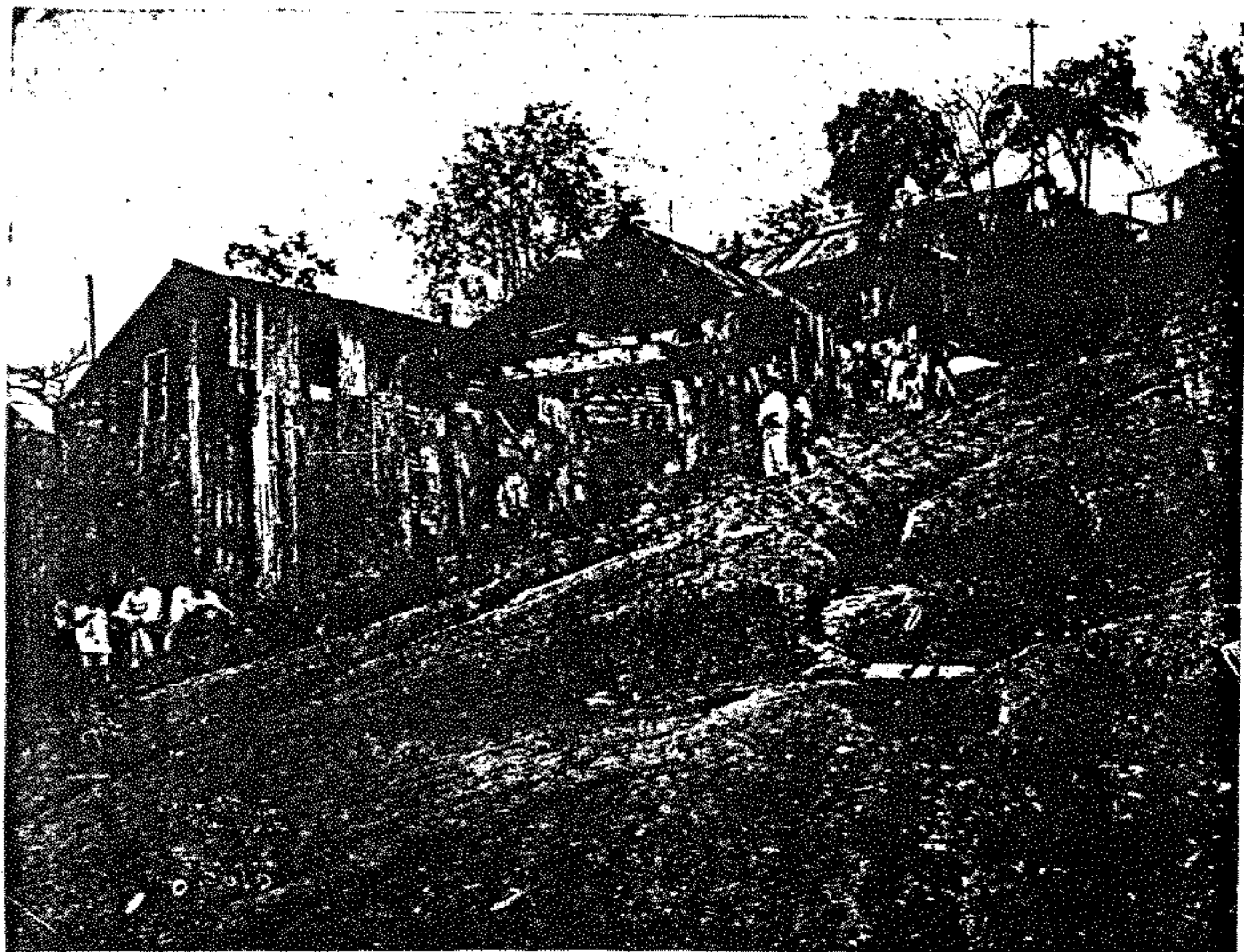
A escassez de habitações provocava uma subida nos alugueis tornando as áreas centrais, cada vez mais proibitivas às camadas populares. No início do século, um pedreiro ganhava a diária de 7\$ a 9\$, um carpinteiro de 8\$ a 10\$, um carteiro 9\$ a 12\$ e pagavam por um quarto ou uma casa de comodos 20\$ a 25\$.

Esta população, por sua vez, necessitava de encontrar uma solução que garantisse a sua proximidade do local de trabalho com o lugar da moradia. Para tanto, estes trabalhadores encontravam uma possível solução a partir da construção de casas nas favelas dos morros ao redor do centro.

O morro da Favela ou Morro da Providência na descrição de Backheuser:

"... é íngreme e escarpado; as suas encostas em ribanceiras marchetam-se, porém, de pequenos casebres sem hygiene, sem luz, sem nada... Imagine-se, de facto, casas (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançados de ripas, tomadas as malhas com porções de barro a sopapo, latas de kerosene abertas e justapondo-se, taboas de caixões; tendo para telhado essa mesma mistura de materiais presos à ossatura da cobertura por blocos de pedras, de modo a que os ventos não as descubram, divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com o propósito único de subdividir o solo para auferir proventos maiores." (14)

Os cortiços, as casas de cômodos, as estalagens e mais tarde as favelas, representavam para os médicos e higienistas, uma ameaça para o desenvolvimento da cidade. Ameaça, segundo eles, por ser este tipo de habitação responsável pela propagação das doenças e epidemias na cidade e por tratar-se de um espaço degradante que, seria ainda capaz de agir, negativamente, na formação moral dos indivíduos. Lembramos aqui da "influência do meio" nas teorias médicas do século XIX na Europa. Do mesmo mo-



FONTE:

EDMUNDO, LUIS. O RIO de JANEIRO do MEU TEMPO
vol 3, Imprensa Nacional, 1938.

do, encontramos estes pressupostos nos estudos apresentados por médicos e higienistas brasileiros:

"São as casas imundas o beco do vício e do crime".

O socialismo destruidor e pernicioso para o progresso de uma nação encontra nesses antros das grandes cidades uma atmosfera favorável para seu engrandecimento.

Os indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares em cubículos escuros e respirando gases mefíticos, que exalam de seus próprios corpos não asseados, perdem de uma vez os princípios da moral e atiram-se cegos ao crime e ao roubo de forma a perderem sua liberdade ou a ganharem por essa forma meios de se alimentarem ou dormirem melhor, enfatizava o inspetor Evaristo da Veiga." (15)

O literato, Aluísio de Azevedo, em seu romance O Cortiço, retrata com a mesma racionalidade dos discursos médicos a influência negativa do cortiço. Este mesmo romance, vários anos depois de sua publicação, é reutilizado pelas fontes oficiais para justificar a derrubada do cortiço do Rio de Janeiro:

"Quem não se recorda das páginas candentes de Aluísio de Azevedo?

Mudou-se o aspecto do cortiço, mas ele continua a ser a habitação malsã, onde numerosos são os fatores nocivos, como as contaminações múltiplas, a promiscuidade, a falta de higiene e outros conforme ressalta Rubens Porto em seu último livro O problema das casas operárias" (16)

Os médicos e higienistas associavam ao cortiço as imagens da doença, da degradação moral e da ameaça pública. A medi-

da em que constituía-se a imagem negativa do cortiço, simultaneamente, apresentava-se a eficácia dos efeitos moralizantes de uma casa planejada e higiênica.

OS CORTIÇOS EM SÃO PAULO

As preocupações existentes no final do século XIX na cidade do Rio de Janeiro, serão vivenciadas, de outro modo, no início do século XX em São Paulo.

Segundo as informações apresentadas por Eva Blay "de 1890 a 1900, São Paulo passa de 64.934 para 239.820 habitantes. E nos 20 anos seguintes a população dobra, passando a 579.033.

"(17) Esta população atraída pelo trabalho industrial procurava encontrar na cidade, além do emprego, um espaço para poder abrigar sua família. A demanda de casas, neste caso, passou a ser maior que a oferta existente no mercado o que, naquele momento, levou alguns proprietários a exigirem por seus imóveis a cobrança de altos aluguéis.

Assim como no Rio de Janeiro, encontramos em São Paulo no decorrer do século XIX, os primeiros sinais de preocupação com o espaço urbano. (18) Este fato ocorre devido ao crescimento acentuado dos cortiços, próximos ao centro da cidade. Raquel Rolnik em sua tese revela-nos através da imprensa, a opinião do Conselho Superior de Saúde Pública que no ano de 1896, manifestou o seu parecer sobre a presença dos cortiços:

"Em uma cidade como esta (...) com tantos cortiços que em si recebem uma lotação superior à que prescrevem os preceitos da ciência, é fácil prever que elles representam um vulcão prompto a fazer erupção, logo que se apresentem condições favoráveis. E não se pode duvidar que essas asquerosas residências devem ser extintas, por isso que os factos demonstram que ellas representam uma sala de espera da morte." (19)

Logo após a epidemia da febre amarela de 1893, forma-se em São Paulo uma comissão com o intuito de inspecionar as habitações operárias e os cortiços do bairro de Santa Ifigênia. Os resultados divulgados por esta comissão alertavam o poder público sobre a necessidade de eliminar este tipo de moradia. E assim encontramos, já no ano seguinte, no código sanitário do Estado, um capítulo destinado às habitações das camadas populares.

Este capítulo determinava que fossem proibidas as construções dos cortiços e, ao mesmo tempo, que se eliminassem os já existentes. Mesmo com a decretação do código sanitário e com as tentativas por parte dos técnicos, políticos e empresários de impedir a instalação dos trabalhadores neste tipo de habitação, os cortiços proliferaram na cidade, pois de nada adiantava derubá-los sem oferecer outra alternativa de moradia para os seus moradores.

Constatamos, neste momento, que tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo o problema habitacional não se fazia presente nas discussões sobre as reformas urbanas, além disso, as autoridades cuidavam apenas de afastar do centro da cidade as "imagens" degradantes dos cortiços. Entretanto, para os trabalhadores a falta de moradia e as péssimas condições de habitabilidade

dos cortiços constituía-se em um fator primordial de revolta e os incitava a lutar por um lugar melhor na cidade.

Antes de determos nas manifestações dos operários no tocante à moradia, pretendemos discutir algumas medidas no âmbito da construção popular que foram adotadas no início do século, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

1.1 - ENSAIOS E ERROS RELATIVOS À SOLUÇÃO DO PROBLEMA DAS CASAS OPERÁRIAS NO BRASIL

Assim como os governos dos países europeus, o governo imperial brasileiro expedirá decretos em dezembro de 1882 e outubro de 1887, facultando a várias empresas construtoras a concessões de empréstimos destinados à construção de habitação popular.⁽²⁰⁾ O engenheiro Backheuser, aponta-nos quatro itens destes decretos:

"isenção por 20 annos do imposto predial, idem por 20 annos do imposto de transmissão de propriedade; direito de desapropriação; concessão do domínio útil dos terrenos do Estado."⁽²¹⁾

Embora em vigência no Brasil desde 1887, estes decretos não representaram, na opinião de Backheuser, mudanças quantitativas nos programas de construção para a população de baixa-ren-

da, isto porque, encontramos registradas, neste momento, no Rio de Janeiro apenas duas companhias empenhadas em realizar este tipo de empreendimento: a companhia Evoneas Fluminense e a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro. A primeira contava (na vice-presidência) no momento de sua fundação com o engenheiro Antonio Jannuzzi, e a segunda era presidida pelo Sr. Arthur Sauer. (22)

Houve também, nessa mesma época, uma pequena iniciativa, por parte da fábrica de tecidos Sant'Anna e da fábrica de Fóstoro(23). A companhia de saneamento do Rio de Janeiro, em virtude do decreto de 8 de fevereiro de 1888, assinou um contrato com o governo brasileiro, tendo em vista construir habitações para 61.060 pessoas. Segundo os dados fornecidos pelo engenheiro Backheuser, esta empresa apenas fez edificações capazes de comportar 5.102 indivíduos. (24)

Ao verificar o contrato estabelecido entre a companhia de saneamento e o governo, notamos um sistema de construção semelhante aos esquemas montados nas Vilas Operárias. (25), ou seja, a Companhia tinha entre suas obrigações a de construir escolas e estabelecer uma lavanderia a vapor. Entre as vilas construídas por meio da companhia de saneamento do Rio de Janeiro podemos encontrar a Vila Rui Barbosa (1850), as Vilas Arthur Sauer, Senador Soares e Maxwell (1891). A Vila Arthur Sauer foi construída no Jardim Botânico e as demais localizavam-se em Vila Isabel, nas proximidades da fábrica de tecidos Confiança Industrial. (26)

A Villa Ruy Barbosa vinha a ser, na opinião de Backeuser, a mais importante das vilas construídas pela Companhia de Saneamento.

"A Villa Ruy Barbosa é exteriormente sumptuosa. O corpo central e os corpos externos em tres pavimentos, tendo intercalados outros corpos em dous andares apenas, dão ao conjunto uma feição nobre, o que não impede de, no seu bojo, accommodarem as classes menos favorecidas.

O interior da Villa compõe-se de uma larga rua central, arborizada, calçada illuminada, interceptada perpendicularmente por uma série de travessas também arborizadas."(27)

Além da descrição acima, observamos a partir das fotos apresentadas por Backheuser da Villa Ruy Barbosa, uma acentuada preocupação com a estética, delineada por meio de cuidadosos detalhes arquitetônicos. Este fato vem, por sua vez, desencadear um longo debate em torno da técnica de construir habitações salubres e "baratas" em maior quantidade, pois eram mais perturbadoras as imagens dos cortiços quando contrapostas as imagens imponentes da Villa Ruy Barbosa. (28)

Já sabemos que, no início deste século, toda a construção dependia da importação de materiais, portanto, com base no decreto de 8 de fevereiro de 1888, a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, consegue firmar um contrato com o Governo Federal, obtendo assim a isenção por 20 anos dos direitos aduaneiros para os materiais importados, necessários a realização das obras. Todavia em 1891, a Companhia de Saneamento denuncia a ineficiência do decreto acima, alegando que o governo federal

negou licença para que ela, importasse livremente os materiais necessários à conclusão das obras já iniciadas. (29) Tal recusa era justificada, mais tarde, pelo próprio governo, devido as vantagens que as companhias construtoras tiravam diante deste mesmo decreto, como por exemplo, através da importação de materiais que excediam a quantia necessária para a viabilização de determinadas obras. (30)

"As empresas começavam fazendo cálculos exagerados do material de que precisavam. Onde estava a fiscalização oficial para impedir esses abusos?" (31)

O decreto federal foi incapaz neste primeiro momento de solucionar o problema habitacional, por este motivo:

"... o conselho municipal da cidade do Rio de Janeiro, votou a lei nº 32 de 27 de março de 1893, mandando abrir concorrência para a construção de Vilas Operárias." (32)

1.2 - UMA GRANDE VILA OPERÁRIA - UMA PEQUENA SOLUÇÃO HABITACIONAL

As chamadas Vilas Operárias foram construídas no final do século XIX nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Vários fatores levaram empresários e capitalistas a investirem neste tipo de empreendimento. Alguns trabalhos indicam que o motivo central da construção das vilas atreladas às fábricas estava condicionado à contratação e à formação da mão de obra. (33) Outros estudos enfatizam que este empreendimento tinha como finalidade localizar os operários mais próximos à fábrica e, com isto, gerar um núcleo de urbanização capaz de atrair novas populações. (34)

Entretanto, para a historiadora Margareth Rago, os interesses econômicos dos empresários aliaram-se aos imperativos políticos. (35)

"Através da imposição das Vilas Operárias, vilas primitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade do trabalho ao lazer." (36)

Pode-se dessa maneira concluir que as Vilas Operárias, além de tudo, ofereceram vantagens para o bolso dos empresários. Para o arquiteto Nabil Bonduki:

"...as indústrias atuavam na construção de vilas da mesma forma que os investi-

dores, pois, não podendo expandir sua atividade produtiva pela não elasticidade do setor, viam na aplicação de capital em casas um bom negócio, complementado pela possibilidade de manter sob controle seus operários."(37)

Muitos trabalhos já demonstraram, em diferentes ângulos, a importância das Vilas Operárias na formação das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.(38) No entanto, poucos apontaram as particularidades existentes na organização das Vilas. Acreditamos que estas particularidades permitirão descerrar novas pistas e, sobretudo, desvendar o relacionamento existente entre o poder público e privado nos projetos de organização da cidade nas primeiras décadas deste século.

Importa ainda salientar que somente uma pesquisa minuciosa será capaz de responder as questões que vamos agora apresentar. Não nos propusemos a realizar esta pesquisa por se encontrar fora dos objetivos deste trabalho, apenas tratamos de confrontar as informações que recolhemos com as discussões já realizadas sobre a organização das Vilas (39).

A primeira delas relaciona-se com a construção de Vilas Operárias na cidade do Rio de Janeiro, motivada pela lei municipal nº 32 de 29 de março de 1883. Apoiadas em estudos anteriores, iniciamos este trabalho, partindo do pressuposto de que a construção das Vilas Operárias estavam relacionadas exclusivamente aos interesses empresariais.(40) No entanto, a presença dessa lei, demonstra a existência do poder público nos assuntos condizentes à formação das Vilas.

A "Vila cidadela" projetada pela arquitetura da vigilância, estava inteiramente incluída no contrato que a empresa deveria assinar junto ao poder municipal.(41) Constatamos que as cláusulas do contrato firmado, entre a empresa e a prefeitura tratavam das questões concernentes aos tipos de moradia, as plantas e aos materiais que deveriam ser utilizados na construção das Vilas. Não obstante, ocupavam-se também em indicar as regras necessárias e obrigatórias para a manutenção, ordem e conservação das casas.

A própria definição do perfil dos futuros ocupantes dos vários tipos de casas, justifica uma maneira de procurar garantir a organização do seu espaço. Isto, não excluía, contudo, a presença de um empregado administrador responsável pelo azeite e a economia interna da vila. O último parágrafo da mesma cláusula, revela, que ao contratante cabe:

"... velar pela conservação das ruas e logradouros comuns, pela polícia e regimem interno da vila."(42)

Nos contratos estavam incluídos a construção de escolas, creches e armazéns comerciais, sendo que o plano e as regras de arquitetura ficavam sujeitos à aprovação do prefeito. Encontramos várias empresas que procuraram se beneficiar da lei municipal de 1893, construindo assim, as Vilas Operárias. Entre elas, apontamos a Vila Operária da Fábrica Confiança em Vila Isabel e a fábrica Brasil Industrial, Corcovado e Carioca, todas estas instaladas no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, o mesmo vínculo entre a prefeitura e a empresa se dá a partir da lei 498 de 14 de dezembro de 1900, e mais que a comissão de Higiene e Saúde, era a principal responsável pela aprovação dos projetos de construção das Vilas Operárias.(43)

Assim desde o final do século, as Vilas Operárias já estavam presente no cenário urbano de São Paulo. Entre elas, destacamos a Vila Maria Zélia no Belenzinho, Vila Prudente construída pela Falchi no Ipiranga, Vila Crespi na Moóca e a Vila Nadir Figueiredo.(44)

A ESCOLHA DOS MORADORES

Um outro aspecto que assinala a especificidade no tratamento das Vilas Operárias está relacionado com os critérios de seleção dos moradores e da distribuição das casas.

Segundo o depoimento de um antigo operário e morador da Vila Operária Brasital, localizada em Salto no interior de São Paulo, a empresa apenas entregava suas casas aos trabalhadores que exerciam uma qualificação especial, ou seja, os mestres e contra-mestres.(45) Este mesmo depoimento revela-nos a existência de alguns critérios aplicados pela diretoria da empresa em relação à distribuição das casas.

Estes critérios, implicavam desde questões de caráter íntimo e conjugal do candidato, até questões como a cor, vícios, número de filhos, saúde e desempenho no trabalho. De acordo com este depoimento, algumas casas da Vila Brasital permaneciam desocupadas durante algum tempo, embora não faltassem candidatos interessados em ocupá-las.

No caso da Vila-Matarazzo, enfatiza Raquel Rolnik, as casas eram fornecidas somente para as famílias com mais de dois membros trabalhando na fábrica (46). Já a Companhia de Fiação e Tecidos Alliança no Rio de Janeiro, deveria escolher os moradores da Vila, através de um livro impresso com o registro dos pretendentes, aonde eram inscritos os nomes para serem escolhidos, por ordem de antiguidade (47).

Lembramos que estes critérios faziam parte do contrato que a empresa estabelecia com a prefeitura. Entretanto, a presença deste contrato não garantia o cumprimento do mesmo por parte da empresa.

Foram poucas as Vilas, que realmente cumpriram todas as cláusulas presentes no contrato conforme Backheuser afirma em seu relatório, onde também denuncia as péssimas condições de habitabilidade da Vila Souto Mayor no Rio de Janeiro:

"... a chamada Avenida Souto Mayor, com duas salas, duas 'alcovas', cozinha, tanque e banheiro, water closet e quintal, ao aluguel mensal de 30\$, gosando esta companhia de favores do Governo. Não visitei esta villa, mas pela descrição feita, apesar dos termos elogiosos do escriptor, parece-me que deixam a desejar, principalmente, por causa daquellas duas alcovas, que hygienicamente são condemnaveis." (48)

Importa notar nos relatos de Backheuser, sobre as experiências das Vilas Operárias, o desabrochar de interesses que nortearam o programa habitacional na cidade carioca. Em seu relatório o mesmo engenheiro deixa transparecer uma certa fragilidade, por parte dos decretos federais, que procuravam estimular a construção de moradias para a população desfavorecida. Do mesmo modo, manifesta sua insatisfação quanto a atuação do prefeito Pereira Passos, a medida que este apenas concentrava seus esforços para erradicação sistemática das habitações insalubres. Com a intenção de embelezar a cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos decreta a demolição dos cortiços a partir da expulsão de seus moradores.

Novamente lembramos que no início do século, a estalagem e o cortiço eram construções proibidas pela prefeitura. O artigo 29 do regulamento geral de construções e concertos de prédios de 1903 (Rio de Janeiro) diz o seguinte:

"... nos cortiços existentes não se permitirá obra alguma, concerto ou reparação que possam garantir sua segurança, só se tolerando pintura de calafinação e não se permitindo novas edificações semelhantes em ponto algum." (49)

Os regulamentos esclareciam que para impedir a edificação de cortiços e estalagens era necessário a intensificação dos programas de construção operária. No entanto, os relatórios de Saúde Pública, apresentados nos primeiros anos deste século revelam o fechamento de 600 habitações coletivas que davam alojamento a mais de 13.000 pessoas (50). Como vemos, o prefeito Pe-

reira Passos não apresentou nenhuma solução de abrigo para a população despejada do centro, apenas incentivou as sociedades particulares a investirem nos programas de habitação de Vilas Operárias. (51)

A ORGANIZAÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS

Como já demonstramos, logo no início deste capítulo, o poder municipal preocupado em combater as construções insalubres da cidade, procurava de alguma maneira interferir nos projetos arquitetônicos das Vilas Operárias. Isto tudo na expectativa de eliminar, do centro da cidade, todos os estabelecimentos considerados prejudiciais para a vida urbana, entre elas, os cortiços, os matadouros e os cemitérios.

Ao contrário do cortiço, as Vilas Operárias deveriam compor um conjunto de casas higiênicas conforme os padrões exigidos pela Comissão de Higiene Pública, de forma a cumprir sua característica principal de afastar toda promiscuidade existente nos cortiços.

Em São Paulo, as Vilas Operárias, na sua maioria, foram construídas em regiões vizinhas às áreas já ocupadas, e em terrenos alagadiços e pouco valorizados nos bairros onde as fábricas já estavam instaladas ou nas proximidades dos rios e das ferrovias.

A partir de 1912, são numerosos os anúncios de loteamento para a construção de Vilas Operárias:

"Terrenos em lotes na Lapa - Pagamento a prestação. Próprias para a edificação de fábricas, vilas e casas operárias. Lotes na 3ª parada (Belém) - preços módicos 4 a 5\$000 o m2." (52)

A maior parte das casas compunha-se de 2 a 3 quartos, 1 sala, 1 cozinha, latrina e quintal; todas alinhadas na frente das ruas, sem jardins e com os quintais no fundo para uso doméstico. Alguns empresários cobravam de seus operários um aluguel da casa que ocupavam na Vila, outros procuravam descontar dos salários de seus funcionários, o custo com a moradia. A Companhia de Fiação e Tecidos Aliança cobrava em 1888 de seus operários de 35% a 45\$000. Este valor, segundo Backheuser, estava aquém dos aluguéis cobrados nos cortiços. (53)

Se as Vilas Operárias geraram uma fonte de lucro para os empresários, trouxeram contudo, muitos problemas para os operários. O pior de todos dizia respeito à incapacidade de solucionar de maneira completa a carência de moradias para a população trabalhadora. O fato de apenas alguns operários auferirem o privilégio do acesso às Vilas, provocava uma desigualdade entre os trabalhadores no interior de um mesma fábrica e, talvez como consequência dessa situação particular aqueles que conseguiram ocupar as casas das Vilas Operárias acabaram por incorporar os hábitos e valores exigidos pelos patrões.

Assim como existiam operários satisfeitos com a implantação e organização das Vilas Operárias defendendo e elogiando a atitude empresarial(54), encontramos operários descontentes e inconformados de se submeterem às normas impostas pelas empresas.

Os jornais de tendências anarquistas e comunistas viviam denunciando o regime penitenciário existente no interior das Vilas Operárias como uma medida de controle insuportável para os operários.

"A companhia de juta construiu uma cidadela isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade patronal, tendo por servidores seus capatazes e o padre da igreja da vila impera de maneira absoluta."(55)

Os descontentamentos com as Vilas Operárias e com relação aos altos aluguéis, foram manifestados através da Liga dos Inquilinos e pelo movimento anarquista. Vários trabalhadores cuidaram de retratar o repúdio dos operários com a organização das Vilas Operárias. Contudo, até os anos 20, as Vilas Operárias constituíram-se, ao lado dos cortiços, em uma opção a mais de moradia para os trabalhadores urbanos. No início dos anos 20, constatamos um certo desinteresse por parte dos empresários em investir neste tipo de empreendimento.

Sem dúvida, foram muitos os motivos que levaram os empresários a deixar de investir na construção de Vilas Operárias. Conforme Bonduki:

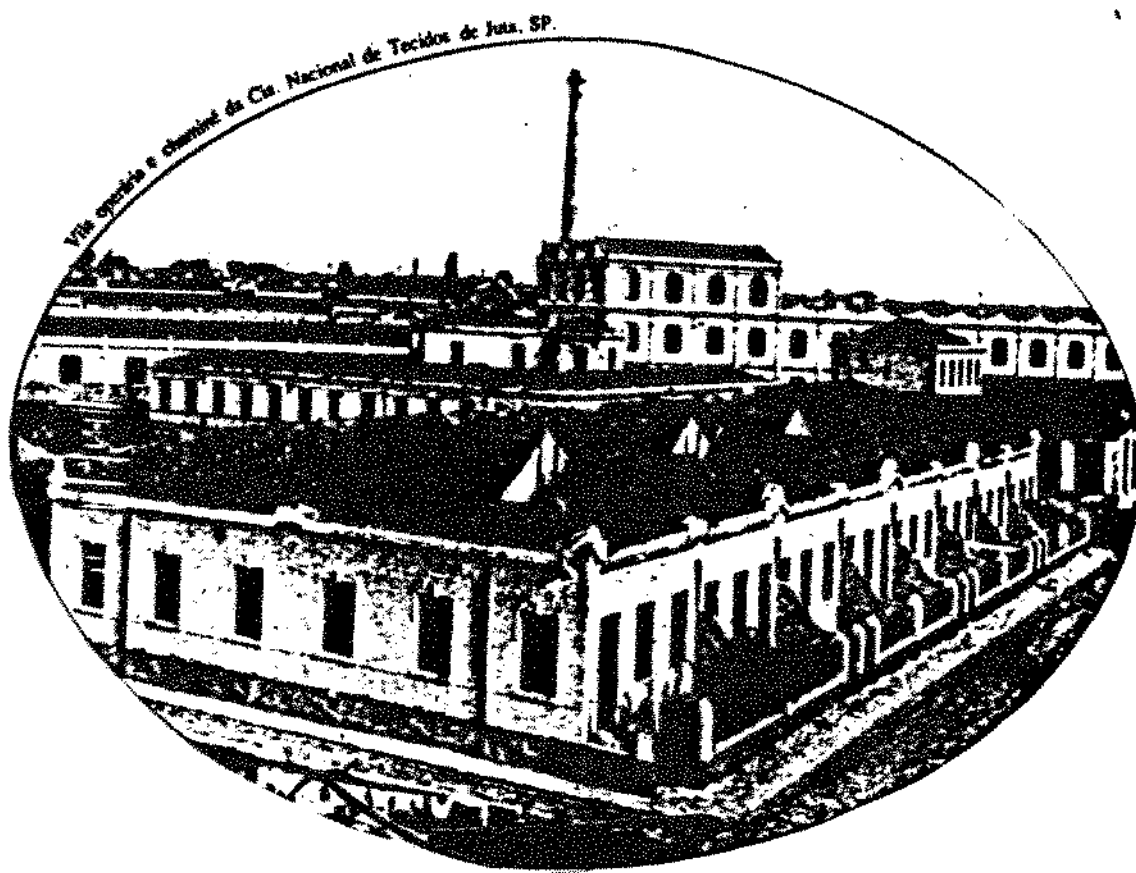
"Os anos 1920 marcam o início de um novo período de desenvolvimento da indústria paulista, que passa a atuar agressivamente no sentido de conquistar o mercado nacional."(56)

E mais,

"... a indústria paulista, que durante a década de 1920 inicia sua formação, passa a requerer maiores inversões de capital, ao mesmo tempo em que se criam bases mais estáveis e seguras para o investimento."(57)

Este novo período da industrialização, está relacionado com as medidas tomadas pelo Estado após 1930, que procurava regulamentar as condições de trabalho, criar uma base para o cálculo econômico empresarial e liberar as empresas do mercado de trabalho regido pela concorrência. O salário mínimo já estava em estudo durante a década de 1930 e, é claro, a Habitação representava um item de ~~consumo~~ que absorvia boa parte do salário dos operários.(58)

A partir dos anos 20 São Paulo, conhece transformações significativas expressas também nos projetos de reformas urbanas que, como veremos logo adiante, silenciaram sobre a questão das "Vilas Operárias".



FONTE: in NOSSO SÉCULO, Editora Abril Cultural, 1985.

1.3 - OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA OS OPERÁRIOS

A questão de como viabilizar os projetos de construção para a população de baixa renda foi se tornando ao longo das décadas iniciais, em tema de destaque nos Encontros e Congressos de Higiene e Saúde Pública. Por outro lado, no campo da legislação, os decretos federais, ao incentivarem a construção de moradias baratas, geraram atritos entre o poder municipal e as iniciativas particulares, dificultando a realização dos projetos de construção de moradias para a população de baixa-renda.

A lei federal baseada nos decretos números 2.407 e 4.029 de 18 de janeiro de 1911, e de dezembro de 1920 e o decreto número 14.813 de 20 de maio de 1921, procurou favorecer as empresas de construção, estabelecendo uma série de requisitos, entre eles, a concessão de empréstimos destinados à construção de habitação popular. Esta legislação provocou alguns confrontos entre o poder municipal e o poder privado, pois nas cláusulas que compõem o decreto 4.029, estava presente a necessidade de aprovação do município para a obtenção dos empréstimos feito pelas companhias construtoras (59) Ainda ficava a cargo das autoridades dos municípios cobrir todos os gastos necessários para a instalação dos serviços de infra-estrutura das Vilas, ou seja, a instalação da rede de água e esgoto, transporte, escolas, etc.

Constatamos que nem todos os prefeitos estavam dispostos a aprovar os projetos de construção popular apresentados pe-

las companhias construtoras. O exemplo que escolhemos para justificar tal afirmação, foi retirado do livro Esboço Histórico do problema na construção de casas populares na cidade do Rio de Janeiro, escrito em 1927 pelo chefe da firma construtora Antonio Jannuzzi.

Neste livro, Jannuzzi tece sérias críticas ao prefeito do distrito federal Carlos Sampaio, críticas estas relacionadas com o "veto" do prefeito, no ano de 1921, a um projeto de construção popular apresentado pela construtora. Nos diz Jannuzzi:

"...o veto do Sr. Prefeito vem prejudicar a lei federal baseada sobre os decretos números 2.407 e 4.207 de 18 de janeiro de 1911, e de 11 de dezembro de 1920. Vou explicar-lhe: As companhias que se pretendem organizar para as construções de casas destinadas ao proletariado em geral devem, como todas as sociedades congêneres fundadas em todos os países do mundo, construir as suas casas por preço o mais reduzido possível, facilitando aos proletários a aquisição das casas por meio suave e pagamento de um aluguel mensal que não ultrapasse a 'quinta parte' do producto do seu salário."(60)

De acordo com Jannuzzi, o prefeito Carlos Sampaio justificou o motivo do "veto" alegando a impossibilidade da prefeitura assumir todos os serviços de infra-estrutura necessários. Mesmo porque, conforme o prefeito:

"... iríamos ter um encilhamento de empresas constructoras de casas operárias e 'empregados públicos' e que os benefícios que a lei lhe outorgava às empresas eram de tal ordem que o governo do município não podia abrir mão, por-

que uma grande especulação iria logo se estabelecer. As empresas obteriam os prédios e terrenos sem pagarem laudemios e direitos de transmissão para depois vendê-los auferindo em seu benefício as parcelas que deixaram de pagar a Prefeitura!"(61)

O confronto nos anos 20 entre as empresas construtoras e o poder municipal, na cidade do Rio de Janeiro, assinala um outro movimento com relação ao controle e a organização do espaço urbano. Neste momento, a preocupação central dos urbanistas era de tentar combater a política desenfreada e sem controle que os especuladores imobiliários procuravam realizar nas grandes cidades.

Em São Paulo do início do século, as soluções em torno da construção popular são fragmentadas. Além das Vilas Operárias construídas pelos empresários, em algumas cidades do interior paulista, tais como a cidade de Santos, encontramos outros grupos empenhados em solucionar o problema da habitação operária. Destacamos a Associação Predial de Santos, Cooperativa que, segundo Armando Fernandes, procurou desde 1904, solucionar o problema da Habitação Econômica nessa cidade (62) Mesmo sem o amparo dos favores públicos, esta cooperativa conseguiu até o ano de 1942 criar 123 grupos de associados e construir 2.300 moradias.

Encontramos outros ensaios de construções populares no Estado de Pernambuco, onde as iniciativas privadas aliaram-se aos poderes públicos. O Dr. Clemente Ferreira, revela-nos que a Liga Social contra o mocambo,

"...delineou seu plano de combate e dando plena execução ao programa de assistência social, construiu já 3 vilas de casas operárias realmente econômicas; tomando o lugar dos cortiços super-povoados, mal habitados por pessoas sem ligações legais de famílias, amancebados e por completos viciados, atentando pois contra os bons costumes e a higiene". (63)

Dentre as iniciativas de construção de habitações econômicas é importante lembrar a presença do Banco dos Operários (1850) em São Paulo. O Banco dos Operários foi uma instituição formada em meados do século XIX, por um grupo de capitalistas que diziam-se preocupados em fornecer moradias baratas para o proletariado.

Segundo o estatuto do Banco, a instituição pretendia:

"Edificar em grupos, em avenidas, ou isoladamente casas sob os typos modernos e hygienicos, para arrendar às classes pobres, mediante os mais moderado alugueis, ou vender-lhes a prazo longo, com amortisação incluída nos mesmos alugueis; Comprar terrenos, retalha-los e vendel-os por conta própria a terceiro." (64)

Com a finalidade semelhante à dos Banco dos Operários, encontramos o Banco Construtor e Agrícola de São Paulo, o Banco de Santos, o Banco Industrial Amparense e o Banco União de São Paulo. (65) Existiam ainda outras sociedades interessadas em investir na criação de bancos operários e nos serviços de infraestrutura para escolas e hospitais - dentre elas o "Colyseu Paulista Companhia Anônima e a Companhia de Melhoramentos de São Paulo." (66)

Todas estas iniciativas evidenciavam a presença de interesses diversos em torno da construção popular, isto é, para os construtores representava apenas mais uma opção de investimento, ou ainda, mais uma fonte de lucro. Para os políticos, representava uma possível solução perante as pressões populares manifestadas por meio das greves e das reivindicações de moradia. (67) Contudo, para os engenheiros e arquitetos, resolver o problema da habitação, significava, a partir dos anos 20, uma forma de viabilizar um "projeto político" de urbanização e controle do crescimento da cidade industrial.

Com certeza, não foi por acaso, que vários engenheiros e arquitetos apresentaram, a partir dos anos 20, diferentes soluções para os problemas detectados no meio urbano. Vários destes profissionais já vinham ocupando cargos administrativos junto a prefeitura de São Paulo: Victor Freire, Alexandre Albuquerque, Luis de Anhaia Mello, Henrique Dumont Villares, Francisco Prestes Maia.

Após percorrer as diferentes posições assumidas em relação aos programas de Habitação Operária, desejamos, novamente, enfatizar dois aspectos. Em primeiro lugar, aqueles relacionados com as tentativas pioneiras através do poder público no final do século XIX, especificamente, na cidade do Rio de Janeiro. Tais tentativas definem momentos marcantes na história da habitação popular, dado que constata-se, a partir de então, a relação existente entre os projetos de habitação econômica e os programas de saneamento desenvolvidos nas cidades.

Em segundo lugar, reforçamos a presença de soluções fragmentadas no âmbito da construção popular, propostas realizadas através das companhias construtoras, empresas e entidades particulares. Como vimos, tais soluções apenas acentuaram os problemas políticos de ocupação do espaço urbano.

A cidade transformava-se, neste momento, em um imenso laboratório e as pesquisas indicavam a urgência de fórmulas capazes de eliminar as causas prejudiciais do desenvolvimento industrial. Ao lado dos médicos e higienistas, estavam os engenheiros e os arquitetos, estes conquistaram um papel de destaque porque conseguiram sintetizar diferentes propostas para os problemas indicados.

Entre estes profissionais, ressaltamos a presença de um grupo de engenheiros e arquitetos formados pela Escola Politécnica que, a partir dos anos 20 passaram a defender diferentes propostas urbanísticas para a cidade de São Paulo, incluindo nestas propostas a questão habitacional.

2 - A HABITAÇÃO ECONÔMICA : UMA PREOCUPAÇÃO DO URBANISMO MODERNO

O INSTITUTO DE ENGENHARIA

Já sabemos que até meados do século XX os médicos e os higienistas procuravam apontar os inúmeros problemas decorrentes da cidade industrial. Entre estes problemas, constatamos a preocupação do saber médico com o meio ambiente da população pobre, as pesquisas e as teses médicas ressaltavam a importância da penetração dos fluidos como a água, a luz e o ar no interior das casas dos trabalhadores urbanos.

Todavia, estes projetos, para serem efetivados, necessitavam do auxílio técnico de outros especialistas, como o engenheiro e o arquiteto. Nas palavras de Raquel Rolnik

"...a medicina vai indicando como deve ser seus desenhos. A engenharia sanitária imediatamente incorpora estes palpites, transformando-os em novos produtos a venda nos mercados, sistemas de drenagem, modelos de reguladores de água para latrinas, materiais higiênicos, modelos de portas e janelas apropriados, ventiladores."(68)

Assim, desde o final do século XIX, médicos sanitarianos, ao lado dos engenheiros e arquitetos, participavam da administração da cidade de São Paulo. O Instituto Politécnico criado, em 1873, o Mackenzie Collège de 1896 e mais tarde, em 1917, o Instituto de Engenharia, são entidades que vieram comprovar a importância destes profissionais nos diferentes fases de desenvolvimento da cidade de São Paulo.

Neste momento, vamos restringir discussões aos engenheiros e arquitetos, que trilharam uma trajetória política e intelectual que coincide com a fundação do Instituto de Engenharia em São Paulo. Este recorte se justifica dado que constatamos, a partir de 1917, isto é, o ano de fundação do Instituto, novas posições com relação aos problemas urbanos da cidade.

O Instituto de Engenharia foi fundado no dia 15 de fevereiro de 1917, por iniciativa de um grupo de engenheiros diplomados pela Escola Politécnica de São Paulo. Entre seus fundadores e antigos presidentes, constatamos os seguintes nomes: Antonio Francisco de Paulla Souza, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Francisco Paes Leme de Monlevade, Alexandre Albuquerque, Francisco de Salles Vicente de Azevedo, Luis de Anhaia Melo, Francisco E. Fonseca Telles.

O Instituto de Engenharia veio ocupar um espaço importante na história da construção no Brasil. Além de ser o órgão responsável pelas questões que regulamentaram a profissão do engenheiro possuía um quadro de profissionais que, a partir de sua fundação, vinham ocupando cargos políticos importantes junto ao governo estadual e na prefeitura de São Paulo. (69)

A forte presença do Instituto de Engenharia na política brasileira, consolidou-se através da participação de seus integrantes na "revolução de 1932".

"O Instituto de Engenharia de São Paulo, em assembléia realizada a 23 de abril de 1931, atendendo às grandes responsabilidades em que recorrem no momento presente todos os órgãos da opinião pública, ... procura pedir ao presidente a convocação da constituinte"
F.E. da Fonseca Telles - presidente do Instituto de Engenharia - 1931"(70)
(propugnador do movimento pela constituinte.).

Podemos constatar a participação dos engenheiros de São Paulo em prol da reconstitucionalização do país, através dos relatos de Arthur Morgan em seu livro Os Engenheiros de São Paulo, pela lei e pela ordem. (71)

Os Boletins e Revistas publicadas por este mesmo órgão, representavam uma fonte de comunicação e de informação para os técnicos de todo o Brasil. Isto ocorre devido a variedade de temas tratados por estas publicações, como por exemplo, discussões em torno dos códigos de construção, ou assuntos relacionados a fabricação de materiais para construção. Os artigos tratavam ainda de divulgar uma determinada obra na cidade e, por sua vez, estas experiências se tornavam importantes na medida que interessavam aos profissionais de outras cidades. (72)

Foi no decorrer dos encontros, palestras e das reuniões promovidas pelo Instituto de Engenharia que o urbanismo moderno, a partir dos anos 20, passou a adquirir novos adeptos em todo o Brasil. Foi também o Instituto de Engenharia o responsável pela

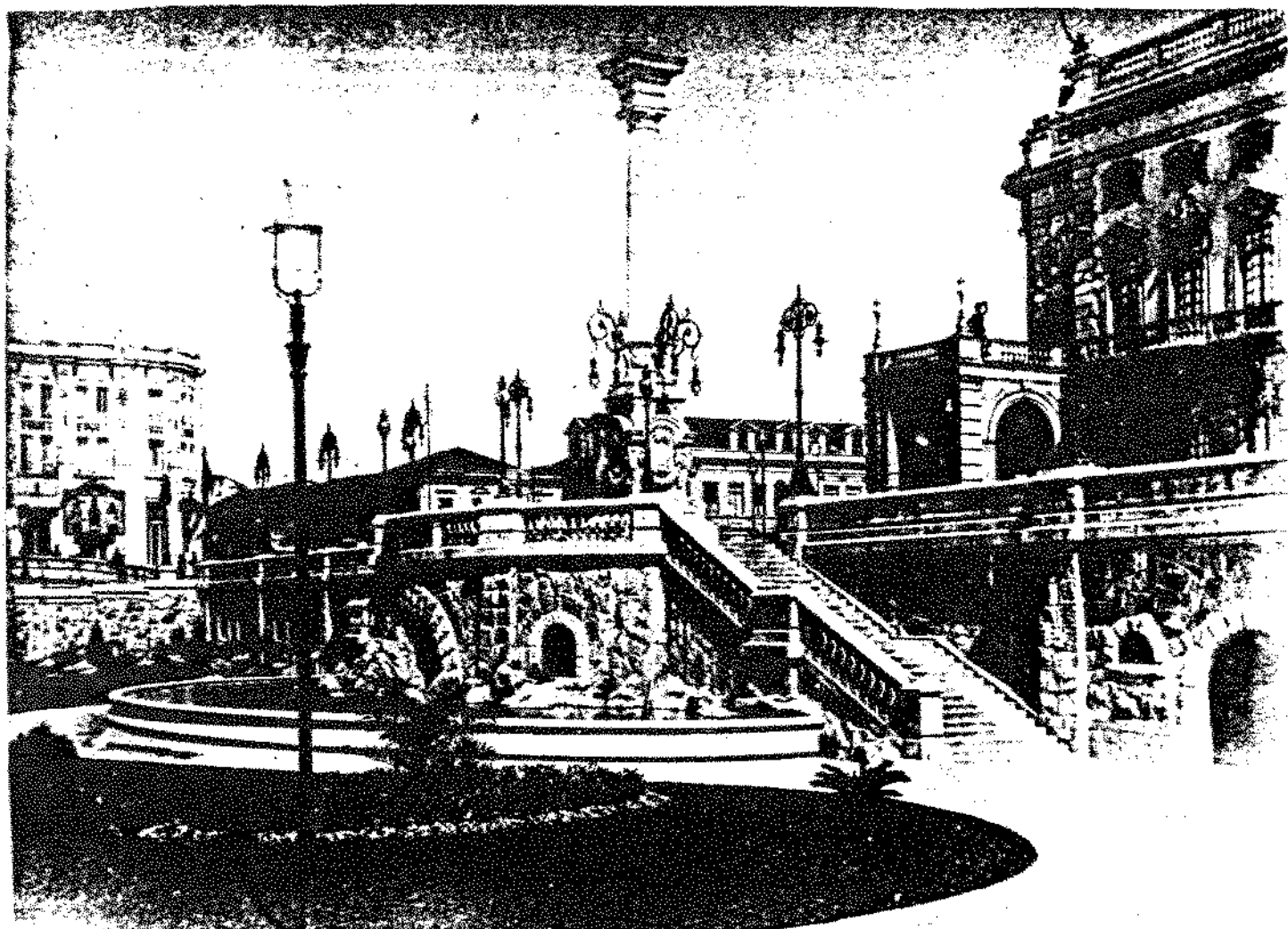
realização do Primeiro Congresso de Habitação no ano de 1931 em São Paulo. Cabe ressaltar a importância do congresso de habitação nos assuntos concernentes à questão da Habitação Econômica no Brasil, assunto que voltaremos a tratar no próximo capítulo.

2.1 - OS CRÍTICOS DA ARQUITETURA MODERNA

Pertencer ao Instituto de Engenharia, ou então, ter feito parte do corpo de professores e ex-alunos da Escola Politécnica de São Paulo, não significava compartilhar das mesmas opiniões com relação ao urbanismo moderno. Este vem a ser o caso de arquitetos como Cristiano Stocker das Neves, Dacio de Moraes e de outros arquitetos que atuaram nas primeiras décadas deste século em São Paulo.

Os artigos de Cristiano Stocker, publicados na revista Arquitetura e Construções no final dos anos 20, criticam duramente os partidários da arquitetura moderna.

"É de lamentar que uns poucos, architectos aos quaes não faltam genio e arte, enveredem por esse falso rumo esthetico. Parece-nos que assim procedem para acompanhar aquella maioria extranha a architettura e que é a detentora actual dos grandes trabalhos de nossa



Esplanada do Teatro Municipal, Parque do Anhangabaú. Foto de 1912.
Arquivo DPH.

arte. Não vemos sinceridade nessa adesão, mas, apenas um snobismo adicionado ao ((Struggle for life))." (73)

As críticas de Cristiano Stocker aos simpatizantes da arquitetura moderna, ocorre no sentido de preservar uma espaço político na cidade. Lembramos que até a década de 20, São Paulo conviveu com diferentes traços arquitetônicos. Os críticos da arquitetura moderna definiam o arquiteto como um artista e ao mesmo tempo, apontavam uma certa hierarquia entre a arquitetura e a engenharia.

Para Stockeler, ao arquiteto cabe projetar artisticamente e acompanhar a execução de sua obra, e aos engenheiros cabe a responsabilidade pelo conhecimento técnico e prático da atividade construtiva. (74) É no mínimo intrigante o comentário de Stockler sobre a hierarquia entre o engenheiro e o arquiteto se lembrar que, até a década de 40, a Escola Politécnica era a principal responsável pela formação do engenheiro-arquiteto. A separação entre arquitetura e a engenharia só vai ocorrer a partir de 1948, com a criação da Faculdade de Arquitetura.

Nas primeiras décadas do século XX, foram realizadas algumas obras na cidade de São Paulo sob a responsabilidade de engenheiros e arquitetos como Victor Freire, Alexandre Albuquerque e Ramos de Azevedo, mais uma vez salientamos a presença destes nomes na lista dos fundadores do Instituto de Engenharia.

Victor da Silva Freire era engenheiro civil formado na Escola "Des Ponts et Chaussées de Paris". Em 1926, atuou como diretor de obras municipais e foi professor na Escola Politécnica em 1897. De acordo com Hugo Massaki Segawa, Victor Freire não

escondia de seus projetos a admiração pelas obras do arquiteto culturalista austriaco Camillo Sitte.

"É do estudo attento das obras clássicas que a antiguidade nos legou - as grandes praças públicas, dos espaços mais pequenos em que a Idade Média concebeu as suas maravilhas das obras primas das épocas posteriores, formava-se pouco a pouco a technica especial ia tomando corpo e se firmava definitivamente com a primeira edição da obra do mestre a que tantas vezes já me referi, Camillo Sitte, em 1899." (75)

Podemos ainda perceber a admiração de Victor Freire pelas obras realizadas em Viena, na segunda metade do século XIX, através dos artigos escritos por ele na Revista Politécnica, entre eles, a "A Cidade Salubre" (1914) e "Melhoramentos de São Paulo" 1911(76). Nos dois artigos, o engenheiro demonstra uma grande preocupação com o destino da cidade de São Paulo. Para tanto, ele realiza um amplo balanço das principais reformas urbanas realizadas nas cidades europeias, como em Paris e Berlim.

Victor Freire, em 1911, ao lado de Eugenio Guilhem, elabora um plano para São Paulo. Este plano apresentado por Freire e Guilhem junto à diretoria de Obras Municipais, concorreu com mais dois outros planos apresentados no mesmo ano, um por Alexandre Albuquerque e o outro por Samuel das Neves. (77)

Um arquiteto atento, sem dúvida, poderá apontar muitos aspectos que diferenciam cada uma destas propostas apresentadas em 1911. Todavia, nossos esforços concentram-se no sentido de reconhecer as costumeiras questões presentes nestes três planos.

Partiremos, então, da questão, que com certeza, estava na base de seus projetos de melhoramentos para a cidade de São Paulo. Como é possível viabilizar o desenvolvimento de uma cidade, garantindo-lhe salubridade, segurança e a circulação?

Uma primeira preocupação comum aos três era a de encontrar uma forma de desafogar o centro da cidade. As vias circulares, os viadutos e as ruas representavam, para eles o meio de garantir a livre circulação entre os bairros e o centro.

Os três planos revelam também uma grande preocupação com a estética e, por este motivo, procuraram fazer do centro uma grande "sala de visitas" da cidade.

Os jardins, as praças públicas e o interesse pela valorização das antigas construções reforçavam a preocupação estética dos planos. Todos estes projetos enfatizaram ainda os melhoramentos do vale do Anhangabaú. Neste ano de 1911, o então prefeito Antonio Prado, revelou seu interesse pelo melhoramento do centro de São Paulo através do início de várias obras no sentido de estimular a vida social da cidade. Assim, uma das primeiras providências do prefeito foi a de reformular e aumentar o Jardim da Luz e, em seguida construir o Teatro Municipal. Quanto à escolha do vencedor entre os três planos apresentados para a cidade, Antonio Prado confiou a decisão ao arquiteto francês Joseph Antonie Bouvard.

Após analisa-los Bouvard, elabora um relatório contendo sete indicações iniciais e um conjunto de recomendações.(78) Entre as recomendações feitas por Bouvard, constatamos a necessidade de estabelecer melhores comunicações entre os vários seto-

res do centro e as estações das estradas de ferro. (79)

Constavam ainda nas suas recomendações praças arborizadas, parques e a criação de espaços livres. Estes elementos representaram os reservatórios de ar, capazes de assegurar o desenvolvimento da cidade com a necessária circulação do ar.

Bouvard reconhece a necessidade de reformas do Vale do Anhangabaú, conforme foi apontado pelos projetos anteriores. Entretanto, apresenta para o projeto do Vale uma terceira alternativa, onde procura conciliar as idéias de Victor Freire com as de Samuel das Neves. Os desenhos de Bouvard projetam para o Vale do Anhangabaú, grandes edifícios com lojas, restaurantes e escritórios, tudo isto, com ampla abertura para um parque com jardins. (80)

Interessante notar nestes planos de melhoramentos, a ausência de discussões com relação ao problema habitacional. Um problema que, mais tarde, outros urbanistas enfatizaram como prioritários nas reformas urbanas.

Dacio de Araújo Ottoni, justifica a morosidade dos planos apresentados em 1911, devido às transformações econômicas, políticas e sociais, que vinha sofrendo a capital paulista. (81) Até o final dos anos 20, a política era controlada pelos grandes proprietários de terras urbanas e rurais. Na década de 1920, contudo, outros grupos sociais, entre eles os empresários, passam a disputar com a oligarquia cafeeira o poder econômico. (82) Estas transformações podemos também acompanhar através das reformas urbanas na cidade.

O prefeito Antonio Prado, por exemplo, justificava a inviabilização de suas obras devido a carência de recursos e o descaso do Estado com a prefeitura. É entretanto, logo após a sua gestão, com a penetração de capitais estrangeiros prontos para serem empregados em obras de utilidade pública, que abre-se novas perspectivas para o desenvolvimento da cidade.

Técnicos, empresários e políticos já não precisavam mais convencer o governo do Estado, de que São Paulo seria uma das maiores cidades industriais do Brasil. A prova estava na destinação de verbas, por parte do governo, para as melhorias do centro na gestão de Raymundo Duprat em 1912.(83)

Dito anos depois, São Paulo já contava com 579.033 habitantes, sendo que a população da cidade correspondia a 12,61%.(84) Neste mesmo ano o número de empresas cresce para mais de 4 mil e o de operários 84 mil.(85) No entanto, ainda neste mesmo ano o número de construção não correspondia com o crescimento populacional. De acordo com Nuto Sant'Anna o número de novas edificações foram assim no decorrer dos seguintes anos:

1922-2.112;	1922-2.875;	1923-4.242;
1924-4.295;	1925-4.474;	1926-4.648;
1927-5.995;	1928-7.031;	1929-5.800;
1930-3.020;	1931-1.795;	1932-1.755;
1933-3.269;	1934-4.205;	1936-12.373;
1937-10.651;	1938-12.577.	

Conforme podemos observar, embora os números apresentados acima, em vários momentos indicassem cifras crescentes ao longo dos anos, a população, principalmente, a de baixa renda,

enfrentava sérios problemas de moradia. Problemas quanto a falta de habitação e, conseqüentemente, a cobrança de altos aluguéis por parte dos proprietários.

Se num primeiro momento, as reformas urbanas tinham suas preocupações voltadas para a solução dos problemas de circulação do centro com os bairros distantes, a partir dos anos 20, outros problemas despontam, dentre eles uma nova maneira de pensar e governar a cidade.

Até a primeira década do século XX, a expansão da cidade ocorria de forma aleatória proporcionando o aparecimento dos loteamentos clandestinos. (87)

Marta Dora Gronstein em sua tese de doutorado revela que a falta de controle por parte da prefeitura com relação ao crescimento desordenado da cidade instigava uma série de debates, organizados por um grupo de urbanistas. Estes profissionais, com base nas experiências européias, buscavam soluções para os problemas da cidade de São Paulo.

Reforçamos que, a partir dos anos 20, os problemas da cidade ultrapassavam as questões de estética, do embelezamento e dos meios de comunicação com o triângulo central da cidade. Na organização do espaço urbano as preocupações estendiam-se para as questões políticas e sociais, como por exemplo, o transporte, a habitação, a educação, e a formação dos bairros operários. Contudo, isto não significa que o "centro" deixava de ser pensado e planejado pelos urbanistas, pois pelo contrário, ao pensar os melhoramentos do centro, tornava-se necessário relacioná-lo com todo o conjunto da cidade.

Esta maneira de pensar a cidade como um todo nasce no decorrer dos anos vinte no Brasil, embora seus defensores só vão conseguir por em prática os projetos urbanos a partir de 1930. Para tanto, os urbanistas modernos tiveram que através de seus projetos, conciliar os diferentes interesses políticos do momento.

2.2 - A ARQUITETURA MODERNA A SERVIÇO DO URBANISMO

No decorrer dos anos 20, a cidade de São Paulo expande a sua industrialização, acompanhada de um acentuado aumento populacional. Paralelamente a estas transformações, surgem os conflitos, acirrando-se, então, a luta entre o capital e o trabalho. Operários e empresários representavam o papel principal na disputa por um espaço político. Os operários reivindicavam o direito à melhores condições de vida. Em contrapartida, os empresários apenas procuravam defender os interesses do capital e, por isto, reivindicavam ao Estado medidas capazes de assegurar este desenvolvimento.

Segundo os urbanistas, era necessário encontrar soluções que viessem assegurar o desenvolvimento industrial, a partir da organização do espaço urbano. Lembramos que, nesta época,

grande parte das propriedades encontravam-se nas mãos dos loteadores e dos especuladores imobiliários, que, por sua vez, depositavam grandes expectativas na comercialização de suas propriedades. (88)

Para conquistar o apoio de diferentes segmentos da sociedade paulista, os planejadores urbanos enfatizavam em seus projetos as intenções de compromisso com o desenvolvimento industrial. Porém, mostravam também a necessidade de incorporarem nestes projetos as reivindicações de moradias, tão reclamadas pelos setores desfavorecidos da cidade.

No entender destes planejadores urbanos, não bastava demolir os cortiços e as casas de cômodos, ou então, simplesmente afastar a população pobre do centro. Do mesmo modo, de nada adiantava relegar a construção de moradias baratas à boa vontade dos empresários e capitalistas. Para estes urbanistas, a solução estava na incorporação destes problemas ao próprio planejamento da cidade. (89); um planejamento capaz de permitir um controle sobre a expansão e a distribuição da população, acompanhado de uma projeção futura da cidade.

Como já comentamos, esta maneira de pensar e planejar o futuro da cidade, corresponde aos principais aspectos que nortearam os fundamentos do urbanismo moderno. Estes pressupostos encontram-se presentes nos artigos, projetos e na própria atuação de alguns urbanistas em São Paulo, como Francisco Prestes Maia, Alexandre Albuquerque, Luis de Anhaia Melo, e outros ex-alunos da Escola Politécnica de São Paulo.

A formação na Escola Politécnica de São Paulo e o contato com professores que desde o início do século, já participavam nos meios político-administrativos da cidade, fizeram com que logo depois de formados estes engenheiros, do mesmo modo que seus mestres, pudessem desenvolver suas carreiras junto à prefeitura da cidade.

Entretanto, mesmo formados pela Escola Polytécnica, e alunos de professores como Ramos de Azevedo e Victor Freire, estes engenheiros iniciaram suas atividades vivendo em um outro momento histórico. A década de 20 foi um período de muita efervescência intelectual na cidade. Novas gerações de engenheiros formados pela Escola Politécnica de São Paulo, passam a apresentar novas soluções para os problemas da cidade de São Paulo.

As concepções arquitetônicas que marcaram as primeiras décadas do século XX foram, aos poucos, sendo substituídas pelos estilos da arquitetura moderna, isto é, o abandono dos padrões clássicos europeus em troca da funcionalidade.

A revista Forma apresenta um artigo escrito em 1929 pelo arquiteto Gregori Warchavchik, em defesa da arquitetura moderna:

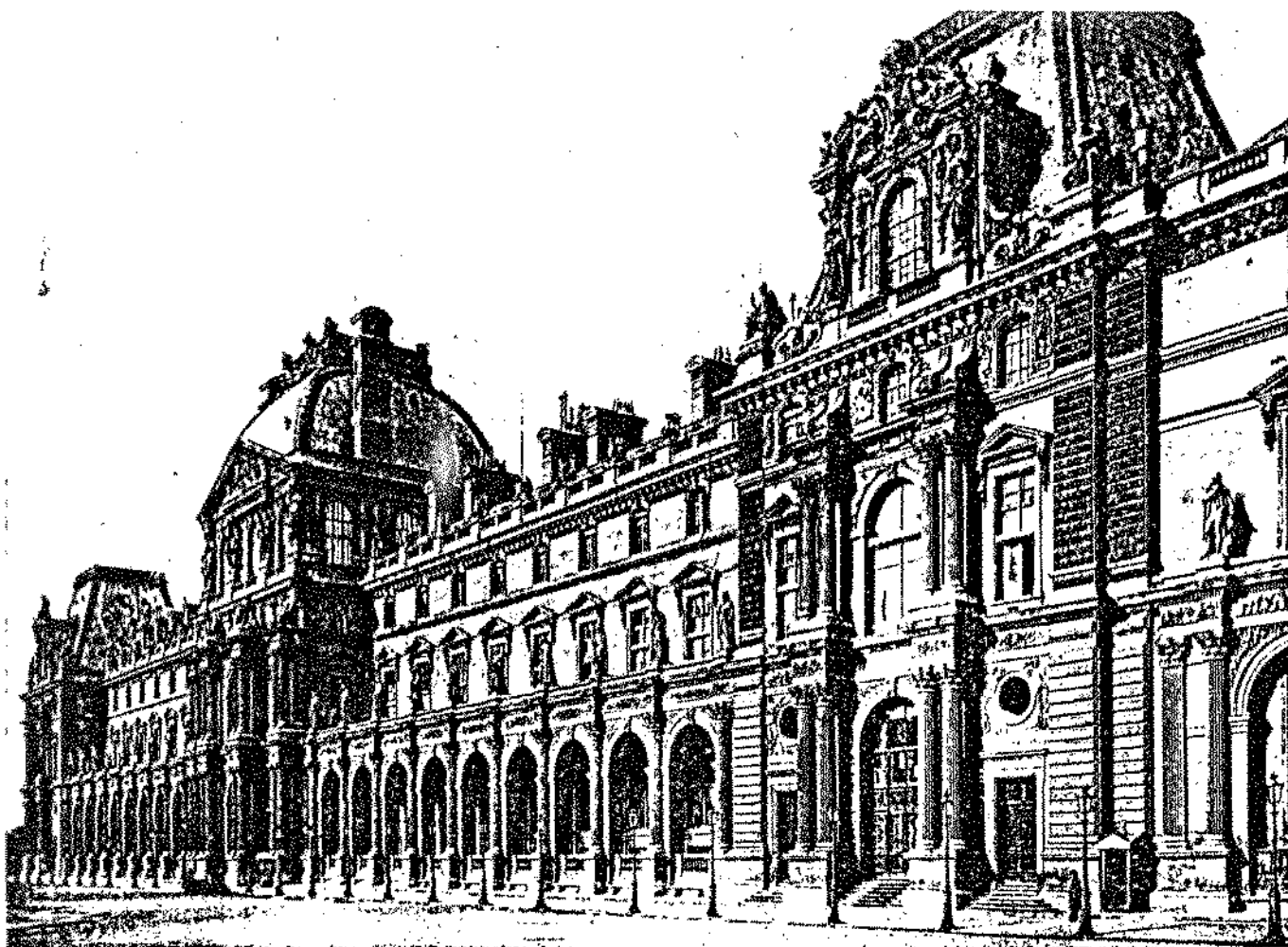
"Construindo uma machina, uma casa, uma peça de mobília procuramos descobrir a sua razão de ser, e só deste ponto de vista lhe daremos a apparencia externa, nunca de nenhum outro. Na construção aperfeiçoada de uma machina não procuramos criar um objeto theorico arbitrário, de beleza. Queremos que seja de perfeita utilidade de perfeito funcionamento, queremos também que não custe mais do que o necessário a este perfeito funcionamento". (90)

Como vemos acima, outros valores tornaram-se essenciais para a elaboração dos projetos arquitetônicos. Estas transformações nos padrões arquiteturais, vão definir novas posturas com relação a concepção da cidade, da mesma forma que na arquitetura, podemos acompanhar neste momento, transformações semelhantes em outras esferas acadêmicas, como por exemplo, na literatura, na arte e na música.

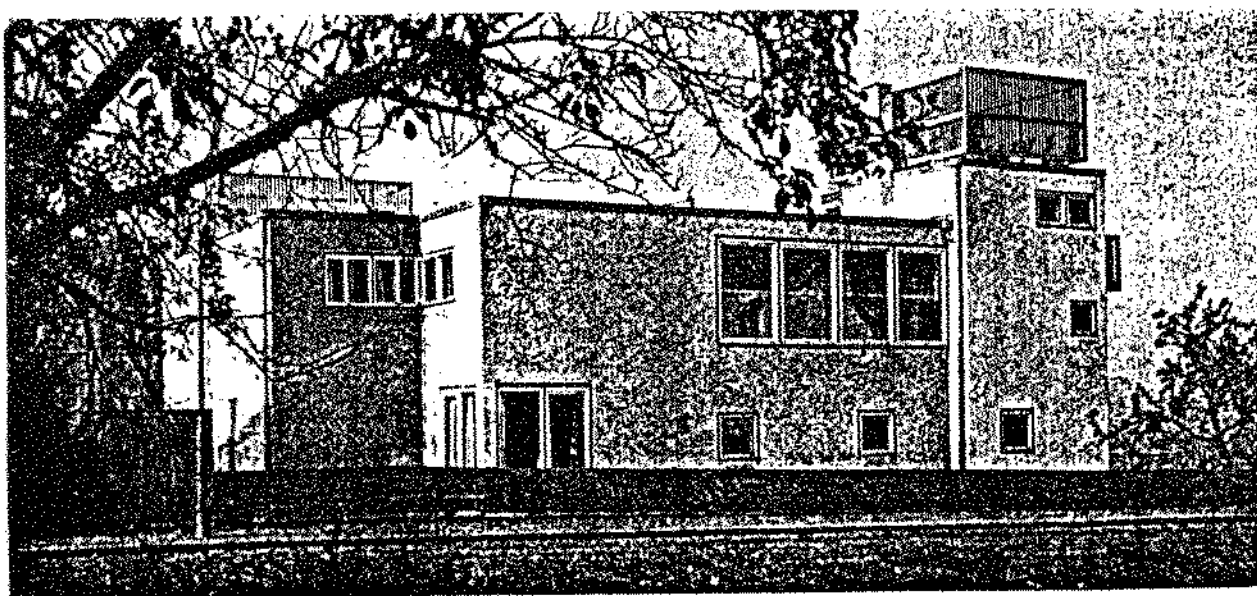
OS MODERNISTAS E A ARQUITETURA MODERNA

*"J'adore cette ville
Saint-Paul est selon mon coeur.
Ici nulle tradition
Aucun préjugé
Ni ancien ni moderne..."*
(Blaise Cendrars, "Saint Paul")

Na década de 20 muitos artistas brasileiros encontraram-se na Europa. Entre eles, os escritores Oswald de Andrade, Mário de Andrade e a artista Tarsila do Amaral. Estes artistas em consonância com os movimentos de vanguarda da Europa, decidiram romper com as influências culturais estrangeiras, e valorizar a cultura nacional. Na pintura de Tarsila do Amaral e Anita Malfatti outras composições de cores despontaram nas telas, com



O Louvre de Paris, que os modernistas não suportam
(Ver o que sobre o assumpto diz "L'Esprit Nouveau")



Uma produção da "arte" modernista

FONTE: in ARQUITETURA CONSTRUÇÕES, São Paulo, 1930.

uma forte predominância para o verde-amarelo. Os quadros extrapolavam os temas bucólicos e as rápidas e grossas pinceladas deslerravam rostos sofridos, ou então, enchiam-se de entusiasmo e de cor ao resgatar as alegres festas populares. O imigrante, o índio o negro e o trabalhador nacional, eram figuras presentes nos contos e nas poesias dos modernistas (91). São, no entanto, estas tentativas de resgate da cultura nacional nas obra destes modernistas que irão coincidir com os pressupostos da arquitetura moderna. Primeiramente, romper com os estilos europeus, logo em seguida, escolher outros caminhos que permitissem ao artista criar novas técnicas e padrões, sempre valorizando nas suas obras os aspectos brasileiros. Esta é a característica importante de identificação entre a arquitetura moderna e os modernistas, isto é, a preocupação com o problema da desigualdade social. Tais preocupações foram demonstradas, durante as noites de 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, da semana de arte moderna.

No decorrer dos eventos da semana o público presente ao teatro municipal de São Paulo escutou a música de Heitor Villa-Lobos, poemas e textos de escritores como Menotti del Picchia, Mário de Andrade e Plínio Salgado, ainda puderam admirar, no saguão do teatro, os quadros de Anita Malfatti e Di Cavalcanti.

A simpatia dos modernistas pelos pressupostos da arquitetura moderna ocorre em Paris, a partir do contato deles com o urbanista francês Le Corbusier. Mais tarde, no ano de 1929, o arquiteto francês a convite de Blaise Cendrars, o poeta e amigo das figuras principais da semana de arte moderna, vem conhecer

os países da América do Sul incluindo, nesta viagem, o Brasil. Muitos arquitetos brasileiros puderam conhecer Le Corbusier durante as palestras proferidas pelo mesmo, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

O escritor Mário de Andrade manifesta no Diário Nacional, o interesse do trabalho e a contribuição do arquiteto francês para a cidade de São Paulo:

"A vinda de Le Corbusier que de fato nos honrava muito seria, não sua presença real, mas a realização por ele aqui de alguma grande casa, um palácio Salvi, um palácio Martinelli. Mas, como todos os entre-selvagens, nós estamos ainda sob a escravidão ilusionista das palavras, e deservimos um valor tão determinado como Le Corbusier, lhe pedindo palavras, palavras, palavras." (92)

Vários segmentos da sociedade brasileira ficaram impressionados com os discursos proferidos por Le Corbusier em sua visita ao Brasil. Nas suas palestras o arquiteto francês enfatizava o "lado humano da arquitetura moderna", isto é, a preocupação essencial em preservar o homem dos distúrbios causados pela era da máquina (93). Porém, o que mais impressionava os ouvintes, foram as alternativas otimistas propostas pelo urbanistas em torno do futuro da cidade moderna.

A receptividade às palavras do mestre Le Corbusier deve-se a simpatia de vários engenheiros e arquitetos em São Paulo aos pressupostos da arquitetura moderna. O engenheiro e arquiteto Luis de Anhaia Melo em seu livro Problemas de Urbanismo em São Paulo, publicado pelo Boletim do Instituto de Engenharia no



FONTE: DI CAVALCANTI, IN NOSSO
SÉCULO, SÃO PAULO, EDITORA ABRIL
CULTURAL, 1985.

ano de 1920, já apontava novas posturas com relação à figura do urbanista no sucesso das cidades modernas:

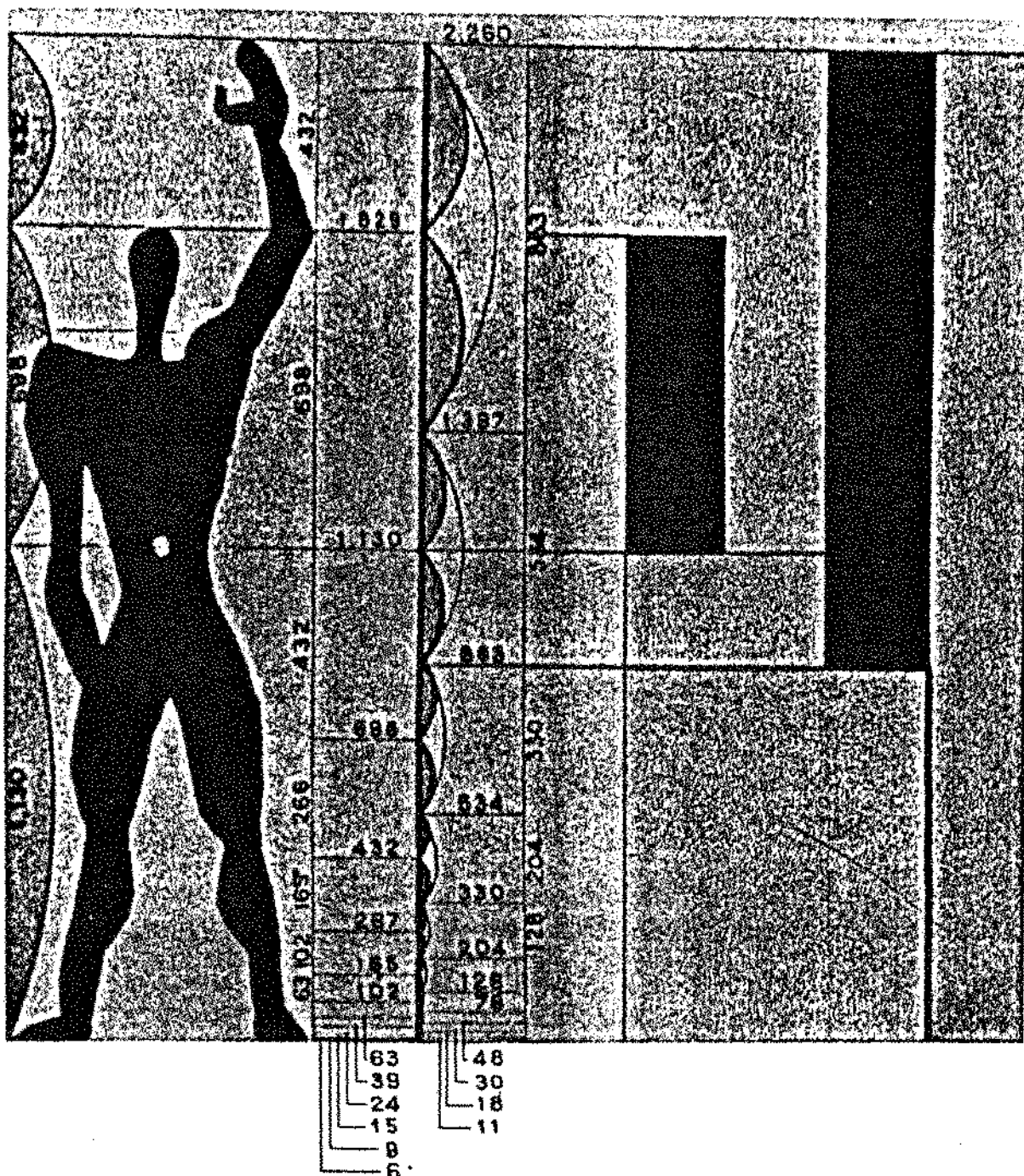
"A realização dos projetos do engenheiro requer uma legislação moderna de urbanismo, orientada pelo ideal de cooperação século vinte, oposto ao ideal individual século dezanove"(94).

Assim, a arquitetura moderna, a serviço do urbanismo, conquista através de seus representantes um espaço técnico e político importante na cidade de São Paulo.

- OS URBANISTAS NA DÉCADA DE 30

É possível compreender a incorporação dos urbanistas na máquina administrativa do Estado na medida em que passamos a contextualizar o momento político vivido nos anos 30 no Brasil.

Segundo, as linhas de pesquisas desenvolvidas por Sérgio Miceli em Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945) "...a política desenvolvida por Vargas, abriu espaço para a colocação de intelectuais, oficializando a cultura e o saber como instrumento necessário na constituição e poder do Estado". (95) Estes intelectuais, recrutados pelo governo provisó-



13 — O Modulor: o diagrama das proporções humanas de Le Corbusier, publicado em 1946.

FONTE: STEPHEN , GARDINER. LE CORBUSIER , São Paulo. CULTRIX, 1977.

rio de Vargas, procuraram desempenhar diferentes tarefas políticas, no sentido, de permitir maiores domínios de intervenção das diferentes atividades pelo Estado.

"Para tanto, o Estado munuiu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade - os funcionários escritores e os escritores funcionários, dos quais fala Miceli - com o fim de efetivar a centralização do poder simbólico, um esforço de homogeneização dos discursos do poder, particularmente o ideológico" (96).

Estes intelectuais atuavam como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social

"...tratavam-no de modo a decompô-lo em partes iguais e harmônicas, confeccionando a partir dessa operação um todo único e compreensível" (97).

Os especialistas e políticos da época, utilizaram as metáforas orgânicas como forma de construir um projeto único de nação. Neste projeto as desigualdades e as lutas sociais foram logo substituídas pela harmonia reinante entre as diferentes partes que compõem o corpo humano. Até a igreja sob as palavras de Leão XIII, procurava nas metáforas orgânicas justificativas para as desigualdades sociais

"...como no corpo humano os membros, apesar de sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade as

duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio." (98)

Com o objetivo de inaugurar a partir de 1930, um novo tratamento para os problemas de ordem social, o governo provisório criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Este órgão na tentativa de esvaziar os conflitos sociais até então existentes, incorpora o discurso racional e neutralizador dos especialistas.

"Os operários não precisam mais fazer nada, controlar nada, decidir nada, lutar por nada, tudo está dado, rigorosa e cientificamente determinado por especialistas altamente competentes." (99)

Um ano depois de criado este Ministério, todas as medidas e discussões que vinham sendo encaminhadas no campo da legislação social, passaram a ser divulgadas nos Boletins desse Ministério, onde com frequência, se discutia-se em artigos as condições de vida do trabalhador urbano, e ao mesmo tempo se anunciava um novo momento na história social do Brasil.

"...foi-se o tempo em que o operário era julgado elemento à parte da sociedade, integrado nela, como indivíduo e pessoa, deve, consequentemente, gozar certo "standard of living" que o faça elemento útil ao meio, com o mais se fortalecerão aos laços de solidariedade e confiança necessários a seguir da produção em que vivemos". (100)

Ora, reivindicações como esta ao Estado em torno das condições de vida dos trabalhadores urbanos encontramos expostas no decorrer dos Anais do Primeiro Congresso de Habitação. O engenheiro arquiteto Amador C. Prado para defender sua posição no Congresso de Habitação, utiliza-se dos seguintes argumentos:

"Procuremos dar ao operário uma casa pequena e comoda com a salubridade ao alcance de suas posses. Deixemos os mais favorecidos da sorte que aproximem dos detalhes da perfeição..." (101)

O Congresso da Habitação só foi realizado no ano de 1931, mas várias soluções sobre o problema das habitações populares, já haviam sido apresentadas em projetos de planejamento urbano durante a década de 1920. Como nos referimos em outros momentos, são os precursores da arquitetura moderna, que vão a partir de 30, ocupar um espaço importante na política de gestão das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda é importante enfatizar que estes urbanistas já utilizavam as "metáforas orgânicas", como forma de justificar as intervenções feitas no conjunto da cidade. Como vimos estas mesmas imagens foram aplicadas mais tarde pelas autoridades, com o intuito de se construir a idéia da "nação brasileira".

Após 1930, Vargas concede cargos políticos de importância aos jovens arquitetos progressistas, como foi o caso de Lúcio Costa que recebeu o cargo de diretor da Escola Nacional. (102). No entanto, não foram apenas os arquitetos modernos os únicos beneficiados com cargos políticos no governo de Vargas.



FONTE:

MELLO, LUIS de ANHAIA, PROBLEMAS de urbanismo, bases para a resolução do problema técnico, São Paulo, BOLETIM do Instituto de ENGENHARIA de São Paulo, 1929.

Os intelectuais que inauguraram a semana de arte moderna de 22, entre eles, Mário de Andrade, José Américo de Almeida e Oswald de Andrade, foram cortejados pelo presidente Vargas, recebendo assim de suas mãos importantes cargos políticos.

No decorrer dos anos 30, o Estado procurou legitimar todas as propostas que foram apresentadas na década anterior, bem como, incorporar seus idealizadores aos órgãos e as instituições municipais, estaduais ou federais. A maior parte dos projetos urbanísticos apresentados no decorrer dos anos 20, vão ser incorporados como plataforma do governo chamado "revolucionário" em 1930. (103) Em 1931 dois urbanistas famosos, Luis de Anhaia Mello e Francisco Prestes Maia já exerciam cargos políticos junto a Prefeitura Municipal de São Paulo. (104)

A simpatia do governo Vargas em relação aos rumos do urbanismo moderno pode ser avaliada pelo retorno em 1936 de Le Corbusier ao Brasil. Este arquiteto francês vem ao Brasil como consultor do projeto de construção do Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Durante a estadia de cinco semanas, Le Corbusier, proferiu seis conferências, tendo ao seu lado, o arquiteto brasileiro Lúcio Costa.

Em suas palestras, Le Corbusier reafirmava a importância da moradia em sua articulação com a natureza com programa para o desenvolvimento das cidades modernas:

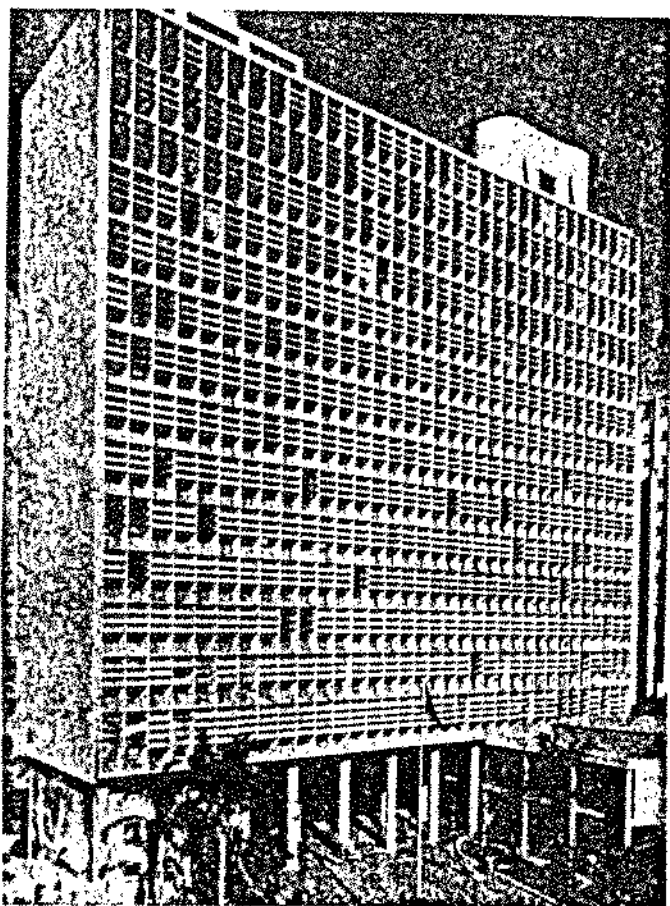
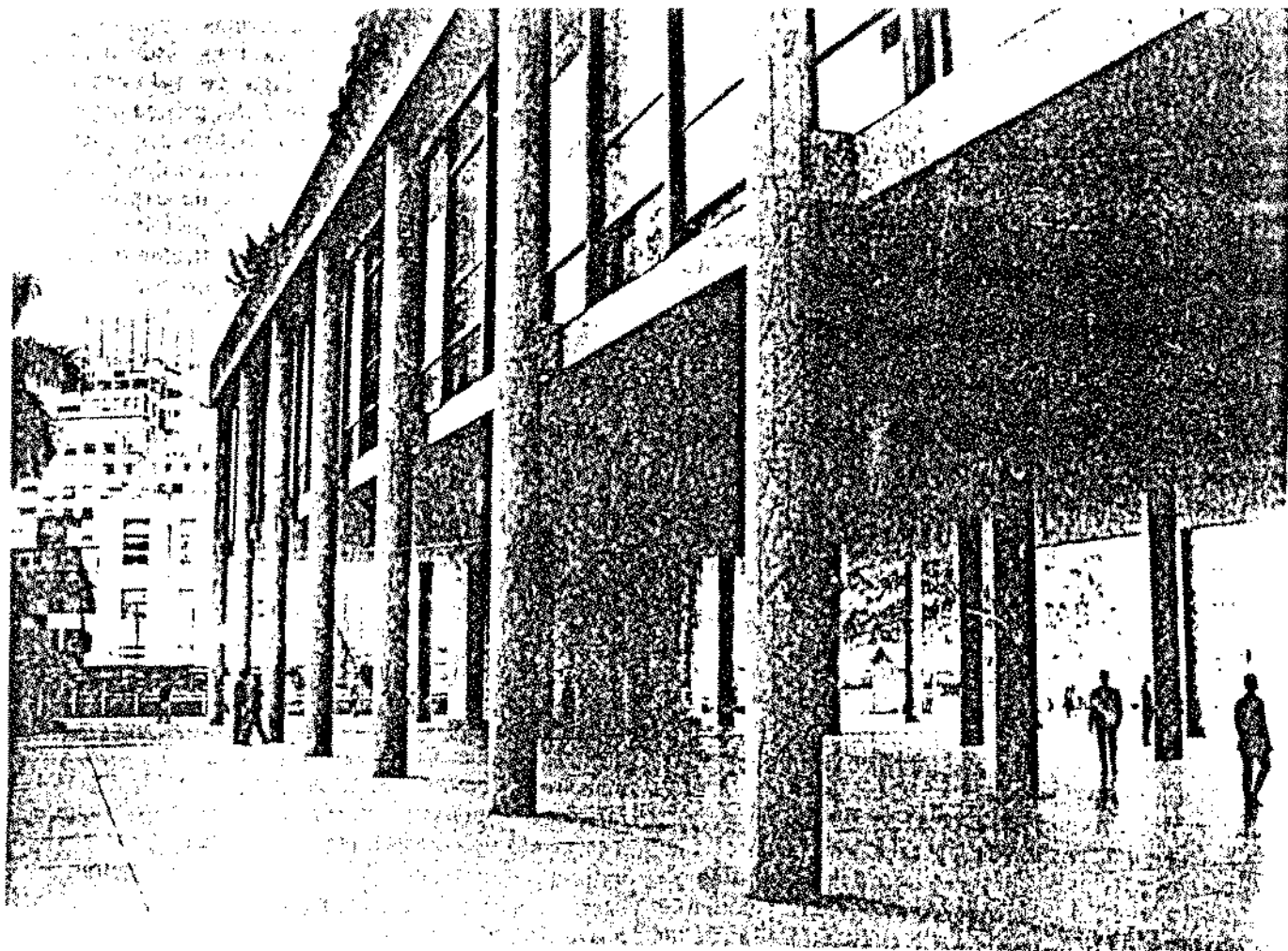
"A cidade cresceu de forma descomunal, e possui extraordinários recursos paisagísticos. Meu sonho é permitir que cada um dos habitantes desta capital, usufrua seus esplendores naturais: o mar, as montanhas (...). Essa felicidade penetrará suas casas e corações." (105)

Os engenheiros e arquitetos brasileiros demonstraram estar de acordo com as palavras de Le Corbusier, sobretudo, com a possibilidade de solucionar uma série de problemas da cidade, como por exemplo, os problemas de transporte, de circulação e de moradia. No ano de 1920, Luis de Anhaia Mello já demonstrava sua afeição à concepção de cidade apresentada pelo arquiteto francês:

"A cidade deve ser, como bem observa Le Corbusier, uma ferramenta de trabalho "un outil de travail" mas as nossas cidades metropolitanas já são anti-econômicas porque o congestionamento está anulando todas as vantagens de centralização."(106)

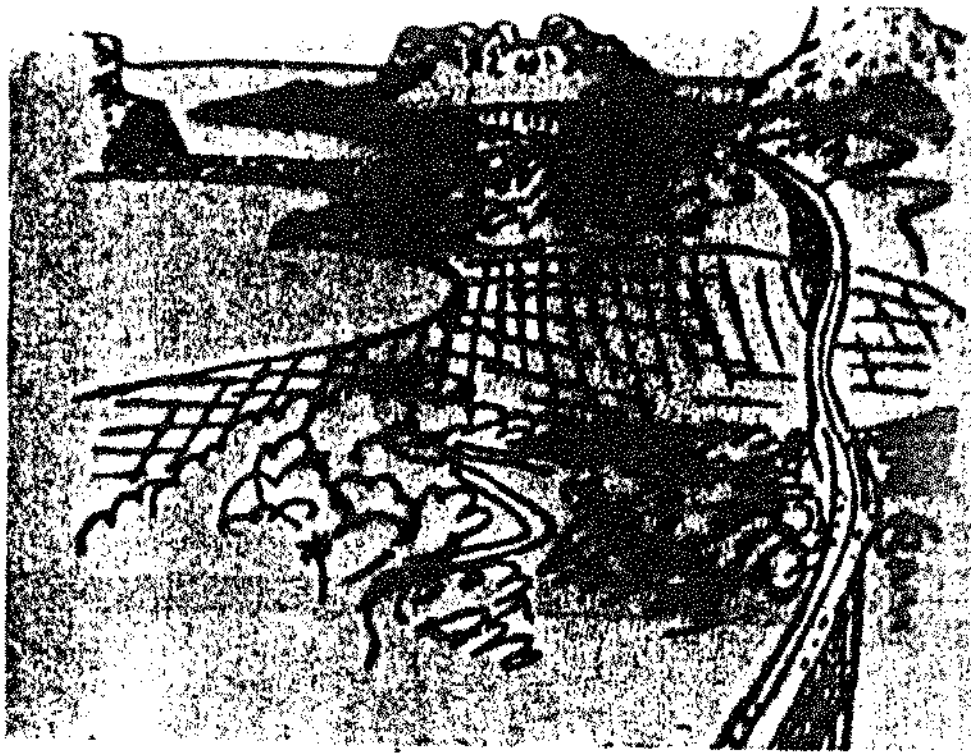
Está visto que a adesão destes técnicos às propostas de Le Corbusier não ficou apenas na qualidade de ouvinte porque, antes mesmo da vinda dele em 1936 ao Brasil, encontramos suas diretrizes sobre urbanismo moderno, sistematizadas em dois planos urbanísticos.

Novamente lembramos que São Paulo e Rio de Janeiro foram as cidades mais antigas a inaugurarem no Brasil, novas posturas com relação ao controle e a organização do espaço urbano. No ano de 1926, a convite do prefeito Antonio Prado Júnior, o arquiteto francês Alfred Agache, elaborou o primeiro Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento para a cidade do Rio de Janeiro. Em São Paulo é o próprio engenheiro Francisco Prestes Maia que prepara o estudo para um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo. (107)



MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO e
saúde, RIO de JANEIRO...

1936 - 1943



1929 — Urbanização do Rio de Janeiro.

FONTE:

LE CORBUSIER, OS TRÊS
ESTABELECIMENTOS HUMANOS,

São Paulo, Perspectiva, 1979.

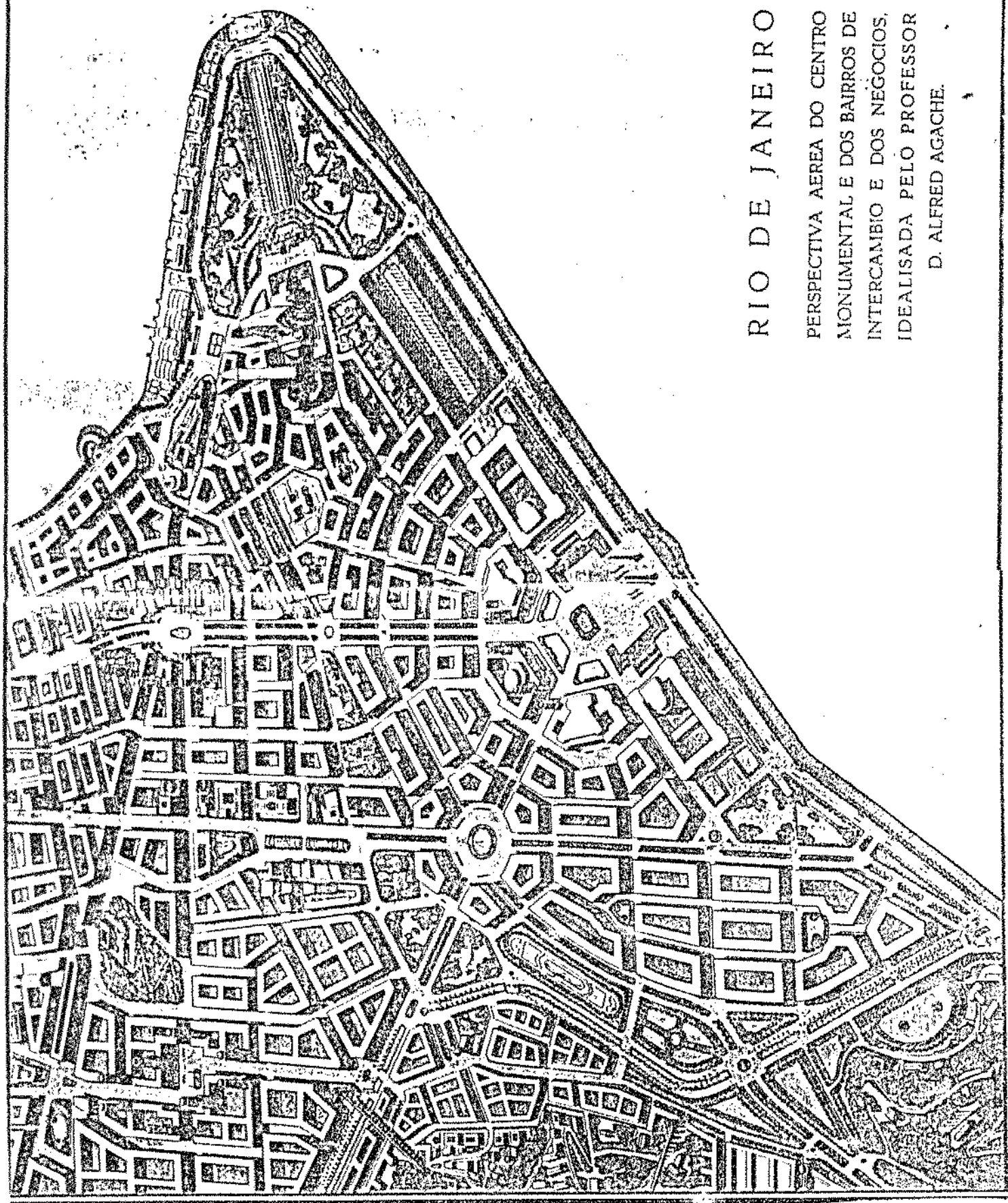
1929 — Urbanização de Buenos Aires.



Estes dois planos, embora apresentem diferenças quanto à maneira de solucionar os problemas destas cidades, sintetizam todas as discussões que ocorreram com relação à diretrizes do urbanismo moderno.

Das informações contidas nos dois planos procuramos destacar aquelas concernentes ao nosso objeto de investigação: a habitação popular. Convém lembrar que não cabe no espaço de nosso trabalho uma análise minuciosa dos aspectos que compõem o conjunto destes planos e, neste sentido procuramos resgatar como a habitação se apresenta no planejamento urbano como um fator primordial para o desenvolvimento da cidade, no caso em pauta, a cidade de São Paulo.

Os dois Planos foram elaborados no final dos anos vinte, todavia, a proximidade maior entre eles, ocorre na esfera do discurso, isto é, na presença do mesmo campo conceitual, e na própria função do urbanista da cidade. Entretanto, é claro que estes urbanistas trilharam diferentes caminhos quanto ao futuro destas cidades. Podemos acompanhar estes caminhos a partir das trilhas deixadas por Agache na Remodelação do Rio de Janeiro e Prestes Maia no Plano de Avenidas.



RIO DE JANEIRO

PERSPECTIVA AEREA DO CENTRO
MONUMENTAL E DOS BAIRROS DE
INTERCAMBIO E DOS NEGOCIOS.
IDEALISADA PELO PROFESSOR

D. ALFRED AGACHE.

3. O PLANO DE AVENIDAS

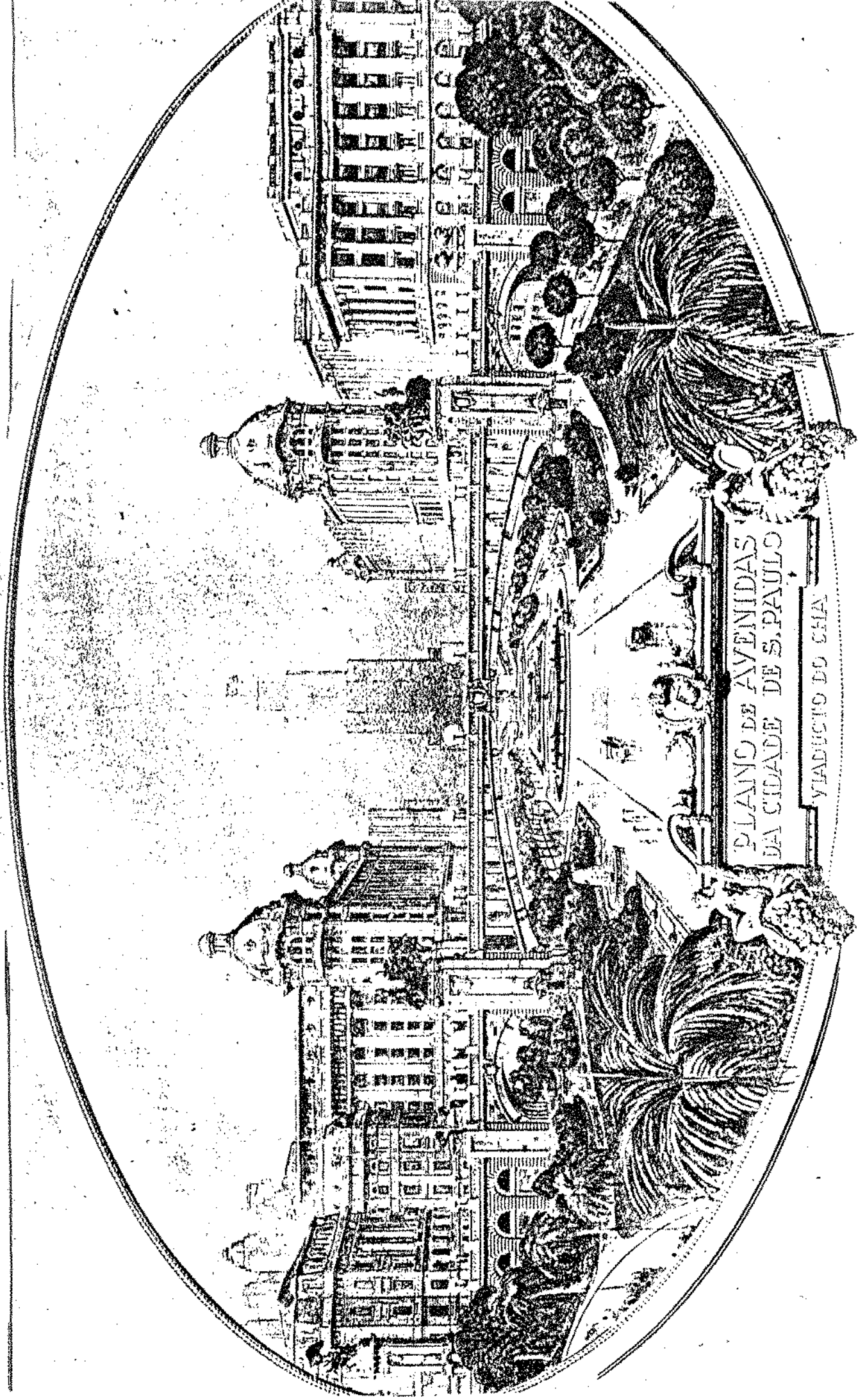
Ao iniciar o Plano de Avenidas, Prestes Maia ressalta que os problemas existentes na cidade de São Paulo, são os mesmos que ocorrem em grande parte nas cidades modernas:

"A maioria das dificuldades presentes são de ordem universal, oriundas de condições peculiares à vida moderna e dellas sofrem todas as grandes cidades"
(100)

O congestionamento, a aglomeração, as habitações insalubres, a inexistência de obras sanitárias, iluminação, água e os falta de esgotos são elementos incompatíveis com o desenvolvimento da cidade. Como outros urbanistas Prestes Maia associava as "imagens negativas" da cidade moderna como sendo o preço alto pago pelo lado bom do progresso, no entanto, enfatizava as vantagens oferecidas pela técnica e pelas novas soluções apresentadas pelo "urbanismo".

Ainda na opinião de Prestes Maia, estes elementos prejudiciais para a vida urbana, poderiam agora ser eliminados a partir da aplicação de uma nova doutrina, isto é, da doutrina do urbanismo moderno. Ainda nos dizeres de Prestes Maia, o que interessa nos projetos de urbanismo é

"... manter um critério rigoroso e claro, evitar phantasia e as superfluidades, fugir ao espirito de sistemas, às concepções rígidas, desconfiar das ideias muito engenhosas e paradoxaes, sacrificar o secundário, seleccionar e não obstante tudo, ter sempre diante dos olhos o futuro da cidade..." (107)



PLANO DE AVENIDAS
DA CIDADE DE S. PAULO

VIADUCTO DO CHA

O Plano de Avenidas aproxima-se em muitos aspectos dos princípios que regeram a carta de Atenas no congresso de arquitetura moderna em 1933. Lembramos que o Plano de Avenidas foi elaborado em 1929 e a Carta de Atenas só foi publicada a partir de 1940. Entretanto, como podemos observar, estes princípios já circulavam e orientavam as propostas urbanísticas na época.

As aproximações do Plano de Avenidas com a Carta de Atenas, se dão tanto no caráter metodológico, quanto no próprio conteúdo de ambas; isto é, a abrangência do plano, o caráter técnico e a funcionalidade, representam os aspectos metodológicos presentes no Plano de Avenidas e na orientação da Carta de Atenas.

O Plano de Avenidas aproxima-se ainda das recomendações do "CIAM", quando pensa a cidade, sob o aspecto funcional, dividindo-a em quatro funções: habitação, recreação, trabalho e circulação. Porém, o aspecto funcional da cidade, não afasta do Plano de Avenidas a preocupação do engenheiro com os valores estéticos (110). Ao mesmo tempo, a dedicação com os problemas relacionados com sistema viário da cidade de São Paulo, não exclui o urbanista da discussão dos problemas de moradia para a população carente, onde tal preocupação vem, por sinal, caracterizar uma nova maneira de intervenção no meio urbano. Neste sentido, estes dados permitem entendermos qual a concepção de cidade existente nas diretrizes do Plano de Avenidas, e ainda descobrir a preocupação deste urbanista com a habitação Popular.

Todavia, enquanto Prestes Maia em 1926 projetava para São Paulo o Estudo para o Plano de Avenidas, a cidade carioca já

possuía o seu plano de reformas urbanas, com base nos pressupostos do urbanismo moderno.

Mais uma vez enfatizamos que a aproximação entre o Plano Agache e o Plano de Avenidas se dá, porque ambos caminham em torno do mesmo campo conceitual e como, em Le Corbusier, preside uma visão orgânica e ao mesmo tempo, mecanicista da cidade moderna.

Logo na introdução, o Plano de Alfred Agache, procura definir o papel do urbanista como o médico da cidade, isto é, aquele que se servirá da técnica para afastar e prevenir os males causados pela crise do crescimento desordenado. Agache faz o seguinte comentário, após uma visita à cidade do Rio de Janeiro:

"...Hme. carioca que acabo de visitar, está certamente doente, não temas, porém, porquanto a sua moléstia não é congênita: é daquellas que são passíveis de cura, pois o seu mal consiste em uma crise de crescimento." (111)

Desse modo, Agache aponta o diagnóstico sobre a cidade do Rio de Janeiro e prescreve o medicamento eficaz no combate à patogênese da cidade, o medicamento apresentava em sua substância uma considerável dosagem de progresso e disciplina e ainda acompanhadas de um severo regime preventivo que, na opinião deste urbanista seria, então, a fórmula ideal para o desabrochar da cidade carioca.

Tal como no organismo humano, cada órgão da cidade possui uma função determinada. A partir desta afirmação, podemos então perguntar, em que consiste as funções dos órgãos urbanos?

CIDADE DO RIO DE JANEIRO

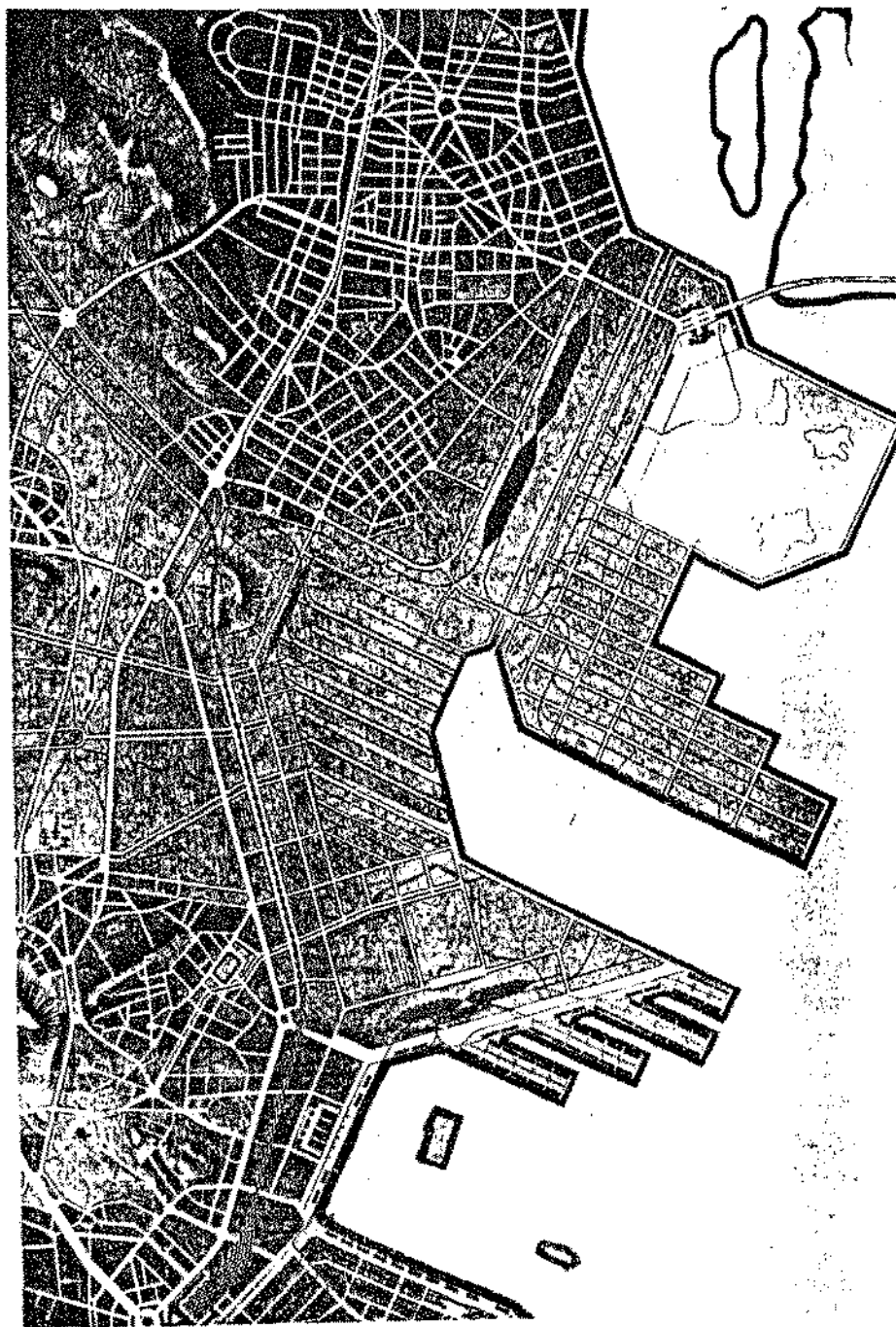


Fig. 26. — Bairro industrial.

FONTE: ALFRED, AGACHE. "CIDADE DO RIO DE JANEIRO, REMODELAÇÃO---EXTENSÃO
e EMBELEZAMENTO: 1926"

A circulação, na opinião de Agache, deve estar em primeiro lugar, pois ela

"... é o reflexo imediato do surto econômico, as avenidas, as ruas, as praças precisam de ser fiscalizadas de tal forma, que não sejam surpreendidos pela intensidade do movimento. Tratemos da congestão, sistema mórbido, para a cura da qual o único remédio é o remodelamento, ao menos parcial, das praças e das ruas, e no Rio isso é urgente." (112)

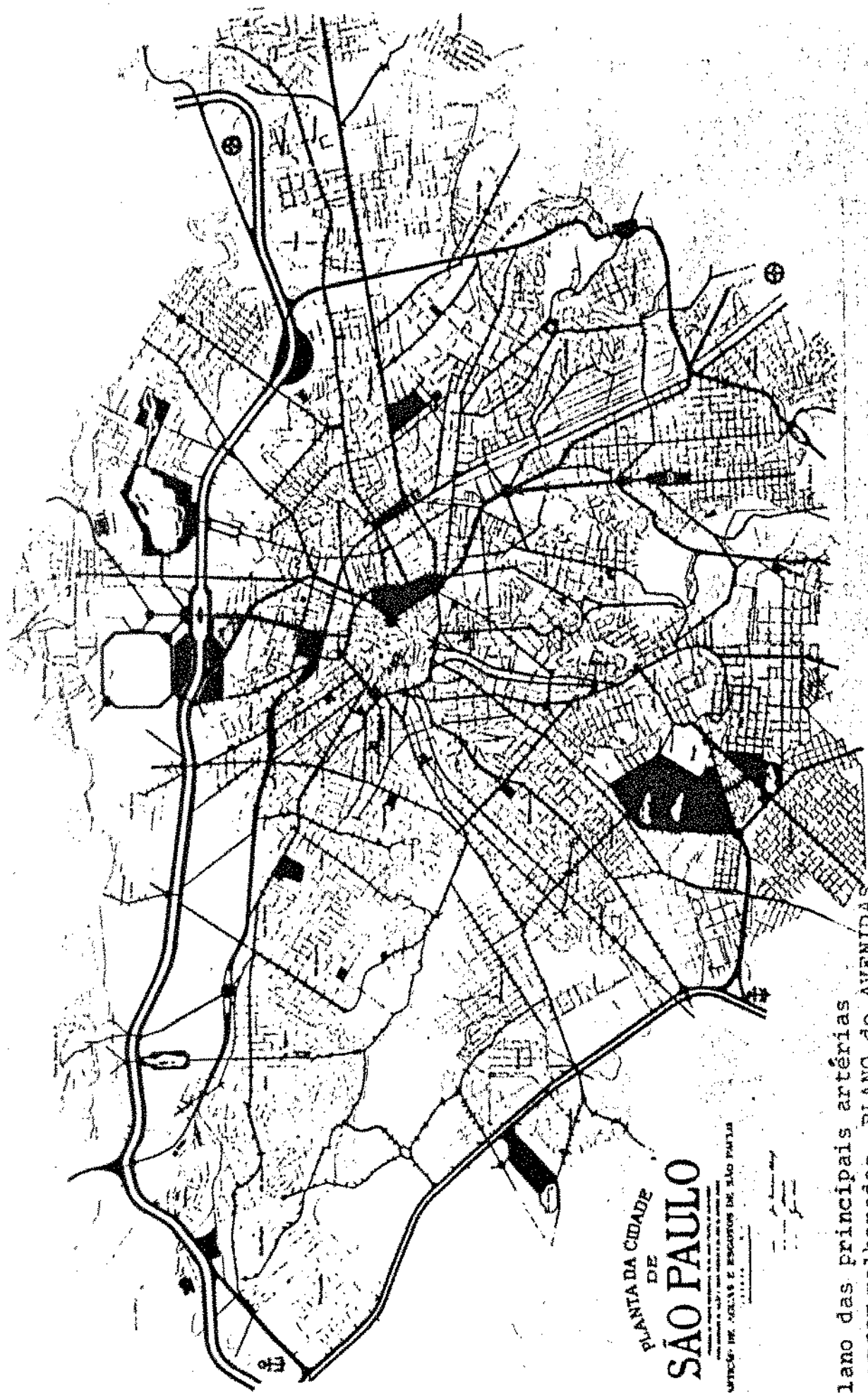
Outro componente importante é a digestão, para Agache, elas

"... devem eliminar as matérias inservíveis, pela canalizações de água, sistema de esgotos, organizações essenciais à higiene urbana."

Como ocorre com o ser humano, a cidade para este cientista

"... deve digerir bem, ter rápida, completa e ordenada digestão, porque a intoxicação urbana, que provém de uma digestão má, deve ser mais temida do que a congestão circulatória." (113)

O mesmo medicamento receitado por Agache para a cidade carioca foi aplicado pelo autor do Plano de Avenidas em São Paulo: eliminar o congestionamento urbano, através de um esquema preventivo voltado exclusivamente para a questão da circulação. O próprio "Plano de Avenidas" constitui, nas palavras de Prestes Maia, as "artérias mestras" da cidade. É sabido que a preocupação com o "congestionamento" vem desde o início do século XIX, e acompanham os problemas que a questão urbana suscita. (114)



PLANTA DA CIDADE
DE
SÃO PAULO

APARTADO DE AEROS E ESCALAS DE SÃO PAULO

Plano das principais artérias
a serem melhoradas. PLANO DE AVENIDAS
1930.

Aqui as distinções históricas e geográficas marcaram outros contornos para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ou seja, diferentes perspectivas despontaram com relação ao futuro destas cidades. O Plano de Avenidas voltava-se para o sistema da circulação, para a criação dos "zoning", portanto, a presença destes elementos impunham a São Paulo, um ritmo acelerado, marcado pelas construções racionais e padronizantes (115). Estes mesmos elementos entrelaçam-se nos estudos de Agache com os efeitos estéticos da cidade carioca. Esta observação retiramos do próprio título do Plano de Agache: Cidade do Rio de Janeiro. Remodelação - Extensão e embelezamento.

No decorrer da leitura do Plano de Agache, registramos várias passagens marcadas pela preocupação do autor com os encantos naturais da cidade. Porém, Agache alertava em seu Plano, que nada adianta

"... dotar a cidade de todos os aperfeiçoamentos aparentes que comporta a arte urbana moderna - mesmo quando a hygiene e a esthetica harmonizam se num conjunto feliz para melhor disposição dos bairros, - ou a fim de criar avenidas grandiosas e espaços livres. As diferentes installações dissimuladas nas profundezas do solo, rede de distribuição d'água, rede de esgotos, etc., que não estão às vistas e que constituem, no entanto, os órgãos essenciais da vida da cidade, merecem incontestavelmente igual consideração."
(116)

Voltarmos a falar da importância dos aparelhos coletivos, como a rede de distribuição d'água e esgoto, como instrumentos vitais para a cidade moderna. Estas constatações feitas

no início do século XIX, continuam a fazer parte dos discursos dos urbanistas modernos.

A relevância dos Planos de Prestes Maia e Alfred Agache está na quantidade de elementos que estes Planos nos oferecem para constatar novos movimentos com relação a organização espacial da cidade. Se, anteriormente, encontrávamos ausentes das reformas urbanas a preocupação com o zonamento, isto é, com a divisão da cidade caracterizada em zonas de utilização, volume e altura dos edifícios, agora estes elementos são incorporados, no sentido de evitar a especulação e o crescimento desordenado da cidade.

"As ruas serão nitidamente diferenciadas, contrariamente ao antigo systema das ruas uniformes. As principaes serão directas e amplas, e o movimento justifica o carácter commercial que lhes confere o zoning. Os vãos grandes da malha principal são preenchidos por ruas secundárias geralmente residenciais e que por isso mesmo recebem apenas o tráfego local. Pode-se traçá-las com absoluta irregularidade, com propósito formado de desanimar a travessia, ou menos irregularmente e dispostas de maneira a poderem eventualmente servir à circulação geral.

A escola, a biblioteca, o templo, etc. occuparão o centro da área, que é o seu ponto mais tranquilo; o mercado, as lojas, o theatro, dispor-se-ão pelo contrário, sobre o cruzamento das artérias principaes, na vizinhança das estações de alta velocidade." (117)

Conforme a definição da Carta de Atenas:

"O zoneamento é a operação que se faz sobre um plano de cidade com o objetivo de dar cada função e a cada indivíduo seu justo lugar." (118)

O zoneamento além de permitir um controle espacial, permite também um controle social, na medida em que ele procura definir o lugar que cada indivíduo deverá ocupar na cidade. Ainda a preocupação com o zoneamento manifestada pelos urbanistas modernos representa uma nova estratégia de controle sobre a cidade, permitindo assim diferenciá-la das intervenções feitas no século XIX.

No ano de 1920, Luis de Anhaia Mello justificava a importância do "zoning" na organização racional da cidade.

"O zoning" põe ordem nesse caos. é o grande defensor da estética urbana e estabilizador dos valores urbanos. Doze annos de experiência nos Estados Unidos provaram que é um dos factores primordiales da urbanização racional das cidades." (119)

Ainda conforme Prestes Maia, as zonas especializadas constituirão também uma forma de descentralizar as indústrias. Permite, por conseguinte, um modo de construção especial, abandonando-se assim o sistema da aplicação uniforme para a cidade inteira. (120)

Prestes Maia tentava neste plano, impedir o crescimento desmensurado da cidade de São Paulo, ao mesmo tempo, não escondia que para ele,

O ZONING EVITARÁ ISTO



FONTE-
MELLO, LUIS de ANHAIA. PROBLEMAS de URBANISMO, BASES para a
RESOLUÇÃO do PROBLEMA TÉCNICO, São Paulo, BOLETIM do INSTITUTO
de ENGENHARIA de SÃO PAULO, 1929.

"um dos objetivos mais importantes da cidade é proporcionar situação adequada às grandes indústrias, ao lado dos bairros residenciais e operários."
(121)

O problema da moradia para a população carente, deve então ser solucionado, porque no entender destes profissionais, tal problema está vinculado com o urbanismo.

O engenheiro F. Batista de Oliveira em conferência pronunciada em 1940 no Instituto de Engenharia em São Paulo, ressaltava que todo o plano de moradia popular deve ser parte integrante de um plano regulador e regional.

"O progresso urbano, não consiste, pois em invadir cegamente os terrenos e sim em edificar conscientemente, tendo-se a preocupação de assegurar a formação e a conservação do espaço por onde devem entrar, o ar puro e o sol vivificante, no interior das casas e dos bairros."
(122)

Agora podemos entender melhor a preocupação de Frestes Maia em discutir o problema da moradia para a população carente, na Introdução ao Estudo do Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo. Primeiramente, porque a cidade é pensada por ele de forma racional, e em segundo lugar, porque o objetivo central da cidade é atender os interesses industriais.

Mais tarde, no ano de 1942, um outro engenheiro Henrique Dumont Villares, com as mesmas metáforas "orgânicas" usadas por Agache no Plano de Remodelação do Rio de Janeiro, procura definir o papel das indústrias na cidade.

"... A indústria constitui o sangue da cidade moderna, pois a possibilidade de encontrar trabalho é essencial à manutenção do Standard de vida e mesmo à sua elevação, em proveito do bem coletivo." (123)

Assim, a cidade moderna, movida pelo sangue da industrialização passa a ser pensada e planejada com base nas doutrinas urbanísticas que tem como finalidade resolver os problemas decorrentes do processo industrial. Porém, tem ainda, no entender de seus precursores, a finalidade de garantir à população todas as condições necessárias, no sentido de se alcançar os ideais do progresso. Nesta perspectiva, as indústrias representam o sangue da cidade e as habitações vão constituir as células responsáveis pela unidade estrutural da cidade.

3.1 - AS HABITAÇÕES POPULARES NO PLANO DE AVENIDAS

No Plano de Avenidas encontrarmos um item que se chama as "Habitações Populares". Neste item, Prestes Maia procura fazer um levantamento de todas as experiências que foram realizadas por diversos países, no campo da construção de Habitação para a população de baixa-renda. Constatamos, neste levantamento, a preocupação do urbanista, em encontrar soluções para este grave problema das cidades industriais, a ausência das habitações baratas.

Quando Prestes Maia aponta o problema habitacional em São Paulo, não esquece de vinculá-lo a outras questões, como o transporte e o "zoning". Tal plano, propõe remover as fábricas do centro e a mão-de-obra para o local aonde seria construída a futura área industrial da cidade.

De acordo com Prestes Maia, a remoção das fábricas do centro deve resolver diversos problemas: saneamento, asseio do centro, sobrecarga de transportes urbanos e suburbanos, habitações operárias instalações industriais apropriadas. A preferência dos operários pelas indústrias centrais ocorre, segundo ele, por vários motivos, dentre os quais, a possibilidade de emprego para todos os familiares e as dificuldades de transporte. No entanto, Prestes Maia enfatiza que poucos operários conseguem satisfazer o desejo de morar próximos ao centro e do local de trabalho.

"Os terrenos nos arredores das grandes cidades são loteados além das necessidades reais da população e tornam-se universalmente objeto de especulação de que resulta uma elevação fictícia dos preços." (124)

Com o intuito de solucionar problemas como os que acabamos de ver, Prestes Maia propõe o sistema de Cidade-Jardim, onde a distância entre os lugares de trabalho e as habitações é a caminhada a pé.

Entre as residências dos operários e as fábricas, nos bairros industriais, estarão presentes as áreas verdes, os parques com play-ground e escolas. Prestes Maia aponta a desorgani-

zação dos bairros de Santo Amaro e São Bernardo dizendo:

"Santo Amaro, São Bernardo, etc são verdadeiras cidades satélites, mas não Cidades-Jardins, por faltar-lhes a organização característica." (125)

Na verdade, seu objetivo era criar, nestes bairros, todas as condições necessárias para que seus moradores pudessem usufruir dos serviços de comércio, escolas e hospitais, sem precisar chegar até o centro.

A partir da proposta colocada acima, o urbanista pretendia solucionar outro grave problema do centro, o congestionamento.

Novamente, encontramos aproximações entre as soluções dadas por Prestes Maia e as orientações da Carta de Atenas, tais como: dotar a cidade de "espaços verdes", garantir o ar e a luz através das grandes avenidas. Reedita, assim, na intenção de permitir o contato do homem com a natureza através da criação das cidades-jardins os principais aspectos da Carta de Atenas. (126)

No entanto, o urbanista encarregado da remodelação da cidade, não poderia deixar de discutir em seus planos, a questão jurídica, nem mesmo esquecer de apontar os aspectos concernentes à técnica de construção popular. O Plano de Avenidas, além de conter estas informações, desencadeia uma série de discussões entre os urbanistas em torno da técnica de construir habitações econômicas.

- A CONSTRUÇÃO POPULAR

Prestes Maia afasta dos projetos de construção popular as belas e espaçosas residências. Segundo ele, estes projetos acabarão servindo apenas aos operários de alta categoria e os pequenos burgueses, ao passo que a construção em série vem, na sua opinião, representar uma forma de "baratear" a construção.

A padronização, no seu entender, permite a viabilização da construção popular, que define, parafraseando Le Corbusier, como uma máquina de morar.

"Não é natural, diz Le Corbusier que a habitação escape a uma lei que rege os automóveis, o mobiliário, a vestimenta, etc. Serviços standartizados nos Estados Unidos, Bélgica, Frankfurt, Viena são interessantíssimos." (127)

Porém, como um engenheiro executor de grandes obras públicas, Prestes Maia exige a cautela necessária com relação às construções ligeiras.

Após apontar as experiências de habitações coletivas, ressalta que a habitação ideal é a individual. Critica a utilização de apartamentos para famílias de baixa renda, devido a existência de famílias numerosas, porém, admite as vantagens de casas individuais e geminadas, como os "cottages" na Inglaterra. (128)

Sua opção pela casa individual vem demonstrar, como nas demais propostas apresentadas no decorrer do século nos Congres-

dos de Saúde Pública e de Arquitetura, o caráter disciplinador dos projetos de Habitação. Tal dimensão disciplinar dos hábitos operários encontram-se com mais frequência nas teses defendidas no Congresso de Habitação em 1931. (129)

Ao resumir os princípios da Habitação mínima de Walter Gropius, Prestes Maia define da seguinte maneira a viabilização da construção de habitação menores e em maiores quantidades.

"As condições do trabalho moderno tem por consequência a socialização de grande parte das primitivas funções da família, a autonomia dos indivíduos - da mulher inclusive, e a separação das crianças. A família perde a significação como unidade econômica de produção e consumo e subdivide-se em unidades menores. Resulta a exigência de habitações menores e mais numerosas." (130)

Segundo ele, construir habitações médias e grandes só poderia agravar os problemas da promiscuidade através da sub-locação. Ao mesmo tempo, as exigências das construções mínimas coincide, na opinião do urbanista, com uma política econômica de habitação. Neste caso, Prestes Maia concorda com os Princípios de Walter Gropius ao afirmar que a ação governamental é indispensável na elaboração dos programas de edificação popular. (131)

- OS FINANCIAMENTOS

Ao mesmo tempo em que delinea a configuração gráfica do seu programa, ele é levado a estudar a parte legislativa. Para tanto, mais uma vez, percorre as diferentes experiências realizadas no século XIX na Europa, na edificação de moradias para operários.

No Plano de Avenidas, ao descrever os incentivos criados pelas "Sociétés d'habitations à bon marché" na França, mostra que a lei fundamental que rege os estatutos destas sociedades, inspirou-se na lei Belga de 1889 de Siegrfried.

"Ella inicia a política das habitações na França. Autorizava empréstimo e dispensava de taxas as sociedades construtoras de dividendo limitado. A lei (Strauss) de 1906 estendeu-a e desta data o desenvolvimento das sociedades em questão. Define as habitações à bon marché, limita os valores locativos, regula isenções, transmissões e recursos." (132)

A importância dos programas de construção popular, esclarece Prestes Maia, é consolidar, nas mãos e na família do trabalhador, a pequena propriedade. Este é o caso das experiências realizadas na Grã-Bretanha, onde tais empreendimentos encorajaram a poupança e a aquisição de casas por parte dos operários. (133)

A questão da habitação econômica aparece no Plano de Avenidas como problema do urbanismo e não como mero aspecto téc-

nico de construção. Neste caso, São Paulo apresentava frente as outras cidades, condições mais favoráveis para se executar um plano dado que em matéria de urbanismo tudo em São Paulo estava ainda para ser feito.

Prestes Maia não chega a traçar uma proposta definitiva para o problema habitacional. Apenas aponta alguns caminhos que indicam a importância do Estado nos programas habitacionais e a ineficiência dos incentivos privados. Descarta inclusive por considerar ineficiente, as experiências de Vilas Operárias, afirmando:

"Dans la pensée du patron, disse Georges Picot, la gratuité est à la fois une récompense pour l'ouvrier ne suit chaîne qui l'attache. L'expérience a prouvé qu'au bout de peu de temps l'ouvrier ne sent plus la chaîne. Ce qu'il obtient sans sacrifice perd à ses yeux toute valeur." (134)

Em relação aos programas de financiamentos apontados no Plano de Avenidas consideramos importante ressaltar dois aspectos: primeiramente, a preocupação do urbanista em indicar as experiências que demonstram a presença do Estado nos programas habitacionais e, em segundo lugar, a introdução da discussão em torno da possibilidade de compra da casa pelo trabalhador como uma forma de libertar os trabalhadores das péssimas condições de vida e das desordens causadas pela sub-locação.

Estes aspectos vão representar o ponto central da discussão das principais propostas apresentadas no Congresso de Habitação em São Paulo. (135)

NOTAS

- (01) Bresciani, Maria Stella Martins, Londres e Paris no Século XIX: O Espetáculo da Pobreza, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- Corbin, Alain, Saberes e Odores, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1987.
- Benévolo, Leonardo, Origens del Urbanismo Moderno, Madrid, Biblioteca Básica de Arquitectura, 1963.
- Béguin, François, in "Les Machineries Anglaise du Confort", in Recherches, nº 29, Fontenay Sous Bois, 1978.
- (02) Carvalho, José Murilo de, O Rio de Janeiro e a República, in Revista Brasileira de História, vol. 5, nºs 2 e 2, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1985, p. 119.
- (03) Pechman, Sergio e Fritsch, Lilian, "A Reforma Urbana e seu Avêssso: Algumas Considerações a Propósito da Modernização do Distrito Federal na Virada do Século" in Revista Brasileira de História, vol. 5, nºs 8 e 9, São Paulo, Marco Zero, 1985, p. 149.
- (04) Carvalho, José Murilo de, op. cit., p. 121.
- (05) Costa, Nilson do Rosario, in "A questão Sanitária e a Cidade do Rio de Janeiro", Escola de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Seminário Rio Republicano, Rio de Janeiro, 1984, p. 22, grifos meus, mimeo.

(06) Ver Rago, Margareth, Do Cabaré ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar, 1890-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 166.

(07) Backheuser, Everardo, Habitacões Populares (Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906, p. 105.

(08) Ibid, Ibidem.

(09) Barbosa, Plácido, "Habitação e Tuberculose", A Folha Médica, 1/7/1927, p. 157.

(10) Costa, Nilson do Rosario, op. cit., p. 23.

(11) Tourinho, Eduardo, Revelação do Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1964, p. 392, citado por Ottoni, Dacio Araújo Benedito, "São Paulo, Rio de Janeiro, Séc. XIX; Da Formação dos seus espaços urbanos", São Paulo, 1972, II volumes, (Tese de Doutorado apresentada à FAU, USP, p. 21).

(12) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 106.

Ver também Lopes, Myriam Bahia, "Práticas Médico-Sanitárias e Remodelação Urbana na Cidade do Rio de Janeiro, 1890-1920", (Tese apresentada junto ao Departamento de His-

tória do IFCH/UNICAMP, 1988, especialmente, o terceiro capítulo sobre a Revolta da Vacina).

(13) Ibid, p. 108.

(14) Ibid, p. 111.

(15) Relatório apresentado à Administração Sanitária do Estado pelo inspetor sanitário Evaristo da Veiga, in Relatório apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesário Motta Júnior, em 28-03-1894, p. 92, citado por Rago, Margareth, op. cit., p. 185.

(16) Carvalho, Waldemar Teixeira de, "Habitações Operárias" in A Família e a Questão Social, "São Paulo, Edição do Grupo de Ação Social, 1942, p. 287.

(17) Blay, Eva Alterman, Eu não tenho onde morar. Vilas Operárias na cidade de São Paulo, São Paulo, Nobel, 1985, p. 57.

(18) Para compreender as transformações econômicas e políticas ocorridas no início do século em São Paulo ver Cano, Wilson, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1977.

Dean, Warren, A Industrialização de São Paulo (1880-1945), DIFEL, São Paulo, 2ª edição.

- (19) Rolnik, Raquel, "Cada um no seu lugar! (São Paulo, início da industrialização: Geografia do Poder)", Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, s.d., p. 55.
- (20) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 85.
- (21) Ibid, Ibidem.
- (22) Jannuzzi, Antonio, Esboço Histórico do Problema da Construção de Casas Populares na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tipog. do Jornal do Comércio, 1927.
- (23) Ferreira, Clemente, "Vivendas Populares e Habitações Econômicas como fator de profilaxia Antituberculosa" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, ano VII, vol. LXXXII, 1942, p. 237.
- (24) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 90.
- (25) Rago, Margareth; Blay, Eva Alterman, Rolnik, Raquel, op. cit., realizaram significativos estudos com as Vilas Operárias
- (26) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 90.
- (27) Ibid.

(28) Quando utilizamos "habitações baratas" ou "moradias baratas" estamos nos referindo às construções de casas para a população pobre.

(29) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 90.

(30) Jannuzzi, Antonio, op. cit., p. 62.

(31) Ibid.

(32) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 92.

(33) Blay, Eva Alterman, op. cit.

(34) Rolnik, Raquel, op. cit.

(35) Rago, Margareth, op. cit.

(36) Ibid, p. 177.

(37) Bonduki, Nabil Georges, "Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo" in Repensando a Habitação no Brasil, Debates Urbanos 3, Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 142.

(38) Rago, Margareth; Blay, Eva Alterman; Rolnik, Raquel, op. cit.

(39) Estas discussões estão relacionadas aos trabalhos já realizados com a formação das vilas operárias. Veja, Rago, Margaret; Blay, Eva Alterman; Rolnik, Raquel, op. cit.

(40) Ibid.

(41) O termo "Vila Cidadela" encontramos no trabalho de L., Murad e P. Zylberman, "Le petit travailleur infatigable", in Recherches, Paris, CERFI, nº 27.

(42) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 94.

(43) Blay, Eva Alterman, op. cit., p. 86.

(44) Ibid.

(45) Depoimento do sr. Adriano, morador e ex-morador da Vila Brasital, Salto, Itú, São Paulo (Entrevistas concedidas em 12 de março de 1985, 4/8/1984, feitas pela pesquisadora Rossi, Anicleide Zerquini, Levantamento de fontes para a dissertação de Mestrado, História, UNICAMP (Atrás do Céu, A fábrica e sua cidade, Salto, São Paulo, 1875-1939),

(46) Rolnik, Raquel, op. cit., p. 72.

(47) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 95.

(48) Ibid, p. 98.

(49) Ibid, p. 104.

(50) Ibid, p. 113.

(51) Conforme Backheuser, Everardo, op. cit., a prefeitura demoliu cerca de 70 casas que davam alojamento a mais de 1.000 pessoas.

(52) Um anúncio de loteamento na Lapa (Estado de São Paulo, 13/05/1912, p. 12 citado por Rolnik, Raquel, op. cit., p. 64).

(53) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 97.

(54) Este é o caso do Sr. Adriano, antigo morador da Vila Operária Brasital, isto porque, para ele a Vila Operária representava um "prêmio" conquistado pelos operários em troca de um trabalho dedicado à fábrica. (Entrevista concedida pela pesquisadora Rossi, Anicleide Zerquini, op. cit.).

(55) A Plebe, ano 4, nº 54, 28/02/1920.

(56) Bonduki, Nabil, op. cit., p. 144.

(57) Ibid, Ibidem.

(58) No decorrer dos anos 30, encontramos uma série de artigos publicados no Boletim do Ministério do Trabalho. Estes artigos discutiam a importância de uma política social e acrescentavam a urgência de uma política habitacional. Neste artigo Paulo Poppe de Figueiredo chama a atenção para o problema da condição de vida do operário brasileiro, e ao mesmo tempo justifica a importância da moradia operária.

"Uma das questões importantes da política social é a construção de casas para operários nada justifica tanto o clamor dos que se insurgem contra o desamor da sociedade para os humildes operários do que o exame da situação dos imóveis em que vivem. Afora as condições de péssima higiene que ocasionam elevado coeficiente de mortalidade infantil, a vida aglomerada em casebres, favelas, casas de comedores, 'vagos' ou slums ingleses, é constante perigo para a moral social", Figueiredo, Paulo Poppe de, "Casas para Operários" in Boletim do Ministério do Trabalho, Rio de Janeiro, ano II, nº 14, outubro de 1935, pp. 247-262.

(59) Jannuzzi, Antonio, op. cit.

(60) Ibid, p. 64.

(61) Ibid, p. 61.

- (62) Fernando, Armando, "A Associação Predial de Santos como Pioneira da "Casa Própria" e o muito que ela poderá fazer neste sentido" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Ano VII, vol. LXXXII, 1942, p. 225.
- (63) Ferreira, Clemente, "Vivendas Populares e Habitações Econômicas como fator de profilaxia Antituberculose" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, São Paulo, Ano VII, vol. LXXXII, 1942, p. 238.
- (64) Correio Paulistano, 12 de julho de 1890.
- (65) Correio Paulistano, 4 de junho de 1890, 12 de julho de 1890, 24 de agosto de 1890.
- (66) Segawa, Hugo Massaki, "Alguns Aspectos da Arquitetura e do Urbanismo em São Paulo na passagem do século" (trabalho de graduação interdisciplinar apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, dezembro, 1979), p. 12, mimeo.
- (67) Na greve de 1917 em São Paulo encontramos reivindicações em torno da moradia. As "Ligas dos Inquilinos" foram formadas pelos anarquistas em 1907 e revigoradas em 1912 e 1920. Estas ligas procuraram reunir todos os inquilinos com o intuito de protestar contra o aumento dos aluguéis. Ver Rolnik, Raquel; Blay, Eva Alterman, op. cit., Hebling, Cristi-

na, O Sonhar Libertário, Campinas, Editora da UNICAMP, 1988, Hall, Michel e Pinheiro, Paulo Sérgio, A Classe Operária no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1981, vol. II.

(68) Rolnik, Raquel, op. cit., p. 96.

(69) Luiz de Anhaia Mello foi um dos antigos presidentes do Instituto de Engenharia e prefeito de São Paulo no ano de 1931. Alexandre Albuquerque ocupou também o cargo de presidente deste Instituto nos anos 1923 e 1924, foi vereador e presidente do Primeiro Congresso de Habitação em São Paulo. Francisco Prestes Maia autor do Estudo do Plano de Avenidas em São Paulo, 1929 e prefeito da cidade no início dos anos 40.

(70) Morgan, Arthur, Os Engenheiros de São Paulo. Pela Lei e Pela Ordem, 1932, São Paulo, 1934, p. 3

(71) Ibid.

(72) Os artigos publicados na Revista de Engenharia eram divulgados também pela Revista Politécnica, São Paulo

(73) Neves, Christiano S. das, "A Pretensa Architectura Moderna" in Architectura Construções, p. 19.

(74) Ibid.

- (75) Freire, Victor da Silva, "Melhoramentos de São Paulo" in Revista Politécnica, 6(33):115, fevereiro-março de 1911.
- (76) Freire, Victor da Silva, "A Cidade Salubre" (Conferência realizada a 13 de março no Grêmio Polytechnico) In Revista Politécnica 8(48):319-354, out/nov/1914. O mesmo artigo foi comentado no Jornal O Estado de São Paulo, 14-3-1915.
- (77) Albuquerque, Alexandre de, As Novas Avenidas, São Paulo, Casa Vanordem, 1916.
- Neves, Samuel, O Plano de Melhoramentos da capital foi levado a público pela primeira vez na edição de 23 de Janeiro do Correio Paulistano, conforme Segawa, Hugo Massaki, op. cit., p. 56.
- (78) Segawa, Hugo Massaki, op. cit., p. 63.
- (79) Ottoni, Dacio Araujo Benedicto, op. cit., p. 37.
- (80) Ibid, Ibidem.
- (81) Ibid.
- (82) Ver Cano, Wilson, op. cit.; Dean, Warren, op. cit.

- (83) Ver o Relatório de 1911 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Raymundo Duprat, São Paulo, Casa Vanorden, 1912.
- (84) Blay, Eva Alterman, op. cit., p. 57.
- (85) Araújo Filho, J. R. de, "A População Paulistana", in A Cidade de São Paulo, vol. II, Censo 1920.
- (86) Sant'Anna Nuto, São Paulo Histórico. Aspectos, Lendas e Costumes, vol. IV, São Paulo, Departamento de Cultura, 1944.
- (87) Com relação ao aparecimento dos loteamentos clandestinos recomendamos a leitura do trabalho de Grostein, Marta Dora, "A Cidade Clandestina: Os Ritos e os Mitos, o papel da 'irregularidade' na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo, 1900-1987", Tese de Doutorado, FAU-USP, 1987.
- (88) Ottoni, Dacio Araujo Benedicto, op. cit.
- (89) Hello, Luiz de Anhaia, Problemas de urbanismo. Bases para a Resolução do problema técnico, São Paulo, Publicação do Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo, 1929.
Maia, Francisco Prestes, Estudos de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo, São Paulo, Melhoramentos, 1930.

Villares, Henrique Dumont, Urbanismo e Indústria em São Paulo, São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais LTDA, 1946.

Oliveira, F. Baptista de, A Casa Popular como Problema Urbanístico in Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo, nº 155, vol. XXXII, jan. a jul, 1941.

(90) Revista Forma de Arquitetura, Engenharia e Artes Plásticas, direção de Alejandro Baldassini e Emilio N. Baumgart, nº 2 e 3, outubro e novembro de 1930, p. 9.

(91) Bopp, Raul, Movimentos Modernistas no Brasil, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1965.

(92) Andrade, Mário, "Le Corbusier", "Diário Nacional", 21-11-1929 in Depoimentos, 2. Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 1966, p. 101, citado por Ottoni, Dacio, op. cit.

(93) "...o homem é, para Le Corbusier definido pela soma das constantes psicofisiológicas reconhecidas, inventariadas por gente competente (biólogos, médicos, físicos e químicos, sociólogos e poetas) Le Corbusier, *Manière de penser l'urbanisme, l'architecture d'aujourd'hui*, Paris, 1946, pre-dição ed. Gonthier, 1963, p. 38, citado por Choay, Françoise, O Urbanismo, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979, p. 21.

Le Corbusier procura a "escala humana", a "função humana" para, por fim, definir as necessidades humanas. Essas necessidades são iguais em todos os homens, e todos nós temos necessidade de completar nossas capacidades naturais por meio de "elementos de reforços. Estes elementos são chamados de "objetos-membros humanos", ou então, "objetos-tipos", que respondem a necessidades-tipo: cadeiras para sentar, mesas, máquinas... (Le Corbusier, Os Três Estabelecimentos Humanos, São Paulo, Perspectiva, 1976, Debates 96).

(94) Mello, Luiz de Anhaia, op. cit., p. 196.

(95) Niceli, Sérgio, Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945), Difel, São Paulo, Rio de Janeiro, p. 13.

(96) Lenharo, Alcir, Sacralização da Política, Campinas, São Paulo, Papirus, 1986, p. 53.

(97) Ibid, p. 54.

(98) "Condição dos Operários", Petrópolis, Vozes, 13ª edição, p. 13.

"As encíclicas Sapientiae Christianae e Satis Cognitum", também de Leão XIII, voltaram ao tema, confira-se, para tanto, as páginas 32 e 33 da *Mystici Corporis Christi*, citado por Lenharo, Alcir, op. cit., p. 162.

- (99) Munakata, Kazumi, A Legislação Trabalhista no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1981, citado por Lenharo, Alcir, op. cit., p. 37.

Não só a historiografia tradicional, mas os discursos transmitem essa imagem de um Estado preocupado com a questão social. No entanto, esta imagem se torna discutível, a medida que também consultamos outros momentos históricos e encontramos já no início do século XX artigos e decretos preocupados com as questões sociais. Ver Legislação Estadual, decreto nº 2.141, 14 de novembro de 1911. Reorganiza o serviço sanitário do Estado, in Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Anno I, nº 3, São Paulo, p. 291.

- (100) In Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, nº 37, Setembro, 1937, pp. 226-240.

- (101) Prado, Amador C., Casas rurais adaptadas a casas operárias in Anais do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Publicação Oficial, 1931, p. 81.

- (102) Ottoni, Dácio Araújo Benedicto, op. cit.

- (103) Vamos destacar Maia, Francisco Prestes, O Plano de Avenidas, 1930, op. cit. e Agache, Alfred, A cidade do Rio de Janeiro. Extensão e Embelezamento: Organização projectados pela administração Antonio Prado Júnior, A. M. DFLG, SFU, Foyer Brésilien, Editor Paris, 1926.

(104) Luiz de Anhaia Mello, prefeito de São Paulo, 1934, Francisco Prestes Maia em 1917 já era funcionário do Departamento de Obras Públicas da prefeitura de São Paulo. Ottoni, Dario Araujo Benedicto, op. cit.

(105) Harris, Elizabeth, Le Corbusier, Riscos Brasileiros, Rio de Janeiro, Ed. Nobel, 1987, p. 34.

(106) Mello, Luiz de Anhaia, op. cit., pp. 147-148.

(107) O engenheiro arquiteto Francisco Prestes Maia, formou-se em 1917 pela Escola Politécnica de São Paulo. Logo após de formado Prestes Maia já passava a conviver com os problemas da cidade. A trajetória política e acadêmica deste engenheiro, coincide com a data da fundação do Instituto de Engenharia (1917). Dez anos após sua formatura, Prestes Maia é convidado pela administração de Pires do Rio para realizar um plano urbanístico para a cidade de São Paulo. É importante lembrar que Pires do Rio pensava em apresentar na época de sua candidatura à presidência do Estado, portanto, sua intenção era atrair as atenções das demais cidades, para o desenvolvimento de São Paulo.

(108) Maia, Francisco Prestes, op. cit., p. 1.

(109) Ibid, p. 7.

(110) A "racionalidade" é a essência do Plano de Avenidas, no entanto, no decorrer do Plano de frontamos com uma série de fotos das grandes "obras" da cidade, viadutos, prédios, praças.

(111) Agache, Alfred, op. cit., p. 5.

(112) Ibid, p. 6.

(113) Ibid, Ibidem.

(114) Ver Béguin, François, "Les Machineries Anglaises du Confort" in Recherches, nº 29, Fontenay Sous Bois, 1978.

(115) Maia, Francisco Prestes, op. cit.

(116) Agache, Alfred, op. cit., p. 226.

(117) Maia, Francisco Prestes, op. cit., p. 296.

(118) La Carta de Atenas, Argentina, Editorial Contemporânea, 1957, p. 56.

(119) Hello, Luiz de Anhaia, op. cit., p. 114.

(120) Maia, Francisco Prestes, op. cit.

(121) Ibid, p. 303.

(122) Oliveira, F. Baptista, "A Casa Popular como problema urbanístico" in Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo, nº 155, vol. XXXII, jan a jul, 1941, p. 86.

(123) Villares, Henrique Dumont, Urbanismo e Indústria em São Paulo, São Paulo, Empresa Gráfica da Revista das Tribunaes, 1942, p. 17.

(124) Maia, Francisco Prestes, op. cit., p. 307.

(125) Ibid, p. 303.

(126) "Debe exigirse a los constructores el plano demostrativo de la penetración del sol en cada vivienda durante las horas como mínimo en el solsticio del invierno. Sin lo cual se negará la autorización para construir. Introducir al sol es el nuevo y más imperioso deber del arquitecto." in La Carta de Atenas, op. cit., p. 67.

(127) Maia, Francisco Prestes, op. cit., p. 307.

(128) Ibid, p. 308.

(129) Anaes do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit.

(130) Maia, Francisco Prestes, op. cit., p. 318.

(131) Ibid.

(132) Ibid, p. 313.

(133) *"Já no século XVIII a construção de habitações (Grã-Bretanha) era objecto de associações, regulados pela lei de 1836, abrogada em 1874 e 1904. Não obstante a denominação *hulding socities* não constroem, mas apenas adiantam aos socios com garantia hypothecaria. As sociedades podem possuir terreno, emitir obrigações, receber depósitos com juros. A lei de 1974, provocada pela fallencia dalgumas sociedades, estabelece restricções á administração."*

Maia, Francisco Prestes, op. cit., p. 314.

(134) Ibid, p. 312.

(135) Anaes do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit.

A CONSTRUÇÃO DE UM SONHO



“HABITAÇÃO ECONÔMICA” - PROJETOS E DISCUSSÕES
(SÃO PAULO - 1917 / 1940)

C228c
v.2
13015/BC

VOL. 2

Marisa Varanda Teixeira Carpintéro

MARISA VARANDA TEIXEIRA CARPINTÉRO

A CONSTRUÇÃO DE UM SONHO
"HABITAÇÃO ECONÔMICA" - PROJETOS E DISCUSSÕES
(SÃO PAULO - 1917/1940)

*Este exemplar corresponde
à redação final da dissertação
de fundida e aprovada pela
Comissão e aprovada.*

06/11/90

M. Varanda Vol. II

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas

Profª Drª Maria Stella M. Bresciani
Orientadora

Novembro de 1990

TERCEIRO CAPÍTULO

A TÉCNICA DE CONSTRUIR

"10 MANDAMENTOS HYGIÊNICOS"

*"Sempre a moléstia sae pela janela
si muito ar e luz entram por ella.
Da muito ar e luz muito abundante,
é um barato e bom desinfectante.
De todos os remedios, o ar puro é
sempre
o mais barato e mais seguro.
Só casa com janella há de servir pa-
ra teu quarto dormir
O beijo mais innocente pode o são
tornar doente
casa limpa, bom ar, boa comida, dão
saúde, prazer e longa vida.
Leite puro, mas bebido
só depois de bem fervido
Em fructa não descascada,
não lhe dês uma dentada.
Si queres a comida aproveitar
come com fome e bebe devagar.
Das casas de grandes ceias,
estão as sepulturas cheias."*

Compilador: R. Calioistro

1. A IMPORTÂNCIA DA HABITAÇÃO NA POLÍTICA SOCIAL

"O alojamento é no solo condição necessária, para o conforto, senão também para a saúde e em certo modo, para a moralidade..."

Carlos Gide

O CONGRESSO DE HABITAÇÃO

No capítulo anterior acompanhamos de que maneira a habitação, mais especificamente, a habitação operária, tornou-se um elemento crucial nas discussões concernentes aos problemas urbanos. Constatamos que a preocupação dos urbanistas com relação a ausência de moradias para os trabalhadores no Brasil, ocorreu no início dos anos 20. Encontramos esta preocupação sintetizada no final desta mesma década, através do Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo. Um Plano que seu autor, Francisco Prestes Maia, só vai ter o gosto de transformar em realidade, no final dos anos 30, quando então é convidado a assumir o cargo de prefeito da cidade de São Paulo. (1) Durante estes anos, isto é, na primeira metade dos anos 30, São Paulo viveu vários momentos de instabilidade política: além do movimento de 1932, passaram pela prefeitura de São Paulo, num período de apenas quatro anos 12 prefeitos. (2)

Contudo, se o Plano de Avenidas, logo após elaborado, não consegue de imediato ser implantado na cidade de São Paulo, o mesmo já não acontece com as discussões e os projetos que envolveram a edificação de habitações para a população carente.

Lembramos que de 23 a 31 de maio de 1931, foi realizado no velho prédio da travessa do tesouro em São Paulo, o Primeiro Congresso de Habitação do Brasil. Um congresso promovido na época pela Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia de São Paulo e patrocinado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas e pela Prefeitura Municipal da capital. Entre os duzentos e vinte e sete congressistas que participaram deste evento em São Paulo, estavam presente médicos, higienistas, sociólogos e políticos.

Com relação aos engenheiros inscritos no congresso, destacamos os seguintes nomes: Luis de Anhaia Melo (prefeito de São Paulo), Alexandre Albuquerque (Presidente do Congresso), Henrique Dória Vasconcelos, Luiz Dumont Villares, Lysandro Ferreira da Silva e, por fim, o próprio Francisco Prestes Maia. (3)

O objetivo central do Congresso, era buscar soluções para os problemas urbanos de São Paulo, e dentre elas viabilizar a construção de moradias para a população de baixa renda. Já vimos nas páginas anteriores que a preocupação dos técnicos com a construção de moradias, acontece muito anos antes da realização do Congresso. Entretanto, este evento que só ocorre em 1931, representa o momento em que estes profissionais passaram a ocupar o espaço político-institucional na cidade.

Na minha opinião pessoal, ressalta o Dr. Henrique Dória, no Jornal Diário da Noite em 02/01/1931:

"...acho que a organização de um 'Congresso da Habitação' entre nós é oportuna, dado o momento da franca reconstrução económica e social de após a revolução, e ainda mais, prestará serviços inestimáveis, tanto ao público, à administração pública, como a classe dos architectos dos engenheiros especializados em architectura, dos constructores idoneos e, também às indústrias dos materiais destinados a construções" (4)

O fato de São Paulo sediar o Primeiro Congresso de Habitação não significava que as teses apresentadas debatessem apenas os problemas da cidade paulista. Ao contrário, os técnicos apresentavam projetos para serem aplicados em outras cidades brasileiras:

"É preciso, porém, notar que, em país tão extenso como no nosso, mui diverso é o clima de um lugar para outro, variando não só a temperatura média anual como os característicos de constância ou inconstância." (5)

As palavras acima sublinham a importância desse Congresso para a definição das diretrizes que, um anos depois, 1932, estabeleceram a Política Habitacional no Brasil.

O jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 24/5/1931, destaca a relevância política do Congresso:

"É verdade que para muitos as suas conclusões têm caracter platónico. Penso, porém, de modo differente: Em momento de reformas, como este que estamos atravessando é bem opportuno que os técnicos falem um pouco e mostrem, sob o seu ponto de vista especial algumas das

trilhas que devem ser aproveitadas pelos dirigentes."(6)

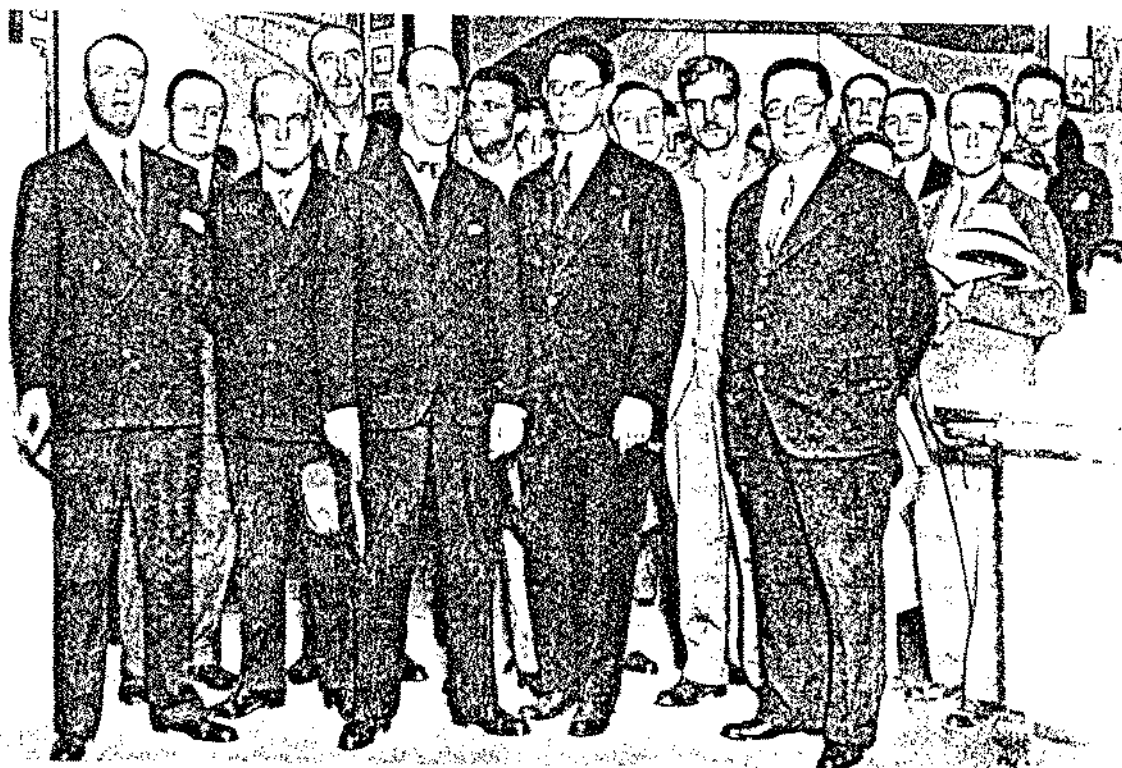
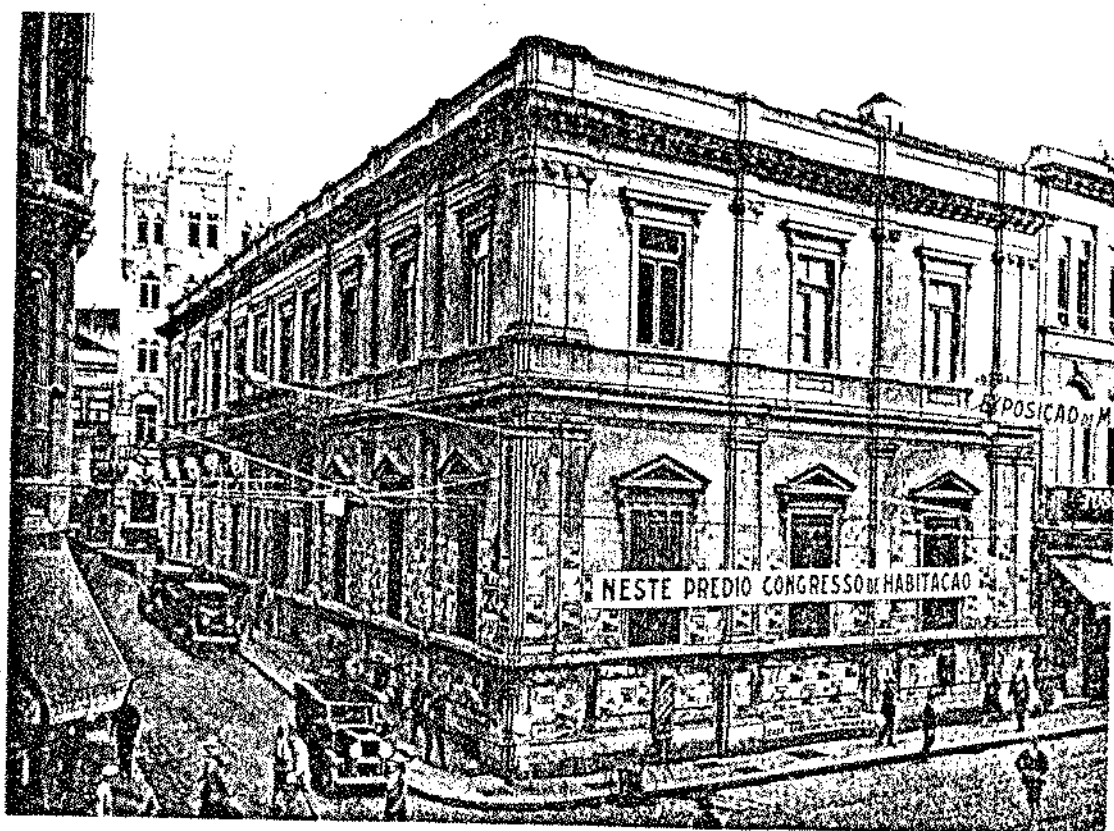
Ainda na opinião do jornal O Estado de São Paulo, as trilhas apresentadas no decorrer do Congresso representarão a contribuição dos arquitetos e engenheiros de São Paulo, para

"o resurgimento moral e físico do país".(7)

Ao lado das conferências e das sessões destinadas à apresentação das teses pelos congressistas, foi organizada também uma Exposição de Materiais para a construção. Segundo as informações contidas em O Estado de São Paulo de 19/6/1931, até o dia do encerramento a exposição foi visitada por 35.000 pessoas.(8)

Através dos Anais do Primeiro Congresso, constatamos ainda que o reconhecimento político dos trabalhos apresentados esteve intimamente relacionado à maneira como estes técnicos procuravam defender a questão da moradia. Tendo em vista as experiências realizadas em outros países, como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, os engenheiros apresentavam soluções para o problema da moradia, a partir de um conjunto de conhecimentos técnicos, sempre acompanhados de preceitos morais e higiênicos.

Como já dissemos no primeiro capítulo, as sociedades brasileira e européia no decorrer do século XIX, através dos médicos, engenheiros e arquitetos, passaram a discutir a "influência do meio" na determinação do comportamento dos indivíduos. A



Inauguração da Exposição

teoria do determinismo geográfico defendida por Ratzel (9), os inquéritos médicos realizados na Inglaterra (10), as discussões desenvolvidas pelos arquitetos, e a estatística em torno da organização do espaço urbano, levaram estes profissionais a elaborar projetos visando erradicar as doenças e os maus costumes. Segundo eles, as doenças e os maus costumes provinham das péssimas condições de vida a que estava sendo submetida a população pobre da cidade.

As discussões sobre a "influência do meio" na determinação do comportamento do indivíduo ainda fazia-se presente nas teses defendidas pelos médicos, engenheiros e arquitetos, participantes do Congresso de Habitação em São Paulo.

O engenheiro Marcelo Taylor Carneiro de Mendonça inicia sua tese elogiando e incentivando a atitude de companheiros, entre eles, Mattos Pimenta, na campanha de demolição e despejo dos habitantes das favelas e casebres em São Paulo. Segundo ele

"lutar contra as favelas e os 'cabeças de porcos', é batalhar pela elevação da moral e pela melhoria 'physico da raça'" (11)

Ainda no entender deste engenheiro, as 'favelas e os cabeças de porco' são causas diretas de desorganização operária, são um empecilho absoluto ao reerguimento físico e moral da classe operária.

Com o pressuposto de que o "meio ambiente" é o responsável pela vida e a saúde da população de baixa renda, estes médicos, engenheiros, arquitetos discutiam a necessidade de uma

interferência nos costumes e hábitos desta população a partir da organização do espaço da casa.

"A habitação popular passa a ser, no discurso dos especialistas, além de uma questão meramente técnica e prática que os saberes neutros e racionais da engenharia e da arquitetura devem resolver, uma questão de moralidade e de eugenia. A casa e a cidade aparecem como espaços totalitários de produção de novos comportamentos 'racionalis' e da instauração de relações utilitárias numa sociedade cuja forma básica de sociabilidade se funda na troca."(12)

Veremos, então, que acompanhava cada projeto de habitação econômica apresentado no Congresso de Habitação discursos que revelavam seu carácter racional, linear e moralizador. Lembremos, novamente, que muitos desses congressistas, inspiravam-se na linha apontada por Choay como a do pensamento urbanístico progressista (13), cujos fundamentos já tivemos a oportunidade de discutir nos capítulos anteriores.

Entre as vinte e uma teses apresentadas no Congresso, muitas, chegaram a relacionar suas propostas de moradia com um conjunto de planos para a cidade.

"A expansão das cidades e dos povoados devem obedecer a um plano de conjunto previamente estudado, e organizado de acordo com a topografia e com as sugestões da engenharia sanitária. As leis de desapropriação por utilidade pública devem ser modeladas para que os casos de desapropriação por insalubridade ou para salubridade pública sejam devidamente atendidos."(14)

Embora a temática central do congresso se concentrasse na questão da construção de habitações para a população carente, muitas teses preocupavam-se com os códigos municipais de obras, ou então, com os problemas relacionados a presença dos loteamentos clandestinos, os quais buscavam regulamentar. (15) Na verdade, estes técnicos desejavam um controle do poder público sobre o crescimento da cidade, e além disso, reivindicavam ao governo a necessidade de uma política nacional de habitação.

O engenheiro civil Bruno Simões Magro, assim nos apresenta as intenções do Governo Provisório com relação aos programas de construção popular:

"O Governo Provisório, por seu Ministério de Trabalho, estuda no momento a coordenação dos esforços individuais, pretendendo estabelecer normas de projeto e construção uniformes para o todo o País" (16).

Mais adiante veremos como parte das reivindicações apresentadas pelos engenheiros no decorrer do Congresso foram atendidas no ano seguinte pelo governo federal. Antes, porém, vamos conhecer algumas das propostas de habitação econômica apresentadas no Congresso de 1931.

1.1 - O MÍNIMO DE GASTOS PARA UMA BOA CONSTRUÇÃO

- OS PÉS-DIREITOS

Após acompanhar os diferentes programas de edificação de moradia para a população de baixa-renda implantados no Brasil e na Europa no final do século XIX e início do XX, vamos agora tratar de outros aspectos importantes, tais como as questões de ordem "técnica", que determinaram a elaboração dos projetos econômicos apresentados na década de 30 no Brasil.

Nas primeiras décadas do século XX no Brasil e em vários países europeus, apresentaram-se inúmeros projetos de construção barata de habitação popular. Tais projetos procuravam delimitar um espaço mínimo de moradia, capaz de respeitar todas as prescrições exigidas pela técnica sanitária. Neles, a distribuição da luz; o abastecimento de água e a eliminação das "imundícies" eram elementos primordiais e, sem dúvida, estavam sempre presentes em qualquer projeto de "habitação higiênica". Entretanto, a preocupação para com a higiene fazia-se acompanhar de uma outra questão crucial qual seja, a do custo necessário para a execução deste tipo de construção.

Este era, sem dúvida, o grande desafio imposto aos setores interessados na construção de moradias para a população de baixa renda - como conciliar nos projetos, as melhores condições

de salubridade com o mínimo de gastos, sem prejudicar a "boa" construção?

Vários engenheiros e arquitetos procuraram desde então, equacionar, tecnicamente, todos os fatores necessários para conseguir chegar ao produto final desta equação. Foram inúmeros os "projetos econômicos" elaborados e as variações quanto aos padrões técnicos de construção no decorrer do tempo.

Para exemplificar a afirmação acima, devemos esclarecer o próprio conceito de "Econômico" vigente na época. Quando hoje procuramos definir uma construção econômica, imediatamente, lembramos dos conjuntos habitacionais, construídos por companhias de habitação (COHAB). Logo imaginamos uma série de casas pequenas, iguais e distantes do perímetro urbano, construídas com materiais de baixo custo e sensíveis ao tempo. Entretanto, os projetos "Econômicos" apresentados no início deste século, demonstram que outros parâmetros definiam, naquele momento, um projeto econômico de construção popular.

O relatório, redigido em 1906 pelo engenheiro civil Everardo Backheuser e apresentado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. J. J. Seabra, descreve alguns tipos de habitação econômica:

"As principais disposições eram em resumo as seguintes:

- A casa terá pelo menos três compartimentos, inclusive cozinha, tendo a latrina fora da habitação;*
- Disporá de uma área de 10m² pelo menos;*
- As portas e janelas terão 1/5 da área a iluminar;*
- O pé direito será de quatro metros;*

- As paredes internas serão rebocadas e caiadas, podendo as externas ser rejuntadas;
- São dispensáveis os forros;
- Os soalhos estarão a 0,450 do solo, tendo este revestimento impermeável;
- A beirada de telhas, que é permitida, terá uma saliência de 0m,30;
- Haverá um passeio em torno da casa com 1m de largura;
- As casas serão afastadas 5m do alinhamento da rua."(17)

Os projetos de casas populares apresentados por Backheuser em 1906, apresentam alguns elementos que, com o passar do tempo, foram-se modificando neste tipo de construção. Dentre eles, a latrina fora da habitação, o pé direito de quatro metros e ainda a disposição das portas e janelas tomando 1/5 da área a iluminar.

Na opinião daquele engenheiro, os banheiros deveriam ficar fora da habitação por representarem um provável foco de infecção.

"...a falta de um perfeito fechamento hidráulico pode ocasionar o escapamento dos gases da rede e, si a latrina estiver no ambiente onde se dorme, os resultados serão lastimáveis."(18)

Contudo, as plantas de casas econômicas do final da primeira década deste século, já incluem os banheiros no interior da casa. Segundo os projetos apresentados pelo construtor Antonio Januzzi, o WC e o banheiro deveriam estar localizados próximo à cozinha, no que diverge do engenheiro Bruno Simões Magro, autor da tese "Habitações Econômicas" apresentada no Congresso de Habitação em 1931, para quem

"...a supressão das instalações sanitárias internas poderia diminuir um pouco o custo da construção..."(19)

o que não o impede de ressaltar o desconforto resultante do afastamento para o quintal das instalações sanitárias.

Por outro lado, a instalação dos banheiros no interior da casa possibilitava na opinião dos técnicos modificar determinados hábitos considerados prejudiciais para o "bom funcionamento" da casa. Neste momento, retomamos as discussões mantidas por Alain Corbin em Sabores e Odores, quando diz que:

"Um mictório colocado nas proximidades permite que se esvaziem os urinóis sem que o cheiro picante de urina rancosa se espalhe pelo apartamento..."(20), p. 223

Concordamos com Corbin no que diz respeito às implicações morais e higienicas que acompanhavam as discussões de um projeto de habitação econômica.

Iniciaremos, agora as discussões em torno da determinação do pé direito das "casas operárias". Veremos que, a altura dos cômodos desde o início do século, representava o elemento fundamental no tocante a circulação do ar. Conforme o engenheiro Backheuser,

"...O pé direito é, como o mais, um dado de experiencia, em que nem só as condições hygienicas prevalecem; as razões de esthetica influem também e, por isso, é rigorosamente estabelecido em 4m,00 o pé direito mínimo no Rio de Janeiro..."(21)

Esta era, contudo, uma questão polêmica para os congressistas de 1931, já que a altura de 4m significava um aumento acentuado no custo da construção. Com o objetivo de compatibilizar higiene e economia na construção, o engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque apresenta, no decorrer do Congresso de Habitação, outros elementos para fixar um novo padrão de pé-direito. Em sua argumentação, o engenheiro diz que,

"...os pés direitos, em São Paulo eram de 4m e mesmo de 4,50m. Assim se legislou em nome, da hygiene: em paiz tropical, há necessidade de grande volume de ar para não se morrer "abafado". Hoje, o pé direito foi reduzido a 3ms, e cremos a experiência é de molde a permitir alturas livres de 2,50ms"(22)

E completa seu raciocínio afirmando que a altura dos cômodos não estava necessariamente ligada à ventilação da casa, já que no tempo dos pés direitos de 4 metros,

"...as janellas, com 3 metros de altura eram munidas de 'bandeiras', e a quantidade de ar viciado tinha mais de 1,5m de altura." (23)

Na sua opinião, os pés direitos poderiam chegar ao limite de 2,20ms, desde que, fosse assegurada uma ventilação a critério dos proprietários e arquitetos. Nas argumentações apresentadas em torno da fixação do pé-direito, aparecem diferenças entre o termo "ventilação", ou seja, ação da "corrente de ar", e o volume de ar. Se colocarmos uma pessoa em um local fechado hermeticamente, nos diz Backheuser, mesmo que este aposento tenha a di-

menção de 200 metros cúbicos, em 2 horas e 39 minutos o ar, estará viciado. (24)

Baseando-se nesta constatação, foram realizados vários estudos com o intuito de encontrar uma fórmula capaz de assegurar o volume necessário de ar para cada aposento. Pensou-se inclusive em introduzir outros recursos, tais como, a colocação de mais uma janela, a dispensa do teto, a introdução da telha e, por fim, a utilização de aparelhos elétricos. Todos estes artifícios foram experimentados, como forma de captar a corrente de ar necessária para cada compartimento da casa.

A altura exagerada dos pés-direitos, no entender dos engenheiros presentes ao Congresso da Habitação, serviam para encarecer o custo das alvenarias e dos revestimentos das paredes, além de exigirem maior desenvolvimento das escadas. (25) Durante a jornada da Habitação Econômica, promovida pelo IDORT em 1941 em São Paulo, os arquitetos Flávio Baptista da Costa e Eduardo Mendes Gonçalves ofereceram sugestões para rever e determinar novas dimensões para os pés direitos a serem introduzidas no Código Estadual e Municipal de Obras.

Estes arquitetos propõem para o quarto de dormir um pé-direito de 2,60 mts e o uso obrigatório de dispositivos para ventilação permanente na parte superior. (26) Os arquitetos justificam a preferência de ter o dormitório um pé direito menor, mas com dispositivo para ventilação permanente. A "ventilação" ou o "movimento de ar" em contraste com o "volume de ar" vem, por sua vez, possibilitar alterações fundamentais quanto aos padrões de redução dos pés-direitos e ao mesmo tempo, indicam

questões relevantes, com relação ao uso do subsolo, os conhecidos "porões". Os porões serviam tanto para evitar o apodrecimento dos assoalhos de madeira como para proteger as casas da umidade do solo. Além disso, em vários casos, os porões constituíam-se em espaço de moradia.

Contudo, a utilização dos porões para habitação preocupava médicos, engenheiros e arquitetos, que consideravam que nestes locais não se poderia encontrar os elementos necessários para uma moradia. Os porões usados como alojamento, transformaram-se em tema de discussão no penúltimo Congresso Internacional de Salubridade da Habitação, em Dresde (1911). (27)

"... Os sub-solos devem receber a luz do sol e estarem protegidos contra a humidade da terra; as mansardas protegidas também contra a influência das intempéries... Todas as câmaras devem ter 2m,30 de altura, no mínimo, e receberem luz e a quantidade suficiente. Conte-se a superfície da janella a razão de um metro quadrado por 25 metros cúbicos de capacidade..." (28)

Estas medidas, preconizadas durante o Congresso Internacional de Salubridade, foram publicadas pelo engenheiro Victor Freire no Boletim do Instituto de Engenharia em 1918. (29) Apesar das exigências feitas no Congresso de Dresde, encontramos poucas referências quanto a utilização dos porões como locais de moradias. No entender dos arquitetos Flávio Baptista da Costa e Eduardo Mendes Gonçalves, os porões serveriam para adegas, despensas e depósitos desde que tivessem a altura mínima de

2,10mts. (30)

A distribuição das portas e janelas institui um outro elemento importante para a determinação do pé-direito. São os elementos responsáveis pela entrada de luz e pelo arejamento dos aposentos. Para Backheuser, as portas e janelas

"...devem ter 1/5 de area do compartimento a illuminar ou, como indica Burmeister, 1,m² para 30,m³. Devem, quanto possível, se approximar do soalho e do forro, para dar prompta sahida ao ar viciado."(31)

Alexandre Albuquerque recomendava que para um pé-direito de 2,20ms a 2,30ms, as portas deveriam ter 2ms e as janelas com 1m a 1,20m (32). Durante o Congresso de Habitação, os técnicos enfatizaram a importância da redução dos pés-direito como forma de diminuir o custo da construção de casas econômicas.

"os pés direitos de 3ms deixam por cima das portas e janellas, cubo de ar com cerca de 1m de altura, difficil de ser renovado. Hoje, em nome da hygiene, este ar viciado existe em quase todas as habitações, porque não é obrigatório encostar a padieira das aberturas ao tecto da respectiva peça. No tempo dos pés-direitos de 4ms, este defeito era maior ainda, as janellas com 3 ms de altura eram munidas de 'bandeiras' e a quantidade de ar viciado tinha mais de 1,5m de altura."(33)

Estas observações coincidem com a postura de engenheiros, como Victor Freire, que estavam interessados em reduzir os pés direitos paulistas, desde as primeiras décadas do século:

"Não pára ahí, porém, a influencia do pé direito no encarecimento da habitação. O crescimento d'esta, á medida que ella progride em altura - altura absoluta, em metros - vae operando diminuição gradual nas vantagens pecuniárias. Içam-se os materiais mais alto, esparham-se os muros, diminue o espaço utilisavel nos andares inferiores. Avo-luma-se o preço por metro cúbico de alvenaria, por tonelada de ferro e cimento." (34)

Fazia-se necessário realizar alterações nos padrões técnicos de construção de forma a tornar viável e dinamizar a construção de moradias no país.

AS PAREDES E OS DORMITÓRIOS

Os engenheiros e os arquitetos integrantes do Congresso de Habitação, além de apontar as alterações necessárias na determinação do pé-direito, acrescentam outros elementos importantes para a redução do custo da construção, entre eles, a espessura das paredes externas e a área mínima dos dormitórios.

O Código de Obras de 1929, assim especifica as espessuras das paredes no art. 286 sobre as Condições Especialmente Aplicáveis às Casas Populares.

"§2º - As paredes de meiação dos prédios formando agrupamento terão a espessura mínima de um tijolo, se essa for a alvenaria empregada. Terão espessura igual à das paredes externas no caso de tratar-se de material diferente."(35)

Dois anos depois, no Congresso de Habitação, Alexandre Albuquerque critica as especificações do artigo 286 do código de obras de 1929, justificando que os recursos técnicos modernos poderiam reduzir as espessuras das paredes de um tijolo para um meio tijolo.(36) Com a espessura de meio tijolo, acrescenta Albuquerque, o orçamento que, anteriormente, era de 24:954\$800, ficaria reduzido para 23:309\$300, havendo a economia de 1:644\$500. (37)

Quanto aos dormitórios, a lei nº 3.427 de 19 de novembro de 1929 fixou sua área mínima em 12m² para as casas populares com apenas 01 dormitório e 16 e 8m² para casa com mais de 1 dormitório. Novamente, Alexandre Albuquerque volta a criticar no Congresso de Habitação as exigências do Código de Obras, considerando um absurdo que um quarto de 16m² possa abrigar três pessoas, enquanto proibi-se a aprovação de plantas com quartos de 9 a 7m² destinados a uma pessoa.(38)

"Quer isto dizer que a nossa lei proíbe 16m² para uma pessoa isolada e permite 30m² para três juntos, ou 16m² para cada uma."(39)

Outros engenheiros concordavam com Alexandre Albuquerque reafirmando a importância da circulação permanente do ar sobre a sua capacidade volumétrica.

"Nota-se que o homem precisa para respirar, de 6 a 7m³ de ar por hora; assegurando-se uma boa ventilação, isto é, a renovação constante do ar viciado, pode-se agrupar diversas pessoas, desde que essa renovação seja proporcional ao número de pessoas". (40)

Baseados nesses dados, os técnicos concluíam que a área de 7m² era suficiente para os quartos. (41) Entretanto, como já comentamos, todo e qualquer projeto apresentado nesta época, vinha acompanhado de discursos higienicos e moralizantes.

A redução do tamanho dos dormitórios, por exemplo, decorria da necessidade de incorporar, nas "plantas de casas econômicas", um segundo dormitório, indispensável para famílias com um ou mais filhos. Segundo os técnicos de nada adiantava construir um dormitório com 12m² ou 14m² se a família vivesse em total promiscuidade.

"Evitar a vida em promiscuidade, é problema social de grande importância; com sua solução, melhora-se a raça, e dá-se combate aos grandes flagelos da humanidade: alcoolismo e tuberculose." (42)

Sem dúvida, a redução das dimensões do dormitório tem muito mais a ver com os padrões morais do que com a mera questão técnica da área total de uma casa econômica. De acordo com Alexandre Albuquerque, as alterações propostas no Congresso de Habitação para a diminuição do pé-direito e a redução da espessura das paredes externas, correspondia ao total de 10% de economia sobre o antigo valor estipulado.

Esta preocupação está ainda presente na Jornada de Habitação Econômica promovida pelo IDORT, no início dos anos 40, em que o engenheiro Atílio Fugullim apresenta a seguinte proposta:

"Uma sala de 13,30mts², os dormitórios de 7ms², um chuveiro de 2,00mts² e a cozinha com 4,00mts². O pé direito de 3,00mts seria reduzido para 2,60mts tendo a cozinha e chuveiro o pé direito de 2,20mts. Área da construção 56.225mts²" (43)

Estas foram as principais sugestões apresentadas no decorrer dos anos 30 pelos engenheiros e arquitetos em torno das alterações nas plantas de "Habitação Econômica". Contudo, não pararam por aí as tentativas de reduzir o custo da construção deste tipo de habitação, pois os estudos sobre a técnica e a utilização dos materiais para construção representavam outros aspectos importantes na pauta de discussão do Congresso.

1.2 - OS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

A MADEIRA

Como já vimos, as portas e as janelas representam um papel fundamental na distribuição da luz e arejamento dos aposentos. Os engenheiros e arquitetos, nesta época, recomendavam a "madeira" como o material adequado para a fabricação das portas, janelas e assoalhos. Entretanto, embora o Brasil contasse com uma grande reserva florestal, os técnicos enfrentavam sérias dificuldades na utilização deste produto.

Desde o início do século, a madeira era um dos poucos materiais de construção extraídos e preparados no Brasil. Entretanto, os problemas relacionados ao transporte interno e ao conhecimento de suas propriedades dificultavam sua utilização na construção civil:

"...não há, no Brasil, madeira que substitua, com vantagem, o pinho de riga em todas as suas aplicações, e se os constructores, na impossibilidade de adquiril-o procuram applicar outra que satisfaça, embora mal, o fim preciso não encontra no mercado em quantidade sufficiente, e pelos preços razoáveis, que poderiam obter o pinho de Riga se os direitos sobre elle não fossem tão aggravantes." (44)

Na opinião de Jannuzzi, o principal obstáculo para a utilização da madeira adequada era o preço dos fretes e a falta de transporte.

Outro fator importante, nos estudos que encontramos com relação a utilização da madeira, é a preocupação manifestada pelos engenheiros no decorrer dos anos 20, através de experimentos feito com este produto no Laboratório da Escola Politécnica de São Paulo. A partir de 1928, iniciou-se os primeiros estudos racionais de algumas madeiras de nosso Estado, e conforme o engenheiro Frederico Abranches Brotero, dos trabalhos feitos até aquele momento,

"...podemos destacar os referentes às seguintes essências. Imbuia, Jacaré, quatro variedades de Eucalyptus e alguns specimens do norte do país."(45)

Durante as experiências realizadas na seção de madeiras do Laboratório de Ensaio, os engenheiros elaboraram uma série de gráficos sobre a resistência à umidade de determinadas madeiras. As experiências com este material prosseguem e por volta dos anos 40 o Laboratório da Escola Politécnica conclui sobre as vantagens oferecidas pelo uso da máquina de laminar. Tal máquina veio permitir a construção das chapas de madeira ou chapas de compensado, como é chamado, que possibilita a construção de portas ocas de pequeno peso, sem sobrecarregar a ferragem de sustentação.

Em 1941, o engenheiro Rubens de Mello fala dos recursos necessários para a instalação no Brasil da indústria de fabricação da madeira compensada:

"...a madeira compensada, requer alta aparelhagem e ainda não encontrou capitais suficientes à sua instalação em nosso meio. Existem placas com este material leve e poroso e outros prensados fortemente, formando verdadeiras chapas semelhantes à madeira."(46)

Conhecer e aprofundar os conhecimentos das propriedades das madeiras, significava contribuir para vários ramos das atividades industriais, entre eles, a fabricação da celulose.

Outros materiais de construção, tais como, o cimento, a areia, a pedra e o ferro transformavam-se em importantes objetos de pesquisa para os técnicos do Laboratório de Ensaio da Escola Politécnica, já que naquele momento, alguns desses materiais, entre eles, o ferro e o cimento eram importados de outros países.

O CIMENTO

O cimento tinha diversas procedências: vinha da Inglaterra, Estados Unidos, França, Bélgica, Alemanha, Suíça, Polônia, Dinamarca, Suécia e Canadá, o que conforme o engenheiro Ary F. Torres, causava problemas:

"...cada país possui seu método particular de ensaio; distinto sobretudo nos detalhes do ensaio mecânico."(47)

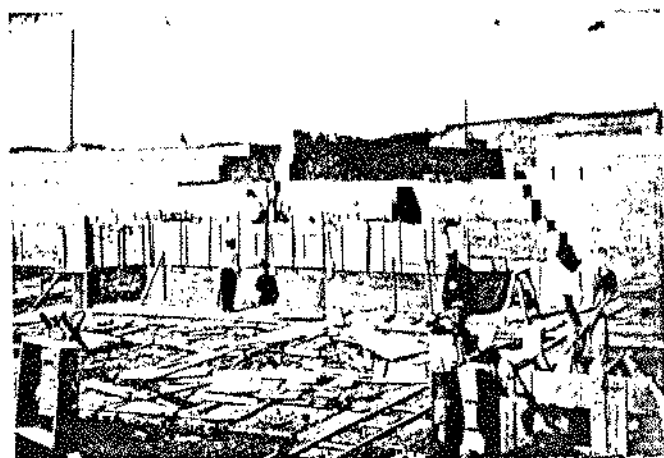
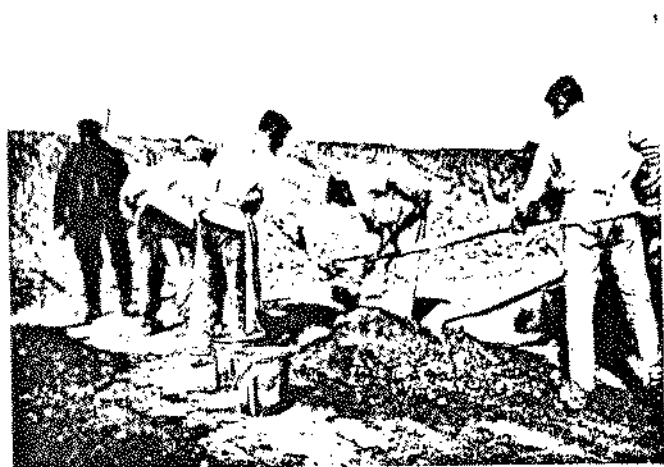
Assim, as experiências feitas com o cimento, a partir do ano de 1928 no Laboratório de Ensaio, visavam possibilitar a produção nacional deste produto.(48)

É nas primeiras décadas deste século, que na Europa, tem início a utilização do cimento armado na construção de habitações populares. As habitações operárias, planejadas por Tony Garnier em Une Cité Industrielle, no início do século, representam as primeiras experiências com a técnica do cimento armado. Nesta mesma época, no Brasil Backheuser demonstra as principais vantagens oferecidas pela técnica do cimento armado em construções populares:

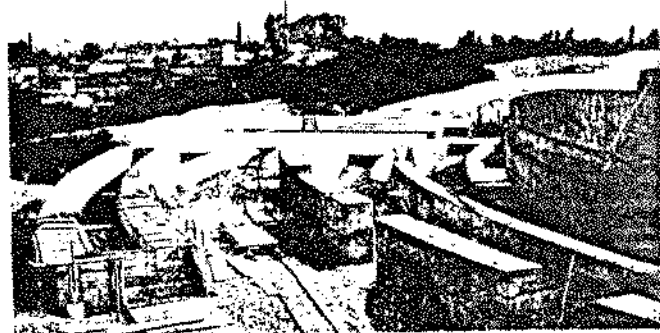
"...ocupar menor espaço; ser impermeável, inoxidável, resistir à acção da água líquida ou em vapor; resistir bem aos choques, ser de rápida execução e ser principalmente incombustível."(49)

Ainda no entender de Backheuser, o cimento armado facilitaria, as construções que poderiam ser realizadas através de um processo de fabricação mais simples:

"Uma série de hastes inteiriças de ferro - chamadas de resistência, regularmente espaçadas cruzando-se com outras menores, vergas ou hastes de distribuição atadas umas às outras por fios de arame, formam a urdidura ou tela afogada na massa de cimento ou concreto. O princípio é dos mais fáceis de perceber e a execução das mais elementares."(50)



CITÉ INDUSTRIELLE
TONY GARNIER ARCHITECTE



P. 151
SYSTÈME DE CONSTRUCTION EN BÉTON

Todavia, as vantagens oferecidas pela introdução do cimento armado não correspondiam com a facilidade de acesso a esses materiais, primeiramente, devido ao alto custo porque, no início do século, era necessário importar cimento e ferro.

"Uma barrica de cimento da Dinamarca ou Suécia nos chega a Santos por mais ou menos 9 shillings Cr\$30\$800 ao câmbio 3 1/2.

Aqui em São Paulo, subindo apenas a Serra, temos que pagar por essa mesma barrica mais de 80%, do seu valor cif. Santos" (51).

Em segundo lugar, porque a técnica do cimento armado, era uma experiência recente, que exigia a formação de profissionais capacitados.

No decorrer da primeira reunião do Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola Politécnica de São Paulo, em dezembro de 1928, foram apresentados os resultados das experiências com o concreto armado. Baseando-se em técnicas desenvolvidas na Alemanha e na Rússia, nossos técnicos procuravam especificar os cálculos necessários para a obtenção de melhores resultados na fabricação do cimento armado. (52)

Entretanto, a tecnologia dos concretos exigia outros estudos, pesquisas e especificações dos agregados, como a areia e os pedregulhos. O Instituto de Pesquisa Tecnológica, foi outra das instituições que se encarregaram da realização de experiências com estes materiais. (53)

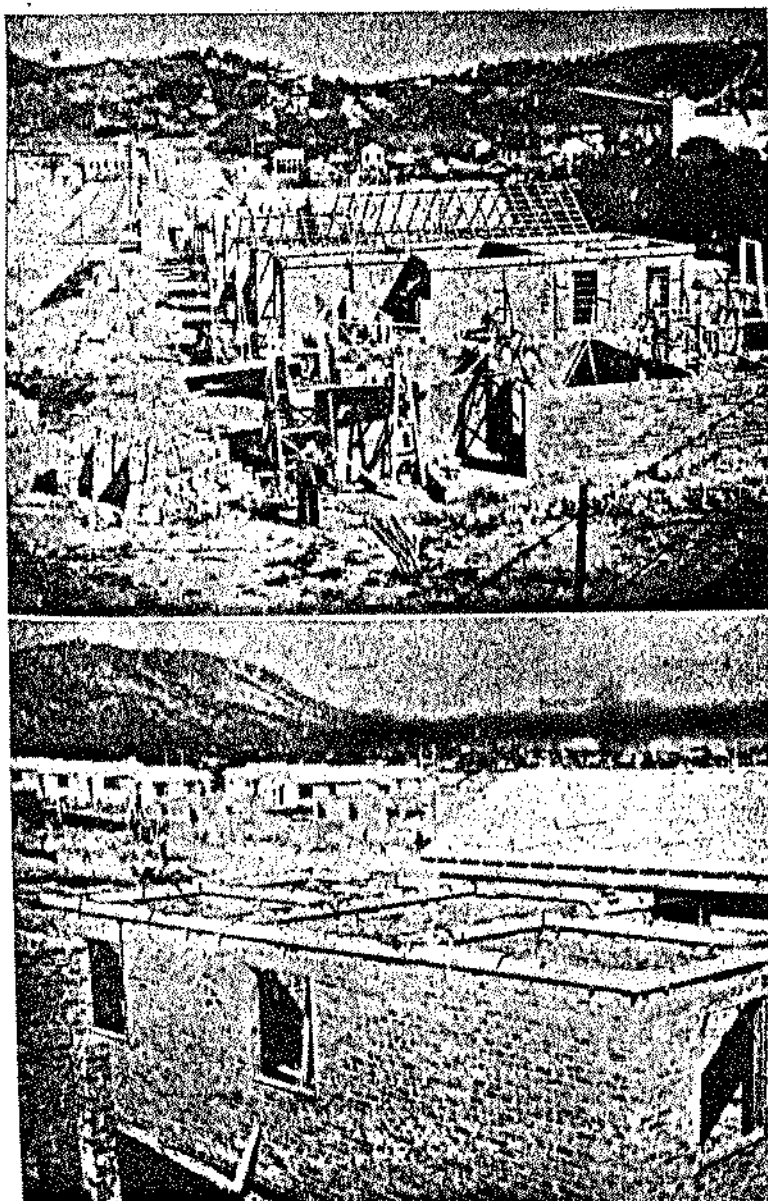
Em 1936, é fundada a Associação Brasileira de Cimento Portland que, já no ano seguinte, elabora as normas para a Execução e Cálculo do concreto armado. (54)

Dois anos mais tarde, o engenheiro arquiteto Rubens Porto, em seu livro O Problema das Casas Operárias e Instituto e Caixas de Pensões, apresenta a utilização da lage de concreto para a simplificação e o barateamento da construção para a população de baixa-renda. (55)

Os técnicos recomendavam a utilização do cimento para a proteção dos alicerces contra a chuva, umidade e erosão e indicavam ainda este produto para o revestimento dos pisos do banheiro e do porão.

O engenheiro civil Romulo de Lemos Romano insistia em defender no Congresso de Habitação a necessidade das especificações para a fabricação do cimento. Em conjunto com o Laboratório de Ensaio da Politécnica, propõe uma "comissão para o Estudo das Especificações para o cimento". Esta comissão deveria, segundo ele, fixar os limites para as características dos cimentos, adotados no L.E.M. e estudar novos métodos de ensaio de acordo com as tendências modernas, no sentido de, num futuro próximo, determinar a especificação dos cimentos. (56)

Não é nosso intuito nos alongar sobre questões relativas às especificações técnicas resultantes das experiências realizadas nos Laboratórios de Ensaio da Escola Politécnica de São Paulo. Isto porque, o que nos interessa demonstrar através das experiências realizadas no L.E.M., é a relação entre as transformações técnicas e os novos regulamentos para a construção de moradias econômicas.



Caixa de Aposentadoria e Pensões da Light—Local: Braz de Pina, Distrito Federal—Fases da construção das duzentas e onze casas construídas pela Companhia Brasileira de Terrenos e das quais foram adquiridas noventa e quatro

FONTE:

PÔRTO, RUBENS, O PROBLEMA das CASAS OPERÁRIAS e Os INSTITUTOS e CAIXAS de PENSÕES. 1938.

— Acreditamos que, para acompanhar a formulação de uma política habitacional, não basta centralizar nossas atenções apenas na legislação, nos regulamentos e nos decretos. Faz-se necessário ampliar as investigações, no sentido de recuperar outras implicações existentes na elaboração dos projetos.

A simples leitura do decreto que define a altura e a disposição das janelas é insuficiente para se entender os pressupostos sobre os quais estes decretos estavam sendo calcados. As discussões em torno da técnica de fabricação dos materiais para a construção possibilita a melhor compreensão dos projetos de habitação econômica apresentados no Congresso de Habitação.

Reafirmamos a importância dos trabalhos realizados no Laboratório de Ensaio da Escola Politécnica, para as transformações ocorridas nos padrões de construção popular, bem como para instalação das indústrias nacionais de materiais para a construção. Muito dessa importância decorre do vínculo mantido pelo Laboratório de Ensaio com a administração Municipal de São Paulo.

Obras públicas, como no caso, da construção do Viaduto do Chá, e a presença dos próprios professores do Laboratório junto ao poder municipal demonstram a íntima colaboração existente entre essas duas instituições. (57)

Outros materiais para a construção foram pesquisados no Laboratório de Ensaio, entre eles, o processo de fabricação e a utilização das telhas e tijolos. Os congressistas de 1931 pretendiam encontrar uma forma de simplificar e padronizar os diferentes dimensões destes produtos.

"Ora se os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Bélgica, a Alemanha, a Rússia, a Suécia, etc., já padronizaram de longa data vários dos seus materiais de construção, obtendo com isso resultados que só pendem para o lado das vantagens, theoricas e práticas, porque não acompanharmos esses paizes, entrando para o rol dos que usufruem os benéficos resultados d'uma padronização?"(58)

Ao lado dos estudos relativos à simplificação e à racionalização dos materiais para a construção, estavam também as novas estratégias de organização dos processos construtivos. O Instituto de Organização Racional do Trabalho, em julho de 1942 publica o relatório final da Conferência Econômica Mundial. Neste relatório a palavra "racionalização" foi assim definida:

"Métodos de técnica e de organização planejados para assegurar o mínimo de gastos, tanto de esforço como de material. Ella compreende a organização científica do trabalho (mão-de-obra), padronização tanto de materiais como de productos, simplificação de processos e melhoramentos no systema de transporte e distribuição."(59)

No entanto, o engenheiro civil Henrique Dória já havia sintetizado no Congresso de Habitação de 1931, os princípios básicos do taylorismo, da seguinte forma:

*"Sciencia em vez de empirismo;
Harmonia em vez de discordia;
Cooperação em vez de individualismo;
Rendimento maximum em vez de produção reduzida;"(60)*

2- RACIONALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO

"A organização racional indica sempre o processo mais acertado de realizar determinado trabalho, isto é, pela forma simultaneamente mais simples, mais econômica e mais segura". (Boletim do Ministério do Trabalho - 1935)

A CONSTRUÇÃO EM SÉRIE

O engenheiro Everardo Backheuser já apontava em 1906, as vantagens do processo de edificação de um grande número de casas iguais:

"Duas condições geraes favorecem a diminuição do preço: a primeira é a de que ensina que a construção de grande número de casas é relativamente mais barata do que a de uma casa isolada, dado que todas ellas sejam iguaes, a segunda é a que diz que, grupadas as casas, diminuindo, pois, o número de paredes, o preço total será menor."(61)

Nas pegadas de Backheuser, durante o Congresso os técnicos reafirmaram a importância da construção em série para as moradias econômicas. No entanto, alguns engenheiros enfatizavam que embora construídas em séries, as casas deveriam ser diferentes, de forma a quebrar a monotomia da uniformidade. O engenhei-

ro Marcelo Taylor Carneiro em "Casas Populares - Cidades Jardim", justifica sua crítica à uniformidade das casas, dizendo que a individualidade e a ambição são características vitais para qualquer ser humano.

"Tanto o architecto quanto o engenheiro que forem incumbidos do plano de construção de uma cidade jardim deverão estudar os meios de variar-a, fazendo agrupamentos originaes de casas que quebrem a monotonia do conjuncto. Poderão fazer casas isoladas e casas agrupadas, sendo estas no máximo de 2, 4 e 8."(62)

Na opinião dos técnicos, a construção em série permitiria diminuir os gastos de construção, e ainda economizar tempo e material, facilitando a contratação e a fiscalização da mão de obra. É sabido que, neste momento, a arquitetura moderna abandonava as formas culturais que predominaram na arquitetura até o início do século no Brasil, voltando para a funcionalidade das moradias.(63)

"Ora a época é a do cabelo curto e liso, das vestimentas simplissimas dos sapatos de bico largo, uma casa modernista é uma casa que alcançou a ultima simplicidade. Disso surgiu a belleza."
(64)

Com estas palavras, o jornal O Estado de São Paulo saudou a visita dos engenheiros participantes do Congresso e a casa modernista de Warchavikh. O mesmo jornal transcreve as preocupações que norteiam o princípio da arquitetura moderna.

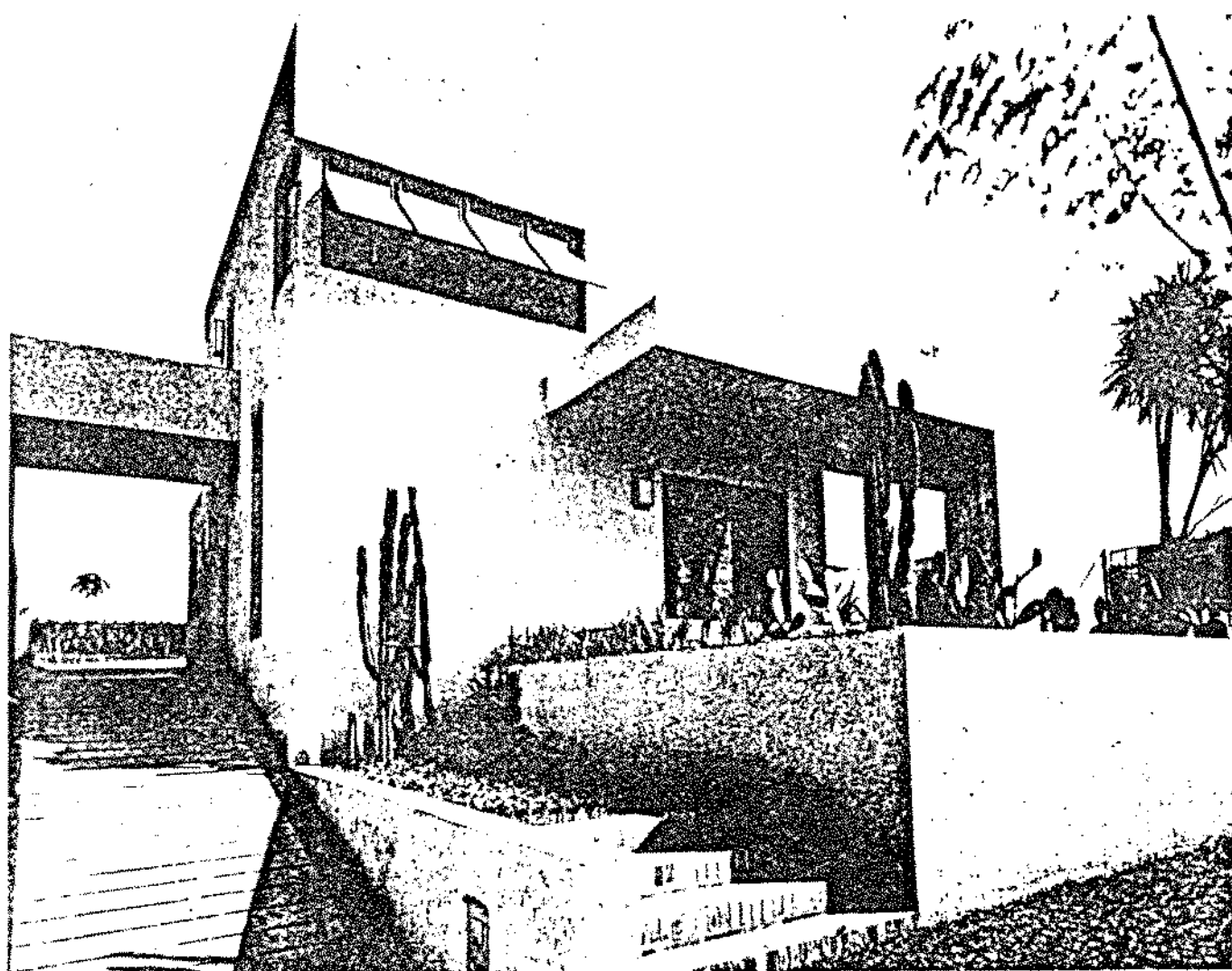
Contudo, nem todos os arquitetos e engenheiros partilhavam da mesma opinião sobre a arquitetura moderna. Christiano Stockler das Neves, um dos diretores da revista Arquitetura e Construções protestava, em 1930, contra a presença da racionalização e da funcionalidade na arquitetura moderna:

"...pretender tornar a arte científica ou industrializá-la, com a estandarização fazê-la apenas utilitária, é uma coisa tão absurda que só pode ocorrer aos que não estimam, não sentem a sua beleza, não possuem emotividade, revelando ausência de alma. A estandarização na arquitetura, torna o arquitecto um negociante, um industrial, mas nunca um artista." (65)

No cenário arquitetônico, a arte e a técnica polemizavam em busca de novas soluções.

"A tendência que prevalecia era de se evitar toda superposição decorativa e fazer dos próprios elementos estruturais do edifício, os motivos da beleza arquitetônica. Procurava-se conhecer melhor os recursos dos materiais de construção para melhor controlar sua utilização". (66)

No Congresso de Habitação fez presente também a defesa da necessidade de se conhecer melhor os recursos dos materiais de construção, de se controlar a sua utilização e calcular os gastos dos materiais e da obra em todo seu conjunto. Insistia-se ainda, na simplificação e padronização do processo de industrialização destes materiais.



GREGORI, WARCHAVCHIK. CASA "MODERNISTA". SÃO PAULO, 1929.

"Para os articulistas da revista *"Arquitectura e Construção"*, era inaceitável o que estava acontecendo, mesmo para Stockler das Neves que foi um dos primeiros a utilizar o concreto armado e o elevador, no que manifesta aspectos contraditórios da relação da prática com a concepção da arquitetura."(67)

Para os críticos da arquitetura moderna, curiosamente, seriam passageiras as preocupações da nova tendência arquitetônica. O viés conservador de suas posições ressalta quando lembramos que:

"... já há muito os princípios de Taylor sobre a organização do trabalho, eram exaltados na *'Revista Polyécnica'* e faziam parte da primeira lição das cadeiras de Tecnologia da Construção Civil e de Tecnologia da Construção, cujo objetivo era apresentar um método científico para a resolução dos problemas da produção."(68)

Porém, somente a partir da Primeira Guerra Mundial que os estudos com relação a padronização e racionalização da construção vão delinear novas estratégias de organização na arte de construir *"Habitações Econômicas"*, destacando-se entre elas, a reorganização do trabalho na construção civil.

2.1 - RACIONALIZAÇÃO NO MOVIMENTO DE CONSTRUÇÃO

Nas primeiras décadas deste século, era muito comum encontrarmos nas construções a figura dos artesões. Na verdade, estes profissionais encarregavam-se dos detalhes ornamentais e da parte estética da obra. Porém, com a introdução de máquinas e dos elementos pré fabricados, eles desapareceram e, junto com eles, a arte de construir. Todo o projeto de construção passou na época a ser planejado e calculado nos escritórios havendo portanto uma separação nas funções entre os funcionários dos escritórios e dos canteiros de obras. Este último, tratava agora apenas de executar o cronograma de construção proposto pelo construtor nos escritórios.

"A situação entre os operários da construção nas mais diferentes obras, era diferente em função da qualificação exigida para a atividade exercida e do porte da empresa empregadora. Também variava conforme o porte e o tipo de obra, por exemplo, desde um simples aterro que poderia utilizar escavadeiras mecânicas, tratores e caminhões, até grandes edifícios com o emprego de enxadas e colheres de pedreiros."(69)

A qualificação dos operários também ficava determinada nos cronogramas estipulados pelos escritórios, sob os princípios gerais da racionalização do trabalho. Em 1941, a Jornada da Habitação Econômica, patrocinada pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo, apresenta alguns resultados alcançados por meio dos princípios de organização científica do

trabalho, na construção de habitações populares. (70) A racionalização do movimento da construção, conforme anuncia a Jornada de Habitação Econômica, oferece ao construtor novas possibilidades de alcançar maiores e melhores serviços, aproveitando as experiências de Gilbreth-Taylor nos Estados Unidos e as de "Bauhuelth" na Alemanha. (71) Estes engenheiros se basearam nos princípios gerais da racionalização do trabalho, com suas três etapas:

*"Primeiro: Tecnologia. Os meios de trabalhos, ferramentas mais apropriadas para os fins alvejados.
Segundo: Princípios físicos: O processo de trabalho mais indicado.
Terceiro: Fisiologia. A seleção do treinamento do operário."* (72)

Acompanhavam estes estudos, gráficos indicando os custos e o tempo previsto para cada construção.

"Sabemos pelo orçamento, por exemplo, que para 100m³ de escavação precisamos de 5 operários, com cerca de sete dias e meio de trabalho. O preço de 100m³ é de Rs. 350\$000 ou de todo o custo 1/2%." (73)

Este gráfico permitiu aos escritórios fazer uma projeção quanto aos atrasos ou avanços de uma determinada obra.

Porém, para alcançar as vantagens econômicas oferecidas pelo processo de racionalização do trabalho, era ainda necessário tomar as seguintes providências: escolher a disposição do lugar de construção, depositar o material mais cômodo para o operário ou usar, por exemplo, tábuas para carregar, de cada

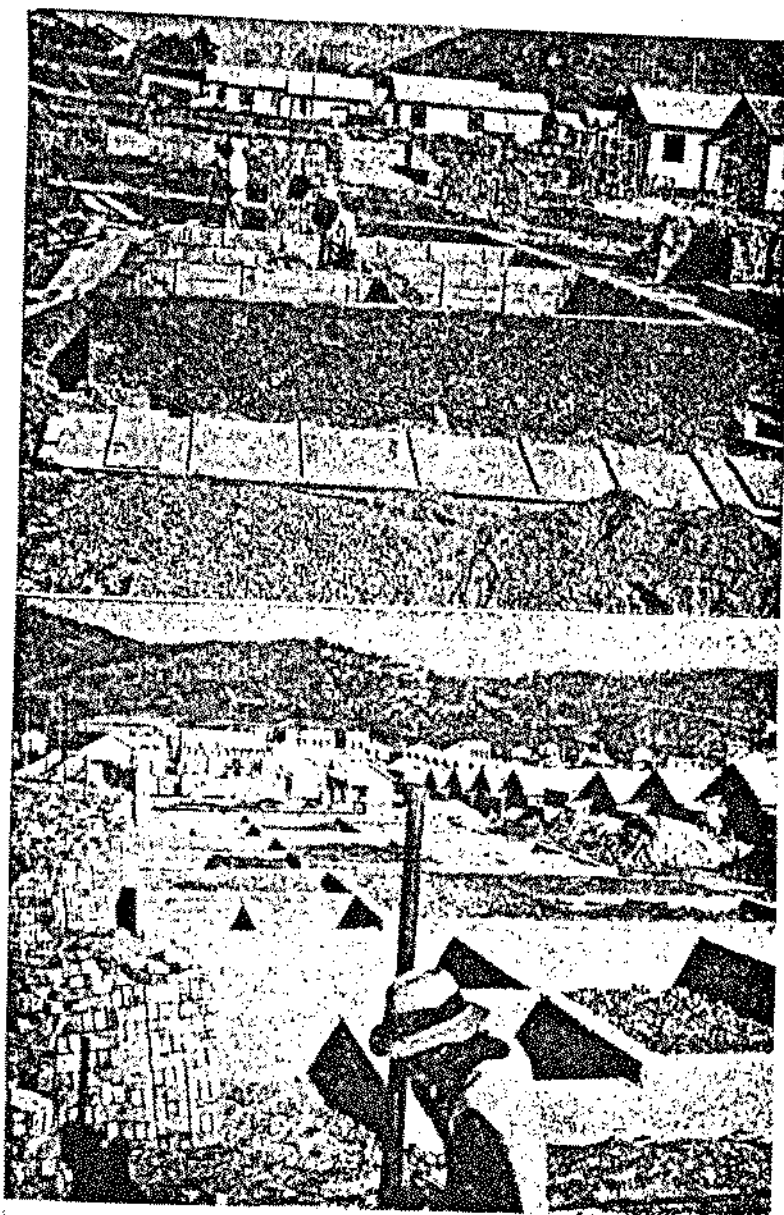
vez, oito tijolos.(74) Para cada trabalho existem determinadas exigências que servem não só para economizar o transporte, mas também o material empregado.

"Faz parte disso a adoção de ferramentas apropriadas. Por exemplo: a pá para remover a terra, deve ser pequena, nem por demais pesada, para evitar o cansaço rápido do operário. A armação móvel de Gilbreth para tijolos e argamassa evita o contínuo baixar-se de pedreiro, o que aumenta os resultados de 30 até 40%. O pedreiro trabalha mais facilmente a uma altura de 60cm, a armação é construída nesse sistema."(75)

Os baldes de argamassa são preparados por um outro operário, com a intenção de impedir os deslocamentos daqueles que estão nos andaimes.

"Enquanto isso, um outro operário especificamente treinado deve ir selecionando e colocando em pilhas os tijolos que forem descarregados pelo terceiro operário especificamente treinado na melhor forma de descarregar os tijolos do caminhão."(76)

As transformações ocorridas na distribuição racional e o parcelamento do trabalho na construção, como nas demais atividades industriais, acarretou a perda de conhecimento do trabalhador na arte de construir.(77)



Caixa de Aposentadoria e Pensões da Light—Local: Braz de Pina, Distrito Federal—Fases da construção das duzentas e onze casas construídas pela Companhia Brasileira de Terrenos e das quais foram adquiridas noventa e quatro

Fonte:

PORTO, Rubens. O Problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de Pensões, s/ed.
1938

Até a primeira década deste século, os imigrantes, especialmente, os italianos representaram a grande maioria dos trabalhadores da construção civil. Estes trabalhadores controlavam o processo de trabalho da construção pelo conhecimento técnico e pela habilidade individual. Contudo, com o processo de parcelamento do trabalho, estes profissionais vão sendo desqualificados e aos poucos são substituídos pelos migrantes nacionais. (78)

"A desqualificação poderia ser mais sentida, principalmente, com a simultaneidade de inovações em materiais de construção e no produto que implicavam em simplificação e parcelamento do trabalho, possibilitando o surgimento de novas categorias de profissionais: o ajudante de encanador pedreiro especial, servente de pedreiro, auxiliar de carpinteiro, etc." (79)

É necessário enfatizar que o processo de desqualificação da mão de obra, mais uma vez, prejudicou os operários, pois como vimos, para viabilizar a construção de habitações econômicas várias medidas foram adotadas, inclusive a possibilidade de reduzir o custo da mão de obra e, conseqüentemente, o rebaixamento salarial dos operários da construção civil.

No decorrer da exposição das teses que foram apresentadas ao Congresso de Habitação, constatamos a preocupação dos técnicos em demonstrar soluções capazes de reduzir o custo das habitações para a população de baixa-renda. Os técnicos reivindicavam alterações nos códigos de obras, especialmente na redução da altura dos pés-direitos e no tamanho dos quartos. Mostra-

vam também os resultados dos estudos realizados no Laboratório de Ensaio da Escola Politécnica em torno da utilização da madeira e do cimento na construção das moradias econômicas. Por fim, estes técnicos chegaram a discutir os métodos de racionalização da construção. Podemos então registrar, para esse momento, dois graves problemas para os operários decorrentes da introdução dos princípios de racionalização na construção civil: primeiramente a perda do saber por parte destes trabalhadores com relação a técnica de construção, em seguida, a desqualificação e consequente rebaixamento de seus salários. (80)

No entanto, os métodos de racionalização da construção foram aplicados em diversos tipos de obras, inclusive na construção de moradias para a população favorecida. Entre as décadas de 20 e 30, encontramos vários manuais estrangeiros que demonstravam as técnicas racionais de construção de diferentes tipos de moradias na Europa. (81)

Sem dúvida toda essa discussão em torno de critérios técnicos vinha sempre acompanhada de justificativas morais e higiênicas. Acreditamos que todos estes elementos foram cruciais para a elaboração de uma política habitacional no Brasil.

3. A FAMÍLIA E O LAR: A CASA INDIVIDUAL

"O homem só é homem pelo lar. A oficina é um meio, o fim é a família. Ganha-se a vida, conduzindo uma máquina, mas se vive em casa, no meio dos seus, educando os filhos".

(Rubens Porto)

Já em meados do século XIX, Augusto Comte no tomo IV da Política Positivista, indicava a importância da casa para o proletário, com o intuito de possibilitar a formação de um lar. Conforme Comte, o lar constitui o espaço íntimo familiar, capaz de garantir os fundamentos essenciais da doutrina positivista. Sendo assim, este autor propunha o tipo ideal da casa proletária, ocupando-se até com a descrição da divisão interna de seus espaços,

"...une partie distincte de l'appartement commun outre la salle de réunion et de réception, ordinairement indépendante de celle où les aliments sont préparés et consommés. Malgré la profondeur des sympathies et l'indentité d'éducation, la diversité des âges et des situations empêcherait une suffisante harmonie, si le couple actif et le couple passif ne pouvaient, à leur gré, se séparer et se rassembler, ainsi qu'écarter les enfants. La partie réservée à ceux-ci doit toujours être subdivisée, afin d'isoler chaque sexe, mais sans distinction de nombre. Enfin, toute famille a besoin d'un oratoire, où chacun puisse dignement dé-

velopper le culte personnel, et qui sert de sanctuaire pour la Commune Célébration du culte domestique."(82)

Como vemos, o plano de divisão interna da casa idealizado por Augusto Comte, incluía a presença dos avós maternos, junto aos pais e aos filhos, facultando, assim, no mesmo espaço, a conveniência, entre passado, presente e futuro. No Brasil encontramos no início do século, alguns engenheiros que tentaram concretizar o projeto de habitação operária proposto por Comte. É o caso do projeto feito pelo Dr. Saturnino de Brito, em Vitória do Espírito Santo.(83)

Do mesmo modo que Comte, os projetos de habitação econômica apresentados no Congresso de 1931 em São Paulo, ressaltam a importância da casa como agente eficaz para a formação da família e, sobretudo, para a solidificação de um lar. Cabe, contudo, ressaltar as diferenças entre o tamanho da casa idealizada por Comte com as propostas apresentadas no Congresso. Isto porque, neste período, os técnicos procuravam encontrar fórmulas capazes de reduzir os padrões de moradias para a população pobre, sem perderem de vista os padrões estabelecidos pela técnica sanitária.

Foram muitos os projetos de moradias econômicas que encontramos nesta época, e em quase todos predominava o estilo da casa individual. Para o autor do artigo "Habitações Econômicas", a casa isolada evita a promiscuidade.(84)

"Com os modernos processos de construir é fácil a superposição de andares podendo economisar-se muito em terreno e

assim abrigar-se n'um só prédio uma verdadeira população. Mas, além dos perigos de ordem social que uma tal reunião representaria, convém não esquecer a falta de terreno para o cultivo de plantas úteis ou de ornamento e para a criação de aves, necessidade a que é necessário attender, dados os hábitos de nosso povo."(85)

Projetos como este relevam uma característica específica do Brasil nessa época, pois, nos Estados Unidos e em vários países europeus, as propostas de Habitações Econômicas, centravam-se em torno da construção de edifícios de apartamentos.

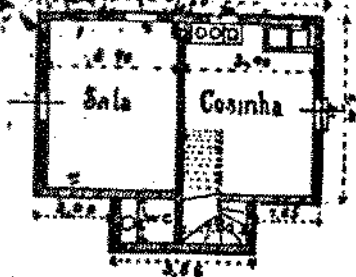
De acordo com os congressistas brasileiros:

"...As habitações collectivas exigem uma certa educação hygienica, harmonia entre seus moradores, o hábito da limpeza e d'uma conservação systemática da casa, coisa que difficilmente se obtém entre pessoas ainda mal iniciadas na vida moderna e que só se poderá conseguir depois de um certo grau de civilização.

Em paizes onde os preceitos de hygiene são postos em prática, onde a ordem e a disciplina são innatas, onde o povo é educado e respeitador das leis, e sobretudo, onde o analfabetismo é quasi nullo, têm se feito várias tentativas para adoptar este genero de habitação. Isto, no entanto, tem-se feito para os pequenos funcionarios, para os empregados d'uma certa categoria e nunca para o operário."(86)

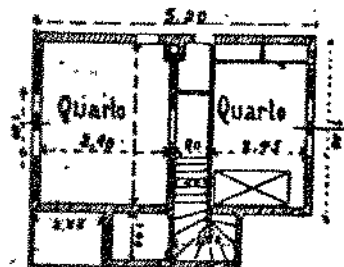
Pensar e planejar uma casa com o mínimo de gasto, requer não apenas uma discussão técnica em torno do assunto, mas exige, sobretudo, um controle sobre a organização dos espaços internos. Sendo assim, se fazia necessário evitar a aglomeração

- Sobrado, com 4 commodos



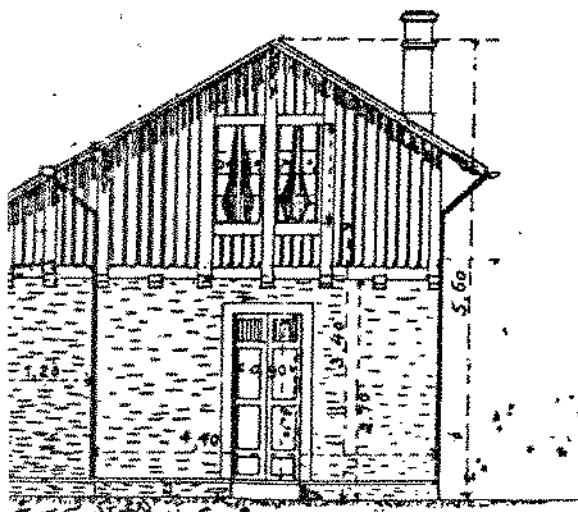
ANDAR TERREIRO

FIG. 2 (I)



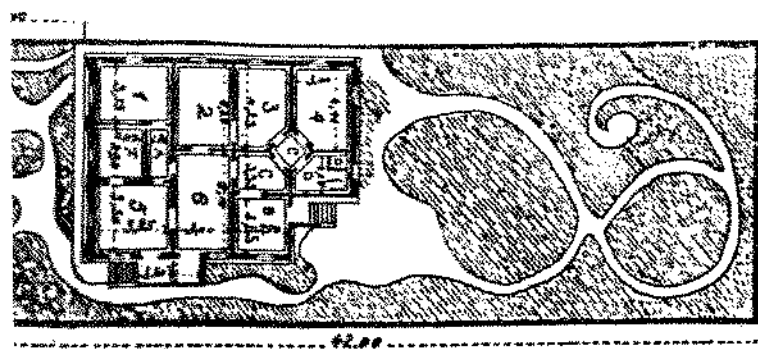
1º ANDAR

FIG. 2 (II)



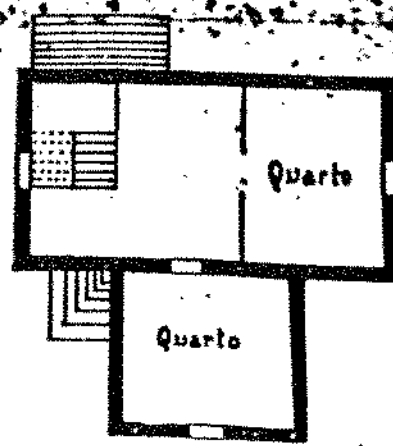
FACHADA LATERAL

FIG. 2 (III)



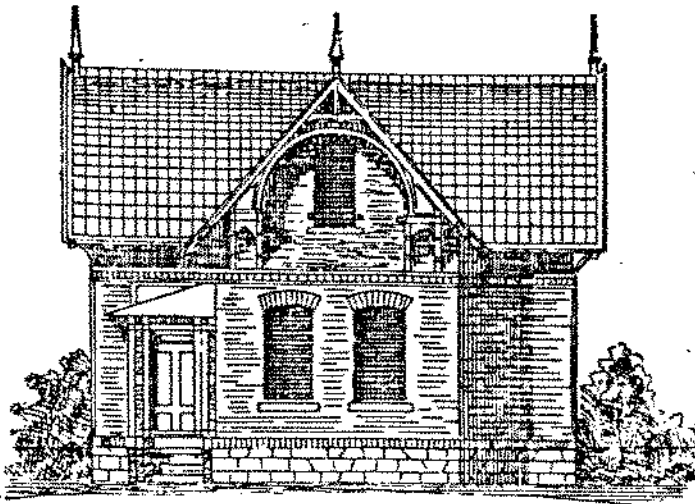
PLANTA

FIG. 4 (I)



2º ANDAR

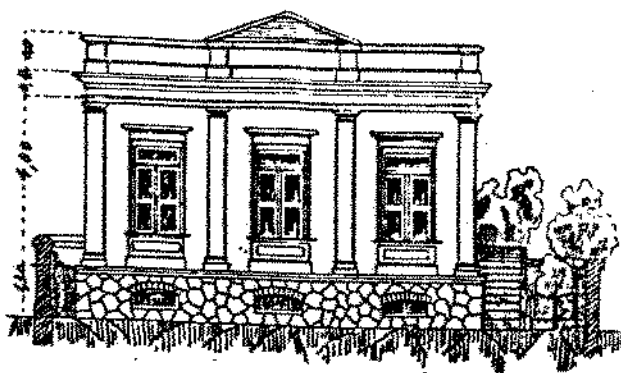
FIG. 3 (II)



FACHADA

FIG. 3 (III)

Terrea, com 8 commodos
Projecto do Dr. Saturnino de Brito



FACHADA

FIG. 4 (II)

LEGENDA DA FIG. 4

1. — Quarto dos avós.
2. — " do casal.
3. — " das filhas.
4. — " dos filhos.

5. — Sala de visitas.
6. — " de jantar.
7. — Oratorio.

- A — Passagem.
- B — Cozinha e despensa.
- C — Vestibulo.
- D — Banheiro e latrina.

de seus moradores, e simultaneamente, garantir a presença de uma única família neste espaço. Com outras palavras, era necessário afastar a possibilidade de sublocação e até mesmo

"... evitar a intromissão de tal (pensionistas) elemento no seio das famílias e dar-lhes abrigo barato em casas de número suficiente de compartimentos, cada um dos quais com a justa área para as necessidades da vida." (87)

A família, no espaço disciplinar da casa, foi um tema abordado por Jacques Donzelot em seu livro a Polícia das Famílias (88). Neste livro, o autor realizou um estudo interessante sobre o papel das famílias na reorganização da sociedade a partir do século XVIII, fazendo um acompanhamento das atividades exercidas pelos médicos, sanitaristas e higienistas e o relacionamento com a política estatal.

A regulamentação e a moralização dos comportamentos foram introduzidos por diversos canais submetidos ao controle do Estado. Estes controles possibilitaram uma mudança nas práticas internas da casa. As práticas com relação à higiene, o afastamento de pessoas estranhas no interior da casa, a separação de moças e rapazes, além de uma forte vigilância sobre o comportamento do marido, no final das jornadas de trabalho, foram atitudes consideradas importantes para a reputação e dignidade da família trabalhadora.

"... tira-se a mulher do convento para que ela tire o homem do cabaré, para isso se lhe fornece uma arma, a habita-

ção e seu modo de usar, afastar os estranhos e mandar entrar o marido e sobretudo os filhos" (89).

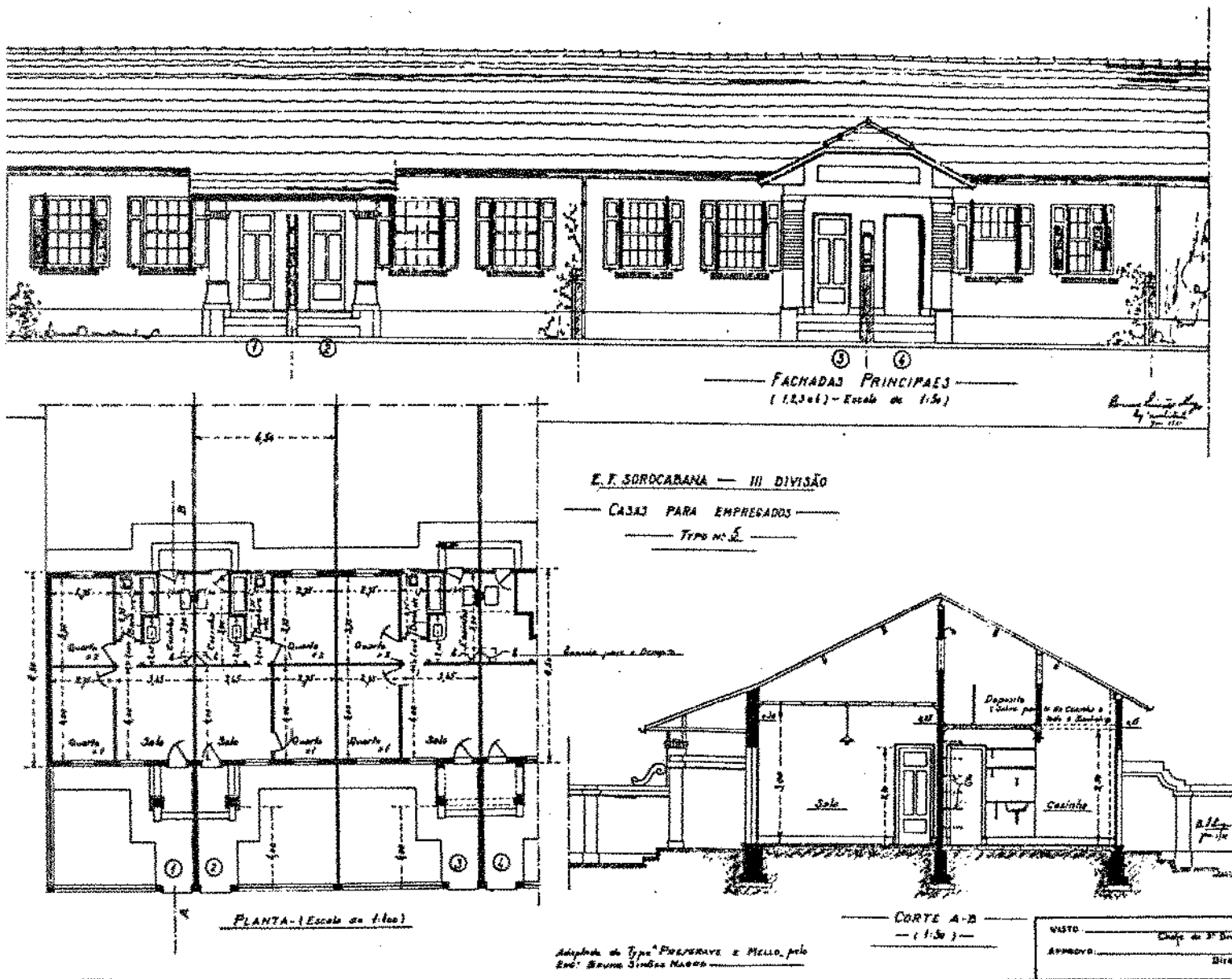
Assim, a moradia foi constituindo-se em um espaço disciplinar nas discussões entre os cientistas preocupados com a higiene e moral da família trabalhadora.

"Organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa nele viver e distribuí-lo de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos." (90)

3.1 - FUNÇÃO SOCIAL DA CASA

Os técnicos, ao tentar resolver o problema da habitação econômica, procuraram abordar o assunto sob diversos aspectos e em todos eles enfatizaram as suas responsabilidades como agentes formadores do ambiente moral. Sendo assim, não é de estranhar que esses profissionais indicassem nos projetos como deveria ser a distribuição interna da casa.

"Em resumo, as partes componentes de uma casa podem ser subdivididas em dois grandes grupos: locais de permanência diurna (sala e cozinha) e locais de permanência nocturna (quartos)" (91)



FONTE:

ANNAES do PRIMEIRO CONGRESSO de HABITAÇÃO, SÃO PAULO
PUBLICAÇÃO OFFICIAL, 1931.

Como nas residências burguesas, a sala representa a parte mais importante da casa, pois é nela que se encontra, após o dia de trabalho, a família reunida. Ao lado da sala, deve ficar a cozinha, porque, esta vem a ser uma forma de aproximar a mulher do controle da casa; dos cuidados com as crianças.

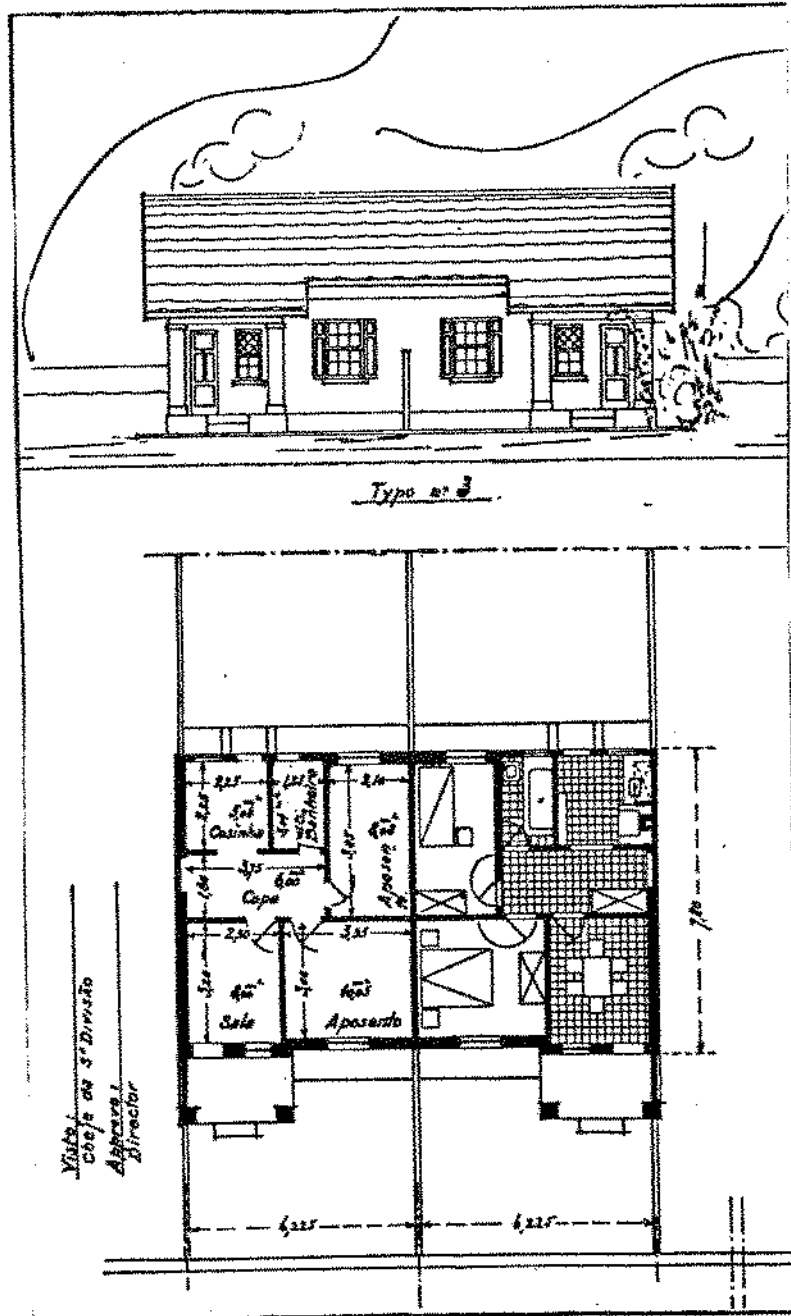
Quanto aos locais de permanência noturna, ou seja os dormitórios, estes sim vieram a ser os cômodos da casa que mais mereceram toda a atenção dos engenheiros. Primeiramente, por tratar-se de um local fechado, aonde as pessoas passam grande parte do tempo, e portanto, exige-se uma constante renovação de ar, e segundo por tratar-se de um espaço privado, isto é,

"... o lugar do sexo dos pais em aposento e local próprio, do sono dos filhos separado do sono das filhas, da nudez dos velhos separada da nudez dos mais novos." (92)

Da privacidade dos quartos partimos para o espaço dos quintais e em quase todos os projetos os quintais aparecem como uma das partes mais importantes nas casas operárias. É neste espaço que se faz a lavagem da roupa, é nele que brincam os filhos, porque do contrário, as crianças vão para a rua.

"Satisfeitos em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e da sua pequena horta, o operário não precisa procurar esquecimento na bebida e no jogo". (93)

I Congresso de Habitação



Além disso, segundo os engenheiros, um espaço para o cultivo de plantas e a criação de aves faz-se necessário nos hábitos da população brasileira.

Após construir, em todos os aspectos, um modelo de habitação econômica, estes profissionais vão agora discutir o mobiliário adequado para este tipo de residência. E assim como na construção, as mobílias devem seguir as mesmas diretrizes e os mesmos detalhes racionais em sua fabricação.

"Tratando-se de casas econômicas mórmente nas de reduzida área, é indispensável prevêr-se a colocação dos móveis essenciais, afim de provêr a bôa distribuição de janelas e portas e determinar o conveniente sentido de abertura destas. Precisam pois ser desenhadas as projecções dos móveis, mas com as dimensões reaes para os typos accessíveis à bolça do inquilino."(94)

Nesta época, encontramos no Brasil, manuaes estrangeiros que descrevem o processo de fabricação racional de mobílias destinadas a ocupar as chamadas "casas econômicas". O italiano Eurico Griffini, por exemplo, analisa a fabricação e acompanha a disposição do mobiliário nas moradias populares da Itália, Rússia e em várias cidades da América do Norte. (95) No entanto, não pense que a disposição racional do mobiliário é apenas uma preocupação estética, por tratar-se de casas com espaços reduzidos. Tal preocupação estende-se para a distribuição necessária do ar e da luz, como também das pessoas no interior da casa.

O autor de Saberes e Odores revela que, desde o século XVIII, os higineistas procuravam desamontoar as pessoas por meio dos equipamentos urbanos. Estes equipamentos

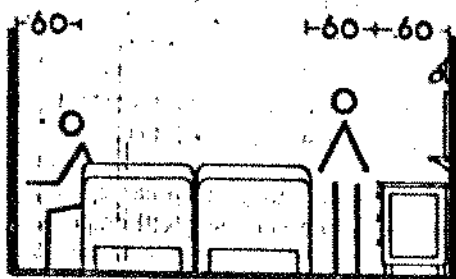
"...surge(m), como o recurso para completar o trabalho da ventilação, para dominar o fluxo das exalações e para impedir o efeito morbífico das emanações sociais". (96)

Nesta perspectiva, é importante definir o tamanho e o espaço das camas e dos armários nos quartos, assim como é importante definir os utensílios da cozinha e das demais dependências. Os imperativos, novamente aparecem, na manutenção e limpeza da casa, e a disposição das mobílias são cruciais para impedir os cantos escuros sujeitos a poeiras e bichos.

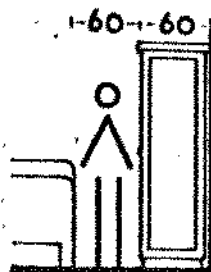
"Certos recantos da construção podem ser aproveitados para armários embutidos e outros móveis, indo o aproveitamento até os desvãos do telhado e espaço situados sob as escadas." (97)

Alguns técnicos discutiram no Congresso as vantagens econômicas do mobiliário fixo. Contudo, outros enfatizaram as dificuldades de adaptação que este tipo de mobiliário oferece ao povo brasileiro. (98)

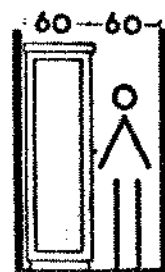
Em 1938, o Instituto de Aposentadoria e Pensão, entregou aos seus associados no Rio de Janeiro, 80 casas "higiênicas", completamente mobiliadas. Entre as peças da mobília constavam:



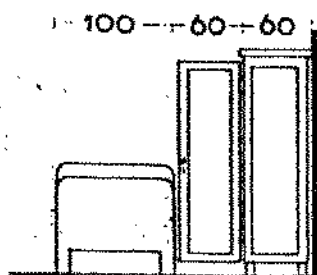
486 - La larghezza del passaggio fra il letto e la parete di cm 60 risulta sufficiente anche alla funzione del vestirsi e dello spogliarsi. La distanza di cm 60 fra il letto e un mobile basso (inferiore all'altezza dell'occhio) è tollerabile.



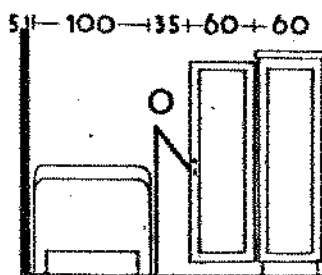
487 - La distanza di cm 60 fra il letto e un mobile alto (superiore all'altezza dell'occhio) è pure tollerabile, ma il voltarsi di tutta la persona riesce malagevole.



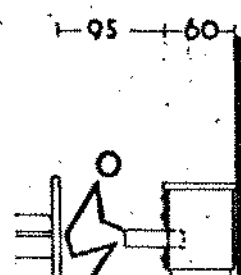
488 - La distanza di cm 60 fra un mobile alto e una parete (o due mobili alti) produce un senso di angustia, e il voltarsi di tutta la persona riesce ancor più malagevole.



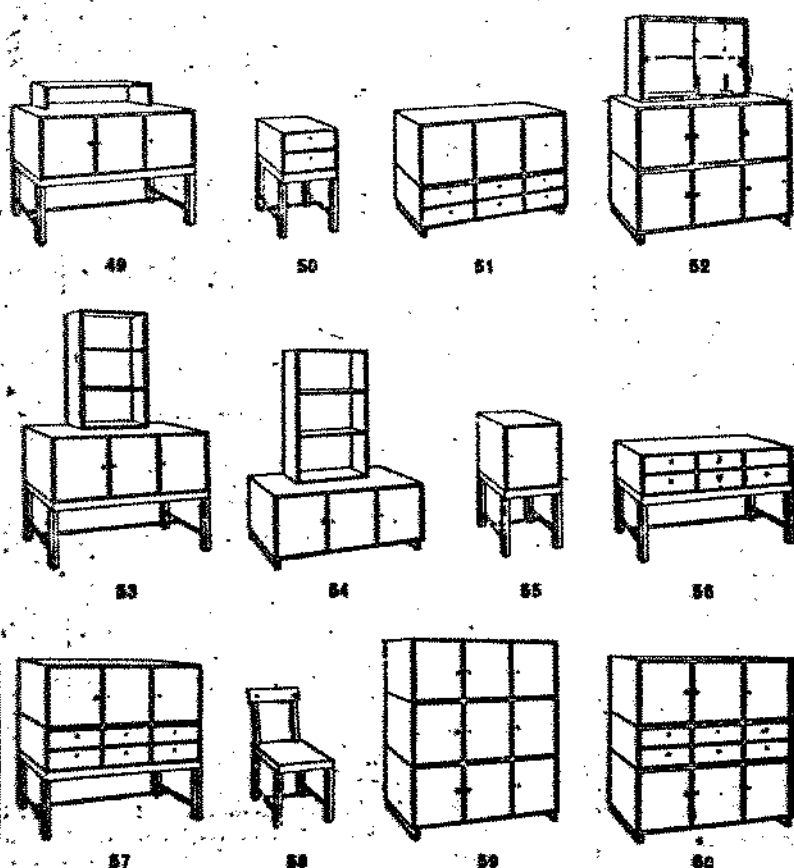
489 - La esatta larghezza del passaggio assicura pure l'apertura dei battenti dell'armadio.



490 - L'apertura dell'armadio riesce più agevole aumentando la larghezza del passaggio di circa 35 cm. La larghezza dello spazio totale corrisponde a quella occorrente al passaggio di due persone affiancate.



491 - La stessa larghezza risulta sufficiente anche per l'apertura dei tirretti del cassettone.



FONTE:
GRIFFINE, EURICO. COSTRU-
ZIONI RAZIONALI della CASA
MILANO, s.d.

CASE COLLETTIVE - TIPI SPECIALI
GRUPPO DI ELEMENTI DI CASE POPOLARI ALLA V TRIENNALE DI MILANO



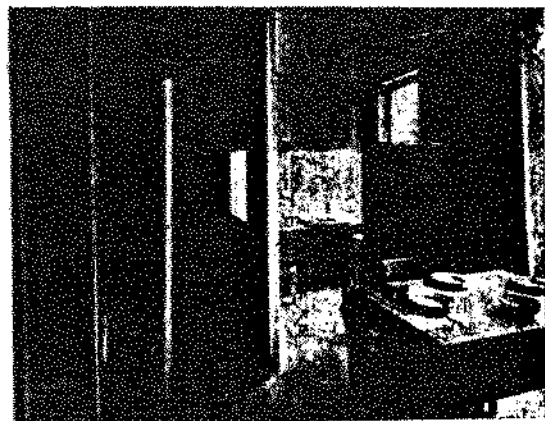
243

ALLOGGIO N. 1. - Con accesso dal ballatoio.

Il locale di soggiorno su corpo doppio con vista nello sfondo del bagno, camera a tre letti, cucina. Mobili di ontano naturale e piani di linoleum.



244



245

ALLOGGIO N. 4.

Ingresso, Soggiorno, cucina, comunicanti, divisi da pareti, mobili, tende. Il mobilio è lucidato noce o laccato, con piani di linoleum.



246

ALLOGGIO N. 6.

Il locale di soggiorno su corpo doppio. In primo piano la tavola da pranzo; sul fondo il divano-letto e la credenza. La porta conduce, attraverso l'antibagno, alle due stanze da letto.

FONTE:

GRIFFINE, EURICO. COSTRUZIONE RAZIONALI della CASA

MILANO , s.d.

L'UNIFICAZIONE DEI MOBILI PER LA CASA POPOLARE

GRUPPO DI ELEMENTI DI CASE POPOLARI ALLA V TRIENNALE DI MILANO



585



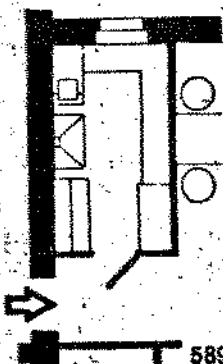
586



587

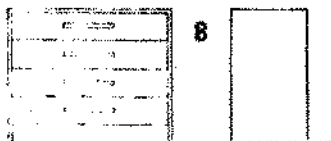


588



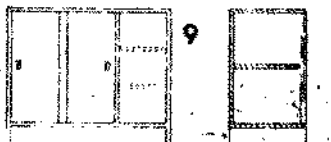
589

Attorno ad elementi costruttivi unificati sono ideati delle semplici e numerose variazioni di alcuni elementi secondari (essenze, lamine, sportelli, cassetti, ecc.). Questo ha permesso di determinare una larga serie di tipi e conferire varietà di aspetti ai mobili, pur conservando ad essi la possibilità di restare nei limiti economici richiesti.



8

590 - Cassettone per stanza da letto.

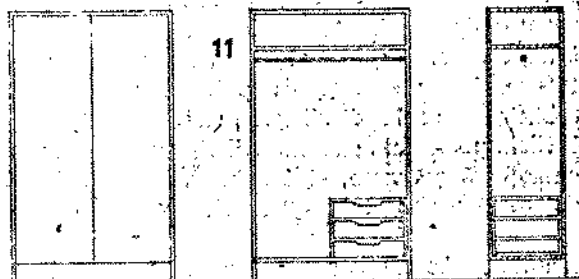


9

591 - Credenza per stanza di soggiorno.

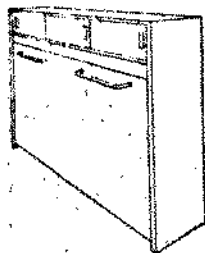


592 - Attaccapanni.



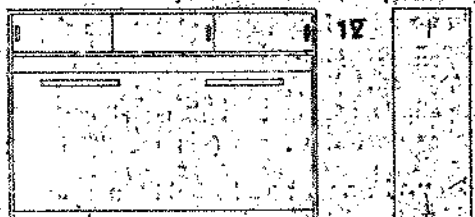
11

593 - Armadio per stanza da letto, a due battenti, con cassetti e ripiani per i capelli.



12

594 - Lo stesso letto della fig. 593 senza la parte superiore a sportelli.



12

595 - Letto ribaltabile.

Il letto presenta nella parte superiore tre cassi chiuse da sportelli scorrevoli, per cuscini, coperte, biancheria ecc. Il letto, che viene chiuso già completamente rifatto, può servire, se aperto, come divano, e misura m. 1 x 2.

Scala 1:50

FONTE:

GRIFFINE., EURICO. COSTRUZIONI RAZIONALI della CASA
Milano, s.d.

"...uma mesa, seis cadeiras e buffet, para sala de jantar; cama, mesinha de cabeceira, duas cadeiras, um camiseiro e um guarda-roupa de duas portas com espelho, para o quarto do casal; duas camas, mesinha de cabeceira, cadeira e guarda-roupa com uma porta e espelho para o quarto de solteiro. Os banheiros serão dotados de um armário embutido. A cozinha terá prateleiras e um filtro. Os móveis foram construídos com pérola rosa e canelã, com as esquadrias internas de cedro..."(99)

O exemplo acima comprova a iniciativa do Estado para a construção e a venda de habitações mobiliadas para os operários no Brasil. Com este exemplo, podemos constatar a implantação das principais sugestões apontadas no decorrer do congresso de maio de 1934.

No entanto, para chegar a ver seus projetos concretizados, os congressistas demonstraram, ainda, o custo social de uma habitação malsã.

3.2 - O CUSTO SOCIAL DE UMA HABITAÇÃO MALSÃ

Os engenheiros e arquitetos no Congresso de Habitação ao debaterem o problema da moradia demonstraram tecnicamente as possibilidades do Estado viabilizar programas de edificação de "habitações econômicas". Estes profissionais, ao mesmo tempo, procuraram convencer o Estado do alto custo social de uma habitação malsã.

"Reclamando uma ação mais efetiva dos poderes públicos, responsáveis pelo abandono em que se encontram as classes trabalhadoras, ao contrário das classes médias, os engenheiros e arquitetos constatavam as péssimas condições em que vivem o proletariado urbano e o trabalhador rural entregues às 'enfermidades à prostituição, aos crimes, elementos que representam os músculos de nossa economia incipiente'."(100)

Estas são as palavras do engenheiro Henrique Dória e este é o seu apêlo ao poder público, frente ao problema da moradia.

"É verdade indiscutível que a sociedade é um todo indissolúvel: as classes sociais tornam-se solidárias, no ponto de vista physico, pelas epidemias que partindo das habitações pobres dos 'cortiços e porões insalubres se estendem, também, pelas vivendas confortáveis dos ricos. Do mesmo modo, moralmente, todo o progresso diminui com a miséria, o vício e a degradação das classes inferiores."(101)

Neste momento, outros profissionais, entre eles, sociólogos, médicos e assistentes sociais, da mesma forma que os engenheiros, responsabilizavam o espaço da casa pela produção de alguns comportamentos desviantes, como a prostituição e o crime. Os Boletins do Ministério do Trabalho e a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, encarregaram-se, a partir dos anos 30, de publicar o resultado de várias pesquisas destinadas a demonstrar a importância política e social da "habitação operária no Brasil". Estas pesquisas analisaram o padrão de vida dos operários na cidade, os gastos com alimentação, saúde, transportes e moradia.

Na década de 30, duas pesquisas sobre o padrão de vida dos operários foram efetuadas em São Paulo: uma por Horace B. Davis e a outra por Samuel Lowrie. A "Pesquisa Davis" foi realizada (1935) pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em colaboração com os Institutos de Higiene e Educação. (102) Já a "Pesquisa Lowrie" foi realizada para a Sub-Divisão de Documentação Social e Estatística Municipais de São Paulo. (1938) (103)

A partir de um estudo sociológico sobre o padrão de vida dos operários as pesquisas Davis e Lowrie se propuseram a orientar e sugerir aos administradores públicos novas posturas políticas em benefício dos salários, da alimentação, da moradia e de outros itens de consumo dos trabalhadores.

Por outro lado, os médicos e higienistas, no mesmo ano em que foi realizada a "Pesquisa Davis", apresentaram também no Boletim do Ministério do Trabalho, os resultados de suas sindicâncias com relação a presença do alto índice de mortalidade entre a população pobre.

A tuberculose, conforme a palavra médica, é a doença transmissível que mais mata.

"Em uma população de 39 milhões de habitantes, houve 100.538 óbitos por tuberculose. Correspondendo cada óbito à cinco casos ativos, tivemos naquele ano 502.690 tuberculosos no Brasil, mais de 1% da população!" (104)

Para estes profissionais não havia dúvida sobre ser a tuberculose uma doença da miséria, mais particularmente, das condições de habitação da população carente.

Ao retratar as condições de vida dos moradores dos porões e das habitações coletivas, estas pesquisas demonstraram o alto custo social proveniente deste tipo de habitação.

"Afora as condições de péssima higiene que ocasionam elevado coeficiente de mortalidade infantil, a vida aglomerada, em casebres, favela, casa de cômodos "vagos", ou slums ingleses, é constante perigo para a moral social. Complexa era a solução, dado a propriedade econômica dos operários, cujos salários mal lhes ensejam o necessário para viver."(105)

Como no Congresso de Habitação, novamente estamos diante dos mesmos pressupostos morais e higiênicos que nortearam até aqui o problema habitacional no Brasil. São evidentes as semelhanças entre os discursos dos engenheiros e a fala dos políticos nos Boletins do Ministério do Trabalho. Em todo o decorrer dos anos 30, e sob diferentes óticas, a questão habitacional aflora nos artigos dos Boletins do Ministério do Trabalho. Os políticos ao discutirem temas como, família, transporte, alimentação, salário, produtividade, saúde e higiene não deixavam de relacioná-los com a necessidade de um programa habitacional.

É sabido que muitas das pesquisas desenvolvidas nesta época, só foram publicadas e divulgadas a partir de 1940, quando então, realizou-se em São Paulo a Primeira Jornada de Habitação, promovida pelo Instituto de Racionalização do Trabalho.

A pesquisa apresentada na jornada pelo assistente social Francisco de Paula Leite Ferreira pode servir de exemplo para o que acabamos de justificar. Nela procura-se demonstrar que a de-

sagregação familiar, inicia através da presença dos cortiços, ou em outras moradias semelhantes:

"...desde o amanhecer até o cessar tardio do movimento de inquilinos, está a mulher à vista de todos, sujeita à promiscuidade, desde o tanque comum até as demais instalações. Essa frequentação diária com indivíduos de outro sexo, estranhamos à família, vai aos poucos des-pudorando a mulher pela impossibilidade de deixar esta de ser vista a todo instante e com qualquer traje. Entretanto, o recanto feminino é a barreira natural de que Deus a dotou para preservá-la da malícia, da sensualidade e dos atentados de ordem moral". (106)

Várias pesquisas apontaram os efeitos negativos de uma habitação malsã na determinação dos comportamentos perigosos como, a criminalidade e a delinquência. Ao entrevistar os condenados da penitenciária do Estado de São Paulo, o sociólogo Aldo H. F. Sinisgalli demonstra as implicações causados pela influência da má habitação.

O sociólogo chega à conclusão que:

"...os criminosos mais temíveis, os mais perversos, os que mais dificilmente se regeneram, são aqueles justamente que tiveram sempre - desde meninotes - a mais desregradas das vidas, sem família, sem lar, sem guia que os orientasse nesse mundo." (107)

Além de palavras, este sociólogo demonstra sua tese numericamente, quantificando e classificando os presos entre as diferentes categorias de crime. Associa então, para cada categoria de crime, a situação vivida por estes detentos durante a vida

pregressa.

Tal como a pesquisa acima, encontramos inúmeras outras que relacionavam a habitação anti-higiênica com a delinquência. Desta vez, o autor aponta as causas da delinquência infantil.

"Como se poderá exigir do filho que vem da escola quando chegou a ir, que estude e prepare seus trabalhos escolares num ambiente em que nem mesmo os mais simples requisitos higiênicos para os trabalhos de tal natureza existem? Como proporcionar-lhe um divertimento, se a sua casa é um cômodo sem espaço térreo, indispensável para a satisfação de seus folguedos?... Como despertar-lhes o amor pela morada, se ela não pode ser amada?"(108)

Mais uma vez, estamos diante dos pressupostos que regeram a Teoria Médica do Meio Ambiente, e neste sentido podemos, como no século XIX, entender os discursos dos técnicos ao computarem o alto custo social de uma habitação malsã. O meio insalubre e infecto do cortiço, diziam estes profissionais, representam uma ameaça ao poder sobre a forma de revolta e de desinteresse dos indivíduos pelo trabalho. Por outro lado, oferecer aos trabalhadores a possibilidade de morar em uma habitação higiênica, é permitir que o mesmo possa usufruir o direito de quem é agora o responsável pelas forças produtivas do país.

Os resultados apontados pelas pesquisas e pelos artigos do Boletim do Ministério do Trabalho e das Revistas do Arquivo Municipal de São Paulo só vieram confirmar o espaço político que os participantes do Congresso de Habitação em São Paulo encontraram, para poder concretizar alguns de seus projetos de "Habitação

Econômica".

Os inúmeros prejuízos causados pela presença de uma habitação malsã são apontados agora pelo engenheiro Rubens Porto da seguinte maneira.

"Si é relativamente fácil estabelecer uma percentagem aproximativa dos tributários dos cortiços, é mais melindroso determinar a parte de responsabilidade que lhes cabe (aos cortiços), na má condição de saúde de seus locatários", afirmam, unisonas, Aline Lhotte e Elisabeth Dupeyrat, no interessante livro intitulado Revelações sobre a saúde das jovens operárias.

'Isto porque a própria habitação malsã se adiciona geralmente inúmeros outros fatores nocivos que se dão em proporções variáveis: contaminações múltiplas, promiscuidade, etc...' (109)

Rubens Porto, além de engenheiro, ocupava no ano de 1938, o cargo de assistente técnico do ministro do Trabalho. Não é por acaso, que encontramos no decorrer deste livro, fotos de várias casas, construídas nesta época, por iniciativa da Caixa de Aposentadoria e Pensão. (110) Tais fotos, acompanhadas do depoimento do próprio autor, revelam algumas estratégias de disciplinarização do trabalhador através da moradia. Não obstante, procura introduzir o trabalhador às regras e aos valores estabelecidos pelos setores dominantes.

Contudo, o que mais surpreende neste livro é a maneira como o autor considera o operário.

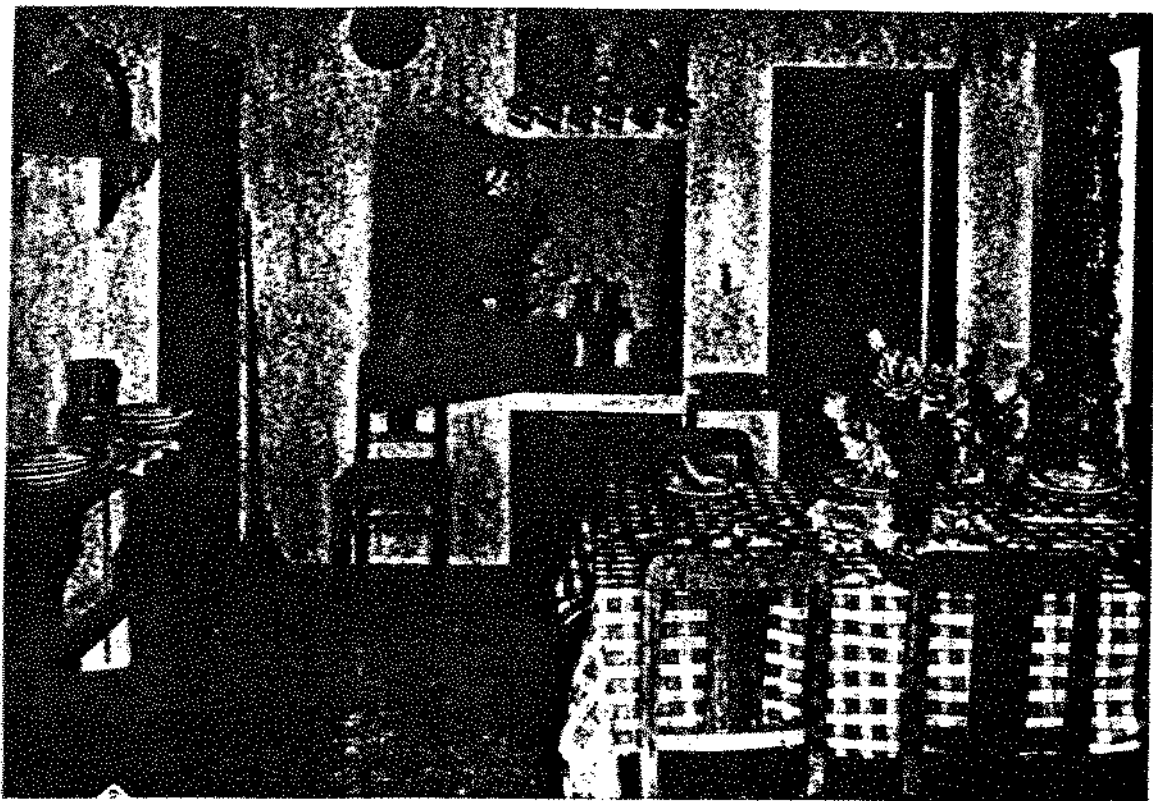
"Não se pode deixar nada a critério dos operários, nem mesmo a organização de sua própria casa. Por que? É importante sobrepor aos seus padrões e a sua cultura? (...)"

O operário sem cultura, precisa de qualquer emprego das suas horas de lazer (aliás tão pequenas e tão mal aproveitadas quando temos estudado e resolvido). Ele não se interessa pelo trabalho intelectual. Precisa, portanto, de vida social, viver em sociedade é uma das melhores maneiras de educá-lo, tanto mais quanto, dada a sua natural tendência no sentido de fazer melhor figura que o vizinho, se esforçará por não deixar transparecer, nas reuniões que ali se derem, seus eventuais 'maus instintos' procurando controlar-se para aparecer e para brilhar..."(iii)

Podemos entender que, para este engenheiro, o operário é um indivíduo sem cultura, isto é, aquele que desconhece as regras da civilização. O mesmo autor, ainda trata de elaborar a imagem positiva de um projeto habitacional extenso, com escolas, igrejas, playgrounds e comércio. Na sua opinião, tal empreendimento vem representar o primeiro passo para a moralização e a domesticação dos operários na sociedade moderna.

Como vimos, a partir de 1936, os projetos apresentados no Congresso de Habitação, ao tentarem solucionar a ausência de moradias para a população de baixa-renda, coincidiram com as expectativas de diferentes setores da sociedade.

Após apresentarem a eficácia de uma casa planejada e higiênica na formação dos trabalhadores, os intelectuais, políticos e empresários acrescentavam mais um item importante neste programa habitacional: a possibilidade de fazer deles também proprietários através da aquisição da casa em que moravam.



Interior mobiliado das casas da Vila Operária de Cacilhas — Lisboa, Portugal, 1937

FONTE:

PÔRTO, RUBENS, O PROBLEMA das CASAS OPERÁRIAS e os INSTITUTOS
e CAIXAS de PENSÕES. 1938.

A questão da casa como propriedade do trabalhador, apesar de pouco discutida no decorrer do Congresso da Habitação, merece um grande espaço nos artigos que encontramos no Boletim do Ministério do Trabalho.

De acordo com os técnicos e políticos, a "propriedade do lar" vem a ser mais um elemento importante para a formação dos valores morais e religiosos. Além disto, nesta perspectiva, a propriedade representa a liberdade de indivíduos e o alicerce da família. (112) Estes e outros argumentos, que justificavam na época a importância da "casa própria" para os trabalhadores, serão tratados no final do próximo capítulo, ao confrontarmos o discurso dominante com as experiências vividas pelos operários na cidade de São Paulo.

Antes porém, vamos conhecer a legislação que favorece a aquisição e a construção de casas pelas Caixas de Aposentadoria e Pensão, promulgada pelo governo provisório em 1932.

4. UMA POLÍTICA HABITACIONAL NOS ANOS 30

Acompanhamos as discussões e os projetos apresentados por engenheiros e arquitetos no Congresso de Habitação em São Paulo no ano de 1931. (113) Constatamos que, ao lado do aspecto técnico, estes profissionais preocuparam-se essencialmente, em enfatizar o aspecto moral e higiênico em seus projetos de habita-

ções econômicas. No mesmo sentido, outros profissionais, entre eles, sociólogos, médicos, políticos, apresentaram ao Estado os efeitos positivos de uma política de habitação.

Todavia, já no ano de 1932, um ano depois do Congresso, o governo provisório, através do decreto nº 21.326, aprova o regulamento para a aquisição e construção de casas pelas Caixas de Aposentadoria e Pensão. (114)

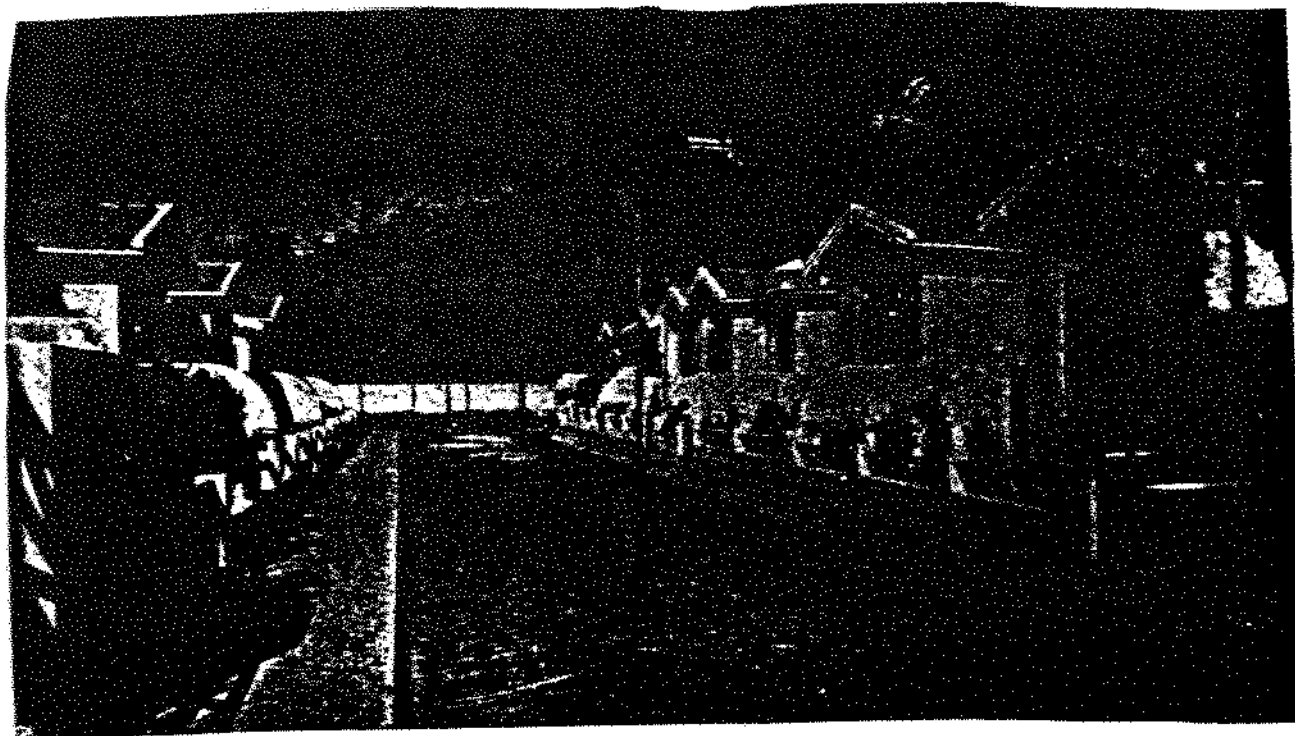
"Precisamente em 27 de abril de 1932 houve por bem o Governo Provisório, pelo decreto nº 21.326, aprovar o regulamento para a aquisição e construção de casas pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões ditando enfim as regras para a realização do humanitário fim.

A exigência mínima de 10 associados para a solicitação de construção de casas imitando o §1º do art. 4º em 30% do vencimento ou salário mensal. Com o intuito de facilitar o encaminhamento dos pedidos, foi cometida ao Conselho Nacional do Trabalho a incumbência de organizar modelos para os contratos a que se refere o regulamento e plantas de tipos diversos de construções, nos limites estabelecidos com as respectivas especificações orçamentos e mais esclarecimentos úteis, o que já se encontra feito pelo Serviço de Engenharia e devidamente aprovado pelo Conselho; trabalho este que por certo bons serviços prestará." (115)

Este decreto veio assinalar na década de 30 a intervenção do Estado na construção de moradias operárias. Mesmo de forma embrionária, o decreto de 1932, com algumas modificações feitas no decorrer destes anos, contém todos os componentes que até pouco tempo, encontravam-se presentes no sistema político habitacional do BNH.



Caixa de Aposentadoria e Pensões da Viação Férrea do Rio Grande do Sul — Local: Rua 16 de Julho, Porto Alegre, Rio Grande do Sul — Realizações: Grupo de 12 casas — Custo total, 337:695\$400; Amortização mensal, 236\$000 (em 15 anos); Data da construção, 1893; Vencimento médio, 1:000\$000; Custo do terreno de cada, 2:000\$000; Custo do prédio isolado, 20:000\$000



Caixa de Aposentadoria e Pensões da Leopoldina Railway — Local: Jacaré, Distrito Federal — Custo total do prédio e terreno, 27:600\$000; Vencimentos mensais médios dos associados, 930\$000; Amortização mensal, 330\$000, em 15 anos

FONTE—
 PORTO, RUBENS, O PROBLEMA das CASAS OPERÁRIAS e os INSTITUTOS
 e CAIXAS de PENSÕES. 1938.

Alguns autores só reconhecem uma participação efetiva do Estado no campo da construção de moradias para os trabalhadores a partir de 1940 no Brasil. (116) Discordamos aqui destes autores porque todo o processo de implantação dos programas habitacionais pós 30, foram, na verdade, decorrentes das medidas tomadas durante o período do "Governo Provisório". (117)

No início, foram realmente poucas as categorias de trabalhadores beneficiadas por este regulamento. Segundo as fontes registradas pelo Boletim do Ministério do Trabalho Indústria, até o ano de 1938 encontramos as seguintes categorias: os trabalhadores de trapiche e armazéns de café, os comerciários, bancários, marítimos, estivadores e ferroviários, empregados em Transportes e Carga, Serviço de tração, Luz, Força e Gás, Serviço Telefônicos, Serviço de água e Esgotos. (118).

Somente a partir de 1940, é que estas medidas serão estendidas a quase todos os trabalhadores industriais. (119)

PARA CONSEGUIR UM FINANCIAMENTO

Nos anos 1930 e 1940, os trabalhadores poderiam ter acesso a um financiamento para a compra de uma casa, ou para a construção de casas econômicas, desde que fossem associados das Caixas ou do Instituto de Aposentadoria e Pensões. Precisavam ainda ser sindicalizados ou estarem na faixa etária produtiva de 21 a 55 anos. (120)

Nas instruções para a Carteira Predial da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns de Cafés, o artigo 119 aponta-nos que

"...para o associado com mais de 50 anos de idade o prazo não excederá quinze anos decrescendo de modo que não ultrapasse o limite de 65 annos."(121)

A questão da idade, apresenta-se aqui como um fator primordial para os critérios de seleção dos candidatos ao financiamento da "Casa Própria", já que a partir dos 50 anos projeta-se um desgaste físico e mental do operário que o torna incapaz de corresponder aos interesses produtivos.

Os trabalhadores, conforme o artigo citado, ainda serão submetidos a um exame médico, sendo que a pessoa portadora de defeitos físicos ou morais estarão excluídas das listas de candidatos para a aquisição ou construção de casas.

"O associado fará seguro de vida em instituição autorizada e julgada idônea pelo Instituto, para garantia do pagamento do débito contraído, e sob forma que atende com o mínimo de encargos, a essa garantia e ocorrendo o seu falecimento, será a respectiva importância aplicada na liquidação da dívida para a apólice emitida em seu nome e do Instituto que ficará com poderes bastante para essa liquidação, cabendo o saldo, se houver, aos herdeiros dos associados."(122)

Nesse caso, os indivíduos que por motivo de idade ou saúde não pudessem preencher estas exigências, não seriam admitidos aos benefícios da Carteira Predial. Entre as diversas exigên-

cias da Carteira Predial do Instituto de Aposentadoria e Pensão, encontrava-se a do vínculo entre a empresa e os sindicatos. Tal vínculo estabelecia-se através das informações concedidas pelas empresas sobre as qualidades do adquirente e, concomitantemente, pelo encargo de descontarem da folha de pagamentos dos operários o valor referente à prestação das casas.

O artigo 239 do projeto de lei nº 117 de 1936 diz o seguinte:

"O Sindicato que receber comunicação de um empregador sobre o abandono de serviço, dará ciência imediata a quem de direito." (123)

A maior parte dos artigos, que regulamentavam a aquisição ou financiamento para a construção da casa própria, revelavam estratégias de controle, por parte do Estado, sobre a vida dos trabalhadores. A própria exigência feita pelo regulamento com relação à sindicalização dos empregados, vem representar uma forma de controle do Estado sobre os trabalhadores.

O Estado não consegue disfarçar as marcas deixadas pelos conflitos existentes entre as diversas classes sociais que tiveram como palco a década de 30, como também não consegue disfarçar os seus interesses com o sistema capitalista.

"Ora, mesmo antes de 30, fração da classe (operária), organizada eleitoralmente através do BOC, viu-se envolvida por aliados de comum acordo, unidos na luta contra as oligarquias - que se voltaram contra o parceiro operário ao eleger um outro fantasma, o do comunismo; personificado pelo próprio ex-aliado." (124)

No decorrer das lutas políticas denominadas pelos vencedores a revolução de 30 não se conseguiu esconder a desigualdade de desejos depositados entre os diferentes setores. No entanto,

"...se o conjunto da sociedade apresentou-se dividida no posicionamento frente a uma revolução que iria combater a oligarquia, o mesmo não aconteceu quando um outro fantasma, o do comunismo invadiu a cena da história." (125)

Neste sentido, sob diferentes perspectivas, tanto o Governo do Partido Republicano como o movimento de oposição mobilizaram a sociedade para reprimir, a organização política da classe operária na sua luta contra o capital. (126) Logo após 1930, é sugerido aos operários a ação do Ministério do Trabalho, um órgão criado especialmente para atender todos os problemas relacionados à questão social. Sendo assim, uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório foi a proibição da pluralidade sindical.

Em defesa da subordinação dos sindicatos ao controle do Estado, Pedro T. H. Cunha publicou um artigo no Boletim do Departamento Estadual do Trabalho no ano de 1932, apresentando os princípios fundamentais do Estado fascista.

"Lo stato corporativo Fascista", estudando este instituto diz que o sistema abrange quatro questões capitais: 1ª reconhecimento jurídico dos sindicatos e sua subordinação ao "controle" do Estado; 2ª eficácia jurídica dos contratos coletivos de trabalho; 3ª magistratura privativa do trabalho; 4ª proibição do lock-out e da greve como medida de segurança dos interesses superiores da Nação, da continuidade e intensidade da produção." (127)

Os discursos e os próprios decretos que regularizavam os financiamentos da casa própria revestiam-se, no entanto, da questão dos direitos sociais para poderem demonstrar as novas intenções do Estado e atender, a partir de então, a população trabalhadora. Todavia neste momento, os trabalhadores sabiam o quanto lhes custavam o Estado reconhecer os seus direitos sociais. A prova disto está em que até 1937 encontramos um número reduzido de operários inscritos nos sindicatos em todo o Brasil. (128)

A "resposta" do Estado brasileiro a partir de 1930 às reivindicações colocadas pelas classes subalternas não se limitava a um atendimento pontual, embora se desse também dessa forma.

Essa 'resposta' pressupunha o reconhecimento dos direitos sociais de todos os cidadãos, que eram assim incorporados, sob a tutela do Estado ao projeto de desenvolvimento capitalista que se estabelecia." (129)

Torna-se difícil demonstrar algumas diretrizes básicas dos decretos para a aquisição dos financiamentos dos Institutos de Aposentadoria, sem apontar o poder de intervenção do Estado nas condições de vida dos trabalhadores. Nesta perspectiva, é importante verificar os decretos que determinaram o valor dos financiamentos para a construção da casa própria.

- A PRESTAÇÃO DA CASA PRÓPRIA

No ano de 1936, foi apresentado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo um projeto de lei destinado a construção de 10.000 (dez mil) casas para empregados e operários sindicalizados em diversos bairros em São Paulo. (130) Conforme o artigo 6º, as casas seriam padronizadas contendo ao todo seis cômodos; salas de jantar, 3 dormitórios, cozinha e banheiro. Seriam vendidas no valor de 10.000\$000 sendo que o adquirente deveria pagar o valor do prédio em prestações iguais e mensais divididos em 180 prestações de 97\$500 (noventa e sete mil réis).

Apresentamos abaixo os artigos que consideramos relevantes no projeto de lei nº 117 de 1936, destinado a construção de casas para os trabalhadores na cidade de São Paulo.

PROJETO DE LEI Nº 117, DE 1936

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

TÍTULO I

Da construção de núcleos residenciais

Art. 1º Fica o governo do Estado autorizado:

- a) Construir 10.000 (dez mil) casas para ~~empregados e operários~~ sindicalizados nos terrenos de sua propriedade, em bairros diversos, com preferência nos do Braz, Belém, Bom Retiro, Bosque da Saúde, Canindé, Lapa, Mooca, Penha, Sant'Anna e Ypiranga, em grupos de 1.000 (mil) casas para cada bairro sob as condições estabelecidas nesta lei.
- b) fazer concessões a Organizações Syndicaes ou as companhias de Construções Prediaes para a execução da presente lei observando-se todos os seus dispositivos.

Art. 2º - As casas construídas pelo Governo do Estado nos terrenos situados nos bairros mencionados no artigo anterior, constituirão os núcleos residenciais dos empregados e operários desta Capital, e serão vendidos aos mesmos por intermediários dos seus respectivos Syndicatos.

Art. 39 - As casas serão construídas em lotes de terreno 10x40 metros e de forma a deixar vaga as esquinas, e pelo menos um lote entre uma construção e outra.

Art. 49 - Os lotes de terrenos vagos só poderão ser vendidos pelo Governo depois de construídos os núcleos residenciais.

Art. 59 - As casas serão de um tipo padrão e deverão conter 6 (seis) cômodos: salas de jantar, 3 dormitórios, cozinha e banheiro, com as instalações sanitárias, conforme a planta que fica fazendo parte integrante desta lei.

Art. 79 - O arruamento para cada grupo de construções, assim como os serviços de canalização de água e esgotos, serão executados pela repartição competente.

Art. 89 - Para cada grupo de 1.000 (mil casas) reservar-se a um espaço para a construção de um "Parque de Recreio", destinado às crianças, filhas do adquirentes.

Art. 99 - As casas operárias construídas em consequência desta lei, ficam isentas de impostos estaduais e municipais, durante o prazo contratual de sua venda, exceto na taxa sanitária fixada em 50\$000 (cinquenta mil réis) por anno e destinada a custear as despesas de águas e esgotos.

(...)

Art. 119 - As casas somente poderão ser adquiridas por operários ou empregados Syndicalizados, de 21 a 55 annos de idade, e destinados exclusivamente para residência própria.

Art. 129 - Não será permitida em hipótese alguma, a sub locação das casas, em todo ou em parte.

Art. 139 - Cada operário ou empregado poderá somente adquirir uma casa.

(...)

Art. 189 - As casas serão do valor 10.000\$000 (dez contos de réis) excluido o valor do terreno, que será cedido gratuitamente pelo Governo do Estado.

Art. 199 - O adquirente pagará o valor do prédio em prestações iguais e mensaes, divididos em 180 prestações mais os juros do valor do prédio, à razão de 5% (cinco por cento ao ano, até final da liquidação do contrato).

As prestações serão de 97\$500 (noventa e sete mil e quinhentos réis).

Art. 209 - As prestações serão descontadas pelo empregador na folha de pagamentos do empregado ou operário, a requisição do Sindicato a que pertence o adquirente nos tér-

nos do art. 33 do Decreto Federal 24.694, de 12 de julho de 1934.

O empregador, de posse da requisição de que trata este artigo, depositará até o dia 5 do mês seguinte do vencido e onde for determinado as importancias correspondentes a tantas prestações quantos forem os seus empregados ou adquirentes das casas.

Art. 219 - No caso de falência da firma em que trabalha o adquirente da casa a prestação já descontada será considerado crédito privilegiado.

Art. 229 - Quando um empregado ou operário abandonar o trabalho, o empregador fará imediata comunicação ao Sindicato.

Art. 239 - O Sindicato que receber a comunicação de um empregado sobre abandono de serviço dará ciência imediata a quem de direito.

Art. 249 - No caso de retirada do adquirente do capital do Estado ou do país, na vigência do contrato, poderá transferir os seus direitos a outro operário ou empregado pertencente ao mesmo sindicato a que pertencia o adquirente, o que se fará sempre por intermédio do respectivo sindicato e nas condições estabelecidas nesta lei...

(131)

Para calcular as prestações das casas o governo baseiou-se nos seguintes itens:

- "a. quota de amortização, num prazo de cinco ou dez ou quinze anos do capital despendido na aquisição do terreno, construção e fiscalização da obra;
 - b. quota de remuneração do capital a que se refere a alínea anterior, na base de 3% ao anno sobre o capital a que se referem as alíneas anteriores;
 - c. quota de conservação da casa contra os efeitos do tempo, na base de 3% ao anno sobre o capital a que se referem as alíneas anteriores;
 - d. quota correspondente a um duodécimo dos impostos, taxas, inclusive seguros contra fogo e mais contribuições annuas devidos aos poderes públicos, federal, estadual e municipal e referente à casa ocupada;
- §19 O valor global da prestação mensal não deve exceder de 50% (cinquenta por cento) do vencimento ou salário do prestamista no momento da assignatura do contrato."(132)

O adquirente, ao pagar as prestações da casa, procurava amortizar sua dívida junto ao Instituto; através do sistema francês ou Tabela Price. Para que o leitor possa acompanhar como era feito o sistema de amortização da dívida referente aos empréstimos para a construção de casas, mostramos a tabela abaixo.

TABELA I

TABELA PARA AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS

C = 1.000\$000

i = 2/3%

N = 60 meses ou 5 anos

Meses decorridos	AMORTIZAÇÕES PAGAS	MENSALIDADES A PAGAR	TOTAL	ESTADO DA DÍVIDA
Nº	Soma	Amortização	Juros	
1	0	13\$610	6\$667	11.006\$667
2	1	13\$700	6\$577	992\$967
3	2	13\$792	6\$485	979\$165
4	3	13\$884	6\$393	965\$291
5	4	13\$976	6\$301	951\$315
6	5	14\$069	6\$208	937\$246
7	6	14\$163	6\$114	923\$083
8	7	14\$258	6\$019	908\$825
9	8	14\$353	5\$924	894\$472
10	9	14\$448	5\$829	880\$024
11	10	14\$545	5\$732	865\$479
12	11	14\$642	5\$635	850\$837
13	12	14\$739	5\$538	836\$098
14	13	14\$837	5\$439	821\$260
15	14	14\$937	5\$340	806\$323

Meses decorridos	AMORTIZAÇÕES		ESTADO DA DÍVIDA
Nº	PAGAS Soma	MENSALIDADES A PAGAR Amortização Juros	TOTAL
16	15 213\$954	15\$036 5\$241	20\$277 791\$287
17	16 228\$990	15\$136 5\$141	20\$277 776\$151
18	17 242\$126	15\$237 5\$040	20\$277 760\$914
19	18 259\$363	15\$338 4\$939	20\$277 745\$576
20	19 274\$701	15\$441 4\$836	20\$277 730\$135
21	20 290\$142	15\$544 4\$733	20\$277 714\$591
22	21 305\$686	15\$648 4\$629	20\$277 698\$943
23	22 321\$334	15\$752 4\$525	20\$277 683\$191
24	23 337\$086	15\$857 4\$420	20\$277 667\$334
25	24 352\$743	15\$963 4\$314	20\$277 651\$371
26	25 368\$906	16\$069 4\$208	20\$277 635\$302
27	26 384\$975	16\$176 4\$101	20\$277 619\$126
28	27 401\$151	16\$284 3\$993	20\$277 602\$842
29	28 417\$435	16\$393 3\$884	20\$277 586\$449
30	29 433\$828	16\$502 3\$775	20\$277 569\$947
31	30 450\$330	16\$612 3\$665	20\$277 553\$335
32	31 466\$942	16\$723 3\$554	20\$277 536\$612
33	32 483\$665	16\$834 3\$443	20\$277 519\$778
34	33 500\$499	16\$946 3\$331	20\$277 502\$832
35	34 517\$445	17\$059 3\$218	20\$277 485\$773
36	35 534\$000	17\$173 3\$104	20\$277 468\$610
37	36 551\$000	17\$288 2\$989	20\$277 451\$312

Meses decorridos	AMORTIZAÇÕES				ESTADO DA DÍVIDA
	PAGAS	MENSALIDADES A PAGAR	TOTAL		
Nº	Soma	Amortização	Juros		
38	568\$965	17\$403	2\$874	20\$277	433\$900
39	586\$368	17\$519	2\$758	20\$277	416\$390
40	603\$887	17\$636	2\$641	20\$277	398\$754
41	621\$523	17\$753	2\$524	20\$277	381\$001
42	639\$000	17\$872	2\$405	20\$277	363\$129
43	657\$148	17\$991	2\$286	20\$277	245\$138
44	675\$139	18\$111	2\$166	20\$277	327\$027
45	693\$250	18\$231	2\$046	20\$277	308\$796
46	711\$481	18\$353	1\$924	20\$277	290\$443
47	729\$834	18\$475	1\$802	20\$277	271\$968
48	748\$309	18\$598	1\$679	20\$277	253\$370
49	766\$907	18\$722	1\$555	20\$277	234\$648
50	785\$629	18\$847	1\$430	20\$277	215\$801
51	804\$476	18\$973	1\$304	20\$277	196\$828
52	823\$449	19\$099	1\$178	20\$277	177\$729
53	842\$548	19\$277	1\$050	20\$277	158\$502
54	861\$775	19\$335	922	20\$277	139\$147
55	881\$130	19\$484	793	20\$277	119\$663
56	900\$614	19\$614	663	20\$277	100\$049
57	920\$228	19\$745	532	20\$277	80\$304

"...os preços de carne e o do leite eram muito altos e o aumento de seu consumo pelo operariado era impossível, não sendo pois de estranhar que os conselhos dos cartazes de propagandas distribuídos pela direção dos departamentos de saúde pública fossem sistematicamente ignorados pela classe operária na capital do Estado." (135)

Quanto aos gastos com vestuários, condução, escolas e outras despesas, encontramos estes dados a partir de uma pesquisa feita pelo professor Horace B. Davis com 88 famílias em São Paulo no ano de 1935. (136). O Boletim do Ministério do Trabalho assim publicou neste ano o orçamento médio destas 88 famílias pesquisadas.

ORÇAMENTO MENSAL MÉDIO DE 88 FAMÍLIAS

Aluguel, água e luz	84\$000	22,3%
Gás, lenha e carvão	10\$400	2,8%
Alimentos e bebidas	179\$900	37,7%
Escola	\$600	0,2%
Compras a prestação	3\$000	0,8%
Refeições	9\$300	2,5%
Associações beneficentes	1\$200	0,3%
Outras associações	\$600	0,2%
Diversões	2\$900	0,8%
Fumo e despesas pessoais	6\$600	1,7%
Criação, animais de estimação	1\$400	0,4%
Outros	32\$100	10,3%
	376\$600	100,0%

In: EMILIE, volume 12, Rio de Janeiro, 1935, pp. 137-139.

A partir destes dados podemos agora fazer um estudo comparativo entre a quantia despendida com os aluguéis e a importância destinadas ao pagamento das prestações das "casas operárias".

Ainda justificamos que a diferença de um ano entre os dados aqui levantados não nos impedem de afirmar que os aluguéis eram nesta época inferiores a prestação da casa própria. Uma família ao receber 385\$000 réis (mensais), dificilmente poderia dar-se ao luxo de gastar com associações beneficentes, diversões, escolas e outros gastos. Os dados desta pesquisa indicam que a habitação em 1935 correspondia a 25% da renda familiar operária. Este fato implicam numa série de dificuldades que o operário deveria suportar para conseguir saldar as prestações das casas. (137)

Até 1937, os dados revelam uma variação nos salários, conforme a categoria do operário e da empresa. Por exemplo, o salário médio de um fundidor era de 13\$000 diários, enquanto que o de um serralheiro poderia ser de 12\$800. A desigualdade entre estes salários motivava os políticos a discutirem a fixação do salário mínimo. Constatamos que a habitação representava um item importante dos salários e, portanto, a possibilidade de retirar este item dos salários concretizava-se através de uma política habitacional (138). Com a aquisição dos financiamentos, os trabalhadores, no decorrer do tempo, poderiam amortizar as prestações das casas livrando-se definitivamente dos aluguéis.

Em 1940, mais uma pesquisa sobre o Padrão de Vida dos Operários foi realizada em São Paulo, desta vez sob a orientação do professor Oscar Egídio de Araújo, com a colaboração da Escola

livre de Sociologia e Política e da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura de São Paulo (139). Oscar Egídio ao analisar os dados fornecidos pelas pesquisas anteriores, "Davis" e "Lowrie", aponta-nos em seu trabalho mudanças nos gastos destinados à habitação, segundo ele, os gastos diminuíram de 25% para 12% para as pessoas que adquiriram e amortizaram as prestações (140). O sociólogo enfatiza que, geralmente, as casas são construídas em locais distantes desprovidas dos serviços de água e luz. Sendo assim, seus moradores podem reduzir um pouco mais as despesas com esses insumos.

Por outro lado, esta pesquisa indica melhoria nas condições de vida dos operários que conquistaram a casa própria em comparação com aqueles que ainda vivem atormentados pelo fantasma dos alugueis.

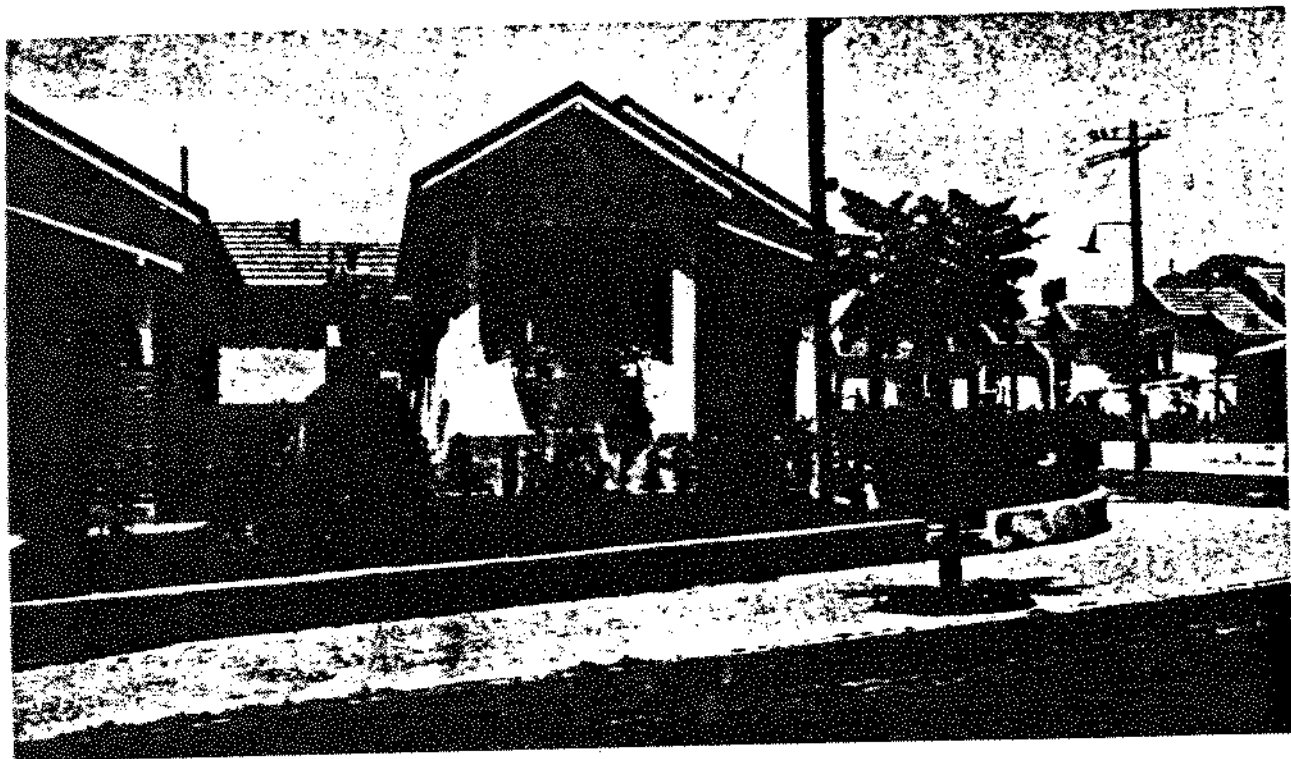
Em 1938, o engenheiro Rubens Porto, apresenta ao Ministro do Trabalho Waldemar Falcão um relatório com todas obras realizadas até o presente momento pelas Caixas de Aposentadoria e Pensão. Neste relatório, o engenheiro revela a presença de 487 casas construídas no valor de 12.134.505\$410, em construção 577 no valor de 11.850.902\$270 e, em estudo, 1556 com estimativa de 24.854.046\$000. (141)

Lembramos que a intensificação destes programas só irão ocorrer no momento posterior, quando estes regulamentos atingem a todos os empregadores industriais. No entanto, embora pequenos, os números já indicavam a importância deste tipo de empreendimento. Pinto Aguiar, em 1935, assim enumerou os benefícios de um programa habitacional para a população carente:

- "1º melhoria imediata das condições sanitárias das cidades e de suas populações;
 - 2º reformas de todos os prédios velhos, antigos pardieiros, pela concorrência;
 - 3º abaixamento no preço do aluguel das casas particulares;
 - 4º cidades transformadas em cidades modernas, cheias de vida e de alegrias;
 - 5º disseminação da pequena propriedade e luta indireta contra as tendências revolucionárias;
 - 6º melhoria das condições morais e econômicas dos lares pobres;
 - 7º consolidação do espírito de previdência pela constituição do bem de família;
 - 8º Elevação do "standard" da vida proletária;
 - 9º fomento da economia nacional pela intensificação da indústria de construção."
- (142)

Além de sintetizar os principais aspectos defendidos pelos técnicos e políticos nos programas habitacionais, Finto Aguiar revela um outro fator importante: a presença da "pequena propriedade" como instrumento de luta contra as tendências revolucionárias do operariado.

O próprio fato deste político apontar a tendência revolucionária dos operários, descerra mais uma outra questão em torno da problemática da moradia para a população nos anos 30. Com o intuito de entender tal questão, recorreremos ao discurso dos operários, para em seguida confrontá-los com os dos setores dominantes. Constatamos a partir deste confronto, que a questão para os operários não passava pelo lado técnico como vimos, há pouco, nos Anais do Primeiro Congresso de Habitação, nem tão pouco racional e linear como apresentaram os artigos dos Boletins do Ministério do Trabalho.



Caixa de Aposentadoria e Pensões da Light — Uma das noventa e quatro casas adquiridas — Local: Braz da Pina, Distrito Federal — Realizações: Construção da Companhia Brasileira de Terrenos. Custo da casa e terreno, 23.000\$000 (tipo maior); Época da compra, 1938

FONTE—PÔRTO, RUBENS. O PROBLEMA das CASAS OPERÁRIAS
e os INSTITUTOS e CAIXAS de PENSÕES, 1938.

Até agora vimos que os operários foram tratados pelos setores dominantes como indivíduos sem "cultura", portadores de todos "vícios" daí então a necessidade de intervenção em seus hábitos através da construção de moradias. No entanto, veremos aqui que ao contrário da ótica dominante, estes indivíduos "lutaram" no decorrer destes anos, pelo direito de conquistar um abrigo, ou então uma "casa higiênica", talvez até semelhante aquelas que foram planejadas pelos engenheiros e arquitetos no Congresso de Habitação em São Paulo.

NOTAS

(01) Francisco Prestes Maia foi prefeito de São Paulo (1938-1945), (1961-1965) foi o seu segundo mandato como prefeito desta cidade.

(02) Recomendamos a leitura dos seguintes autores: Badaró, Ricardo de Souza Campos "O Plano de Melhoramentos de Campinas (1934-1962), Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, USP, para a obtenção do título de "Mestre em Arquitetura", 1986, Ottoni, Dácio Araujo Benedicto - "São Paulo, Rio de Janeiro, Séculos XIX e XX. Aspectos de seus Espaços urbanos" (tese para doutoramento apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), 1972.

(03) Conforme o Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo, vol. XIV, janeiro de 1931, nº 67, foram inscritos, 227 pessoas no Congresso de Habitação em São Paulo.

(04) Doria, Henrique, Diário da Noite, 02/01/1931 in Annaes do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Publicação Oficial, 1931, p. 13.

(05) Magro, Bruno Simões, "Habitações Econômicas" in Annaes do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit., p. 59.

(06) O Estado de São Paulo, 24/05/1931.

(07) Ibid, Ibidem.

(08) O Estado de São Paulo, 19/06/1931.

(09) A "Geografia ratzeliana" é a ideologia do imperialismo alemão apoiado na "Teoria da Seleção Natural" de Darwin, coloca o homem em luta com o meio. Ver Moreira, Ruy, O que é geografia, São Paulo, Brasiliense, 1982.

(10) *"Visitando e examinando numerosas cidades populosas, tanto na ocasião das enquetes, observei como os hábitos morais, as condutas domésticas e o comportamento global dos pobres são influenciados pelo seu meio ambiente imediato, e melhor do que qualquer outra coisa, pelo conforto e desconforto..."*

Estas enquetes realizadas na Inglaterra no final do século XVIII, denunciaram as más condições de vida da população pobre e ao mesmo tempo prevenia a classe dominante, apontando as consequências causadas por esta situação. Veja estas questões in Béguin, François, "Les Machineries Anglaises du Confort", in *Recherches*, nº 29, Fontenay Sous Bois, 1978.

- (11) Mendonça, Marcelo Taylor Carneiro, "Casas Populares - Cidades Jardins" in Annuaire do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit., p. 141.
- (12) Ver Rago, Margareth, No Caharé ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar, 1890-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 192.
- (13) Choay, Françoise em O Urbanismo, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979, aponta-nos como precursores do urbanismo progressista os seguintes nomes: Tony Garnier, Georges Benoit-Lévy, Walter Gropius, Charles-Edward Jeanneret (Le Corbusier), Stanislaw Gustavovitch Strumilin.
- (14) Silva, Dr. Américo Pereira, "Tipo racional de Habitação" in Annuaire do Primeiro Congresso, op. cit., p. 150.
- (15) Ver, Silva, Lysandro Pereira, "Defeza da Municipalidade contra o arruamento clandestino para a especulação em terrenos" in Annuaire do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit., p. 87.
- (16) Magro, Bruno Simões, op. cit, p. 56.

- (17) Backheuser, Everardo, Habitacões Populares (Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906, p. 123.
- (18) Ibid, p. 23.
- (19) Magro, Bruno Simões, op. cit., p. 68.
- (20) Corbin, Alain, Saberes e Odores, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 223.
- (21) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 21.
- (22) Albuquerque, Alexandre, Congresso de Habitação in Revista Politécnica, São Paulo, março/abril, 1930, n^{os} 97-98, ano XVIII, p. 299.
- (23) Ibid, ibidem.
- (24) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 20.
- (25) Anaes do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit.
- (26) Costa, Flávio Baptista da e Gonçalves, Eduardo Mendes, "Os Códigos Estadual e Municipal de Obras em Face da Casa Econômica" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Prefei-

tura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, Ano VII, vol. LXXXII, 1942, p. 124.

(27) Freire, Victor da Silva, "Códigos Sanitários e Posturas Municipais sobre Habitações" in Boletim do Instituto de Engenharia, vol. 1, nº 3, fev. de 1918, p. 275.

(28) Ibid, ibidem.

(29) *"O penúltimo Congresso Internacional de Salubridade da Habitação (Dresde, 1911) que tão bem e minuciosamente estudou a mencionada fiscalização, consagrou em todos os pontos as práticas que aqui estamos sustentando"*, Freire, Victor, op. cit., p. 275.

(30) Costa, Flávio Baptista e Gonçalves, Eduardo Mendes, op. cit., p. 128.

(31) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 33.

(32) Albuquerque, Alexandre, op. cit., p. 299.

(33) Ibid, ibidem.

(34) Freire, Victor, op. cit., p. 248.

(35) Código de Obras "Arthur Saboya", São Paulo, Edições L&P Ltda, 1947, p. 76 "(Art. 1 - Fica aprovada a consolidação do Código de Obras "Arthur Saboya" (Lei nº 3.427, de 19 de novembro de 1929) abrangendo todas as disposições sobre construções, arruamentos, etc., constantes de Leis e Atos expedidos até a presente data, bem como as alterações e nova distribuição das matérias, tudo de acordo com o trabalho organizado pelos engenheiros Arthur Saboya e Sílvio Cabral de Noronha)".

(36) Albuquerque, Alexandre, Códigos Municipais de Obras in Anuário do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit., p. 284.

(37) Ibid, p. 288.

(38) Ibid, p. 285.

(39) Ibid, Ibidem.

(40) Fugulin, Atílio, "Tipificação Habitação Econômica. Lote Econômico. Código de Obras" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Prefeitura do Departamento de Cultura, Ano VII, vol. XXII, 1942, p. 195.

(41) Ibid.

(42) Ibid, Ibidem.

(43) Ibid, p. 196.

(44) Jannuzzi, Antonio. Esboço Histórico do Problema da Construção de Casas Populares na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tipog. do Jornal do Comércio, 1927, p. 188.

(45) Brotero, Frederico Abranches, "Sugestões para o melhor conhecimento das propriedades de nossas madeiras" in Annaes do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit., p. 275.

(46) Mello, Rubens. "Novos materiais de construção" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, Ano VII, vol. LXXXII, p. 161.

(47) Torres, Ary F., "A Primeira Reunião do Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola Polytechnica de São Paulo" in Revista do Instituto de Engenharia, São Paulo, vol. IX, números 43, dezembro 1928, p. 267. O mesmo engenheiro foi o responsável pela primeira reunião do Laboratório de Ensaio da Escola Politécnica de São Paulo.

(48) Ibid.

(49) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 31.

(50) Ibid, Ibidem.

- (51) Moraes, Dacio A. "O Congresso da Habitação, As Casas Econômicas e os materiais de construção", in Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo, vol. XIV, janeiro de 1931, nº 67, p. 116.
- (52) Torres, Ary F., op. cit., p. 267.
- (53) Ver a atuação do Instituto de Pesquisa tecnológica em Ferri, Mario Guimarães, Motoyama, Shozo. História das Ciências no Brasil, São Paulo, obra publicada com a colaboração da Universidade de São Paulo, 1979, p. 339.
- (54) Ibid, p. 340.
- (55) "As casas serão, na sua grande maioria, do tipo germinado com terreno próprio em um ou dois pavimentos, construídas em fileiras (uma laje de concreto correrá toda a fileira de extremo a extremo, simplificando e barateando a construção". Porto, Rubens, O Problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de Pensões, 1938, p. 55.
- (56) Romano, Romulo de Lemos, "Especificações para os cimentos, Balanço da nossa situação, Orientação a seguir para se obter uma Especificação Racional" in Anais do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit., pp. 237 a 264.

(57) "A primeira reunião (Laboratório de Ensaio da Escola Politécnica de São Paulo) teve lugar no dia 6 de dezembro último com o seguinte programma:

1ª Material do Viaducto do Chá - Resultados dos ensaios feitos com duas peças deste viaducto - Dr. Ary Frederico Torres.

2ª Observações sobre a escolha de typos de secções para aqueductos em concreto armado - Dr. Theodoro Augusto Ramos", in Torres, Ary F., op. cit., p. 263.

(58) Pereira, Armando de Arruda, "Estudo Comparativo das dimensões dos tijolos communs de São Paulo com as de outros países, Simplificação do tijolo entre nós in Annaes do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit., p. 221.

(59) Revista do IDOREI (órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho), São Paulo, julho de 1932, Brasil, p. 22.

(60) Doria, Henrique, op. cit., p. 53.

(61) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 43.

(62) Mendonça, Marcelo Taylor Carneiro de, op. cit., p. 144.

(63) Gregori Warchavchik escreve um artigo para a Revista Forma da Arquitetura, Engenharia e Artes Elástica, no ano de 1930, enfatizando a importância da arquitetura moderna. Ser-

gundo este arquiteto, chegou o momento de criar, de abandonar os estilos passados, ou seja, os Góticos, Renascença, Luízes Quinzes e outros. Ver Revista Forma e Arquitetura, Engenharia e Artes Plásticas, números 2 e 3, outubro/novembro, 1930, p. 9.

(64) O Estado de São Paulo, 28 de maio de 1931.

(65) Neves, Christiano Stockler das. "O Comunismo Architectonico - vaticínios de Keyserling para o Brasil", in Architectura e Construções, vol. 2, nº 13, São Paulo, 1930, p. 5.

(66) Pereira, Paulo Cesar Xavier, "Espaço, Técnica e Construção" (Dissertação apresentada à área de Ciência Política para obtenção do título de Mestre), USP, 1984, p. 253.

(67) Ibid, Ibidem.

(68) Ibid, p. 354.

(69) Ibid, p. 285.

(70) Ver Revista do Arquivo Municipal, especialmente, "Jornada da Habitação Econômica", São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo, ano VII, vol. LXXXII, 1942.

(71) Leyser, Erich, "Métodos para Baratear as Habitações e os aluguéis" in Revista do Arquivo Municipal, Jornada de Habitação Econômica, op. cit., p. 75. é sabido que foi em 1880, que o inglês Frederick Winslow Taylor elaborou os princípios fundamentais de organização e controle do conhecimento do trabalho. Assim como na fábrica estes princípios do taylorismo deveriam ser aplicados na construção civil.

(72) Ibid, p. 80.

(73) Ibid, Ibidem.

(74) Ibid, p. 81.

(75) Ibid, Ibidem.

(76) Rago, Luzia Margareth e Moreira, Eduardo F.P., O que é Taylorismo, São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 13.

(77) No início do desenvolvimento fabril encontramos trabalhadores que executavam várias funções: "...os artesões das aldeias as vezes eram os carpinteiros, os mineiros de estanho também participavam da pesca e os mineiros do norte eram também pequenos agricultores". (Thompson, Edward, Tradição, Revolta e Consciência de Classe, Barcelona, Grijalbo, 1979, p. 259.

A multiplicidade de experiências vividas por estes trabalhadores passava a ser o alvo das estratégias disciplinares implantadas através dos sistemas de fábrica.

Teoria e prática, concepção e execução estavam tornando-se cada vez mais distante no processo fabril de produção. Neste processo, "o tempo de trabalho do homem parece não ter mais fim..." A atividade de produzir se completa na obra pronta, a atividade de produzir tornou-se infundável, só é interrompida para o repouso necessário a reposição das energias gastas no processo de consumo dessa particular mercadoria, "a força de trabalho" (Bresciani, Maria Stella Martins, "O homem tornou-se um exilado neste mundo mecânico", texto apresentado ao encontro FINEP-UNICAMP, agosto de 1983, p. 34), mimeo.

Ver ainda: Castoriadis, Cornelius, As Encruzilhadas do Labirinto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 e Harry, Braverman, Trabalho e Capital Monopolista (A Degradação do Trabalho no Século XX), Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

Pereira, Paulo Cesar Xavier, op. cit.

(78) Kowarick, Lucio, Escravos, párias e proletários. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981.

(79) Pereira, Paulo Cesar Xavier, op. cit., p. 287.

(80) "Ao iniciar os anos vinte, quando o número de construções tomava rumo ascendente, os operários da construção eram ainda privilegiados em comparação com os outros segmentos operários. Nessas anos decisivos para a proletarização passava-se da subordinação formal à real do trabalhador: a organização de empresas impunha aos operários da construção perdas nas negociações dos contratos de trabalho." Ibid, p. 296.

Efetivamente, o taylorismo contribuiu para o controle do trabalhador nas empresas capitalistas. A questão da racionalidade do estudo cronometrado das atividades dos movimentos corporais e da organização espacial da empresa, contribuíram para que o trabalhador, perdesse todo o conhecimento detido sobre a produção. No entanto, importa aqui destacar que a "ciência do trabalho" aplicada por Taylor nas empresas recebeu a contribuição de outras "ciências", tal como a medicina, a sociologia e principalmente, a arquitetura e a engenharia.

(81) Griffine, Eurico, Costruzioni razionali della casa, Milano, s.d.

Lino, Raul, A Nossa Casa - Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples, Lisboa, Typ. Anuario Commercial, s.d.

Casali, F., Modelos de Edificios Económicos: Casas Baratas, Villas e Granias, Barcelona, Gilli, MCMXVIII

Sanioná, Giuseppe, La Casa Popolare, Napole, Edit. Politécnica, s.d.

Schiavi, Alessandro, Le case buon Mercato e la Città Giardino, Bologna, Zanichelle, 1911.

Waugh, Alice, Planning the Little House, New York, London, McGraw-Hill Book Company, 1934-1939.

Moia, José Luis, Como deve Enxetarse una Vivenda, Ediciones Windsor, 1934.

Lorenze, Ermete, Evolucion de la Vivenda - mi Casita, Editorial Construcciones, 1940.

(82) Comte, Augusto, Système de Politique Positive, vol. 4, p. 294.

(83) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 16.

(84) Magro, Bruno Simões, op. cit., p. 59.

(85) Ibid, Ibidem.

(86) Mendonca, Marcelo Taylor Carneiro de, op. cit., p. 143.

(87) Magro, Bruno Simões, op. cit., p. 57.

(88) Donzelot, Jacques, A Política das Famílias, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977.

(89) Ibid, p. 42.

(90) Ibid, Ibidem.

(91) Backheuser, Everardo, op. cit., p. 17.

(92) Rolnik, Raquel, "Cada um no seu lugar! (São Paulo, início da industrialização: Geografia do Poder)", Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, s.d., p. 52.

(93) Mendonça, Marcelo Taylor Carneiro de, op. cit., p. 142.

(94) Magro, Bruno Simões, op. cit., p. 65.

(95) Griffini, Eurico, op. cit., *"L'arredamento é studiato con tipi di mobili di serie unificati nelle misere costruttive secondo le dimensioni correnti dei legnami e i moduli richiesti dalla funzione nella casa del mobilio stesso. Presentano le seguenti caratteristiche semplicità delle forme; unificazione delle dimensioni in relazione alla destinazione funzionale e ai sistemi di costruzione di ogni singolo mobile; impiego di legnam varie e naturali."*, p. 81.

(96) Fortier, Bruno, citado por Corbin, Alain, op. cit., p. 133.

(97) Magro, Bruno Simões, op. cit., p. 65.

(98) O próprio engenheiro Bruno Simões Magro, op. cit., p. 66, reconhece a dificuldade do mobiliário fixo para as habitações econômicas no Brasil. Conforme este engenheiro "A adoção de *tipos semelhantes de origem estrangeira só com reservas poderá ser aceita, pois, exige trabalho de adaptação às condições de vida de nosso povo. É preciso também não esquecer a grande variedade de insectos que flagelam nosso ambiente domiciliar, praga cujo combate é facilitado pela ausência de recantos e arestas recitrantes.*"

(99) In Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, "Vila Operaria Waldemar Falcão", Rio de Janeiro, nº 51, novembro, 1938, p. 359.

(100) Doria, Henrique, op. cit., citado por Rago, Margareth, op. cit., p. 192.

(101) Doria, Henrique, op. cit., p. 52.

(102) Horace, Davis, "Padrão de Vida dos Operários da Limpeza na cidade de São Paulo", in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1935, nº 13, pp. 113-166.

- (103) Samuel, H. Lowrie, "Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo", in Revista do Arquivo Municipal, nº 51, 1938, pp. 183-304.
- (104) In Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Departamento de Estatística e Publicidade, Rio de Janeiro, ano IV, nº 47, julho de 1938, pp. 256/272 (A.E.)
- (105) Figueiredo, Paulo Poppe de, "Casas para Operários", in Boletim do Ministério do Trabalho, Rio de Janeiro, Ano II, nº 14, outubro de 1935, p. 247.
- (106) Ferreira, Francisco de Paula, "A Habitação e a Moral", Jornada de Habitação Econômica, in Revista do Arquivo Municipal, op. cit., p. 173.
- (107) Sinissgali, Aldo H.F., "A Habitação como Fator da Delinquência", Jornada da Habitação Econômica, in Revista do Arquivo Municipal, op. cit., p. 167.
- (108) Corrêa, Geraldo Gomes, "A Habitação e a Delinquência Infantil", Jornada de Habitação Econômica, in Revista do Arquivo Municipal, op. cit., p. 215.
- (109) Porto, Rubens, op. cit., p. 33.

(110) Ibid.

(111) Ibid, p. 45, 46.

(112) Ver Aguiar, Pinto de, "A pequena propriedade urbana" in Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, Ano II, nº 16, dezembro de 1935, p. 260-272.

(113) Anaes do Primeiro Congresso de Habitação, op. cit.

(114) Araujo, Jaime, "As Construções nas Caixas de Aposentadoria e Pensões" in Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, Ano III, nº 26, outubro de 1936, pp. 265-271.

(115) Ibid, Ibidem.

(116) Muitos autores, entre eles, o arquiteto Nabil Bonduki em seu artigo Habitação Popular: "Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo" in Repensando a Habitação no Brasil, Debates Urbanos, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 145, considera a década de 30 como um momento de transição nos assuntos concernentes a construção de moradia para a população carente. Conforme Bonduki, foi no ano de 1937 que se deu a primeira intervenção estatal no setor de habitação popular. No entanto, já anunciamos aqui o decreto nº 21.326 no ano de 1932 que aprova o regulamento para

a aquisição e construção de casas pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Outros autores enfatizam a década de 40 e assim acompanham a participação do Estado através da criação da Fundação da Casa Popular. (Melo, Marcus André Barreto Campelo de, "Política de Habitação e Populismo: o caso da Fundação da Casa Popular, 1945-1964", Texto para Discussão, Nova Série 1, 1988), mimeo.

(117) Recomendamos a leitura de Farah, Marta Ferreira Santos, "Estado, previdência Social e Habitação", Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.

(118) In Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, nº 56, Ano V, 1938, pp. 221/232.

(119) In Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, nº 96, Ano III, 1942, pp. 47-50
"Decreto-Lei nº 4.588, de 23 de julho de 1942(**) *Dispõe sobre financiamento de construções de conjuntos residenciais operários pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários*".

(120) "Casas para Empregados e Operários Syndicalizados em São Paulo" in Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, nº 27, novembro de 1936, pp. 391-396, Projecto de Lei nº 117 de 1936, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

"Art. 1º. As casas somente poderão ser adquiridas por operários ou empregados syndicalizados de 21 a 55 anos de idade, e destinados exclusivamente para residencia própria".

(121) In Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, Departamento de Estatística e Publicidade, Rio de Janeiro, Ano III, nº 36, agosto de 1937, pp. 73/84 (AE).

(122) In Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, nº 36, pp. 52-62.

(123) "Casas para Empregados e Operários Syndicalizados em São Paulo" in Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, op. cit.

(124) Lenharo, Alcir, Sacralização da Política, Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 1986, p. 25.

(125) De Decca, Edgar, O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 107.

(126) Ibid, Ibidem.

(127) Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, São Paulo, 1932/1934, p. 56.

(128) Consultar o Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, nº 36, 1937, pp. 402-404.

(129) Farah, Marta Ferreira dos Santos, op. cit., p. 75.

(130) "Art. 1º. Fica o Governo do Estado autorizado:

a) Construir 10.000 (dez mil) casas para empregados e operários sindicalizados nos terrenos de suas propriedades, em bairros diversos, com preferência nos do Braz, Belém, Bom Retiro, Bosque da Saúde, Canindé, Lapa, Madua, Penha, Sant'Anna e Ypiranga em grupos de 1.000 (mil) casas para cada bairro sob as condições estabelecidas nesta lei", in Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, nº 27, novembro de 1936, pp. 391-396.

(131) Ibid, Ibidem (grifos meus).

(132) In Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, Ano III, nº 32, abril de 1937, pp. 41-89.

(133) In Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, nº 32, 1937, pp. 41-89.

Amortização no final de 60 meses - 1000\$000

juros 216\$620

total 1:216\$620

Observação: Neste mesmo ano encontramos outras tabelas de 120 à 180 meses com juros maiores.

(134) Davis, Horace, op. cit., p. 146.

(135) Paula Souza, Ulhoa Cintra e Carvalho, in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, pp. 154-156.

(136) Escola Livre de Sociologia e Política, "Padrão de vida dos Operários da cidade de São Paulo", in Revista do Arquivo Municipal, vol. XIII, p. 114.

(137) Recomendamos o trabalho da historiadora Decca, Maria Auxiliadora Guzzo, A Vida Fora das Fábricas, Cotidiano Operário em São Paulo, 1920-1934, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

(138) "São Paulo, como centro industrial mais importante do país e, com maior proporção de operários, sentiria mais agudamente os efeitos do 'industrialismo e do urbanismo', causas principais de uma urgente legislação sobre os salá-

rios. O governo municipal contribuiria nesse sentido: 1. pelo estudo e determinação do custo de vida nas 'classes baixas'; 2. pelo exemplo, fixando ele próprio o salário mínimo de seus funcionários, de acordo com os fatos observados nas pesquisas municipais; 3. pela elaboração e manutenção de índices de preços e de padrão de vida, de forma a constituírem bases permanentes ao estabelecimento racional e objetivo do salário mínimo." Salário Mínimo (noticiário) in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura, 1937, nº 32, p. 118, citado por Decca, Maria Auxiliadora Guzzo, op. cit., p. 54.

(139) Araújo, Oscar Egídio de, "Uma Pesquisa de Padrão de Vida" in Revista do Arquivo Municipal, Departamento de Cultura, São Paulo, 1941.

(140) Ibid, p. 120.

(141) In Boletim do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, nº 56, ano V, 1938, pp. 221-232.

(142) Aguiar, Pinto, "A pequena propriedade urbana", op. cit., p. 260.

QUARTO CAPÍTULO

"O DIREITO DE HABITAR"

"Quando um homem pôde vir a ser a ser dono do tecto sob que se abriga, e aos seus, fica sob a acção do melhor dos incentivos para tornar-se economico e providente, para interessar-se pelos seus deveres de cidadão, para intervir beneficemente no governo da terra em que fixou residência. A democracia não foi pregada para paizes habitados por moradores de cortiços, nem poderá manter-se n'um meio d'essa ordem."

Robert Forrest

"Não somos cidadãos,
com direito à supervivência,
não somos senhores do
nosso lar: quaes filhos expieiros
somos os famintos, os maltrapílos
os inquilinos, prestes
a sermos atirados à rua
por uma ordem de despejo..."

A Obra, 1920

1. OS OPERÁRIOS E A MORADIA

"Casas, Casas, Casas, queremos as casas que nós construímos queremos a liberdade, queremos a Justiça, queremos a igualdade!"

A Plebe, 30/10/1919

Enquanto os técnicos e políticos equacionavam uma fórmula, capaz de viabilizar a construção de Habitações Econômicas, os operários lutavam de outra maneira por melhores condições de moradia. No entanto, em nenhum momento dos discursos proferidos pelos setores dominantes encontramos presente a fala dos operários sobre os problemas da cidade.

No discurso linear e racional dos técnicos, as iniciativas ficavam sempre por conta dos poderes públicos ou privados. Para os operários, "pobres seres inferiores" e sem "cultura" restava a função de serem primeiramente educados para depois exercerem o direito de cidadania.

Antes dos técnicos realizarem suas pesquisas como forma de qualificar o baixo padrão de vida dos operários, em São Paulo, estes já haviam se cansado de reivindicar o direito a melhores condições de vida na cidade.

Ao denunciar a má qualidade das moradias dos trabalhadores, a imprensa operária aproximava-se dos discursos higienicos e moralizantes dos setores dominantes:

"Relativamente aos aluguéis das habitações, onde a população, em indecente promiscuidade se acotovela respirando todos os detritos só triplicam de custo. Fácil é, portanto, calcular o déficit no orçamento da receita e da despesa de cada cidadão, ou de cada família..."(1)

Na década de 20, o Brás, a Moóca, o Bom Retiro, Belém Belenzinho, Pari, Barra Funda, Água Branca, Cambuci, Ipiranga, Penha e Pinheiros, configuravam os principais bairros operários em São Paulo.(2) Nestes bairros, ao lado dos operários, habitavam outras categorias de trabalhadores, entre eles, os vendedores de leite de vaca e cabra, de lenha, de castanha, batata-doce, vassouras, amendoins, os tripeiros, pizzaiolo, alfaiates, amoladores de faca, pipoqueiros, jornaleiros, compradores de ferro velho, garrafas, sacos vazios, chumbo, metal e cobre.(3)

Muitos desses vendedores ambulantes eram italianos, portugueses e turcos. "Quem percorresse as ruas centrais e bairros como o Brás, Moóca, Bom Retiro, Barra Funda e Bexiga, notaria a presença não apenas no seu linguajar, como também no tipo físico e alguns costumes, tais como uso de cachimbo, bigodes à Humberto I, boné de pano, etc., e tinha muitas vezes a impressão de estar em algum lugar da própria Itália."(4)



FONTE: in Coleções NOSSO SÉCULO, Editôra Abril Cultural, 1985.

Com os operários e os vendedores ambulantes viviam também os comerciantes, isto é, os donos de cantinas, padarias, sapatarias e chapelarias.(5) Alguns comerciantes moravam com suas famílias em sobrados cuja parte térrea era utilizada para fins comerciais, tais como, padaria, armazéns e lojas. A parte superior, eram utilizadas como moradia para a própria família.

Contudo, não eram os comerciantes a categoria que mais sofria com os altos aluguéis, dado que, muitos destes comerciantes conseguiram comprar suas casas logo no início da formação dos bairros. O Brás foi um dos bairros populares que atraía vários imigrantes pela facilidade de transportes, pelas oportunidades de trabalho e sobretudo, pelo baixo preço dos terrenos, considerados insalubres devido às inundações.(6)

Todavia, por serem bairros novos, não estavam isentos dos porões e cortiços. No Bexiga até as décadas de 30 e 40, as famílias usavam o mesmo pátio, compartilhavam do mesmo vaso sanitário, a alimentação era feita nos seus próprios aposentos.(7) Muitos cortiços possuíam

"...um corredor central para onde se abriam as portas e janelas dos quartos, que se alinhavam de ambos os lados."(8)

Ao relatar as condições insalubres dos cortiços, seus moradores não esqueciam de enfatizar a existência de redes de solidariedade como forma de suportar a miséria em que viviam.

"Naquele tempo, o Bexiga já era o bairro dos cortiços. Num dos quartos dormíamos os seis irmãos, era apertado,

havia ratos e baratas, mas não sentíamos a miséria, éramos no bairro uma grande família, onde todos se ajudavam."(9)

O abuso dos proprietários na cobrança de altos aluguéis são denúncias frequentes nos relatos que encontramos dos moradores dos cortiços. A Revista Parafuso em 1919, publicou vários artigos denunciando a falta de moradia, os valores dos aluguéis e a prepotência dos proprietários. Esta é a denúncia de um morador desconsolado com uma cena de despejo:

"Factos idênticos a esse reproduzem-se constantemente em São Paulo. Não há muito tempo vimos ser despejados de um sobrado da rua 25 de março pertencente ao Sr. Matarazzo diversas famílias em commodos acanhadíssimos e em péssimas condições higiênicas, sendo seus miseráveis trastes jogados impiadosamente à rua debaixo da chuva."(10)

Estes relatos feitos pelos operários apontavam outras imagens, diferentes daquelas que foram criadas pelos setores dominantes. Os operários desde o início do século lutavam por melhores condições de vida, e entre estas lutas, encontrava-se presente a questão da moradia.(11)

Em 1917 ocorre uma greve com a participação e o envolvimento de muitos trabalhadores das grandes fábricas de São Paulo.(12) Contando com uma extensa plataforma de luta, estes trabalhadores reivindicam no decorrer da greve, as questões relativas ao trabalho e ao custo de vida. Entre as reivindicações encontramos algumas destinadas exclusivamente à questão da moradia. O jornal A Eleite de 21-7-1917, assim se pronunciou sobre o

assunto:

"que os aluguéis das casas, até 100\$000 fossem reduzidos de 30%, não sendo executados nem despejados por falta de pagamento os inquilinos das casas cujos proprietários se opusessem àquela redução."(13)

Diante de tais reivindicações, podemos entender o que elas representavam para os setores favorecidos da sociedade. A cidade neste momento configurava o palco da história das lutas sociais. As novas relações de trabalho, as chaminés das fábricas e as habitações operárias compunham o cenário e o enredo das revoltas populares no espaço urbano.

Os operários reivindicavam um espaço de moradia na cidade, enquanto os técnicos e políticos defendiam a construção de habitações econômicas como forma de intervir nos hábitos e nos valores da população trabalhadora. Assim, as diferentes camadas da sociedade tomaram posição relativa a questão da moradia em discursos técnicos, políticos e empresariais ou operários. Em determinados momentos, estes discursos convergiram ou divergiram no tocante a solução dos problemas habitacionais. Todavia, não podemos negar que todos estes setores estavam naquele momento empenhados em resolver o problema da moradia.

Sobre as questões que envolviam os problemas dos aluguéis, acompanhamos a atuação da Liga dos Inquilinos formada em 1920 em São Paulo.

1.1 - A LIGA DOS INQUILINOS

As Ligas dos Inquilinos foram formadas pelos anarquistas em 1907 e revigoradas em 1912 e 1920. Estas ligas procuravam reunir todos os inquilinos independentemente da nacionalidade, religião e partido. (14)

O jornal A Plebe de 19/07/1919 assim noticia os primeiros sinais de agitação dos inquilinos:

"Os proprietários de casas de aluguel, não se deixando ficar atrás os açambarcadores e monopolistas, estão também cravando as unhas no lombo dos inquilinos.

Segundo nos declaram os operários Primo Turci, Antonio Tesimal, Alfredo Hatje e João Gil, moradores à rua Teixeira de Freitas (Villa), o seu senhorio José Soares Almeida aumentou-lhes agora mais 5\$000 participando-lhes esse aumento numa circular que nos exibiam.

Protestar contra essa torpe exploração é mero platonismo. O melhor e mais prático é as vítimas procurarem entender-se entre si e fazerem a agitação dos inquilinos...." (15)

A questão da moradia, que desde a greve de 1917 encontrava-se entre os itens de reivindicação dos movimentos grevistas, reaparece em julho de 1920 com a formação da Liga dos Inquilinos.

"Desta vez a campanha é lançada pelo jornal "O Combate", o mesmo que se lançara na campanha pelos 'bondes de 100 reis'". (16)

A Liga dos Inquilinos propõe por um basta aos aumentos de alugueis. Para tanto, faz um apêlo para que como estratégia de luta todos os inquilinos se neguem a pagar os alugueis despropositados.

"Não alugam casa sem fiança, sem contrato, sem todas as garantias. Não há maneiras de quererem fazer qualquer concerto ou limpeza.

E depois que pilham o inquilino dentro é cada mez novo augmento com o recado que se não está bem é favor mudar.

Ora, isto é um abuso é uma indignidade. Não é possível mudar cada mez ou cada semana de casa. Além de que não há para onde mudar."(17)

O movimento dos Inquilinos vai tomando força e organiza quatro reuniões para o dia 12 de agosto nos seguintes locais:

No salão Gil Vicente (Avenida Rangel Pestana), 263, sobrado) às 8 horas da manhã;

No salão da Avenida Celso Garcia, 408, às 12,30 horas;

No salão da Rua Borges de Figueiredo, 37, Moóca às 12,30h;

No salão do Centro Republicano Português, à Rua Marechal Deodoro, 2 (sobrado) às 2 horas da tarde."(18)

É importante observar as diferenças entre os discursos dos técnicos e os dos operários. Estes últimos lutaram por melhores condições de moradia, a partir dos problemas vividos em seu dia a dia. Os "jornais" anarquistas, entre eles, A Plebe, ao retratarem a situação deprimente da população pobre, procuravam ao mesmo tempo convencê-los da importância da mobilização operária, contra as ordens de despejo e os altos alugueis. Por outro

lado, os técnicos, ao tratarem da falta de moradia para a população pobre, precisariam primeiro construir o problema para depois propor soluções adequadas.

Um bom exemplo deste tipo de procedimento é, a pesquisa sobre o Padrão de Vida dos operários em São Paulo, feita no ano de 1940 por Oscar Egídio de Araújo na qual criava-se a questão da alta mobilidade das famílias operárias nas casas onde moravam:

"Considerando-se as informações recebidas, sem especificar a qualidade da residência - se atual, última ou penúltima - obteríamos um total de 33% observações, assim distribuídas em porcentagens, de conformidade com o tempo de permanência, em anos:

<i>Menos de 1 ano</i>	<i>36,0%</i>
<i>1 ano</i>	<i>21,7%</i>
<i>2 anos</i>	<i>15,8%</i>
<i>3 anos</i>	<i>6,5%</i>
<i>4 anos</i>	<i>6,5%</i>
<i>5 anos</i>	<i>6,5%</i>
<i>6 anos</i>	<i>3,0%</i>
<i>7 anos</i>	<i>2,4%</i>
<i>8 anos</i>	<i>0,9%</i>
<i>9 anos</i>	<i>1,2%</i>
<i>10 anos</i>	<i>5,1%</i>

(Araújo, Oscar Egídio, Uma Pesquisa de Padrão de Vida in Revista do Arquivo Municipal, Departamento de Cultura, São Paulo, 1941, p. 124).

Como vemos estes números indicam a intensidade de mudanças, sendo grande a quantidade de famílias que paravam em uma habitação menos de um ano. (20) A mesma pesquisa atribue a mobilidade residencial dos operários, na década de 30 em São Paulo, à falta de contratos, à quase inexistência de mobiliário, ao salário baixo e a outros fatores, tais como, verem-se livres dos credores - vendeiros, quitandeiros ou açougueiros." (21)

De outro modo, os jornais operários denunciavam os sofrimentos dos inquilinos e responsabilizavam a propriedade privada pelos abusos do aluguel.

"...A propriedade é um roubo astucioso, impunemente praticado sob a protecção do Estado, que é seu ponto de apoio, sua cabeça. A propriedade, ou seja, a riqueza, patrimônio social, detido nas mãos de um ou de poucos, representa a penúria de muitos a indignação da maioria absoluta." (22)

A organização e a ação dos inquilinos contra a ganância dos "senhorios" é o caminho adequado para refrear a condenável situação da miséria dos trabalhadores. Com estas palavras, a Liga dos Inquilinos conseguiu mobilizar para a assembleia de 14 de agosto de 1920, mais de 3.000 pessoas.

"Dentre as diversas matérias da ordem do dia, discutiu-se e ficou determinada a criação de comissão em todos os bairros da capital..." (23)

Durante as Assembleias, os organizadores lembravam os inquilinos das experiências realizadas no início do século na

capital Argentina, onde 7.000 famílias organizaram-se para obter uma redução de 30% nos aluguéis.

A ação da Liga se estende por meio de comícios nos bairros operários e nestes locais se formam os subcomitês. Neste momento, a Liga dos Inquilinos passa a ser considerada pelos órgãos de repressão como um movimento de operários militantes e sindicalistas.

"Cria-se uma oposição à Liga apoiada no fato de que entre seus membros estão 'militantes operários'. Isto não é negado, ao contrário, se reafirma que tais elementos visam à 'organização das classes operárias de acordo com os princípios sindicalistas'"(24)

Ao analisar o desempenho da Liga de Inquilinos de 1920, Eva Blay aponta-nos as dificuldades encontradas pelos seus organizadores para articular uma proposta mais ampla em torno do problema dos aluguéis. A ação da Liga restringia-se exclusivamente à mobilização popular, organizada com o único fim de por limite às pressões exercidas pelos proprietários das moradias. (25)

No entender de Blay, este fato está vinculado com a "ideologia anarquista" que nos discursos mobiliza o operariado contra a instituição da propriedade privada.

"Neste sentido a ideologia anarquista dirige uma ação que limita os níveis de exploração e não coloca possibilidade de estender aos operários a propriedade privada da casa. No entanto, não seria justamente este o interesse do operário de então?" (26)

Outros pesquisadores manifestaram suas inquietações com relação a ausência de um projeto habitacional, apresentado pelo conjunto dos trabalhadores no decorrer dos anos 20. A historiadora Margareth Rago enfatiza a ausência por parte dos anarquistas de um projeto de moradia popular. O que não exclui, segundo ela, a existência de projeções libertárias sobre a cidade do futuro. (27) De outro modo, Raquel Rolnik, conclui que a ausência de uma política habitacional, formulada a partir do conjunto dos trabalhadores, criou brechas para a disseminação do discurso da casa própria feita pelos setores dominantes a partir de 1930. (28)

Todavia, a ausência de um projeto de política habitacional, acrescido dos discursos anarquistas contra a propriedade privada, não significa que todos os trabalhadores deixassem de reivindicar a existência de um programa habitacional encampado pelo Estado no decorrer dos anos 20. Ainda nesse mesmo ano, a Revista O Parafuso, convoca numa reunião os operários para formarem uma outra Liga de Inquilinos. Tal como a Liga dos Anarquistas, esta outra denunciava com todo rigor a ganância dos proprietários, e por outro lado, salientava a importância da organização operária frente ao problema dos aluguéis e das ordens de despejos. Entretanto, diferentemente da Liga dos Anarquistas, tinha suas propostas de moradia.

"Esta Liga propõe que"... além do trabalho de resistência, deverá agir no sentido de obter do governo a construção de alguns milhares de casas modestas que serão vendidas por preços equitativos, em prestações mensais incluídas nos aluguéis". (29)

A existência de uma Liga de Inquilinos com plataforma de luta, assim como esta que acabamos de mencionar, permite responder algumas indagações com relação à opinião dos trabalhadores sobre a questão da moradia. Além disso, através das pegadas da historiadora Michelle Perrot em seu artigo "Os operários, a moradia e a cidade no século XIX" (30) procuramos entender a adesão dos operários aos programas de habitação implantados pelo Estado a partir de 1930 na cidade de São Paulo.

Neste artigo a historiadora francesa, discute as alterações dos operários na maneira de conceber a cidade e a moradia no século XIX em Paris. Na sua opinião:

"Os operários reivindicam menos o direito à moradia do que o direito à cidade, "espaço para viver". Eles aceitam as condições habitacionais, principalmente a densidade populacional, que assombram os observadores externos, filantropos e higienistas. A campanha contra os cortiços, vigorosa principalmente no último terço do século XIX, não é de origem operária."(31)

Para finalizar, a autora revela a importância das transformações no espaço urbano e no processo de valorização da casa.

"A reivindicação popular e operária é progressivamente forçada a se espacializar. O povo se volta sobre os seus espaços próprios, abertos ou fechados, coletivos ou privados. As Bolsas de Trabalho, substituindo os 'locais de greve' declinantes, os estádios, os espaços verdes, ao longo dos tempos que mudam, passam a ser desejados pelos operários. Enquanto a distância sempre

maior entre local de trabalho e domicílio, destruidora dos bairros, leva à valorização do 'lar'."(32)

A partir das pistas indicadas acima, vamos agora acompanhar as alterações nas concepções de cidade e de moradia do trabalhador nos anos 20 e 30 na cidade de São Paulo.

1.2 - A CIDADE E A MORADIA

*"Quando vim da minha terra,
Cheguei roto e remendado
Cuidava a comer queijo podre
Lá pelas bandas do mercado"
(Jacob Penteado, Belenzinho, 1910)*

Assim como os técnicos, os operários viviam denunciando os problemas urbanos. A falta de transporte, a ausência dos serviços de saneamento e limpeza das ruas, tornaram-se motivos de revolta para os moradores dos bairros operários. O descaso da prefeitura pelas ruas da capital, assim aparece em um artigo escrito por um morador na Revista Parafuso no ano de 1919:

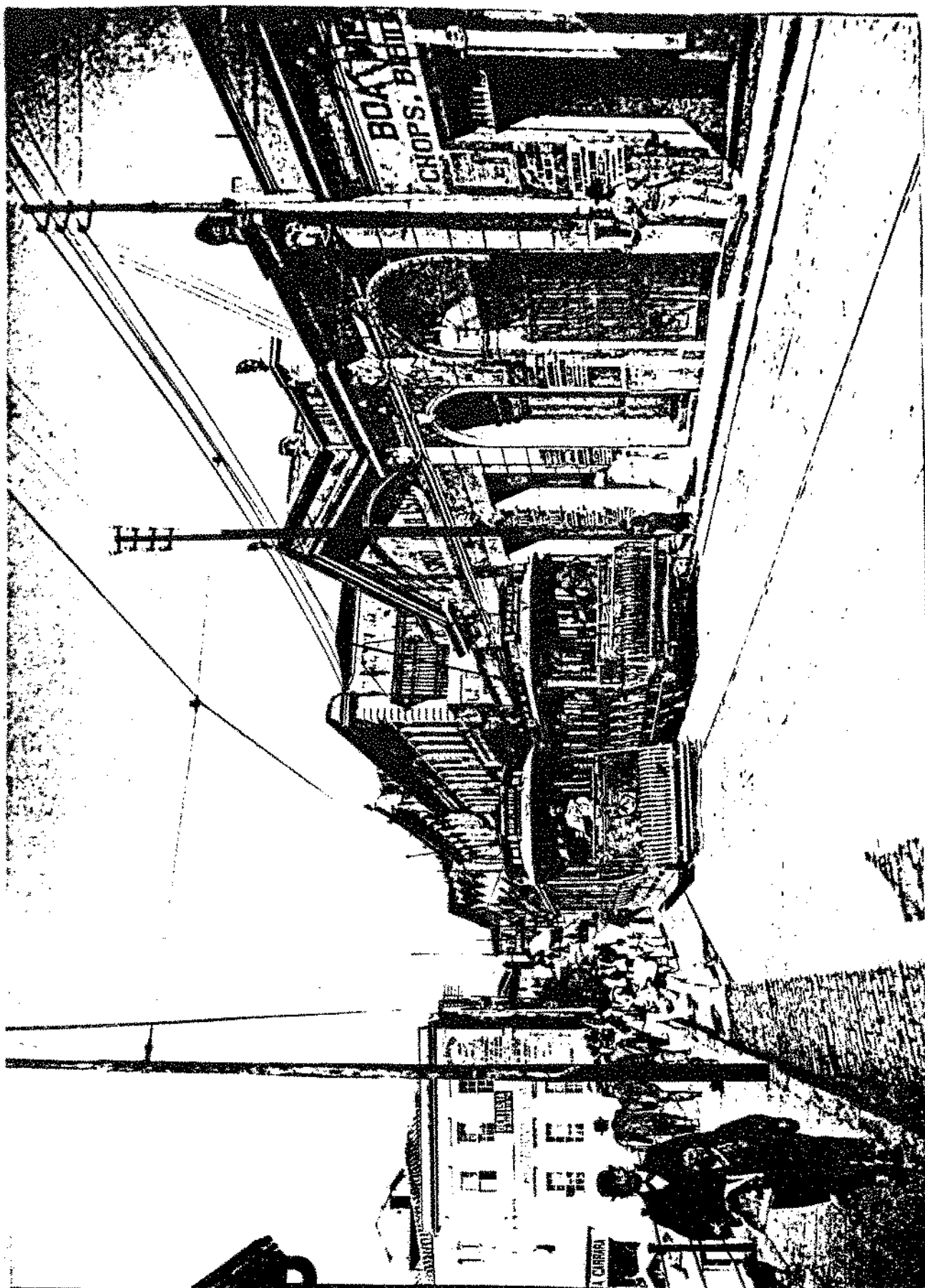
*"neste caso é o arrabalde de Sant'Anna
moradores operários que não possuem outra
maneira do que se sujar nos buracos
de lama. Condução difícil devido aos
buracos."(33)*

As denúncias não paravam por aí, pois encontramos inúmeras reclamações dos operários com relação a superlotação dos bondes que serviam os bairros operários. Nestas reclamações, era denunciado o alto custo das tarifas dos bondes conforme nos indica o jornal a Folha da Manhã de 31/12/1927:

"A passagem de hoje é mais cara do que em 1915, ou antes o lucro de carro quilometro aumentou para a Light, mesmo dando-se lhe 100% de acréscimo nos salários e outros 100% a seu favor no cambio."(34)

As acusações contra a Light vão se intensificando na medida em que tal empresa passa a atuar em outros setores públicos, como no caso na iluminação das ruas. Os operários e moradores dos grandes casarões, políticos e empresários se veem em alguns momentos revoltados com o poderio da empresa canadense. No decorrer dos anos 20, encontramos inúmeras concessões por parte do poder público, no sentido de conferir a mesma companhia o direito de expropriar áreas urbanas se assim fosse necessário.(35)

A implantação de linhas de bondes e iluminação nas imediações da Avenida Paulista, no momento em que vários outros bairros, especificamente, os populares, como Ipiranga e Vila Prudente careciam de transporte, vem demonstrar o poder da Light em São Paulo.(36) Sabemos que na época da implantação das linhas na Avenida Paulista e nos Jardins, estes bairros já haviam sido loteados pela "City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited".(37)



FONTE: Rua São João - bondes Bom Retiro e Paraíso, Cassino

Paulista ,Boa Mesa ,Chops,bebidas, dentista, jornaleiro,1905.

As obras de retificação dos rios constitui-se outro motivo importante para a revolta dos operários frente as intervenções urbanas. Os bairros operários, como Brás, Belenzinho, Barra Funda, Moóca, Pari, Bom Retiro, Lapa, Ipiranga, Penha e Pinheiros estavam situados próximos aos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí e ainda em meados dos anos 20, a população menos favorecida, transformava as várzeas, cheias de moitas e arvoredos em lugar para acampar, chutar bola, pescar lambari com litro e com peneira.(38)

As várzeas tiveram um papel importante na história dos bairros populares, histórias que foram esquecidas no decorrer dos projetos de retificação dos rios, histórias que foram esquecidas nos projetos de remodelação da cidade de São Paulo. Com as obras de canalização e retificação dos rios, vários espaços de trabalho e lazer, antes ocupados pela população ribeirinha foram transformando-se em locais de expropriação e especulação por parte do poder público.(39)

Com o pretexto de projetar uma nova e grande cidade a prefeitura municipal de São Paulo organiza em 1928 uma comissão responsável pelo projeto de expansão da cidade ao longo da várzea do Tietê.(40)

A PERDA DE UM REFERENCIAL: OS RIOS

*"Por que não hei de amá-lo
Se esse rio é o amigo dos tempos de
criança, que o meu primeiro pranto
repetiu,
levando-o em eco, na corrente mansa!..."*
(Jacob Pentecado, Belenzinho, 1910)

Desde o final do século passado, a comissão de saneamento do Estado de São Paulo (CSE 1853-1894), denunciava os malefícios causados pelas cheias do Tamanduateí: "Em seu livro História de um Rio, Nello Nóbrega nos diz o seguinte:

"A pequena declividade do leito do rio e seus afluentes determinava, na estação chuvosa, o transbordamento das águas notadamente no trecho situado entre a Penha e Osasco, em que o Tietê se enovela em meandros e coroas, em quase cinquenta quilômetros de curso. Para que se possa fazer idéia de quanto subiam, as águas na época das chuvas bastará lembrar que, ainda em 1940, a 18 de fevereiro o nível normal do Tietê foi ultrapassado em pouco mais de 2 metros."(41)

As inundações traziam ainda:

"...existiam a preocupação com a higiene, isto é, os despejos de sujeiras lançadas ao rio, pelas três galerias, então existentes na Ponte Pequena na barra do Tamanduateí e no Bom Retiro..."(42)



FONTE: INTRODUÇÃO ao ESTUDO de um PLANO de AVENIDAS
para a CIDADE de SÃO PAULO; 1930.

O YPIRANGA INUNDADO

A questão da retificação e despoluição dos rios na cidade, não era algo novo e exclusivo da população paulista. Outras cidades tais como, Londres, Paris, Bruxelas e até mesmo o Rio de Janeiro, ocuparam a atenção de vários intelectuais, entre eles, médicos e engenheiros que discutiram soluções em prol da limpeza dos Rios. A preocupação com o meio urbano, data pelo menos do final do século XVIII, quando os difusores da Teoria Médica do meio ambiente, postularam a importância do ar e da água para a vida da população urbana.

Observamos que teorias como esta circulavam em várias cidades européias, e no caso de São Paulo, o que importava no final do século XIX era, "...acabar com os espessos depósitos de lodo em fermentação, exalando mau cheiro e cobertos de moscas e pernilongos que daí eram atirados para o centro da cidade ou para diversos arrabaldes, conforme a direção dos ventos reinantes."⁽⁴³⁾

Os odores e as sujeiras, mas principalmente o medo do surgimento de surtos epidêmicos levaram vários setores da sociedade paulista, principalmente médicos, sanitaristas e administradores públicos, a discutirem os problemas causados pelas inundações dos rios Tietê e Tamanduateí.⁽⁴⁴⁾ Segundo os técnicos, os surtos epidêmicos em São Paulo, estavam relacionados com as péssimas condições de vida da população pobre, que por sua vez, habitavam nos terrenos próximos às várzeas.

Nos primeiros programas, a Comissão de Saneamento de 1812 a 1897, pretendia defender os locais contra as inundações da várzea do Tietê. Tais programas estavam interessados em edi-

ficar as áreas ribeirinhas, propiciar a navegação nesse trecho do rio e por último afastar para jusante as descargas dos esgotos que se fazem em frente à cidade, sem depuração. (45)

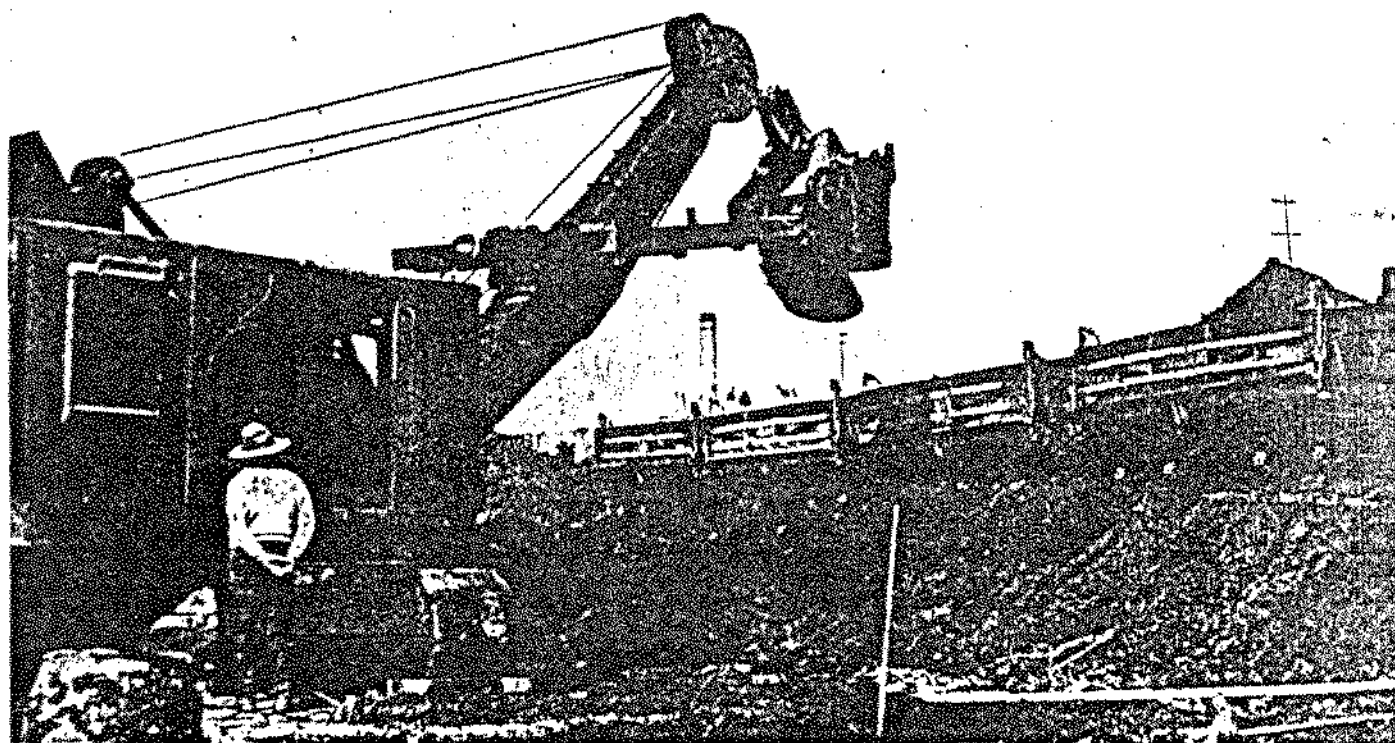
Todavia, é somente a partir de 1922, que os projetos sobre a retificação do Rio Tietê vão ser objeto de novas discussões junto ao poder municipal, isto porque para os técnicos, associados aos problemas de saneamento, o projeto de retificação dos rios, significava outras formas de ocupação e organização das várzeas. (46)

Os trabalhos de planejamento do rio Tietê foram então entregues em 1923, à direção do Dr. Saturnino de Brito, e em 1927 foi criada a comissão de melhoramentos do Tietê sob a direção de João Florence Ulhôa Cintra. (47) Em 1930 novamente os estudos de retificação do Rio Tietê aparecem no Plano de Avenidas de Prestes Maia, agora projetado pelo sistema de Parksway. (48)

Ao contrário dos técnicos, para os moradores das várzeas as enchentes e as epidemias não atrapalhavam o relacionamento que os mesmos tinham com os rios,

*"...Foi ele, esse Tietê, quem mais me viu
cheio de sonhos, cheio de esperança...
e muita vez comigo se partiu
sua calma ideal, sua bonança..." (49)*

Cantado em prosa e em verso, e longe de ser apenas um acidente geográfico, o rio Tietê configurava um referencial importante na vida da população ribeirinha. Mesmo na época das inundações, que no entender dos técnicos seria um momento difí-



FONTE: MAIA, FRANCISCO PRESTES, OS MELHORAMENTO DE SÃO PAULO,
SÃO PAULO, GRÁFICA da PREFEITURA, 1942.

CANALIZAÇÃO do TIETÊ INÍCIO das OBRAS EM OSASCO- 1938.

cil para os moradores dos bairros alagados; devido ao transbordamento do Tietê, os moradores tinham outras opiniões:

"A chácara dos Malavoglia era o fim da Rua dos Italianos. Quando chovia muito, a baixada do Bom Retiro ficava a Veneza brasileira. A enchente tomava conta de tudo. As famílias todas tinham, e, durante a noite, passeavam nas ruas inundadas, com iluminação nos barcos, cantando e fazendo serenata. Para nós, os moços era uma alegria, quando o Tietê transbordava."(50)

Na verdade, as inundações apresentavam um curso que naquele momento não correspondia com os anseios de diversos moradores da cidade; por este motivo, coube aos técnicos delinearem um novo trajeto a partir das obras de retificação e canalização dos rios. Desta vez este projeto deveria atender aos diversos interesses econômicos e políticos, inclusive das especulações imobiliárias ao longo das várzeas, além disso, deveria eliminar determinadas práticas consideradas indesejáveis pelos setores favorecidos da cidade.

"As margens do Tietê eram sombreadas por frondosas árvores, onde pontificavam os ingazeiros, que nos forneciam seus frutos, em forma de vagem, açucarados e deliciosos. Os córregos que nele desaguavam, principalmente o Tatuapé, também nos apresentavam rica fauna ictiológica. Mais acima, para os lados da Penha, o rio absorvia o Aricanduva. Era comum verem-se peixes, que saíam suados, com uma bolha de ar na boca e encostados na mão, mariscando pela vegetação ribeirinha, apanhando peixes de fôda entre por esse meio primitivo."(51)

Ao lado do lazer, o rio Tietê era o local de trabalho dos barqueiros que transportavam diariamente tijolos do Belenzinho a Ponte Grande (52). O memorialista Jacob Penteado nos conta algumas de suas aventuras junto aos barqueiros portugueses e italianos:

"Com o barco carregadíssimo, era um tanto penosa a viagem de ida, embora acompanhando a descida das águas. Caminhando firme pela espécie de plataforma que havia no interior do barco, aos dois lados, varejão no peito, iam de pôpa à proa, impelindo-o para a frente, um à direita outro à esquerda. Um deles ficava ao leme, a quem os portugueses chamavam de espadela. Como a tarefa do timoneiro fosse menos cansativa, exigindo menor esforço físico, revezam-se ali." (53)

As terras ribeirinhas eram também aproveitadas para a produção de hortaliças e flores, principalmente, nas imediações da Penha. Não podemos esquecer de mencionar as extrações de pedra e areia que eram realizadas em torno do Rio Pinheiros por barqueiros avulsos. Até o final dos anos 20, estes tiradores de areia vão perdendo seu espaço de trabalho ao redor dos rios. Este fato ocorre após a canalização e a obtenção do monopólio pela Companhia Light sobre o Rio Pinheiros. (54)

"Aos tiradores de areia, barqueiros avulsos, restava a possibilidade de ser barqueiro de draga ou de deixar de ser tirador de areia e dedicar-se ao transporte de mercadorias, notadamente de materiais de construção, tijolos, areia e telhas pelo rio Tietê. Mas entre essas duas alternativas havia uma terceira, a extração de areia e pedregulho nas 'descobertas'." (55)

Os estudos de expansão de São Paulo ao longo das várzeas, obedecia a uma nova concepção de cidade. A partir dos anos 20, os técnicos incluem o projeto de retificação dos rios como mais um problema do urbanismo. Em relação ao aproveitamento das áreas ribeirinhas, esses projetos coincidem com a opinião dos especialistas reunidos no CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) em 1933 sobre o espaço de lazer dos operários na cidade. Se, como eles postulavam, as três funções do urbanismo moderno eram projetar os lugares de morar, trabalhar e recrear, as horas de folga dos trabalhadores deveriam ter seus locais adequados.

"Desejosas de utilizar suas horas de recreio semanais, algumas associações desportiva tem encontrado um albergue provisório na periferia da cidade, pois sua existência, não reconhecida oficialmente, é em geral das mais precárias."(56)

Os parques, os bosques, os terrenos de esporte, os estádios e as praças são os locais de lazer recomendados pelo Congresso do Ciam.(57) No entanto, até o início dos anos 20 em São Paulo, estes locais encontraram-se distantes do lazer operário ou do lazer dos moradores nos bairros ribeirinhos.

1.3 - A ORGANIZAÇÃO DO LAZER

A CRIAÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS

E, subitamente, é a era do automóvel. O monstro transformador irrompeu, bufando, por entre os escombros da cidade velha, e como nas mágicas e na natureza, aspérrima educadora, tudo transformou com aparências novas e novas aspirações".

João do Rio

Os trabalhadores urbanos viviam até a década de 20, a maior parte do tempo fora de suas moradias. Quando não estavam trabalhando, entregavam-se a bate-papos com amigos nos botequins, ou na conversa diária com os vizinhos na calçada.

"Na Bela Vista, os carroceiros calabreses se recolhiam às seis, sete horas. Quando chegavam, guardavam os animais nas cocheiras, na Rua Treze de Maio, Rua Rui Barbosa, Rua Pereira Barreto, que antigamente se chamava Rua do Sol. Ai tinham seus cortiços e suas baias onde punham ração para os animais. A tarde já estavam limpos (eles se lavavam, mas banho mesmo só tomavam nas vésperas de Natal e Páscoa) e almoçados. Liam o Eanfulha e comentavam os acontecimentos..." Se reuniam na frente da casa, punham cadeiras na calçada e vinha um compadre, vinha outro e conversavam." (58)



Rua Capitão Salomão, extinta na ampliação da Praça da Sé. Foto tomada em direção à Praça João Mendes, por volta de 1911, Arquivo DPH.

Era hábito, naquele tempo, as família reunirem-se à noite, para leitura de romances, principalmente, os de folhetins: "Obras de Michel Zevaco como A Ponte dos Suspiros, de ambiente veneziano, Fausta, Pardaillan, de capa e espada, faziam furor." (59)

Os operários frequentavam as sociedades recreativas dançantes, entre elas, o "Clube Mozart", o Clube Recreativo 24 de Maio no Brás e o clube Pérola Internacional no Belénzinho. O memorialista, autor de Belénzinho 1910, revela que o Salão Pérola além das atividades dançantes, servia de ponto de reunião de sindicatos de associações de classe ou de grevistas. (60)

Concomitantemente, aos clubes e ao bate-papo na rua, os moradores divertiam-se com a pesca e os torneios de barcos e com os jogos de futebol promovidos nas várzeas dos rios.

"O Tietê, àquele tempo, com raras exceções, era bem raso em todo o trecho entre a Vila Maria e o Tatuapé, zona procurada pelos banhistas e pescadores. Suas águas, claras, serenas, formavam suaves remansos nas curvas. O ponto mais profundo estava situado atrás do Instituto Disciplinar, onde os barqueiros não conseguiam sequer firmar o varrejão no leito do rio." (61)

Assim como Jacob Penteado, o Sr. Amadeu também relembra dos jogos de futebol realizado nos campos de várzea.

"Se nós vamos procurar na memória quantos jogadores da várzea, de uns quarenta anos faz, tinha mais de dez mil jogadores. Aquele tempo era uma coisa! Cada campo tinha um clube; a maior parte dos campos era dados pelos donos pa-



FONTE: Bar do Sr. João, Lapa. Pic-nic na Lapa in Coleções
NOSSO SÉCULO , Editôra Abril Cultural, 1985.

ra o lugar progredir, popularizar. O dono é que pedia para fazerem um campo nesses terrenos baldios. Quando tinha um clube, vinha o progresso no domingo vinham duas mil pessoas assistir o comércio, o progresso."(62)

Entre os clubes que participavam dos torneios de futebol realizados nos campos de várzea encontramos a presença do Estrela de Ouro, na Rua Belém, XI de Agosto, da várzea do Glicério, o Colombo, da Barra Funda, União Operário, do Catumbi e o Cinco de Outubro, da Moóca.(63)

Em 1921, a Companhia City então proprietária do Pacaembú, doa uma área de 50.000 metros quadrados à Prefeitura. Mais tarde, no ano de 1940, a prefeitura conclue a construção do Estádio do Pacaembú.(64)

"O Pacaembú veio mais tarde, acho que em 38 ou 40. Ai começou a massa, antes o pessoal estava espalhado nas várzeas e nos bairros jogando mesmo. ... Fui na semana de inauguração do Pacaembu, mas o futebol já não é mais o que foi para o povo"(65)

No entanto, não foram as obras de canalização dos rios e nem mesmo a construção do Estádio do Pacaembú os únicos agentes modificadores do lazer operário. Outras obras acompanhadas de novos regulamentos foram sendo implantantados a partir dos anos 20 na cidade de São Paulo, entre eles, a construção do Mercado na Várzea do Carmo em 1933.(66)

Seleção "Faro" e "Moleiro" do São Paulo Railway, 1931.



F. F. C.

CASO RESOLVIDO A IMPLANTAÇÃO DO FOOTBALL PROFISSIONAL

Iluminados é o iniciador do movimento - Tese de entidade carioca para congregação de clubes cariocas



Sport Club Rio Guafira, campeão de Lapa, 1936, SP.



Sociedade Esportiva Palmeiras, década de 30, SP.

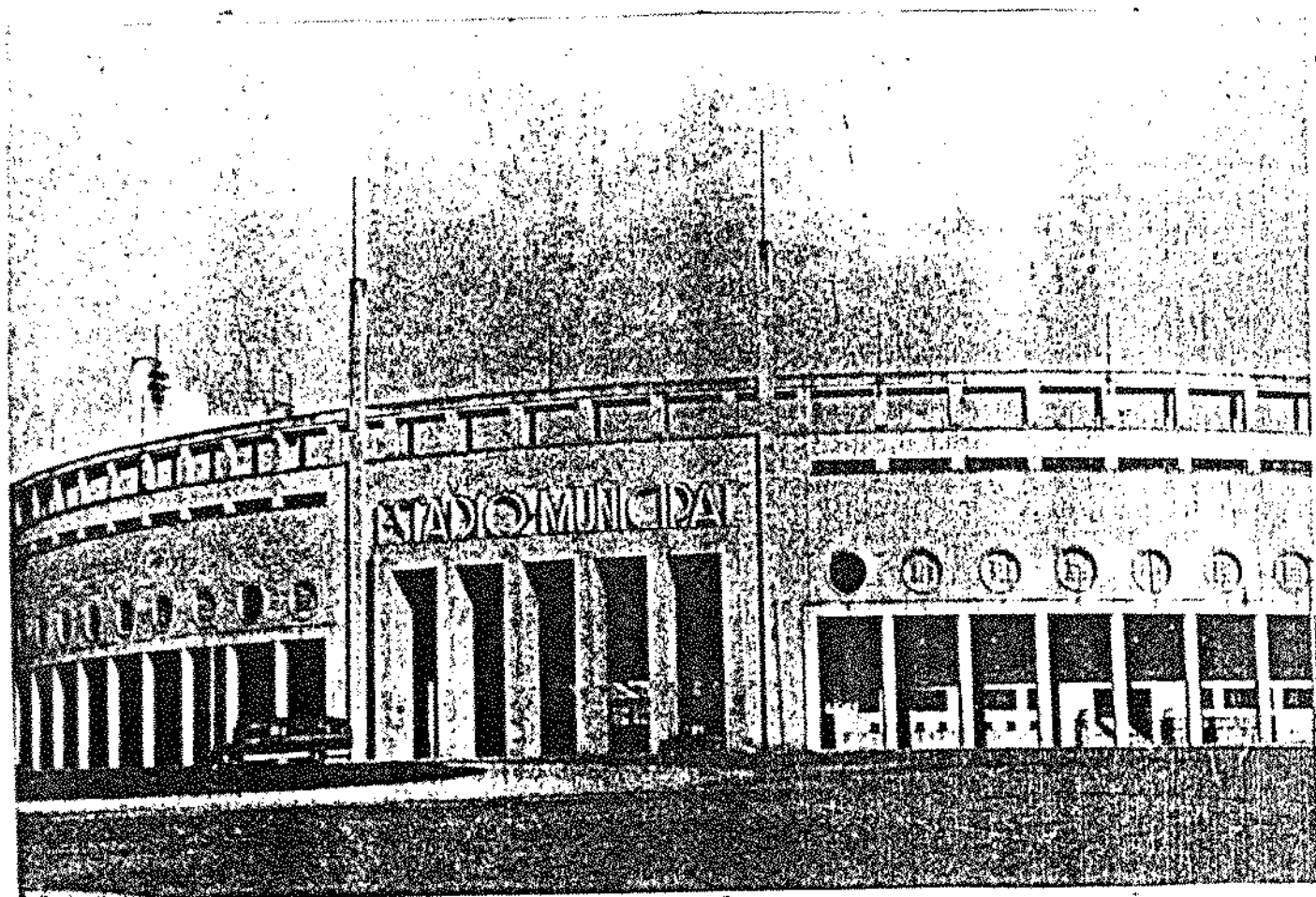


Fluminense, campeão carioca em 1926 e 1938.



Fluminense F. C., campeão carioca 1926 e 1938.

FONTE: IN NOSSO SÉCULO , Edição organizada por ABRIL/CULTURAL, 1985.



FONTE: OS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO, op. cit
ESTADIO MUNICIPAL

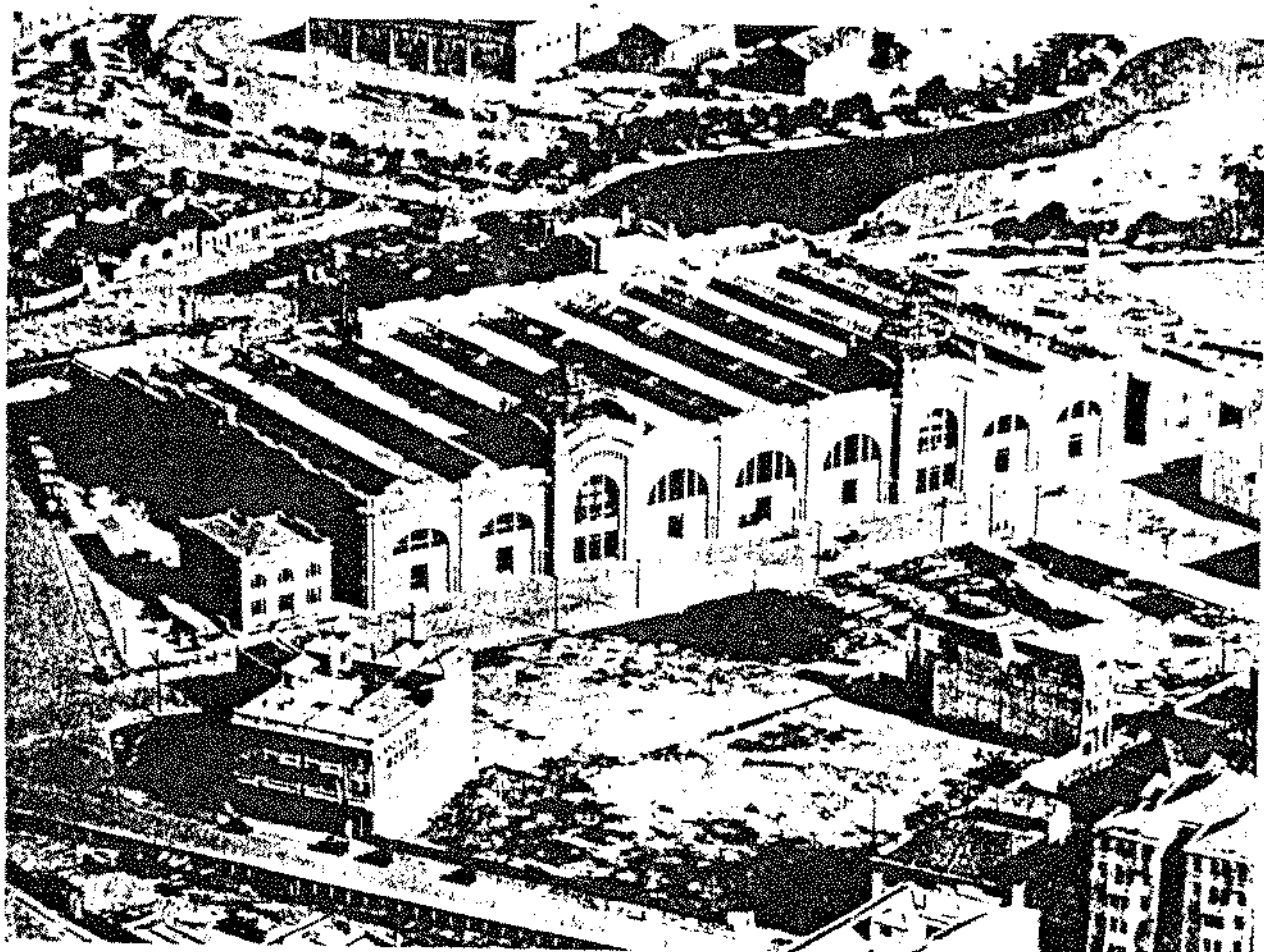
Esta obra objetivava organizar a distribuição de comestíveis na cidade de São Paulo. Lembramos que até o final dos anos 20, os produtos alimentícios eram vendidos em armazéns e mercadinhos como o mercado dos caipiras, mercado dos Peixes, ou então, por meio dos vendedores ambulantes. (67)

"Quem, entre os velhos moradores do Belenzinho, não se recorda dos típicos vendedores ambulantes de então? Dos tripeiros, já falamos, velhos bareses, de bigodões feito chuveiros, aboletados em suas carrocinhas, tocando uma buzina de chifre de boi, para alertar a frequentesia." (68)

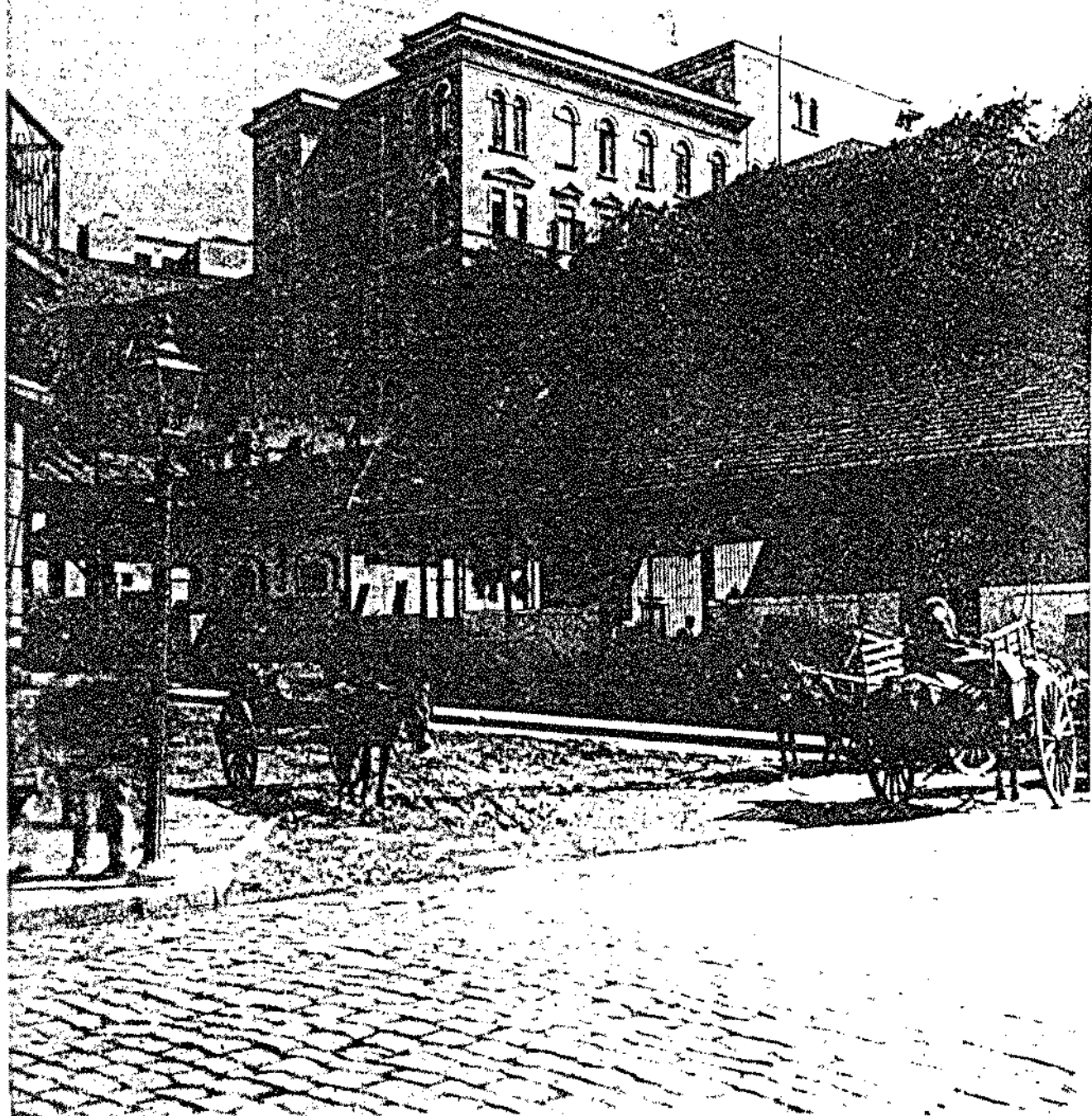
Apesar de sobreviverem por mais alguns anos na vida dos bairros operários, estes vendedores aos poucos vão desaparecer, contudo, junto com eles vão aparecer o surgimento de novos hábitos.

Quando falamos em novos hábitos, não podemos deixar de enfatizar a ausência dos acendedores de lampiões. "Viamo-los, ao crepúsculo, com sua vara na mão, sempre a correr, parando de lampião em lampião, que acendiam com incrível facilidade e rapidez." (69)

Os horários que os acendedores de lampiões percorriam os bairros operários coincidiam com o horário de entrada e saída dos operários das fábricas. Por mais rápido que fosse esse encontro entre lampioneiros e operários, tal velocidade não conseguiu acompanhar o crescimento destes bairros. A partir dos anos 30, a iluminação a gás passa a ser substituída pela elétrica, e até o final deste ano, quase todos os bairros paulistas já eram servidos por luz elétrica.

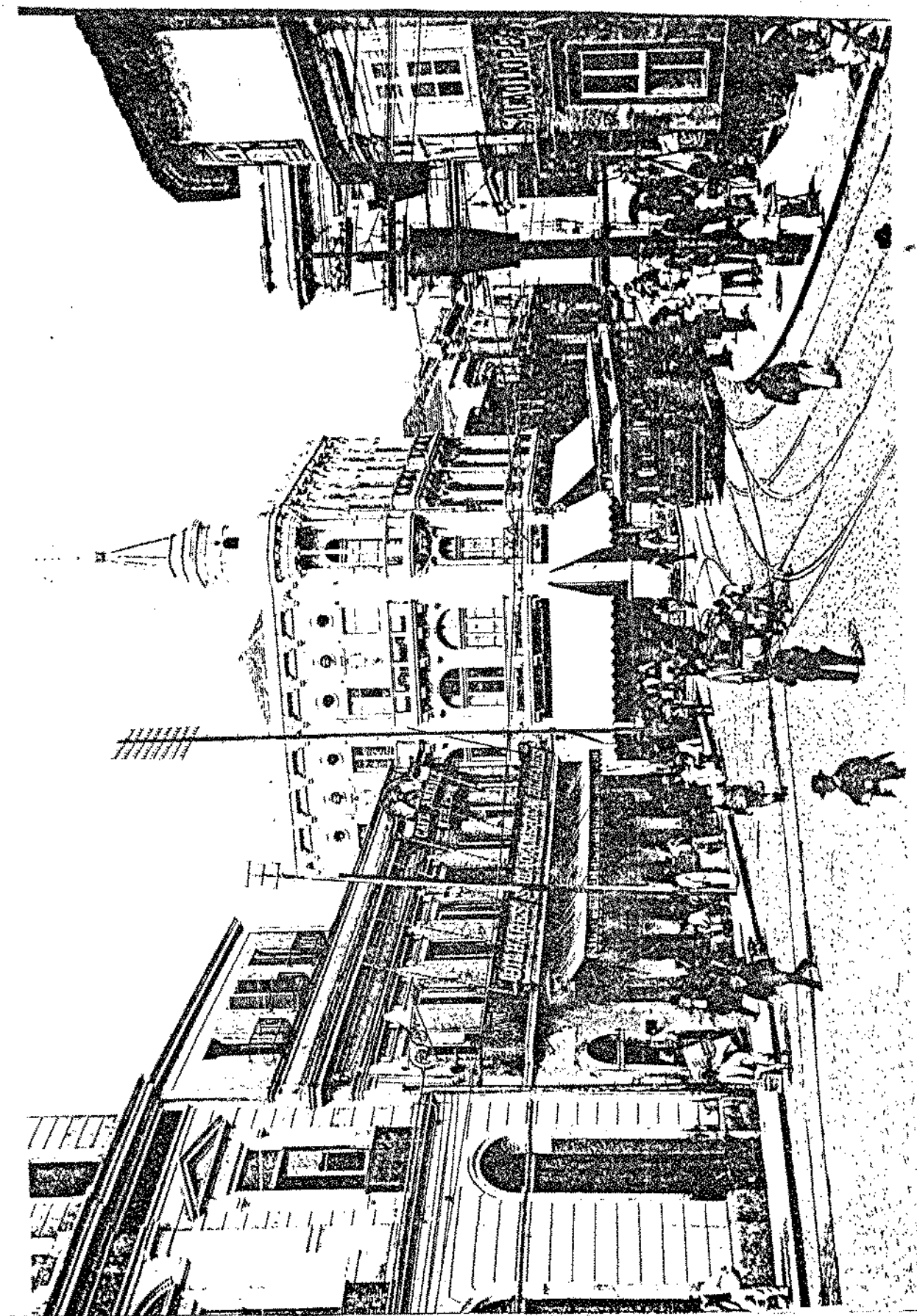


FONTE: INTRODUÇÃO ao ESTUDO de um PLANO de AVENIDAS para a
CIDADE de SÃO PAULO, 1930: (MERCADO MUNICIPAL.)



FONTE: Mercado de Feixe (antigo) DPH

Rua do Mercado, esq. Lad. General Carneiro-1918.



FONTE: Largo do Tesouro -1910. DPH

vendedores ambulantes, camelô e comerciantes.

Estas transformações urbanas implicavam em novas posturas por parte dos operários na maneira de viver na cidade. Diante destas transformações os operários lutavam para garantir um espaço nesta nova política da gestão do meio urbano. Estamos agora falando de uma cidade que a partir de 1925 já

"...atravessou o Tietê, pontilhou aqui e ali a grande várzea e foi ocupar extensas áreas ao pé da serra da cantareira..., no rumo oeste, a cidade ligou-se definitivamente à Lapa e, mesmo, a ultrapassou graças a ocupação da zona marginal das vias - férreas e à radial Avenida Água Branca - Guaianês ao sul da qual, já no espigão divisor Tietê-Pinheiros, vieram a surgir bairros operários de classe média."(70)

Estes bairros operários puderam se desenvolver, graças a presença dos ônibus, isto porque, até os primeiros anos da década de 20, o bonde era o principal meio de transporte coletivo na capital. Na década seguinte, ao lado dos bondes, os ônibus tornou-se o principal meio de comunicação entre os bairros distantes com o centro da cidade.(71)

A FORMAÇÃO DA PERIFERIA URBANA

"... a vida pulsa numa atividade e num ritmo pouco tropical, nessas ruas estreitas, de edifícios altos, os homens se comem se acotovelam como em qualquer capital da Europa. Nos seus rostos vemos estampados a mesma expressão de fadiga e intensidade"
(Wolfgang Hannelich)

Além do Ônibus, a população favorecida da cidade já podia contar com os automóveis, pois a partir dos anos 20, era comum encontrá-los circulando em maior número no centro.

Em junho de 1921, revela-nos Jorge Americano,

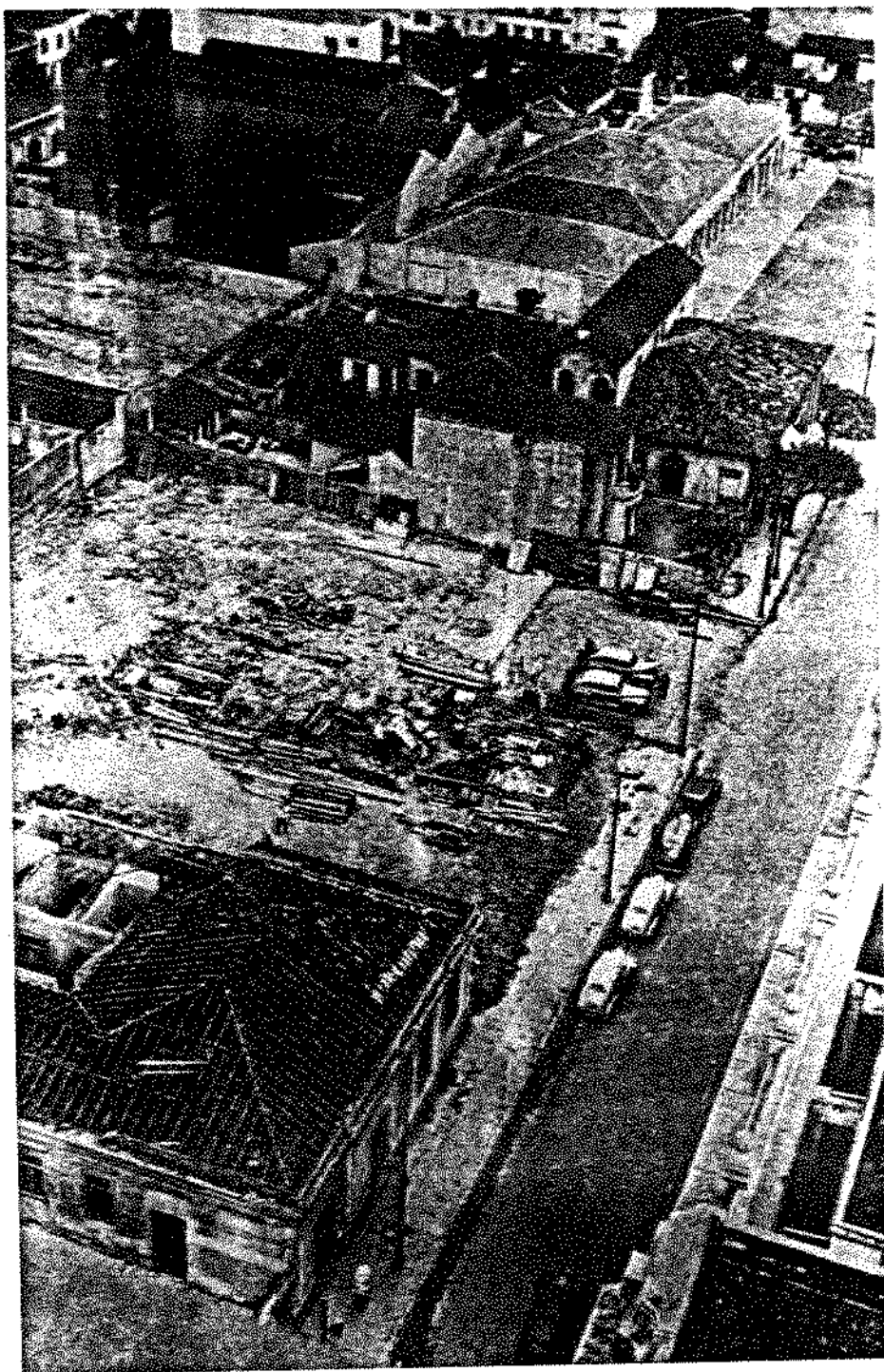
"...existem em São Paulo 3.845 autos, sendo 2468 particulares, 792 de aluguel, 125 carros oficiais, 416 caminhões e 44 carros com chapa de experiências"(72)

Lembramos que a maioria das ruas centrais eram estreitas, sendo assim, podemos imaginar o congestionamento das mesmas em horas de picos. E mesmo substituindo os bondes de dois eixos por bondes maiores de quatro eixos, montados em dois "trucks", a disputa era intensa entre os veículos de trilhos, pneumáticos e pedestres.

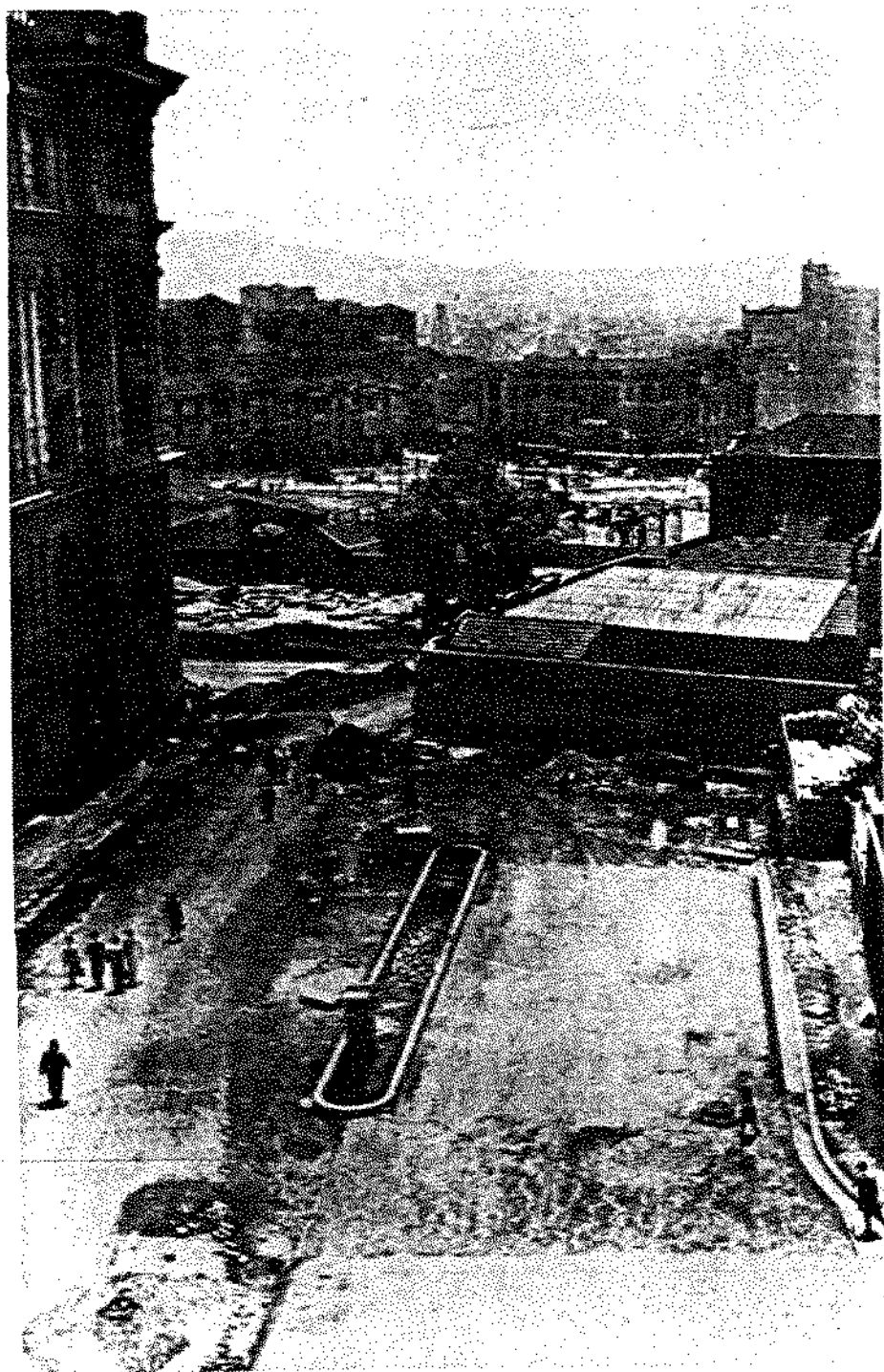
O congestionamento e a falta de controle no tocante ao crescimento da cidade, configuravam em temas de constantes debates entre os engenheiros paulistanos. Neste momento, a população operária também reivindicava soluções para estes mesmos problemas.

No Jornal O Estado de São Paulo no decorrer dos anos 30, especificamente, na coluna "Coisas da Cidade", encontramos inúmeras reclamações por parte da população com relação as consequências das obras e das reformas não concluídas.(73) Aqui está o projeto de um morador contra a redução das calçadas.

"É assim que a Light está collocando os enormes postes novos em passeios reduziíssimos, a ponto de barrar completa-



FONTE: OS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO, 1942
DEMOLIÇÕES PARA A PRAÇA SOROCABANA E ALARGAMENTO
DA ALAMEDA CLEVELAND



FONTE: OS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO , 1942.
ALARGAMENTO da RUA ANITA GARIBALDI : A parte inferior
da rua foi absorvida pela praça do CARMO:



Rampa de acesso à Rua Fiorêncio de Abreu e Rua Vinte e Cinco de Março.
Foto tomada por volta de 1912/1913, Arquivo DPH.

mente o trânsito em certos pontos. Se o sr. Prefeito tem dúvidas a respeito, ou supõe que exageramos dê-se ao trabalho de passar pela rua 11 de agosto, cujo passeio estão sendo atravancados singularmente com os novos postes da iluminação com evidente prejuízos para os transeuntes."(74)

O movimento no centro da cidade, o barulho dos carros, bondes e ônibus, a superlotação destes últimos em determinados bairros, eram reclamações costumeiras feitas pelo conjunto da população paulista. Portanto, toda a população, incluindo os trabalhadores urbanos, reivindicaram a melhoria do transporte, da moradia e do lazer na cidade. No meio das obras de melhoramentos urbanos, como a abertura de ruas e avenidas, construções de pontes e viadutos, a população de baixa-renda exigia das autoridades um espaço para poder se abrigar na cidade.

Antigos bairros operários, entre eles, o Brás, Bom Retiro e Bexiga, foram a partir de então, sendo absorvidos pelo centro. Simultaneamente, surgem os chamados "subúrbios": Itaquera, São Miguel, Lajeados, Ferraz Vasconcelos, Poá, Itaqucetuba, São Castano, Santo André, Mariá, Osasco, Perus, Caieiras, Tremembé e Guarulhos.(75) Estes bairros, por oferecerem algumas vantagens com relação ao valor dos terrenos e facilidades de instalação e transporte, passaram então a abrigar um número razoável de fábricas.(76) O mesmo acontece com a população menos abastada que acaba encontrando nestes bairros um local de trabalho e moradia.

Muitos chacareiros portugueses, a partir de 1920, transferem suas atividades para estas áreas periféricas. Este

fato, deveu-se ao aumento dos impostos territoriais com relação a acumulação de terras. A partir daí, encontramos o loteamento e a especulação de grandes propriedades.

"...chega a impressionar a enorme extensão dos loteamentos na periferia da cidade, e acreditamos não estar enganados ao afirmar que tais áreas equivalem, senão ultrapassam aos trechos efetivamente ocupados. Na verdade, a especulação imobiliária fez com que fossem armados e loteados extensas áreas, próximas ou bastante afastadas da cidade, chegando-se a calcular que se forem ocupadas darão guarida a mais de 3 milhões de pessoas."(77)

Para os urbanistas, a presença destes loteamentos representava uma ameaça para o desenvolvimento da cidade, isto porque, os loteadores com a intenção de realizarem altos negócios, loteavam áreas distantes e deixaram os espaços vazios próximos ao centro à espera de valorização.(78)

"Outros loteamentos, porém, influem sobre o crescimento da cidade e chegam a orientar sua expansão. Uns são oferecidos a baixo preço, através de prestações módicas, quando não acompanhados por uma certa quantidade de tijolos. Naturalmente, o paulista de escassos recursos, atormentado pelo pagamento dos alugueis e pelo desconforto da pequena casa ou dos cortiços situados na cidade, não tem dúvida em adquirir o seu lote, no justificado anseio de possuir sua casa própria, embora grandes distâncias venham separá-lo do local em que trabalha."(79)

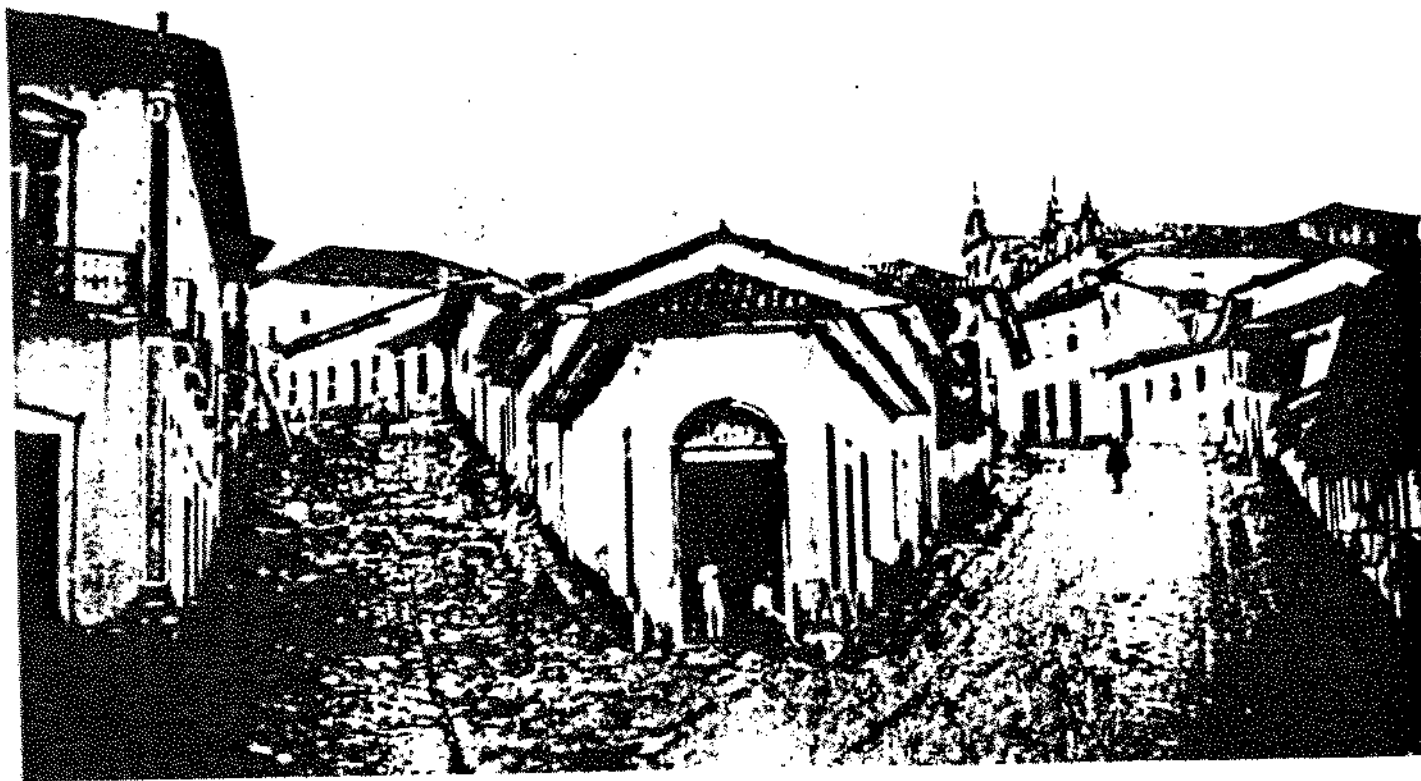


Fig. 55 — S. Paulo antigo
Ladeiras do Ouvidor e São Francisco



PONTE: INTRODUÇÃO ao
PLANO de AVENIDAS para
a CIDADE de SÃO PAULO.
1930.

Fig. 56 — Um Sagnante da evolução urbana

Neste momento, acirrava-se entre os técnicos uma discussão em torno do aparecimento dos loteamentos clandestinos. Tal fato, implicava uma perda de controle do crescimento da cidade, por parte da administração municipal, ao mesmo tempo contrariava os princípios urbanísticos. Prestes Maia, no Plano de Avenidas, declara que a municipalidade deve,

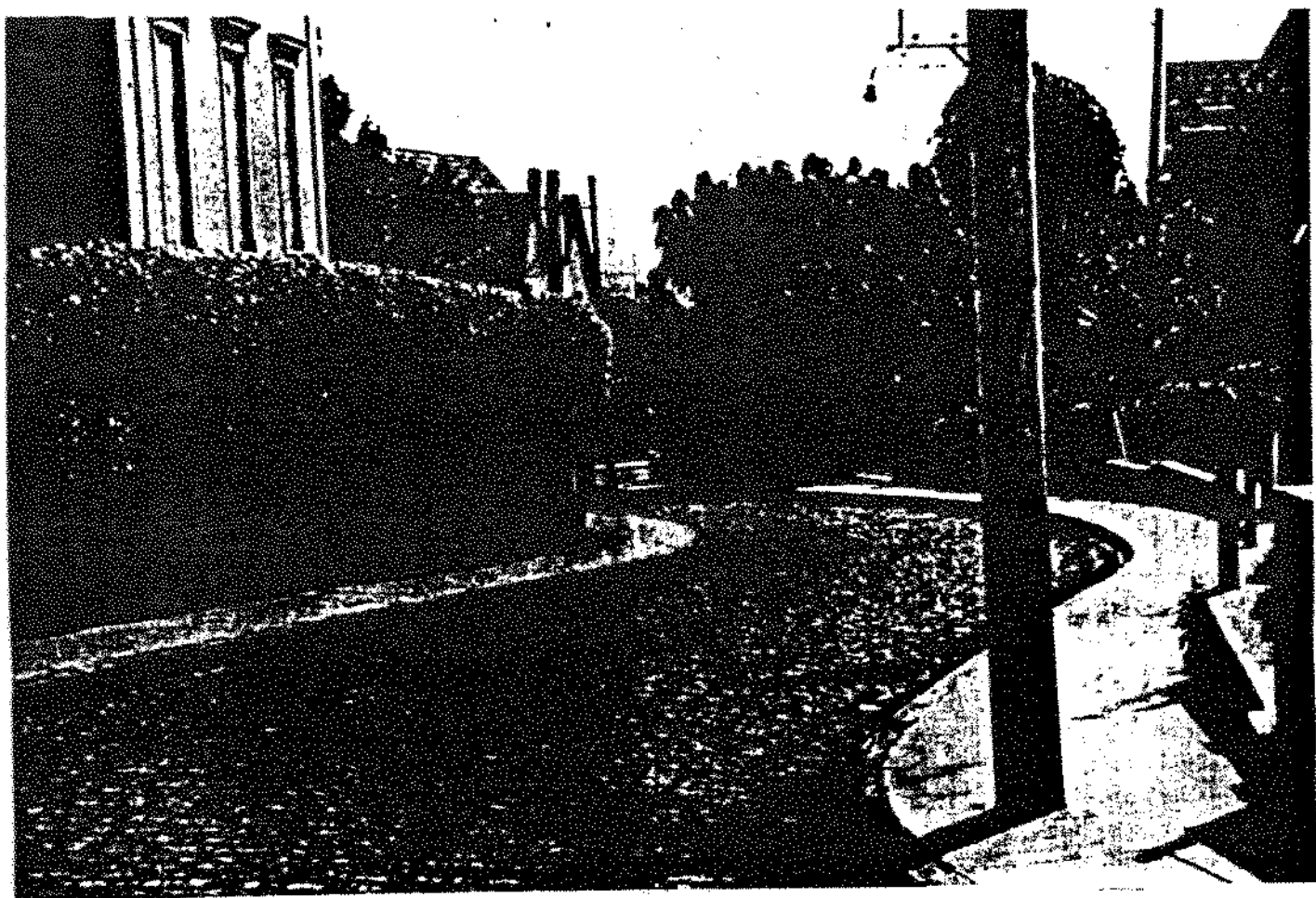
"...fixar as linhas mestras da cidade fornecendo aos interessados diretrizes gerais cabendo amoldar a elas as linhas nos novos bairros que a iniciativa particular cria todos os dias, fixar as grandes malhas da cidade futura após o problema da expansão resume-se a em uma simples questão de polícia."(80)

Tal como os engenheiros, entre eles, Prestes Maia, se preocuparam em solucionar o crescimento "desordenado" da cidade de São Paulo, também nesta ocasião parte da população paulistana viria manifestar suas insatisfações movendo no final dos anos 20 várias ações contra as desapropriações pela municipalidade.

No Relatório da Procuradoria Fiscal do Município no ano de 1925, encontramos o exemplo de D. Maria Annuniação Ferreira de Abreu.

"Essa senhora construiu, há dez annos mais ou menos, um predio à Rua Marechal Deodoro 38 (hoje praça da Sé) e em virtude do alinhamento então fixado para aquella via pública, teve que fazer a obra recuada do alinhamento antigo, perdendo para isso uma área de 66m2,99 de terreno.

Para haver o respectivo preço, intentou uma ação contra a municipalidade, obtendo ganho de causa, como era de esperar, recebendo a quantia de 33:495\$000..."(81)



PONTE: OS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO , 1942.

PAVIMENTAÇÃO - Rua EDUARDO MARTINELLI , VILA MARIANA.

Nesta época a prefeitura cria uma comissão encarregada de fiscalizar as construções particulares, no sentido de fazer respeitar as leis relativas às construções no município. (B2)

"Durante o anno proximo findo de 1927, propuzemos em juizo 441 dessas demanda, sendo 212 embargos de obra, 146 presentes comminatorios e demolitorios e 1 vistoria ad perpetuum rei memoriam. Das iniciadas em annos anteriores, 106 passaram para 1927, o que perfaz um total de 547 acções." (B3)

Conforme indica o Relatório da Prefeitura Municipal de São Paulo, os infratores em sua grande maioria são pobres, operários que compram terrenos a prestações e depois constroem uma casa, com o intuito de evitar a promiscuidade dos cortiços. (B4) Todavia a perda de várias referências na cidade levava os operários a desejarem outros espaços, que pudessem preencher as suas necessidades de morar, trabalhar e recrear.

Neste instante voltamos a ressaltar a importância dos urbanistas. São esses profissionais que, a partir da técnica, vão procurar inaugurar uma nova política de gestão de controle sobre a organização do espaço urbano. Entre suas preocupações merece destaque especial a falta de moradias para a população pobre.

Estas transformações urbanas trouxeram novas referências para a população pobre da cidade, inclusive o direito de sonhar com a "casa própria". Porém, o trabalhador para concretizar este sonho deveria incorporar mais uma lógica em sua vida: a da poupança.



COLEÇÃO DE MAPAS E PLANTAS

FONTE: OS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO , 1942.

PLANTA GERAL DOS MELHORAMENTOS CENTRAIS



FONTE: OS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO, 1942.

AVENIDA 9 DE JULHO



FONTE: OS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO, 1942
BIBLIOTECA MUNICIPAL



**PONTE: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE UM PLANO DE AVENIDAS
PARA A CIDADE DE SÃO PAULO , 1930 .**

PREDIO MARTINELLI

No entanto, a "poupança" não é algo novo e exclusivo do nosso século. "Moralistas como Samuel Smiles, encontravam-se preocupados com o fenômeno da pobreza no século XIX na Inglaterra e defendiam em suas obras a importância da economia doméstica para o combate à miséria e a doença. Segundo S. Smiles, o descaso para com a economia doméstica colocava em risco a integridade do trabalhador inglês. Em suas palavras,

"A economia é o espírito da ordem aplicado ao governo e a organização doméstica. Seu objetivo é administrar com fragilidade os recursos da família, prevenir a dissipação e evitar os gastos inúteis. A economia está sujeita ao domínio da razão e da previsão..."(85)

A idéia da prevenção apresentada no texto de Samuel, é fundamental, pois no entender do autor é a partir do momento em que o indivíduo procurou traçar o seu futuro por meio da economia pessoal, que lhe foi possibilitado o controle sobre a sua vida. Podemos verificar, entretanto, que a idéia do "controle sobre a própria vida" está impregnada por vários discursos moralistas, religiosos e científicos e, que na verdade, sustentam a defesa da propriedade.(86)

Assim, o discurso da "Casa Própria" foi algo novo mas não exclusivo da classe dominante. Ele nasce neste momento no Brasil, no final dos anos 20, nos bairros operários e no instante em que seus moradores passaram a redefinir suas concepções de cidade e de habitação. Para os trabalhadores urbanos, a opção de possuir a Casa Própria veio a ser mais uma questão de necessidade e de luta pela sua sobrevivência na cidade.

2. A IMAGEM DA CASA PRÓPRIA

Fazer de todo o trabalhador um proprietário

Todo proprietário um trabalhador

(Porto, Rubens, 1938)

No início do século, estava ausente das iniciativas para a construção de habitações operárias, tanto pelo poder público como pelo privado, uma preocupação com relação a casa como propriedade do trabalhador. Até mesmo a intervenção Estatal na construção de habitações populares na Europa, não se dedicou exclusivamente à tarefa de alimentar o mercado da casa própria e sim à promoção de moradias para as classes populares fossem elas vendidas à preços baixos, ou, sobretudo, alugadas por tarifas controladas. (87) Destaca-se na França a Lei Siegfried de 1894 que instituiu os H.B.M. (Habitacions à Bon Marché) que deram origem aos H.L.M.L. (Habitations à Loyer Modéré), responsáveis pelo aluguel de moradias às classes populares.

Ao contrário da Europa, no Brasil os técnicos e os políticos são enfáticos, na década de 30, em apontar as vantagens da pequena propriedade urbana. A "casa própria" apresentava-se nos discursos oficiais como uma alternativa política para a solução dos descontentamentos entre os trabalhadores e empresários que vimos manifestados nos movimentos sociais dos anos 20. (88)

Para o engenheiro Rubens Porto, a propriedade do lar,

"...é o elemento de um certo modo primordial si se considerar d'este ponto de vista do direito da propriedade que, bem compreendido é ainda há de ser sempre um dos fundamentos da organização da sociedade humana". (89)

Nesta perspectiva, podemos deduzir das palavras acima, que uma vez conquistado a propriedade de um lar, os valores morais e religiosos estarão garantidos e transmitidos para as futuras gerações. É comum encontrarmos autores que analisaram o processo de implantação das políticas habitacionais a partir de 30 no Brasil. No entanto, é importante salientar que muito destes autores deixaram de discutir o elemento crucial e decisivo de todos estes programas - a questão da "ideologia da casa própria". (90)

A casa como propriedade dos trabalhadores passou a ser discutida e viabilizada pelo Estado, muito mais no sentido da formação e incorporação do trabalhador à ordem dominante, do que como preocupação meramente financeira relacionada à acumulação e à especulação imobiliária. (91) Como propriedade ao alcance do trabalhador, a habitação foi amplamente discutida a partir dos anos 30 pelos setores dominantes. Inúmeras problemas que se interpunham ao bom desenvolvimento industrial, passariam a ter propostas de soluções que passavam pelos projetos de financiamento da "casa própria".

Do mesmo modo que técnicos e políticos, a igreja católica defendia o acesso à propriedade como forma de minorar as

desigualdades sociais. O grupo de Ação Social, com base nos fundamentos da Doutrina Social Católica, assim expressou sua opinião no ano de 1946 em São Paulo no decorrer da Quarta Sessão da Semana de Ação Social do Brasil:

"A propriedade particular é indispensável à vida doméstica. O chefe de família tem o direito à sua propriedade. E isso porque o pai deve defender, alimentar e de todos os modos atender a prole, devendo, portanto, adquirir os meios com os quais honradamente possa, no curso da vida, defendê-los da desgraça. Isto lhe será mais difícil se não possuir bens." (92)

Para a igreja católica, dar ao operário o direito natural da propriedade constituía uma forma de afastá-los das doutrinas subversivas. Ainda nos dizeres do grupo católico, a hierarquia social é algo que existe e sempre existirá na sociedade, porque ela estabelece a função da capacidade dos valores individuais conquistados através do trabalho. Na filosofia cristã é ilusão pensar em uma sociedade igualitária, como defende o socialismo, no entanto, é possível criar condições para que todos possam um dia com os seus salários conquistar o direito da propriedade.

A preocupação da igreja em fazer de todo o trabalhador um proprietário, trazia consigo uma falsa imagem de igualdade social

"...ao destacar a condição social do trabalhador de força de trabalho para força de consumo, retira-se toda a razão coletiva da luta classista dos trabalhadores." (93)

Incorporando esta lógica, o trabalhador estaria submetido a três tipos de controle:

- controle econômico - aumentando sua capacidade produtiva,

- controle político - como proprietário o trabalhador deverá contribuir na preservação dos seus direitos, com isto, ele estaria incorporando toda a lógica imposta,

- controle quanto a previsibilidade - sendo proprietário estaria vinculado a um contrato que prevaleceria durante 10 a 15 anos.

Em contrapartida, para os trabalhadores a possibilidade de adquirir uma casa, passava por outros caminhos, o caminho da necessidade, o caminho do direito de viver na cidade.

Todos os indivíduos possuem determinadas necessidades, físicas, biológicas e culturais, e para satisfazê-las é necessário um local. Esse "local", ou melhor, esse espaço deverá fazer parte de uma determinada realidade que poderá ser diferenciada por muitos fatores, como por exemplo: clima, cultura, tempo cronológico, etc.

Quando esse espaço é definido por um indivíduo como necessidade, nele está envolvido, toda uma forma de relacionamento individual e coletivo com a sociedade da qual ele faz parte. Portanto, a "habitação" é uma parte da representação desse espaço (necessidade) em que o indivíduo traz para dentro de um "espaço físico", as necessidades orgânicas, culturais, bem como, todo o seu projeto de vida. As frustrações, a felicidade, enfim, seus sentimentos, as suas expectativas com relação as pessoas

estão depositadas nesse espaço. Sendo assim, a casa representa projetos, desejos individuais dentro de um projeto amplo e coletivo que é a própria sociedade.

Podemos acrescentar que nessa relação individual e coletiva, estão presentes as questões mais complexas como os movimentos e conflitos ocorridos nesse processo de luta pelo espaço urbano. Os operários no decorrer dos anos 20 lutavam pelo direito de conquistar melhores condições de vida, para isto acusavam a ganância dos proprietários na cobrança de altos aluguéis.

"Os proprietários estão pedindo dynamite nas suas propriedades..."(94),

este é mais um dos artigos que encontramos na Revista Parafuso sobre o problema dos aluguéis.

"Os proprietários de hoje, não são proprietários são uns ladrões, que fazem a nossa cidade de estrada e na certeza de que ella não é policiada, como não é de facto, nos assaltam sem receio de uma bala benfeitora."(95)

Porém, as denúncias feitas na Revista Parafuso não se centravam só na contestação dos aluguéis, pois são inúmeros os apelos dos operários nesta época, para que o governo construa habitações para serem vendidas em prestações a longo prazo.(96)

O professor Oscar Egidio de Araújo realiza, no ano de 1937, uma pesquisa com 201 operários de São Paulo. Os resultados desta pesquisa revela-nos o número de operários que já haviam amortizado a prestação da casa própria.

"Em 201 respostas verificamos que 130 operários pagaram aluguel e 71 amortizavam ou já amortizaram um prédio comprado a prestações. Isto é, 35% dos operários estudados possuíam casa própria. É este um bom índice de seu nível de vida, muito superior ao de operários de outros ramos de atividades, como os da Limpeza Pública e de Vias Públicas, estudados pela Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais do Departamento de Cultura."(97)

A mesma pesquisa conclui que das casas próprias, 24 ficavam na zona urbana e 47 na zona rural, onde o terreno era mais barato. Estes números ainda indicavam que 34% dos brasileiros moravam na zona rural e tinham casa própria; enquanto 57% dos estrangeiros moravam na zona rural e também possuíam casa própria.

"Para a zona urbana, 22% dos brasileiros 69 dos brasileiros nela residentes tinham casa própria própria e 78% pagavam aluguel; as mesmas porcentagens, para os estrangeiros, foram, respectivamente, de 39% e 61%."(98)

Os números acima indicam uma preferência dos estrangeiros pela zona rural e pela aquisição da casa em pequenas amortizações mensais.

No decorrer da década de 30, na página de classificados do jornal Diário Popular, encontramos vários anúncios terrenos e oferta de casas econômicas em bairros distantes do centro.

Quer ter sua casa?

"Vendo um lote de terreno de 10x50 em ótima rua com água, luz elétrica, esgoto, telephone, gaz, etc, a cem metros do bonde, preço 20 contos com vantagens..."(99)

Para um operário ocupar um terreno e pagar o financiamento de uma casa com o salário que recebia na época, era necessário fazer um enorme sacrifício, mesmo incluindo em sua renda o trabalho da mulher e dos filhos. Em várias entrevistas transcritas por Ecléa Bosi com antigos moradores dos Bairros e das Vilas Operárias em São Paulo, constatamos as dificuldades que passaram para adquirir a sua casa própria.(100)

"A vida sempre foi muito sacrificada. Eu sempre precisava de 200 réis para pagar um tostão. Os filhos estudavam, morávamos em casa alugada, o aluguel de uma casa, quando eles eram pequenos, era 250 mil-réis. Depois aumentou para 350 mil réis, eu não podia pagar o aumento. Fui despejado e tive que comprar uma casa. Me escrevi no Instituto de Previdência para adquirir uma casa. Isso foi facilitado pelo processo de despejo, consegui o dinheiro necessário para comprar a casa em que moro até hoje desde 1948 há quase trinta anos..."(101)

O tom de sacrifício nos depoimentos era imediatamente substituído pelos moradores pelo prazer da conquista de um espaço na cidade.

"Estar entre suas paredes é para o operário antes de tudo, não estar entre as paredes dos outros, e em sua casa pode ser ele mesmo..."(102)

As impressões acima se confirmam nas entrevistas feitas pela socióloga Eva Blay, com antigos moradores das Vilas Operárias em São Paulo. (103) Quando na década de 60, as empresas do Grupo Matarazzo decidiram por a venda as casas de suas Vilas Operárias, seus moradores fizeram de tudo para poder adquiri-las.

A socióloga afirma que estes moradores trabalharam durante 20 a 30 anos na fábrica, sendo, todos os meses descontado dos salários uma quantia referente ao aluguel da casa. No entanto, no momento que estes trabalhadores iam-se aposentar e receber suas indenizações, a fábrica oferecia as casas como forma de saldar uma parte da dívida com estes funcionários. Para saldar o restante da dívida com a empresa, estes trabalhadores eram depois recontratados. (104)

"A venda da casa, como vimos anteriormente, foi uma forma encontrada pelo grupo empresarial de recuperar não apenas o capital investido, mas de retirar dos operários toda a possibilidade de se apropriar de qualquer parcela do capital da empresa." (105)

O curioso é que apesar de tudo, muitos operários fizeram um enorme sacrifício para comprar as antigas casas da Vila Operária.

"Podia comprar pela Caixa e custava 92 milhões, pagando em 15 anos com um tanto de entrada. Ou à vista custava 27 milhões. Então eu pus a tabuleta na casa do Conselheiro Cotegipe e vendi e quando chegou o dia, eu ia aposentar e ele ia vender esta casa para nós. Pas-

sei na Contabilidade... sai de lá e entreguei o cheque no escritório Central e comprei a casa."(106)

Situação semelhante também ocorreu com os antigos moradores da fábrica Brasital em Salto de Itú, no interior de São Paulo. Conforme as entrevistas feitas pela pesquisadora Anicleide Rossi aos antigos moradores da Vila Operária Brasital, por volta dos anos 60, a empresa coloca a venda as casas da Vila. A partir daí, os entrevistados revelam que foi um corre-corre, para conseguir o dinheiro exigido pela empresa e por isto, nem todos os moradores conseguiram comprar as casas. D. Ana B. e sua filha (ambas entrevistadas) relatam a dificuldade que viveram para conseguir saldar a dívida feita com a empresa.

"Pagava por mês, veja o valor dela: 6.400,000 valor, então a gente tinha que pagar em seis anos, então foi repartido. É... 65 por mês e 300 por ano. O 65 por mês era bom, dava bem pra pagar. Mais quando chegava no fim do ano pra tirar os 300! A gente ganhava 90 de abono! A primeira prestação eu precisei emprestar do meu primo de São Paulo."(107)

Enfatizamos que embora tivessem conseguido comprar suas casas somente no final de 1960, estes entrevistados moravam lá desde o início da construção da Vila Operária Brasital em 1925/1930.

A emoção do depoimento feito por D. Ana G., uma senhora de 70 anos, outra moradora da Vila Brasital nos dá a dimensão simbólica da importância da casa própria.

"...a casa foi comprada da fábrica onde eu paguei e moro aqui até hoje, e adoro esse lugar, gosto daqui e não troco minha casa nem por uma mansão. O meu marido quando eu me casei, ele morava em Itu, mas como era eu que pagava a casa, ele continuou trabalhando em Itu. Aqui, nasceu meus filhos, aqui eu morei 17 anos só com minha mãe e aí depois nasceram os três filhos que hoje já estão, uma casada, duas solteira que moram comigo né, e eu estou aqui até hoje e daqui eu penso em sair só quando eu morrer. Eu adoro minha vila, gosto daqui." (108).

A vida de D. Ana G. está toda vinculada a conquista da casa. O mesmo ocorre em todas as falas, sejam elas dos antigos moradores da vila, como daqueles que a adquiriram através de um financiamento. A importância de ser proprietário aliava-se a questão do enraizamento e da conquista do direito à cidade.

Em meio as discussões em torno da técnica de construir moradias, para os operários prioritariamente estava o direito de morar. Se para os setores dominantes a "casa própria" representava um elemento eficaz para o processo de moralização do trabalhador urbano, o mesmo não podemos dizer para aqueles que até hoje continuam lutando por este sonho. O sonho de um dia poder comprar uma casa, talvez até igual àquelas que um dia os engenheiros apresentaram no decorrer do Congresso de Habitação.

CONCLUSÕES

"Cotidianamente as populações mais pobres das cidades brasileiras vivem problemas relacionados à inadequação das condições de moradia, falta de serviços de água, esgotos, galerias públicas e iluminação pública, inexistência e não financiamento de escolas, postos de saúde, locais para lazer, além de várias horas dispendidas em meios de transportes precários e custosos."

(Revista do PMDB - outubro/1982)

Estas palavras que bem poderiam ter sido pronunciadas por técnicos e políticos nas primeiras décadas deste século no Brasil são, no entanto, extraídas dos programas de governos apresentados por diferentes partidos políticos, nos anos 80.

Desde o final do século XIX, médicos, higienistas, engenheiros, arquitetos e empresários na Europa e no Brasil, preocuparam-se com as condições de vida da população pobre da cidade, mais especificamente, com a sua habitação. Quase um século depois, tais preocupações permanecem, e ao lado delas a semelhança entre os discursos dominantes, que apesar de distantes no tempo, apontam o mesmo caráter formador e moralizador da habitação higiênica.

Por tratar-se de um tema recente, e ainda pouco estudado, não propomos a fazer conclusões, mas sim refletir sobre as questões que apresentamos no decorrer desta exposição.

Em nossa tentativa de resgatar a formulação da política habitacional na década de 30 no Brasil, constatamos a presença

marcante dos engenheiros e arquitetos que, através de seus projetos urbanísticos para a cidade de São Paulo, dedicaram-se a discutir o problema da habitação para a população de baixa renda. Foi em meados dos anos 20 que, pela primeira vez, a habitação operária aparece como um item importante no planejamento da cidade de São Paulo: Engenheiros e arquitetos, fundadores do Instituto de Engenharia de São Paulo, professores e ex-alunos da Escola Politécnica de São paulo, com base nos fundamentos do urbanismo moderno, procuraram apresentar uma nova gestão na política de organização da cidade.

Ao remodelar a cidade, estes técnicos preocuparam-se em viabilizar uma nova política urbana, sem ferir os interesses políticos e econômicos então voltados para o desenvolvimento industrial da cidade. Acreditamos que para se entender a elaboração de uma política habitacional a partir dos anos 30 no Brasil, faz-se necessário conhecer os pressupostos teóricos que permearam os projetos urbanos apresentados por estes profissionais na cidade.

Não bastava embelezar e descongestionar as vias centrais. Era importante criar e localizar espacialmente, as pessoas e as mercadorias. Esta perspectiva de pensar e gerir os problemas urbanos, levaram os urbanistas a se preocuparem com os operários, segundo eles, os responsáveis pela "vida da cidade moderna."

Ao propor um plano viário para a cidade de São Paulo, Francisco Prestes Maia, em seu Plano de Avenidas, procurou abranger toda a cidade para depois discutir os problemas especí-

ficos tais como, a formação dos Bairros Operários e a construção de Habitações Econômicas.

Ainda no Congresso de Habitação realizado no ano de 1931 em São Paulo, estes técnicos propõem soluções para os problemas urbanos, a partir da viabilização dos projetos de construção de "Habitações Econômicas". Em todas estas propostas procurava-se uma maneira de aliar a racionalização da construção aos efeitos morais de uma moradia higiênica.

Todavia, se estes técnicos iniciaram os projetos de intervenção no meio urbano nos anos 30, os operários já vinham desde o início do século manifestando nas greves e nas reuniões promovidas pelas Ligas dos Inquilinos, suas exigências de melhores condições de moradia. Mais tarde, ao vivenciarem às reformas urbanas, ao perderem seus espaços de trabalho e lazer na cidade, os trabalhadores urbanos passaram a desejar o espaço privado da casa. Em outras palavras, para estes trabalhadores, a necessidade de morar em sua própria casa, veio a se constituir como condição de sobrevivência no espaço esquadrihado da cidade.

Ao contrapor o discurso dos intelectuais e políticos ao dos operários, descobrimos que o sonho da casa própria, não foi algo exclusivo daqueles que lutaram para poder adquiri-la, mas foi também um sonho daqueles que viam na pequena propriedade urbana um elemento eficaz de controle e moralização dos trabalhadores.

Tanto para os técnicos, como para os políticos e os operários, o sonho da Casa própria ainda persiste, da mesma forma que permanece a luta e a disputa pelo espaço da cidade. Os

mesmos argumentos reaparecem, sempre que novos programas habitacionais são anunciados. Muitos anos se passaram, e estes profissionais continuam a procurar uma fórmula capaz de solucionar os mesmos problemas.

Acreditamos que de nada adianta projetar e reduzir o custo da construção das habitações econômicas, ou então, implementar novos programas habitacionais, se as expectativas dos trabalhadores continuarem ausentes dos discursos dominantes, e se o trabalhador continuar sendo desrespeitado e pouco remunerado.

Por mais que os técnicos, no decorrer destes anos, diminuíssem o custo da obra, no sentido de viabilizar a construção, as casas projetadas sempre estiveram aquém da possibilidade de compra dos operários. Quanto aos urbanistas aqui vai mais uma reflexão, agora com as palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade, que com o olhar de um favelado do morro carioca assim fez esta indagação:

"Antes que me urbanizem a régua, compasso, computador, cogito, pergunto, reclamo: Porque não urbanizam antes a cidade?"

Era tão bom que houvesse uma cidade na cidade lá embaixo."

(Drummond, Carlos de Andrade, Favelario Nacional in *Corpo*, Rio de Janeiro; Record, 1984, p. 120)

NOTAS

(01) A Odra, São Paulo, Anno I, num. 7, 23/7/1920.

(02) "Os bairros operários mais antigos foram o Brás e Moóca, Belém, Belenzinho e Pari na 'zona' leste da cidade; Barra Funda, Bom Retiro e Bela Vista, na área mais central; trechos da Lapa, Água Branca, na 'zona' oeste, além do Cambuci e Ipiranga (sudeste), todos eles se configurando como bairros industriais e populosos". Decca, Maria Auxiliadora Guzzo, A Vida Fora das Fábricas - Cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 18.

(03) Penteado, Jacob, Belenzinho, 1910, São Paulo, Livraria Martins, s.d.

(04) Lucena, Célia Toledo, Bairro do Rexina - A Sobrevivência Cultural, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, p. 41.

(05) Ibid, p. 49.

(06) Reale, Ebe, Brás, Finheiros, Jardins, São Paulo, Ed. USP, 1982, p. 24.

- (07) No segundo capítulo deste trabalho "Do Cortiço, Da Vila Operária aos Projetos de Habitação Econômica", o leitor encontrará uma discussão sobre os cortiços em São Paulo e no Rio de Janeiro.
- (08) Lucena, Célia Toledo, op. cit., p. 57.
- (09) Ibid, p. 54.
- (10) Revista O Parafuso, São Paulo, ano VII, num. 249, maio de 1926.
- (11) Recomendamos a leitura de Rodrigues, Edgar, Alvorada Operária, Rio de Janeiro, Ed. Mundo Livre, 1979.
- (12) Ver Hebling, Cristina, O Sonhar Libertário, Campinas, Ed. UNICAMP, 1988; Rolnik, Raquel, "Cada um no seu lugar" (São Paulo, início da industrialização, Geografia do Poder), Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, s.d., p. 55.
- (13) "O que reclamam os operários", A Plebe, 21/07/1917, p. 3.
- (14) Blay, Eva Alterman, Eu não tenho onde morar: Vilas Operárias na Cidade de São Paulo, São Paulo, Nobel, 1985, p. 133.

(15) "Problema de Habitação", A Plebe, anno III, num. 3, 10-09-1919.

(16) Blay, Eva Alterman, op. cit., p. 147.

(17) *"Se todos os inquilinos de São Paulo se negassem a pagar os exagerados alugueis ou simples depropositados aumentos, o que poderiam fazer os senhores?"*, "A Carestia dos alugueis", A Plebe, num. 73, anno IV, 17 de julho de 1920.

(18) Idem, 31 de julho de 1920. *"Todos os inquilinos pertencentes a qualquer classe social são convidados a assistir a estas reuniões"*.

(19) Araújo, Oscar Egídio, Uma Pesquisa de Padrão de Vida (Suplemento ao vol. LXXX da "Revista do Arquivo Municipal" - Departamento de Cultura, São Paulo, 1941.

(20) Ibid, p. 124.

(21) Ibid, Ibidem.

(22) "A Tirania da Propriedade Privada, corresponde à força da reacção popular", A Plebe, anno IV, num. 76, 7/08/1920.

(23) "A Liga dos Inquilinos", A Plebe, anno IV, num. 77, 14 de agosto de 1920.

(24) Blay, Eva Alterman; op. cit., p. 148. "A Liga dos Inquilinos em plena actividade" "...entre os membros da Liga de fato, fazem parte alguns militantes operários interessados na obra de organização das classes operárias de acordo com os princípios sindicalistas, o que, para o clericalismo forçantes do C.O.C. metropolitano, não deixa de ser um grande crime, uma ameaça aos seus interesses, um atentado a sua decrepita autoridade". A Plebe, 21/8/1920.

(25) Ibid, Ibidem.

(26) Ibid, p. 49.

(27) Ver Rago, Margareth, Do Cabaré ao Lar, a Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil, 1889-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 200. Conforme esta autora, "podem-se perceber nas concepções libertárias de reorganização da vida produtiva e de toda a vida social algumas imagens da cidade futura e que, evidentemente, se inspiram nas projeções de utopistas como Fourier e de anarquistas como Proudhon e Kropotkin".

(28) Rolnik, Raquel, op. cit., p. 171.

(29) "Contra a Ganância dos Proprietários", Revista O Parafuso, nº 200, 1920.

- (30) Ferrot, Michelle, Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- (31) Arlette Farge, Vivre dans la rue à Paris au 19ème siècle, Paris, Gallimard, Coleção Archives, 1979, citado por Ferrot, Michelle, op. cit., p. 101.
- (32) Ibid, p. 124.
- (33) "O descaso da Prefeitura pelas ruas da capital", O Parafuso, São Paulo, anno V, num. 133, 1919.
- (34) Folha da Manhã, 31/12/1927.
- (35) Ver Revista O Parafuso, São Paulo, num. 210, 1920.
- (36) Carta de Mr. Walmsley para Alexander Mackenzie, de 5 de outubro de 1907, in São Paulo Light, Álbum de Correspondências de Alexander Mackenzie, nº 2 (from 2nd January, 1908 to 11th, August 1911, Acervo Eletropaulo - História & Energia, 1^o de maio de 1988, p. 43.
- (37) City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, foi organizada em Londres com um corpo de cartoze diretores. A primeira e grande compra de terras, por parte desta companhia, segundo a geógrafa Seabra, Odette Carvalho de Lima, in "Os meandros dos Rios nos meandros do Poder

Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na cidade de São Paulo" (Tese de doutoramento, Deptº de Geografia, USP, 1987), foi uma área de 12.000.000 de metros quadrados no setor oeste da cidade, p. 57.

(38) Bosi, Ecléa, Lembranças de Velhos, São Paulo, T.A. Queiroz, 1979, p. 348.

(39) "Para obter uma avaliação rigorosa do cubo de escavações e aterros, esta comissão está actualmente procedendo ao levantamento de secções, transversaes, baseado no nivelamento do eixo do canal locado. Esta comissão ocupou-se também, durante o anno, com o preparo das plantas parciais das propriedades atingidas pelas desapropriações. A lista annexa mostra que serão atingidos, sem contar as áreas municipais, 126 propriedades elevando-se a área necessária a 3.150.517 metros quadrados", Relatório da Câmara Municipal de São Paulo, Prefeito José Pires do Rio, 1927, p. 188.

(40) Relatório da Prefeitura Municipal de São Paulo, Companhia de Melhoramentos do Rio Tietê, João Florence e Ulhôa, Cintra, 1928-1929, CMSP.

(41) Mello, Nóbrega, História de um Rio (O Tietê), São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d., p. 188.

(42) Ibid, p. 191.

(43) Ibid, Ibidem.

(44) Ver Rolnik, Raquel, op. cit.

(45) Silva, Lysandro P., Relatório apresentado ao prefeito municipal em 1925, Impresso nas Oficinas do D. Estado de São Paulo, Seccção de Obras, 1926, in Boletim do Instituto de Engenharia, jan/abril, 1937.

(46) Ver Seabra, Odette Carvalho de Lima, op. cit.

(47) Silva, Lysandro P., op. cit. Em 1927 o prefeito Pires do Rio, "convoca a comissão de rectificação do Tietê sob a chefia do Prof. João Florence de Ulhôa Cintra, com o fim de prosseguir nos estudos necessários e dirigir a execução das obras, o problema da rectificação já se havia praticamente reduzido aos dois primeiros itens: defesa contra inundação da varzea, a fim de se ter possível a urbanização da sua vasta área e a solução da questão subsidiária da navegação nesse track do rio". (Grifo meu).

(48) O Plano de Avenidas retoma o tratamento das avenidas marginais ao rio Tietê enunciadas anteriormente por Saturnino de Brito em 1923. Maia, Francisco Prestes, "Estudos de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo", Melhoramentos, 1930.

- (49) Penteado, Jacob, op. cit., p. 162.
- (50) Bosi, Ecléa, Lembranças de D. Alice, op. cit., p. 62.
- (51) Penteado, Jacob, op. cit., p. 163.
- (52) Ibid.
- (53) Ibid, p. 167.
- (54) Seabra, Odette Carvalho de Lima; op. cit., p. 82. *"Ao final da década de vinte, contudo, a extração manual e por diques no Pinheiros se tornaram mais difíceis quando se estabeleceu o monopólio da Companhia Light no Vale. Esta companhia, após a obtenção de uma concessão para canalizar o rio e drenar suas várzeas em 1927, planejou seguidamente estratégias para transformar um monopólio de direito em monopólio de fato, e nesse processo, que foi marcado por inúmeros embates com os usuários do rio e das várzeas..."*
- (55) Ibid, p. 84.
- (56) La Charte d'Athènes, Buenos Aires, Editorial Contémpera, 1957, p. 73.
- (57) 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, foi realizado em Atenas no ano de 1933.

(58) "Lembranças do Sr. Antonio", in Bosi, Ecléa, op. cit., p. 169.

(59) "...O mesmo acontecia com os volumosos romances de Emilio Richebourg, Eugênio Sue e Fonson du Terrail." *Os Mistérios de Paris*", do segundo, e os dramalhões, "A Filha Maldita" e "A Entregadora de Pão" eram os 'best sellers' da época". Penteado, Jacob, op. cit., p. 169.

(60) Ibid, p. 171.

(61) Ibid, p. 169.

(62) "Lembranças do Sr. Amadeu", in Bosi, Ecléa, op. cit., p. 89.

(63) Penteado, Jacob, op. cit., p. 225.

(64) Sant'Anna Nuto, São Paulo no Limiar do Quinto Século, São Paulo, Editora Michalany Limitada, 1955.

(65) Sr. Amadeu in Bosi, Ecléa, op. cit., p. 89.

(66) A construção do Aeroporto de Congonhas inicia os serviços aéreos no ano de 1936.

- Túnel da Avenida 9 de julho foi construída na administração de Prestes Maia (1940)

- Viaduto do Chá (foi reformado), 1938.
- Criação do Instituto Biológico, 1927, inaugurado em 1945.
- Biblioteca Municipal, 1925.
- Construção do Hospital das Clínicas, 1938.

Ainda conforme a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, foram licenciadas em 1934, 5.699 construções (Obras realizadas pela Prefeitura de São Paulo, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano IX, 1945, p. 145).

Nas seções de "Actos Officiais" encontramos o alargamento de Avenidas, declara de utilidade pública as áreas de terreno necessários ao alargamento da Avenida Brasil, no trecho compreendido entre Avenida Brigadeiro Luis Antonio e a Rua Manoel de Nobrega. Ibid, p. 156.

(67) Pentendo, Jacob, op. cit., Bosi, Eclée, op. cit., Americano Jorge, São Paulo Nesse Tempo, 1915-1935, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1962.

(68) Pentendo, Jacob, op. cit., p. 227.

(69) Ibid, p. 229.

(70) Silva, Raul de Andrade; Matos, Odilon Nogueira e Petrone, Pasquale, A Evolução Urbana de São Paulo, São Paulo, Coleção da Revista de História, 1955, pp. 105-106.

- (71) Lefèvre, José Eduardo de Assis, "O Transporte Coletivo como Transformador da Estruturação do Centro da Cidade de São Paulo", Dissertação de Mestrado, FAU/USP, 1986.
- (72) Americano, Jorge, op. cit., p. 99.
- (73) O Estado de São Paulo, 06/05/1931. "Notícias Diversas" - a população reclama da situação precária que se encontra a cidade. Ibid, 10/05/1931, "Coisas da cidade" - reclamações com o desleixo do cemitério Araçá - onde se enterravam os pobres, Ibid, 27/5/1931, "Coisas da cidade" - morador reclama do movimento no centro da cidade acompanhado do barulho dos bondes e dos carros.
- (74) Ibid, "Passeios atravancados", 21/01/1931.
- (75) Ver Azevedo, Aroldo de, A Cidade de São Paulo, Estudos de Geografia Urbana, volume IV, Os Subúrbios Paulistas, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
- (76) General Motors antes localizada na Moóca a partir de 1927 transfere suas atividades para São Caetano. São Miguel Paulista, Companhia Nitro-Química Brasileira.
- (77) Silva, Raul de Andrade; Matos, Odilon Nogueira de e Petrone, Pasquale, op. cit., p. 114.

(78) Grostein, Marta Dora, "A cidade clandestina, Os Ritos e os Mitos, o Papel da 'Irregularidade' na Estruturação do Espaço Urbano no Município de São Paulo, 1900-1987". Tese de Doutorado, FAU-USP, 1982.

(79) Silva, Raul de Andrade; Matos, Odilon Nogueira de e Petrone, Pasquale, op. cit., p. 114, grifos meus.

(80) Maia, Francisco Prestes, op. cit., p. 279.

(81) Relatório da Procuradoria Fiscal do Município de São Paulo, 1925, p. 311 in Relatório da Câmara Municipal de São Paulo, prefeito José Feres do Rio, 1925.

(82) O Estado de São Paulo, "Regulamento de Construção na Capital", "Os Sr. Dr. Anhaia de Mello, prefeito da capital, assignou, hontem o seguinte acto, que tomou o nº 27: "O prefeito do Município de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 4º, artigo 11 do decreto federal decreta:

Artigo 1º - Nenhuma edificação poderá ser levantada em qualquer das zonas em que se subdivide o município, sem prévio alvará de construção ou de alinhamento, conforme o caso nos termos da legislação em vigor", 22/03/1931.

(83) Relatório da Câmara Municipal de São Paulo, Prefeito José Feres do Rio, 1927 (CMSP), p. 250.

(84) Ibid.

(85) Smiles, Samuel, Economia Doméstica Moral ou a Independência pelo Trabalho e pela Economia, Rio de Janeiro, B.L. Gardiner, Livreiro Editor, 1880, p. 83.

(86) "Se quizermos, pois, trabalhadores que tenham este elemento de liberdade sem o qual não se poderiam chamar de homens, no alto e belo sentido do termo, indispensável é que lhes possamos garantir, como patrimônio individual, a propriedade de sonhar. Se quizermos que a nação se baseie e se fundamente no alicerce firme da família, necessário se faz garantir a cada unidade familiar a posse plena do lar em que abrigam a sua felicidade, os seus sofrimentos, as suas esperanças e as suas consolações!" Porto, Rubens, O Problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de Pensões, 1938, p. 84.

(87) No primeiro Capítulo procuramos discutir as primeiras iniciativas no âmbito da construção de moradias para a população de baixa-renda na Europa. Veja "As Primeiras Iniciativas Públicas: Leis e Decretos da Construção Barata".

(88) Recomendamos De Decca, Edgar, O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Brasiliense, 1986.

Fausto, Bóris, A Revolução de 1930. Historiografia e História, São Paulo, Brasiliense, 1972.

(89) Porto, Rubens, op. cit., p. 84.

(90) Entre eles destacamos o trabalho de Farah, Marta Ferreira Santos, "Estado, Previdência Social e Habitação", Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.

Melo, Marcus André Barreto Campelo de, Política de Habitação e Populismo: O Caso da Fundação da Casa Popular (1945-1964), in Texto para Discussão, Universidade Federal de Pernambuco, 1988.

(91) Na opinião de Pereira, Paulo Cesar Xavier em Espaco, Técnica e Construção, "O Trabalho de construção produzida cada vez mais um maior valor excedente, que se constituía de um lado, pela renda imobiliária capitalizada e, de outro, pela exploração direta do trabalho de construção. Essa combinação de processos de valorização enraizada diretamente no processo de trabalho de construção e, a proveniente dos aumentos dos preços resultantes do desenvolvimento das condições gerais, quer por alterações na estrutura urbana da cidade, quer pelo seu significado como reserva de valor - tendia a aprofundar o caráter capitalista do problema de morar, submetendo o campo particular e restrito da constru-

ção aos problemas gerais e amplos da riqueza abstrata e de sua representação material." (Dissertação de mestrado defendida na Ciência Política, USP, 1984), p. 304.

(92) Telles, Guiomar Urbina, "O Problema do Cortiço", in A Família e a Questão Social, São Paulo, Edição do Grupo de Ação Social, Livraria José Olympio, 1942, p. 237.

(93) Lenharo, Alcir, "Corpo e Alma: Mutações Sombrias do Poder no Brasil dos anos 30 e 40", Tese de Doutorado defendida na USP, 1985, p. 322.

(94) Revista O Parafuso, num. 197, 1920.

(95) Ibid, Ibidem.

(96) "A Questão do Inquilinato - O que o governo vai fazer", Revista O Parafuso, num. 198, 1920. Neste artigo um operário insatisfeito com o governo, trata com ironia a viada de um rei Belga para o Brasil, conforme suas palavras tudo que o governo deverá gastar com a estadia deste rei dará para construir várias casas para os operários.

(97) Araújo, Oscar Egídio, op. cit., p. 60-61.

(98) Ibid, p. 62.

(99) Diário Esenlar, 13/7/1934.

(100) Bosi, Ecléa, op. cit.

(101) Bosi, Ecléa, op. cit., p. 187.

(102) Ferrot, Michelle, op. cit., p. 101.

(103) Vila Maria Zélia, Vila Cerealina, Vila Crespi, Vila Guilherme Giorgi, in Blay, Eva Alterman, op. cit.

(104) Ibid, p. 250.

(105) Ibid, Ibidem.

(106) Ibid, p. 256.

(107) D. Ana B. (Entrevista transcrita por Rossi, Anicleide Zerquini. Levantamento de fontes para dissertação de mestrado, História, UNICAMP (Atrás do céu: a fábrica e sua cidade, Salto, 1875-1939).

(108) D. Ana B., Ibid, Ibidem.

BIBLIOGRAFIA

AGACHE, Alfred. Cidade do Rio de Janeiro - Extensão e Embelezamento, organizações projectadas pela administração de Antonio Prado Júnior. AM-DPLG-SFU Foyer Brésilien, 1926.

AGUIAR, Pinto. "A pequena propriedade urbana" in Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, ano II, nº 16, 1936.

ALBUQUERQUE, Alexandre de. As Novas Avenidas, São Paulo, Casa Vanordem, 1910.

_____. "Congresso de Habitação", in Revista Politécnica, São Paulo, março/abril, 1930, nº 97-98, anno XXVII.

AMERICANO, Jorge. São Paulo Nasceu Tempo, 1825-1915, São Paulo, Saraiva, 1957.

_____. São Paulo Nasceu Tempo, 1915-1935, São Paulo, Melhoramentos, 1962.

ANDRADE, Carlos Drummond, O Corpo, Rio de Janeiro, Editora Record, 1985.

ANDRADE, Mário de, Contos Novos, Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1983.

_____. "Le Corbusier", in Diário Nacional, 21-11-1929.

ARAÚJO FILHO, J. R. de. "A População Paulistana" in A Cidade de São Paulo, vol. II, Censo 1920.

ARGAN, Giulio Carlos. Walter Gropius e a Bauhaus, Lisboa, Coleção Dimensões, Editorial Presença, 1951.

ARAÚJO, Jaime. "As construções nas Caixas de Aposentadoria e Pensão" in Relatório do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, ano III, nº 26, outubro de 1936.

ARAÚJO, Oscar Egídio de. "Uma Pesquisa de Padrão de Vida", in Revista do Arquivo Municipal, Departamento de Cultura, São Paulo, 1941.

AZEVEDO, Aluizio. O Cortico, São Paulo, Editora Ática, 14ª edição, 1986.

AZEVEDO, Aroldo de. A Cidade de São Paulo. Estudos de Geografia Urbana, São Paulo, volumes I, II, III e IV, Companhia Editora Nacional, 1958.

BACKHEUSER, Everardo. Habitações Populares, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. O Plano de Melhoramentos de Campinas (1934-1942), Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em engenharia, 1986.

BARBOSA, Plácido. "Habitação e tuberculose", in A Folha Médica, 01/07/1927.

BLAY, Eva Alterman. Eu não Tenho Onde Morar. Vilas Desarráias na cidade de São Paulo, São Paulo, Nobel, 1985.

BÉGUIN, François. "Les Machineries Anglaises du Confort", in Recherches, nº 29, Fontenay Sous Bois, 1978.

BENÉVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. Biblioteca de Arquitectura, 2ª edição, 1974.

_____. História da Cidade, São Paulo, Perspectiva, 1983.

BENÉVOLO, Leonardo. Orígenes del Urbanismo Moderno. Madrid, Biblioteca Básica de Arquitectura, 1963.

BONDUKI, Nabil Georges. "Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo" in Repensando a Habitação no Brasil, Debates Urbanos 3, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

BOSI, Ecléa. Lembranças de Velhos, São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.

BOPE, Raul. Movimentos Modernistas no Brasil, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1965.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. "A questão urbana, cidades, técnica e política" (texto apresentado para discussão do Grupo de Pesquisa sobre Cidades da ANPUH, Núcleo, São Paulo, Sessão de 29/03/1988), mimeo.

_____. "Liberalismo: ideologia e controle social". Tese de Doutorado defendida na FFLCH/USP, 1976.

_____. "Lógica e Dissonância, Sociedade de Trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária". Comunicação apresentada na Reunião da ANPUH, julho 1985, Curitiba, PR, mimeo.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX.

O espetáculo da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1987.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX, in Revista Brasileira de História, vol 5, n^{os} 8 e 9, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1985.

BROTERO, Frederico Abranches. "Sugestões para o melhor conhecimento das propriedades de nossas madeiras" in Anais do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Publicações Officiais, 1931.

BURAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil, Editora Perspectiva, 1981.

CANO Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. "O Rio de Janeiro e a República", in Revista Brasileira de História, vol. 5, n^{os} 8 e 9, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1985.

CARVALHO, Waldemar Teixeira de. "Habitações Operárias" in A Família e a Questão Social, São Paulo, José Olympio, 1942.

CASALI, F., Modelos de Edifícios Econômicos, Casas Baratas, Villas e Granjas, Barcelona, Gilli, MCMXVIII

CASTELLS, Manuel, La Question Urbaine, Paris, Maspero, 1975.

CASTORIADIS, Cornelius, As Encruzilhadas do Labirinto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

CHAMPLY, René, Ma Maison à Bon Marché, Paris, Librairie Centrale des Sciences Gerardot, 1924.

CHAUI, Marilena de S., "Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira" in Ideologia e Mobilização Popular, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CHEVALIER, Louis, Classes Laborieuses et classes Dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX^e siècle, Paris, Librairie Générale Française, 1978.

CHOAY, Françoise, O Urbanismo, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

CONTE, Auguste, Catecismo Positivista, Europa-América, s.d.

_____, Sistema de Política Positiva, vol. 4.

CORDIN, Alain. Saberes e Odores. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 1987.

CORRÊA, Geraldo Gomes. "A Habitação e a Delinquência Infantil", Jornada de Habitação Econômica, in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano VII, vol. XXXII, 1942.

COSTA, Flávio Baptista da e GONÇALVES, Eduardo Mendes. "Os Códigos Estadual e Municipal de Obras em Face da Casa Econômica" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, Ano VII, vol. LXXXII, 1942.

COSTA, Jurandyr F. História da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, 1980.

COSTA, Nilson do Rosario, in "A Questão Sanitária e a Cidade do Rio de Janeiro", Escola de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Seminário Rio Republicano, Rio de Janeiro, 1984, mimeo.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. O Espelho do Mundo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

DAUMARD, Adeline. Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa, São Paulo, Perspectiva, 1985.

DAVIS, Horace. "Padrão de vida dos operários na cidade do Rio de Janeiro" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, nº 13, 1935.

DEAN, Warren, A Industrialização de São Paulo (1880-1945), São Paulo, Difel, 2ª edição.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, A Vida Fora das Fábricas. Cotidiano Operário em São Paulo, 1920-1934, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

DECCA, Edgar DE. A Ciência da Fábrica: O Mundo de Cabeça para Baixo. Campinas, UNICAMP, 1983, mimeo.

_____. O Nascimento das Fábricas. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Brasiliense, 1981.

DORIA, Henrique, Diário da Noite, 20/01/1931 in Anais do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Publicação Oficial, 1931.

_____. "Sugestões para a solução do problema das casas operárias" in Anais do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Publicação Oficial, 1931.

DONZELOT, Jacques, A Polícia das Famílias, Rio de Janeiro, Global, 1980.

EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro do meu Tempo. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

ENGELS, Friedrich, A Situação da Classe Trabalhadora, Porto, Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, 1975.

FARAH, Marta Ferreira Santos. "Estado, Previdência Social e Habitação". Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.

FAUSTO, Bóris, Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920), São Paulo, Difel, 1976.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FERNANDO, Armando. "A Associação Predial de Santos como Pioneira da 'Casa Própria' e o muito que ela poderá fazer neste sentido" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Ano VII, vol. LXXXII, 1942.

FERREIRA, Clemente. "Vivendas Populares e Habitações Econômicas como fator de profilaxia Antituberculose" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, São Paulo, ano VII, vol. LXXXII, 1942.

FERREIRA, Francisco de Paula. "A Habitação e a Moral", Jornada de Habitação Econômica, in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano VII, vol. XXXII, 1942.

FERRI, Mário Guimarães e MOTOYAMA, Shozo. História das Ciências no Brasil. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1979.

FIGUEIREDO, Paulo Poppe de. "Casas para Operários", in Boletim do Ministério do Trabalho, Rio de Janeiro, Ano II, nº 14, outubro de 1935.

FOUCAULT, Michael. A Palavra e as Coisas, São Paulo, Martins Fontes, 1981.

_____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1980.

_____. Vigiar e Punir, Petrópolis, Vozes, 1975.

FREIRE, Victor da Silva. "A Cidade Salubre" (Conferência realizada a 13 de março no Gremio Polytechnico) In Revista Politécnica 8(48):319-354, out/nov/1914.

FREIRE, Victor da Silva. "Códigos Sanitários e Posturas Municipais sobre Habitações" in Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo, vol. 1, nº 3, fev. de 1918.

_____. "Melhoramentos de São Paulo" in Revista Politécnica, 6(33):115, fevereiro-março de 1911.

FUGULIN, Atílio, "Tipificação Habitação Econômica. Lote Econômico. Código de Obras" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Prefeitura do Departamento de Cultura, Ano VII, vol. XXII, 1942.

GARNIER, Tony. Une Cité Industrielle - étude pour la construction des Villes. Architecte A. Lyon, S.D.

GRIFFINI, Enrico. Costruzioni razionali della casa. Milano, e.d.

GROSTEIN, Marta Dora. "A Cidade Clandestina: Os Ritos e os Mitos o Papel da Irregularidade na Estruturação do Espaço Urbano no Município de São Paulo, 1900-1987", Tese de Doutorado, FAU-USP, 1987.

HALL, Michel e Pinheiro, Paulo Sérgio. A Classe Operária no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1981, vol. I e II.

HARDMAN, F.F. Nem pátria, nem patrão? Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1983.

HARRIS, Elizabeth, Le Corbusier. Riscos Brasileiros. Rio de Janeiro, Ed. Nobel, 1987.

HARRY, Braverman. Trabalho e Capital Monopolista (A degradação do trabalho no século XX), Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

HEBLING, Cristina, O Sonhar Libertário, Campinas, Editora da UNICAMP, 1988.

HOWARD, E. Les Cités Jardins de demain; trad. Elziere, Paris, Dunod, 1969.

JANNUZZI, Antonio. Esboço Histórico do Problema da Construção de Casas Populares na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tipog. do Jornal do Comércio, 1927.

JONES, Garreth S. "The Londres des reprouves, de la Demoralition a la Degenerescence" in Recherches 28.

KOWARICK, Lucio. "Escravos, párias e proletários". Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981.

LA CARTA de Atenas, el urbanismo de los CIAM (Congresos Internacionales de Arquitectura Moderna), Buenos Aires, Coleccion Documentos del Siglo Veinte, Editorial Contémpora, 1957.

LEYSER, Erich. "Métodos para Baratear as Habitações e os alugueis" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Jornada de Habitação Econômica, São Paulo, Departamento de Cultura, ano VII, vol. LXXXII, 1942.

LE CORBUSIER. Os Três Estabelecimentos Humanos, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

_____. Maneira de Pensar o Urbanismo, trad. J. Borrego, Lisboa, Europa-América, 1977.

_____. Planejamento Urbano, São Paulo, Editora Perspectiva, 1971.

_____. Por uma Arquitetura, São Paulo, Perspectiva, 1981.

LEFRÉVE, José Eduardo de Assis. "O Transporte coletivo como agente transformador da estruturação do centro da cidade de São Paulo", Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1986.

LEFORT, Claude. As Formas da História. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.

LENHARD, Alcir, Sacralização da Política, Campinas, São Paulo, Papirus, 1986.

LEME, Maria Cristina da Silva. "Planejamento em São Paulo 1930-1969", Dissertação apresentada para a obtenção ao título de mestre FAU-USP, 1982.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Cozinha, etc. : um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista, São Paulo, Perspectiva, 1976.

O Que é Arquitetura. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LIND, Raul. A Nossa Casa - Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples, Lisboa, Typ. Anuario Comercial, s.d.

LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia A; STANLEY, Myriam. A Questão Habitacional e o Movimento Operário, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

LOPES, Myriam Bahia, "Práticas Médico-Sanitaristas e Remodelação Urbana na Cidade do Rio de Janeiro, 1890-1920", Tese apresentada junto ao Departamento de História do IFCH/UNICAMP, 1988.

LORENZE, Ermete. Evolución de la Vivienda - Mi Casita, Editorial Construcciones, 1940.

LOWRIE, Samuel H. "Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo", in Revista do Arquivo Municipal, Departamento de Cultura, nº 51, 1930.

LUCENA, Célia Toledo. Bairro do Rexiga, São Paulo, Editora Brasileira, 1984.

MACHADO, Alcântara e CASTILHO, Antonio de. 1901-1935: Novelas Paulistas: Brás, Rexiga e Barra Funda, Rio de Janeiro, 1961.

MAIA, Francisco Prestes, Estudos de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo, São Paulo, Melhoramentos, 1930.

O Melhoramento de São Paulo. São Paulo, Gráfica da Prefeitura, 1942.

MAGRO, Bruno Simões, "Habitações Econômicas" in Anaes do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Publicação Oficial, 1931.

MARIANI, Ricardo. A Cidade Moderna: Entre a História e a Cultura, São Paulo, Ed. Nobel, 1986.

MARSHALL, Derman. Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

MELLO, Luiz de Anhaia. A Carta dos Andes. São Paulo, 1960.

_____. "O Governo das Cidades" in Revista do Instituto de Engenharia, São Paulo, vol. X, nº 44, 1929.

_____. Problemas de urbanismo. Bases para a Resolução do problema Técnico, São Paulo, Publicação do Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo, 1929.

_____. "Urbanismo" in Revista do Instituto de Engenharia, São Paulo, volume X, nº 47, abril de 1929.

MELO, Marcus André Barreto Campelo de, "Política de Habitação e Populismo: O Caso da Fundação da Casa Popular (1945-1964)", in Texto para Discussão, Universidade Federal de Pernambuco, série 1, 1988, mimeo.

MELO, Nóbrega. História de um Rio (O Tietê), Livraria Martins Editora, s.d.

MENDONÇA, Marcelo Taylor Carneiro, "Casas Populares - Cidades Jardins" in Anaes do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Publicação Oficial, 1931.

HELIO, Rubens. "Novos materiais de construção" in Revista do Ar-
quivo Municipal, São Paulo, Prefeitura do Município de São
Paulo, Departamento de Cultura, Ano VII, vol. LXXXII, 1942.

MICELI, Sérgio, Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil
(1920-1945), Difel, São Paulo, Rio de Janeiro, 1979.

NOIA, José Luis. Como Deve Proyectarse una Vivienda. Ediciones
Windsor, 1934.

MORAN, Arthur, Os Engenheiros de São Paulo, Pela Lei e Pela Or-
dem, 1932, São Paulo, 1934.

MORAES, Dacio A. "O Congresso da Habitação, As Casas Econômicas
e os materiais de construção", in Boletim do Instituto de En-
genharia, São Paulo, vol. XIV, janeiro de 1931, nº 67.

MORAIS, Léo R. "Cidades Jardins", Jornada de Habitação Econômica
in Revista do Arquivo Nacional, São Paulo, ano VII, vol. XX-
XII, 1942.

MOREIRA, Ruy, O que é geografia, São Paulo, Brasiliense, 1982.

MULLER & CACHEUX, Les Habitacions Ouvrières, Baudry & C. Paris
Libraries Editeurs, 1889.

MUNAKATA, Kazumi, A Legislação Trabalhista no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1981.

NEVES, Christiano S. das. "A Pretensa Architectura Moderna" in Architectura Construções, 1930.

_____. "O communismo architectonico - vaticínios de Keyser-
ting para o Brasil", in Architectura e Construções, vol. 2,
nº 13, São Paulo, 1930.

NEVES, Samuel, "O Plano de Melhoramentos da capital" in Correio
Paulistano, jan/1911.

NIEMEYER, Oscar. Como se faz Arquitectura, Petrópolis, Coleção
Vozes, 1986.

OLIVEIRA, F. Baptista de. "A Casa Popular como Problema Urbanís-
tico" in Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo, nº
155, vol. XXXII, jan. a jul, 1941.

OSAKABE, Haquira, Araumentação e Discurso Político, São Paulo,
Editora Kairós, 1979.

OTTONI, Dacio Araujo . "São Paulo - Rio de Janeiro, séculos XIX-
XX. Aspectos da Formação dos seus espaços urbanos", Tese de
Doutoramento apresentada à FAU, USP, 1972.

PAULA, Souza & UCHOA, Cintra Carvalho. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Departamento de Cultura, 1938.

PECHMAN, Sergio e FRITSCH, Lilian. "A Reforma Urbana e seu Avanço: Algumas Considerações a Propósito da Modernização do Distrito Federal na Virada do Século" in Revista Brasileira de História, vol. 5, n^{os} 8 e 9, São Paulo, Marco Zero, 1985.

PENTEADO, Jacob. Belenzinho, 1910, (O Retrato de uma época), São Paulo, Livraria Martins, s.d.

FERUZZO, Dilvo. Habitacão, Controle e Espoliação, São Paulo, Ed. Cortez, 1984.

PEREIRA, Armando de Arruda. "Estudo Comparativo das dimensões dos tijolos comuns de São Paulo com as de outros países. Simplificação do tijolo entre nós". in Anaes do Primeiro Congresso de Habitacão, São Paulo, Publicações Officiaes, 1931.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier, "Espaço, Técnica e Construção", Dissertação apresentada à área de Ciência Política para obtenção do título de Mestre, USP, 1984.

PERROT, Michelle, Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

FINHEIRO, P. S. Eolítica e Trabalho no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

PORTO, Rubens. O Problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de Pensões, 1938.

PRADO, Amador C., "Casas rurais adaptadas a casas operárias" in Anais do Primeiro Congresso de habitação, São Paulo, Publicação Oficial, 1931.

RAGO, Margareth, Do Cabaré ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar, 1890-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth e MOREIRA, Eduardo F.P. O Que é Taylorismo, São Paulo, Brasiliense, 1984.

REALE, Eze. Brás Pinheiro, Jardins, três mundos, São Paulo, Ed. USP, 1982.

REIS FILHO, Nestor Boulart, Evolução Urbana do Brasil, São Paulo, Biblioteca Pioneira de Arte, Arquitetura e Urbanismo, 1968.

_____. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1970.

REZENDE, Vera. Planejamento Urbano e Ideologia: Quatro Planos para a Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz e PECHMAN. O que é Questão da Moradia. São Paulo, Brasiliense, 1983.

RODRIGUES, Arlete Moysés. "Processo Migratório e Situação de Trabalho da População Favelada de São Paulo", Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1981.

RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária, Rio de Janeiro, Editora Mundo Livre, 1979.

ROLNIK, Raquel, "Cada um no seu lugar! (São Paulo, início da industrialização: Geografia do Poder)", Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, s.d.

_____. "De como São Paulo virou a capital da Capital" in Repensando a Habitação no Brasil. Debates Urbanos 3, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

ROMANO, Romulo de Lemos, "Especificações para os cimentos, Balanço da nossa situação, Orientação a seguir para se obter uma Especificação Racional" in Anuário do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Publicações Officiais, 1931.

ROSSI, Anicleide Zerquini. "Atrás do céu: A Fábrica e sua Cidade, Salto - São Paulo, 1875-1939", (Levantamento de fontes para dissertação de mestrado, História, UNICAMP, mimeo.

SAIA, Luis. Morada Paulista, São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

SANIONÁ, Giuseppe. Le case buon mercato e la città Giardino, Bologna, Zanichelle, 1911.

SANT'ANNA NUTO. São Paulo Histórico. Aspectos, Lendas e Costumes, vol. IV, São Paulo, Departamento de Cultura, 1944.

SANT'ANNA NUTO. São Paulo Histórico. Aspectos, Lendas e Costumes, São Paulo, Departamento de Cultura, 1937-44, Coleção Departamento de Cultura, v. 7, 22, 39-31.

SANT'ANNA NUTO. São Paulo no limiar do quinto século, Editora Michalany, 1955.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. "Os meandros rios nos meandros do poder Tietê e Pinheiros: valorização dos Rios e das Várzeas na cidade de São Paulo", Tese de Doutorado defendida no Departamento de Geografia da USP, 1987.

SEGAWA, Hugo Massaki. "Alguns Aspectos da Arquitetura e do Urbanismo em São Paulo na passagem do século" (trabalho de graduação interdisciplinar apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, dezembro, 1979).

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SHILES, Samuel. Economia Doméstica Moral ou a Felicidade e a Independência pelo Trabalho e Economia, Rio de Janeiro, B.L. Gardiner, Livreiro Editor, 1880.

STREET, Jorge. A Legislação Trabalhista no Brasil, São Paulo, Edição Salesianos, 1934.

SINISGALLI, Aldo H.F., "A Habitação como Fator da Delinquência", Jornada da Habitação Econômica, in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano VII, vol. XXXII, 1942.

SILVA, Américo Pereira. "Tipo Racional de Habitação" in Anais do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Publicação Oficial, 1931.

SILVA, Luiz Antonio Machado de. "Condições de Vida das Camadas Populares", Debates Urbanos 6, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SILVA, Lysandro Pereira, "Defeza da Municipalidade contra o ar-
ruamento clandestino para a especulação em terrenos" in An-
naes do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Publica-
ção Official, 1931.

SILVA, Lysandro Pereira, "Relatório apresentado ao prefeito mu-
nicipal em 1925, in Boletim do Instituto de Engenharia,
jan/abril, 1926.

SILVA, Raul de Andrade; MATOS, Odilon Nogueira de e PETRONE,
Pasquale, A Evolução Urbana de São Paulo, São Paulo, Coleção
da Revista de História, 1955.

SHORSKE, Carl E., Viena Fin-de-Siècle Política e Cultura, São
Paulo, Companhia das Letras, 1988.

TELLES, Guiomar Urbina, "O Problema do Cortico", in A Família e
a Questão Social, São Paulo, Edição do Grupo de Ação Social,
Livraria José Olympio, 1942.

THOMPSON, E. P. The Making of the English Working Class, New
York, 1966.

THOMPSON, E. P. Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase, Bar-
celona, Grijalbo, 1979.

TORRES, Arg F., "A Primeira Reunião do Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola Polytechnica de São Paulo" in Revista do Instituto de Engenharia, São Paulo, vol. IX, nº 43, dezembro 1928.

TOURINHO, Eduardo, Revelação do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A., 1964.

VALLADARES, Licia do Prado, Habitação em Questão. Zahar, São Paulo, 1980.

VALLADARES, Licia do Prado, Passa-se uma Casa, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VALLADARES, Licia do Prado, Repensando a Habitação no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

VARGAS, Getúlio, A Nova Política Brasileira, Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

VEIGA, Evaristo in Relatório apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesário Motta Júnior, 28-3-1894.

VEYNE, Paul, Como se escreve a História. Foucault Revoluciona a História, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIANNA, Luis Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VILLÇA, Flávio. O Que Todo Cidadão Precisa Saber sobre Habitação. São Paulo, Global, 1986.

VILLARES, Henrique Dumont. Urbanismo e Indústria em São Paulo. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais LTDA, 1946.

WARCHAVECHIK, Grégori in Revista Forma e Arquitetura. Engenharia e Artes Plásticas, números 2 e 3, outubro/novembro, 1930.

WAUGH, Alice. Planning the Little House. New York, London, Mc Graw-Hill Book Company, 1934/1939.

WEFFORT, F. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

ZCHIAVI, Alessandro. a Casa Buon Mercato e La Città Giardino. Bologna, Zanichelle, 1911.

ZYLBERMAN, P. e MURAD, L. "Le Petit Travailleur Infatigable" in Recherches, Paris, CERFI, 1976, nº 25.

FONTES

ANAIS

- Annaes do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo, Imprensa Oficial, 1931.

BOLETINS

- Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1911-1934
- Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1931-1945.

REVISTAS

- Revista Architectura e Construções, 1930
- Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Departamento de Cultura, São Paulo, 1933-1945
- Revista do Brasil, São Paulo

- Revista do Instituto de Organização, Racionalização do Trabalho de São Paulo, 1932-1945
- Revista Forma de Arquitetura, Engenharia e Artes Plásticas. Direcção de Alejandro Baldassini e Emilio Baumgart, 1930.
- Revista de Higiene e Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1937.
- Revista do Instituto de Engenharia. São Paulo
- Revista Polytécnica, órgão do Grémio Polytécnico de São Paulo
- Revista dos Tribunais, 1920
- Revista Parafuso, 1919-1920

JORNAIS

- A Folha de São Paulo, 1930
- Correio da Manhã, 1934
- Diário Popular, 1933-1934
- O Estado de São Paulo, 1931-1935 (especificamente a coluna "Coisas da Cidade")
- A Lanterna, 1934-1935
- O Malhete, 1927
- A Nação, 1927
- A Obra, 1920
- O Grito Operário, 1919-20-27.
- A Plebe, 1919-1927

ÁLBUNS

- São Paulo Antigo/São Paulo Moderno. Álbum comparativo (fotografias representativas de várias épocas da cidade de São Paulo que assinalam contrastes de seu impressionante progresso). São Paulo, Edições Melhoramentos, 1933.
- Álbum comemorativo da cidade de São Paulo (1862-1887-1914). São Paulo, Casa Civil/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Secretaria da Cultura/Arquivo do Estado de São Paulo, 1982.
- Cidade de São Paulo. Serviço de Repartição de Água e Esgoto, 1893.
- Dom Pedro II e a Fotografia no Brasil por Pedro Vasquez, Editora Sudex.
- Álbuns de viajantes que estiveram no Brasil, na primeira metade do século XIX, São Paulo, Livraria Martins.
- Álbum da cidade do Rio de Janeiro, comemorativo do 1º centenário da Independência do Brasil 1822-1922. Edição da Prefeitura do Distrito Federal.
- Traços da Arquitetura Paulistana. A fotogrametria terrestre destaca dez momentos da história da cidade de São Paulo.

MAPAS E PLANTAS

- Mapas presumido da cidade de São Paulo, 1914.
- Planta da cidade de São Paulo, 1927. Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo.
- Planta da cidade de São Paulo mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, 1924.
- Planta Geral de 1914 com fábricas e redes de bonde, 1922.
- Planta de 1929 com a rede de esgoto
- Planta da capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes, desenhada e publicada por Jules Martin, 1890.
- Planta geral da cidade de São Paulo, 1907

RELATÓRIOS DE PREFEITOS

- Relatório da Prefeitura Municipal de São Paulo. Companhia de Melhoramentos do Rio Tietê. João Florence e Ulhôa Cintra, 1928-1929, Câmara Municipal de São Paulo.
- Relatório da Câmara Municipal de São Paulo, Prefeito José Pires do Rio, 1927, Câmara Municipal de São Paulo.
- Relatório da Câmara Municipal de São Paulo, Prefeito José Pires do Rio, 1926.
- Almeida Prado, João Baptista de. São Paulo (cidade). Prefeitura, terrenos adquiridos e aquisições entabuladas. Relatório apresentado pelo engenheiro João Baptista Soares, relativo ao exercício de 1928 e 1929. São Paulo, 1930.

- "Códigos de Obras Arthur Saboya", Manuais Técnicos, 1929.
- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Exteriores, 1906 pelo Engenheiro Everardo Backheuser.

PROJETOS URBANÍSTICOS

- Albuquerque, Alexandre: As Novas Avenidas de São Paulo, São Paulo, Casa Vanordem, 1910.
- Agache, Alfred. Cidade do Rio de Janeiro - Extensão e Embelezamento. Organizações projectadas pela administração de Antonio Prado Jr. AM D.P.L.G. -S.F.U. Foyer Bréailien.
- Garnier, Tony. Une Cité Industrielle - étude pour la construction des villes, Paris, Architect A. Lyon, s.d.
- Howard, Les Cités Jardins de Demain: Paris, trad. Elziere, Dumon, 1962.
- Maia, Francisco Prestes. Estudos de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo, 1930.

LITERATURA

- Alcântara Machado, Antônio Castilho de 1901-1935, Novelas Paulistas: Brás, Rexina e Barra Funda, Rio de Janeiro, 1961.
- Andrade, Mário de. Contos Novos. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1983.
- Azevedo, Aluísio. O Cortico, São Paulo, Editora Crítica, 1986.

DEPOIMENTOS DOS MORADORES DOS BAIRROS OPERÁRIOS

- Dona Deolinda/Dona Conceição/Dona Genoveva/Sr. Wilson. Entrevistas transcritas por Eva Alterman Blay no livro Eu não tenho onde morar - Vilas Operárias na cidade de São Paulo, São Paulo, Editora Nobel, 1985.
- Dona Alice Amadeu/Abel/Antonio/Lavinia/Brites/Risoleta (entrevistas transcritas por Ecléa Bosi no livro Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos, São Paulo, Editora Quatro, 1979.
- Dona Ana G./Sr. Adriano/Dona Ana B./moradores e ex-moradores da Vila Brasital, Salto, Itu, São Paulo (entrevistas concedidas em 12/3/1985-04-8-1984, feitas pela pesquisadora Anicleide Zerquini Rossi - Levantamento de fontes para a dissertação de mestrado, História, UNICAMP (Atrás do céu: a fábrica e sua cidade, Salto, São Paulo, 1875-1939).

FOTOGRAFIAS

- Arquivo do Estado de São Paulo
- Departamento do Patrimônio Histórico (Divisão de Preservação)
- Arquivo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
- Arquivo Edgard Leuenroth

HISTORIADORES, JORNALISTAS, VIAJANTES E MEMORIALISTAS

- Americano, Jorge. São Paulo nesse tempo, 1915-1935, São Paulo, Melhoramentos
- Bruno, Ernani Silva. História e Tradições da cidade de São Paulo, vol. III, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- Freitas, Affonso. Tradições e reminiscências paulistas, São Paulo, Revista do Brasil, 1921.
- Melo, Nóbrega. História de um Rio (O Iietê), Livraria Martins Editores, s.d.
- Nuto, Sant'Anna. São Paulo no limiar do quinto século, São Paulo, Editora Michalany, 1955.
- Nuto, Sant'Anna. São Paulo, histórias, aspectos, lendas e costumes, vol. IV, Departamento de Cultura, São Paulo, 1944.
- Nuto, Sant'Anna. 1889-1975: O Polígono do Antigo Mercado Municipal, Metrópole
- Penteado, Jacob. Relenquinho, 1910 (O Retrato de uma época), São Paulo, Editora Martins.
- Raffard, Henrique. Alguns Dias de Paulicéia, São Paulo, s.c.p.
- Silva, Raul de Andrade; MATOS, Odilon Nogueira de e PETRONE, Pasquale. A evolução urbana de São Paulo, São Paulo, Coleção da Revista de História, 1955.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

- Arquivo "Edgard Leuenroth", Campinas, IFCH-UNICAMP
- Arquivo Municipal Mário de Andrade
- Arquivo do Estado de São Paulo
- Biblioteca do Instituto de Engenharia
- Biblioteca da Engenharia Civil (USP)
- Biblioteca da Escola Politécnica (USP)
- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP
- Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP
- Biblioteca da Faculdade de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, USP
- Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo